



**Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras**

Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA

Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.pgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

RUJANE MOTA ALVES

**TRANSITIVIDADE E COMPLEMENTOS VERBAIS:
TEORIAS EM CONFRONTO**

**SALVADOR
2010**

RUJANE MOTA ALVES

**TRANSITIVIDADE E COMPLEMENTOS VERBAIS:
TEORIAS EM CONFRONTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Letras.

Orientadora: Professora Dra. Serafina Maria de Souza Pondé.

SALVADOR

2010

RUJANE MOTA ALVES

**TRANSITIVIDADE E COMPLEMENTOS VERBAIS:
TEORIAS EM CONFRONTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Letras.

Banca Examinadora

Profesora Dra. Serafina Maria de Souza Pondé (Orientadora)

Professora Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira (UNEB/UCSAL)

Professora Dra. Josane Moreira de Oliveira (UEFS)

Professora Dra. Sônia Bastos Borba Costa (PPGLL/UFBA)

Professora Dra. Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (PPGLL/UFBA)

SALVADOR

2010

A Deus;

A Mãe Virgem Maria Santíssima;

A minha querida e eternamente amada Mamãe,
Graciete Batista Mota Alves (*in memoriam*);

A meu Pai, Ruy Contreiras Alves;

Aos meus irmãos: Leticia, Mario Cezar e Ruy
Filho.

AGRADECIMENTOS

A Santíssima Trindade: Deus Pai; Deus Filho, Jesus Cristo; Deus Espírito Santo;

A Mãe Intercessora Virgem Maria Santíssima;

A todos os Santos, Arcanjos e Anjos que intercedem a Deus por mim;

Ao meu Anjo da Guarda;

A minha querida e eternamente amada Mamãe, Graciete Batista Mota Alves (*in memoriam*), pelo grande amor incondicional, carinho, orações, apoio, incentivo, intercessão;

A professora Dra. Serafina Maria de Souza Pondé, pela orientação, pelo incentivo, apoio e, principalmente, pela amizade nos momentos mais difíceis;

A professora Dra. Célia Marques Telles, pelo constante incentivo e apoio;

Aos meus irmãos: Leticia, Mario Cezar e Ruy Filho, constantes amigos e companheiros;

Ao meu Pai, Ruy Contreiras Alves;

A Karla Manuella, a Pedro Mikael e a Gilmara Madureira;

Aos meus avôs (*in memoriam*): Mario, Dionice, Antonio Cesar e Helena;

A Professora Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira, pelos ensinamentos de Língua Latina;

Ao Professor Dr. Luciano Rodrigues Lima, pelo apoio, incentivo, pelas sugestões e pela tradução do resumo para a Língua Inglesa;

A Araci Fernandes de Oliveira, pelo apoio na digitação;

A Maria Emília Carvalho Ribeiro (Biblioteca/UCSAL), pela ficha catalográfica;

A Professora Dra. Iraneide Santos Costa e a Ludmila Antunes de Jesus, pela revisão das normas ABNT;

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), especialmente aos professores e funcionários do *Campus II/Alagoinhas-Ba*;

Ao PPG (Programa de Pós-Graduação) da UNEB, pelo auxílio da bolsa PAC;

A Universidade Federal da Bahia/Instituto de Letras (ILUFBA);

A Universidade Católica do Salvador (UCSAL);

A Faculdade Santíssimo Sacramento;

Aos meus colegas e aos meus alunos;

A Casa de Retiro São Francisco.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização desta tese.

Muito Obrigada.

Deus abençoe e ilumine a todos que me ajudaram. Bênçãos Eternas e Luz Divina.

Só o amor constrói para a eternidade.

(AUTOR DESCONHECIDO)

RESUMO

Esta pesquisa constitui-se de um estudo sobre a transitividade e os complementos verbais. Esses tópicos linguísticos foram investigados no Latim Clássico e nas Gramáticas Normativas do Brasil. Elaborou-se, por um lado, uma análise exaustiva de várias dessas GNs, constando de levantamento de conceitos, classificações, exemplos e comparação entre os autores. Trabalhou-se, também, com as teorias linguísticas funcionalista e gerativista, fazendo-se uma explanação sobre cada abordagem, confrontando-as, evidenciando-se os pontos comuns e os divergentes no tratamento da transitividade verbal. A partir dos estudos teóricos, constatou-se que a Gramática Normativa da Língua Portuguesa do Brasil, como referência para o processo de ensino-aprendizagem dos assuntos em questão, é limitada, deficiente e até incoerente em certos pontos. Fez-se, então, por outro lado, uma descrição da transitividade e dos complementos verbais a partir de pequenos *corpora* que aqui representaram o uso da língua oral ou escrita do Português do Brasil. Propôs-se, finalmente, uma forma tida como mais eficiente da classificação e entendimento desses fatos linguísticos, chegando-se, assim, no que aqui se denominou Gramática da Experiência, uma contribuição para o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Transitividade Verbal. Complemento Verbal. Latim Clássico. Gramática Normativa. Funcionalismo. Gerativismo.

ABSTRACT

This research consists of a study on transitivity and verbal complements. We investigated how these facts are treated in classical Latin language and the Normative Grammar of Brazil. There was, first, an exhaustive analysis of several examples of these GNs, consisting of collection of concepts, classifications, examples and comparison between the authors. We worked also with the functionalist and generative linguistic theories, making up an explanation of each approach, confronting them with evidence of the common and divergent points in the treatment of verbal transitivity. From the theoretical studies, it was found that the Normative Grammar of the Portuguese Language in Brazil, as reference for the teaching-learning issues at stake, is limited, inadequate and even inconsistent at certain points. There was, then, secondly, a description of transitivity and the verbal complement from small corpora which represented here the use of spoken or written language in Brazilian Portuguese. It was proposed, as a result, a more efficient way of classifying and understanding of linguistic facts. This has resulted, finally, in what is termed here Grammar of Experience, a contribution to the teaching of Portuguese language in Brazil.

KEY-WORDS: Verbal Transitivity. Verbal Complement. Classical Latin. Normative Grammar. Functionalism. Gerativism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- A – Argumental
- AC – Adjunto Circunstancial (função)
- Adj – Adjetivo
- Adv. – Advérbio
- A-P – Articulatório-Perceptual
- CC – Complemento Circunstancial
- C-I – Conceptual-Intencional
- COMP – Elemento introdutório de sentenças encaixadas
- CONC – Concordância Verbal
- CP – Complemento do Predicado (função)
- CR – Complemento Relativo
- d_f- Definição
- E – Externa
- EAP – Estrutura Argumental Preferida
- Estrutura-E – Estrutura Profunda
- Estrutura-P – Estrutura Superficial
- Ex – (nas transitividades) Exigência
- FG – Função Gramatical
- FL – Forma Lógica
- FLEX – Elemento flexional abstrato que contém informações sobre o tempo
- GE – Gramática da Experiência
- GG – Gramática Gerativa
- GN – Gramática Normativa
- GNB – Gramática Normativa do Brasil ou Gramática Normativa Brasileira
- GNS – Gramáticas Normativas
- GNT – Gramática Normativa Tradicional
- GT – Gramática Tradicional
- GU – Gramática Universal
- I – Interna
- L – (nas transitividades) Aceitação Livre
- N – Nome

Não-A – Não Argumental
NGB – Nomenclatura Gramatical Brasileira
OBL – Oblíquo
OD – Objeto Direto
OI – Objeto Indireto
OIL – Objeto Indireto Livre
OL – Objeto Livre
OR – Objeto de Redundância
P – Preposição
PB – Português do Brasil ou Português Brasileiro
PE – Português da Europa ou Português Europeu
PM – Programa Minimalista
PRO – Elemento pronominal não realizado foneticamente
Pv – Predicativo
Rec – (nas transitividades) Recusa
S – Substantivo
SA – Sintagma Adjetival
SAdv. – Sintagma Adverbial
SN – Sintagma Nominal
SP – Sintagma Preposicionado
SV – Sintagma Verbal
SVO – Sujeito Verbo Objeto
TC – Teoria Clássica
TP – Teoria Padrão
TPA – Teoria Padrão Ampliada
TPP – Teoria de Princípios e Parâmetros
TRL – Teoria da Regência e Ligação
V – Verbo
VL – Verbo de Ligação

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Parâmetros de transitividade.....	57
Quadro 02 – Predicado verbal.....	111
Quadro 03 – Predicado verbo-nominal.....	114
Quadro 04 – Verbos intransitivos.....	115
Quadro 05 – Verbos transitivos.....	117
Quadro 06 – Verbos de ligação.....	121
Quadro 07 – Objeto direto.....	123
Quadro 08 – Objeto direto preposicionado.....	124
Quadro 09 – A preposição como posvérbio.....	127
Quadro 10 – Objeto direto pleonástico.....	128
Quadro 11 – Objeto direto interno.....	128
Quadro 12 – Complemento relativo.....	129
Quadro 13 – Objeto indireto.....	131
Quadro 14 – Objeto indireto pleonástico.....	135
Quadro 15 – Os chamados “dativos livres”.....	135
Quadro 16 – Complemento circunstancial.....	136
Quadro 17 – O complemento predicativo.....	137
Quadro 18 – Agente da passiva.....	140
Quadro 19 – Adjunto adverbial.....	142
Quadro 20 – Autores das gramáticas.....	163
Quadro 21 – A transitividade e os complementos verbais nas Gramáticas Normativas do Português do Brasil.....	163
Quadro 22 – Matrizes de transitividade verbal.....	174
Quadro 23 – Apresentação resumida dos complementos verbais apresentados por Mira Mateus et alii (1989) com base no Português Europeu.....	176
Quadro 24 – Apresentação resumida dos complementos verbais apresentados por Castilho (2010).....	178
Quadro 25 – A transitividade e os complementos verbais na Gramática da Experiência – a partir da experiência de uso da língua oral e/ou escrita do Português Brasileiro.....	192
Quadro 26 – Abordagens sobre transitividade e complementos verbais.....	194

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ESTUDOS TEÓRICOS	22
1.1 UMA VISÃO DA TRANSITIVIDADE E DOS COMPLEMENTOS VERBAIS NO LATIM CLÁSSICO.....	22
1.1.1 Aspectos gramaticais da Língua Latina.....	22
1.1.2 A relação entre o Latim e o Português.....	31
1.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO.....	51
1.2.1 Perspectiva teórica.....	51
1.2.2 A transitividade verbal no Funcionalismo Linguístico.....	62
1.2.3 Considerações sobre a valência verbal.....	66
1.2.4 Uma abordagem semântico-pragmática.....	70
1.3 O GERATIVISMO LINGUÍSTICO: UM BREVE PERCURSO ATÉ A TEORIA <i>THETA</i>	75
1.3.1 Considerações gerais.....	75
1.3.2 Pontos básicos sobre o Gerativismo Linguístico.....	78
1.3.3 A Gramática Modular.....	81
1.3.4 A Teoria <i>Theta</i>	87
2 A GRAMÁTICA NORMATIVA TRADICIONAL	99
2.1 ASPECTOS HISTÓRICO E PEDAGÓGICO.....	99
2.1.1 História resumida da Gramática Normativa.....	99
2.1.1.1 Desde Platão (V-IV a.C.) até Dionísio de Trácia (II-a.C.).....	100
2.1.1.2 Da Grécia para Roma: dos Alexandrinos (II a.C.-II d.C.) a Prisciano (V d.C.).....	101
2.1.1.3 Os estudos gramaticais na Idade Média e no Renascimento.....	102
2.1.1.4 Estudos sobre a Gramática nos séculos XVII e XVIII.....	104
2.1.1.5 As primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa.....	104
2.1.2 Implicações pedagógicas.....	106
2.2 A TRANSITIVIDADE E OS COMPLEMENTOS VERBAIS EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS BRASILEIRAS.....	110
2.2.1 Noções gerais e comparação entre as Gramáticas Normativas	110
2.2.1.1 Predicado verbal.....	111
2.2.1.2 Predicado verbo-nominal.....	114
2.2.1.3 Verbos intransitivos.....	115
2.2.1.4 Verbos transitivos.....	117
2.2.1.5 Verbos de ligação.....	121
2.2.1.6 Objeto direto.....	123
2.2.1.7 Objeto direto preposicionado.....	124
2.2.1.8 A preposição como posvérbio.....	126
2.2.1.9 Objeto direto pleonástico.....	127
2.2.1.10 Objeto direto interno.....	128
2.2.1.11 Complemento relativo.....	129
2.2.1.12 Objeto indireto.....	130
2.2.1.13 Objeto indireto pleonástico.....	134

2.2.1.14 Os chamados “dativos livres”.....	135
2.2.1.15 Complemento circunstancial.....	136
2.2.1.16 O complemento predicativo.....	137
2.2.1.17 Agente da passiva.....	140
2.2.1.18 Adjunto adverbial.....	142
2.2.2 Peculiaridades: as observações e os exemplos.....	146
2.2.2.1 Em Bechara (2003a).....	146
2.2.2.2 Em Bechara (2003b).....	154
2.2.2.3 Em Cegalla (1978).....	155
2.2.2.4 Em Cunha (1976).....	155
2.2.2.5 Em Cunha e Cintra (2001).....	156
2.2.2.6 Em Faraco e Moura (2002).....	156
2.2.2.7 Em Luft (2002).....	157
2.2.2.8 Em Nicola e Infante (1994).....	158
2.2.2.9 Em Paschoalin e Spadoto (1989)	158
2.2.2.10 Em Rocha Lima (2006).....	159
2.2.2.11 Em Sacconi (1989).....	161
2.2.2.12 Em Terra (1996).....	162
3 A TRANSITIVIDADE E OS COMPLEMENTOS VERBAIS	165
3.1 A QUESTÃO NORMATIVA.....	165
3.2 OUTRAS PROPOSTAS.....	170
3.2.1 Perini (1996).....	170
3.2.2 Mira Mateus et alii (1989) e Castilho (2010).....	176
3.3 A GRAMÁTICA DA EXPERIÊNCIA.....	179
3.3.1 Contribuição para o ensino de Língua Portuguesa: uma proposta de caracterização da transitividade e dos complementos verbais.....	179
3.3.1.1 <i>Sugestão didática</i>	179
3.3.1.2 <i>Exemplos e análises</i>	183
CONCLUSÃO.....	197
REFERÊNCIAS.....	201

INTRODUÇÃO

A questão do ensino de Língua Portuguesa é um ponto relevante para discussão entre estudiosos da área de Letras/Linguística, visto que tal prática envolve concepções de linguagem e de gramática.

Os profissionais que lidam com o ensino de Língua Portuguesa têm um papel complexo: transmitir a Gramática Normativa de uma língua a falantes da mesma língua. Ensinar gramática, então, nas aulas de Português, é uma tarefa que pode ser considerada difícil para os professores desta área, neste país, principalmente para os do ensino fundamental e os do ensino médio. Existe um inegável distanciamento entre a Gramática Normativa, utilizada pelos professores como instrumento do ensino, e a linguagem cotidiana dos alunos, instrumento de comunicação. Estes, geralmente, não conseguem conciliar as normas e regras que são aprendidas na escola com a sua prática comunicativa, tanto na linguagem escrita quanto – e principalmente – na linguagem oral.

O ensino de Língua Portuguesa se estrutura nas seguintes áreas básicas: ensino de gramática, ensino de leitura – compreensão de textos –, ensino de redação – produção de textos – e ensino de vocabulário. Essas áreas devem interagir.

A Gramática Normativa Brasileira apresenta contradições entre autores e entre fases históricas e edições, fatos que, muitas vezes, dificultam o processo pedagógico de ensino-aprendizagem. Em virtude dessas questões, torna-se válido e pertinente um estudo comparativo de tais gramáticas em relação aos fatos gramaticais estudados em sala de aula. A pertinência das comparações entre Gramáticas Normativas refere-se a todos os itens abordados por elas, contudo, é necessário, a cada pesquisa, delimitar pontos a serem estudados.

Embora as Gramáticas Normativas Brasileiras apresentem deficiências nas definições e classificações de várias funções sintáticas, como, por exemplo, a de sujeito, este estudo se limitará à transitividade e aos complementos verbais.

No Mestrado em Letras, produziu-se a dissertação intitulada *Caracterização e reestruturação do conceito de complemento verbal objeto direto* (ALVES, 1999), em que se verificaram contradições entre dez gramáticas normativas de autores diferentes. Este estudo resultou em uma caracterização e uma reestruturação da noção contida no conceito de tal elemento gramatical, a fim de favorecer um melhor trabalho pedagógico no processo ensino-aprendizagem e apontar para a necessidade de pesquisar, estudar e verificar os demais complementos do verbo.

Mantendo uma linha de pesquisa semelhante à da referida dissertação de Mestrado e acrescentando os devidos subsídios teóricos, desenvolve-se, agora, uma pesquisa de Doutorado sobre abordagens referentes à transitividade e aos demais complementos do verbo, contribuindo-se, assim, para uma reflexão mais abrangente.

As concepções de linguagem e as concepções de gramática subsidiam o entendimento e o estudo de uma língua particular. A Linguística é o alicerce para o profissional que lida com o ensino de língua, visto que, como ciência da linguagem, avança seus estudos em diversas linhas teóricas, evidenciando, assim, um distanciamento entre o uso da língua e as regras gramaticais da Gramática Normativa Tradicional.

As dificuldades de aprendizado da gramática escolar, a Gramática Normativa, ficam evidentes nas aulas de Língua Portuguesa. Alguns fatores levam a isso: a falta de base científica própria das Gramáticas Normativas, naturalmente, prescritivas, bem como as contradições entre elas. Enquanto um autor diz que determinado uso é obrigatório, por exemplo, outro afirma que é facultativo.

Diante de fatos como esse, como o professor deve se posicionar? Como resulta, então, o aprendizado do aluno? Como afirmar que um autor ou outro está correto? Questões assim sinalizam para a necessidade de um estudo criterioso das Gramáticas Normativas, com base em dados linguísticos, para a reformulação, reflexão, ampliação e/ou reorganização – reestruturação – de alguns conceitos normativos. Por que o professor e/ou a escola selecionará, para estudo, uma Gramática Normativa de tal autor e não aquela de um outro autor? Esse questionamento é mais um fator que aponta para a necessidade de uma investigação comparativa entre gramáticas.

Fez-se, então, por um lado, um estudo da transitividade e dos complementos verbais, abordando a noção normativa, passando pela Gramática do Latim e pelas teorias linguísticas funcionalista e gerativista, com o fim de se estabelecer uma exposição e um confronto entre as perspectivas estudadas, e de se confirmar as limitações – assim como algumas contradições entre autores e incoerências – das abordagens oferecidas pelas Gramáticas Normativas. Por outro lado, desenvolveu-se uma proposta teórico-metodológica de tal conteúdo da gramática, mostrando-se uma classificação mais coerente com o uso da língua oral ou escrita e mais adequada para a prática pedagógica, contribuindo-se, assim, para o processo de ensino-aprendizagem de Gramática de Língua Portuguesa.

Analisar de forma inovadora a noção tradicional é uma tarefa complexa, pois, em princípio, necessita-se de subsídios de base descritiva e científica que possibilitem um questionamento e uma reflexão do tradicional-normativo, isto é, torna-se imprescindível

complementar os estudos da linha tradicional com os dados da ciência da linguagem. Por isso, nesta análise, não se pretendem abolir os conceitos tradicionais, mas completar informações que estão obscuras e esclarecer os pontos que se apresentam contraditórios.

A noção de transitividade e de complemento verbal trazida por algumas gramáticas normativas brasileiras, em linhas gerais, mostra-se deficiente. Notam-se alguns pontos que precisam de complementação em termos de definição e exemplificação.

Segundo Haüy (1987, p.7-9),

toda conceituação científica deve partir de uma investigação sistematicamente ordenada dos objetos que se relacionam com a referida investigação. E o nível de cientificidade só é adquirido, quando o conhecimento atende a determinado número de critérios formais e os seus enunciados obedecem a determinadas leis de construção de proposições.

Ao se definir qualquer conceito, faz-se necessário o conhecimento das regras, dos limites, dos defeitos e, obviamente, do próprio conceito de definição, além de a determinação inequívoca de outros conceitos. É preciso ainda acrescentar que, se todo enunciado científico parte de certos princípios lógicos de pensamento, que são afirmações de validade universal e que tornam possível o próprio pensamento, esses devem ser considerados no sistema de relações em que cada ciência consiste. De acordo com a citação acima, contudo, não foi essa a orientação dos gramáticos nas edições de seus compêndios escolares.

A gramática elabora definições a partir de vários pontos de vista e seus critérios são ora formais, ora semânticos. Daí decorre a diversidade de conceituação. É claro que não se pretende reduzir a gramática a definições perfeitas e com elas explicar todas as estruturas linguísticas. Tal perspectiva seria, ainda segundo Haüy (1987, p.7-9),

uma atitude demasiado simplista em face da complexidade do fato gramatical. O que urge fazer é a sistematização orgânica das formas linguísticas a partir de uma conceituação uniforme e coerente, expressa com objetividade analítica.

Constata-se que, diante de definições diversas, o tratamento da transitividade e dos conceitos dos complementos verbais varia de uma gramática para outra, evidenciando-se, assim, a riqueza do objeto que aqui se propõe estudar, bem como a viabilidade de um estudo criterioso entre essas gramáticas.

Os estudantes de Língua Portuguesa, principalmente os dos cursos fundamental e médio, têm um conhecimento limitado sobre os complementos verbais e desconhecem,

sobretudo, os estudos em torno do complemento relativo e do complemento circunstancial.

O complemento relativo e o complemento circunstancial são tratados, na maioria das Gramáticas Normativas, sem critérios de diferenciação semântica, como objeto indireto e adjunto adverbial, respectivamente, fazendo crer que não existe uma uniformização teórica entre as gramáticas em relação a tais abordagens. Os estudantes, por sua vez, apesar de produzirem tais construções gramaticais, principalmente na língua oral, não estudam devidamente estas questões.

É preciso enfatizar que os conceitos normativos foram os principais motivos que levaram ao despertar para esta pesquisa. Saliente-se que apesar de as teorias linguísticas funcionalista e gerativista oferecerem dados teóricos que caracterizam a transitividade e os complementos verbais, cada uma, entretanto, seguindo uma linha de fundamentação, não são adequadas, ou não são indicadas, para o ensino de Língua Portuguesa nos níveis fundamental e médio, sendo, no entanto, adequadas para o ensino no nível superior.

A Gramática Normativa Brasileira é uma herança da Gramática Greco-Latina. Sendo assim, buscou-se apoio na Gramática da Língua Latina para esclarecer e explicar os conceitos normativos, procurando discutir as contradições entre gramáticas, em relação à transitividade dos verbos e aos complementos verbais.

Algumas questões, portanto, podem ser levantadas: Há conceitos fechados em relação aos verbos? Alguns verbos transitivos são diretos ou indiretos? Os verbos intransitivos são intransitivos mesmo? E os complementos verbais? O que em uma gramática se caracteriza como objeto indireto, por exemplo, em outra se caracteriza como complemento relativo; o que em uma se conceitua como adjunto adverbial, em outra se conceitua como complemento circunstancial. Como esclarecer, então, essas questões? Por sua vez, as teorias linguísticas funcionalista e gerativista oferecem subsídios para caracterizar os elementos sintáticos que a descrição normativa não dá conta em abordar, devido ao fato de a Gramática Normativa não ser uma teoria, não ser uma ciência e, principalmente, pelo seu aspecto puramente prescritivo.

Como já foi dito, a noção normativa de transitividade e de complementos verbais é limitada, incoerente e contraditória, não servindo como referência para o ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. Propõe-se, então, que o ensino de tais conteúdos da gramática seja feito a partir de uma abordagem teórico-metodológica, baseada na experiência¹ de situações de uso da língua oral ou escrita, adequando-se em uma classificação coerente.

¹ Seleção ou elaboração de um *corpus*, baseando-se na língua oral (diálogos, entrevistas, por exemplo) ou na língua escrita (textos selecionados ou elaborados pelo professor/pesquisador e/ou estudantes de Língua Portuguesa).

Para consolidação da análise proposta, seguiu-se uma metodologia que compreende os seguintes pontos básicos: a descrição dos conceitos e classificações normativas (Gramáticas Normativas da Língua Portuguesa); o levantamento dos conceitos e das classificações na Gramática da Língua Latina; o cruzamento entre o Latim e o Português, a partir das descrições oferecidas e estudadas nas gramáticas do Latim e do Português respectivamente; e a explanação das abordagens teóricas funcionalista e gerativista.

Fez-se um levantamento de Gramáticas Normativas (doze gramáticas), dentre as mais utilizadas no ensino fundamental e médio – a partir da prática profissional da autora desta tese, nos diversos níveis de ensino tanto na rede pública quanto na rede particular–, de autores diferentes ou mesmo autor em edição reformulada e/ou ampliada, descrevendo-se o tratamento da transitividade e dos conceitos de complementos verbais, classificações dos tipos de complementos verbais e exemplos apresentados nas Gramáticas Normativas Brasileiras selecionadas. Por seu lado, a análise dos itens descritos constou de: análise dos exemplos coletados das gramáticas, tentando-se enquadrá-los nos conceitos e classificações de tipos de transitividade e de complementos verbais nelas apresentados; comparações dos referidos conceitos, classificações e exemplos entre todas as gramáticas estudadas; estudo da transitividade e dos complementos verbais, baseando-se na Gramática do Latim (Clássico) e nas teorias linguísticas funcionalista e gerativista. Elaborou-se, ainda, pequenos *corpora* para a análise da transitividade e dos complementos verbais; descreveu-se as possibilidades de classificação dos itens estudados e desenvolveu-se uma sugestão didática para o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos em questão para o nível fundamental, médio e superior.

As doze Gramáticas Normativas estudadas estão listadas a seguir²:

- **Moderna gramática portuguesa**, de Evanildo Bechara (2003a);
- **Gramática escolar da língua portuguesa**, de Evanildo Bechara (2003b);
- **Novíssima gramática da língua portuguesa**, de Domingos Paschoal Cegalla (1978);
- **Gramática da língua portuguesa**, de Celso Ferreira da Cunha (1976);
- **Nova gramática do português contemporâneo**, de Celso Ferreira da Cunha e Luis F. Lindley Cintra (2001);
- **Gramática**, de Faraco e Moura (2002);
- **Moderna gramática brasileira**, de Celso Pedro Luft (2002);
- **Gramática contemporânea da língua portuguesa**, de José de Nicola e Ulisses Infante (1994);

² A lista das gramáticas está em ordem alfabética dos autores (último sobrenome do autor. As gramáticas que têm dois autores segue o último sobrenome do primeiro autor citado).

- **Gramática**, de Maria Aparecida Paschoalin e Neuza Terezinha Spadoto (1989);
- **Gramática normativa da língua portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2006);
- **Gramática essencial da língua portuguesa**, de Luiz Antonio Sacconi (1989);
- **Gramática**, de Ernani Terra (1996).

Em relação à Língua Latina, expõem-se exemplos dos casos do Latim Clássico, numa perspectiva sincrônica, estabelecendo-se um paralelo de correspondência de exemplos em Língua Portuguesa, no intuito de não só visualizar, mas também de comparar a transitividade e os casos latinos com a transitividade e os complementos verbais classificados na Gramática Normativa do Português Brasileiro.

As informações sobre o Funcionalismo Linguístico explicitam o tratamento da transitividade e dos complementos verbais em função do sistema comunicativo, ou seja, tanto a transitividade quanto os complementos verbais podem ser classificados numa escala de *continuum* em que não é estabelecida uma classificação estanque, fechada, absoluta, mas uma classificação relativa, a depender dos fatores pragmáticos e semânticos em que ocorra a estrutura sintática. Isso significa dizer que, baseando-se no Funcionalismo Linguístico e fazendo-se uma comparação com a classificação de transitividade e complementos verbais oferecida pelas Gramáticas Normativas, não é o verbo isolado que determina o tipo de transitividade, mas um conjunto de fatores, envolvendo-se, nesse processo, a Semântica e a Pragmática.

A teoria *theta*, por sua vez, inerente à perspectiva gerativa, é uma abordagem em que a classificação da transitividade é subjacente aos argumentos do próprio verbo e, sendo assim, os complementos verbais, na verdade, são os elementos que preenchem os argumentos selecionados sintaticamente e semânticamente, isto é, pedidos pelos verbos.

As informações investigadas no Latim Clássico, nas Gramáticas Normativas e nas teorias linguísticas funcionalista e gerativista possibilitaram uma melhor visualização da transitividade e dos complementos verbais, sendo plausível, inclusive, considerar que as abordagens teóricas servem de complementaridade uma à outra.

O primeiro capítulo, **Estudos teóricos**, é formado por três subcapítulos. No primeiro subcapítulo, intitulado **Uma breve visão da transitividade e dos complementos verbais no Latim Clássico**, procede-se a uma descrição dos casos latinos, bem como à apresentação de exemplos e à sua correspondência em Língua Portuguesa, no que se refere à transitividade e aos complementos verbais. No segundo subcapítulo, **O Funcionalismo Linguístico**, explicita, dentre outras questões, os pontos teóricos da teoria funcionalista referentes à transitividade e aos complementos verbais. No terceiro subcapítulo, **O Gerativismo Linguístico: um breve**

percurso até a Teoria Theta, discorre-se sobre o Gerativismo Linguístico até a teoria *theta*, numa descrição dos argumentos verbais.

O segundo capítulo, **A Gramática Normativa Tradicional**, compõe-se de dois subcapítulos. O primeiro subcapítulo, **Aspectos histórico e pedagógico**, divide-se em duas seções; na primeira, **História resumida da Gramática Normativa**, faz-se uma breve exposição do histórico dessa gramática e na segunda, **Implicações pedagógicas**, explicitam-se alguns aspectos teóricos e didáticos dessa gramática; no segundo subcapítulo, **A transitividade verbal e os complementos verbais em Gramáticas Normativas Brasileiras**, subdivide-se em duas seções: a primeira, **Noções gerais e comparação entre as Gramáticas Normativas**, é uma ampla descrição das abordagens de cada gramática escolhida para esta pesquisa, em que se priorizou ser fiel às ideias dos respectivos autores, apresentando-se cada aspecto estudado em quadros, explicitando o conceito – e/ou descrição – encontrado em cada gramática, seguidos de comentários que comparam as abordagens oferecidas, apontando semelhanças e diferenças entre as propostas; já a segunda, **Peculiaridades: as observações e os exemplos**, vem a ser um levantamento das observações encontradas nas gramáticas estudadas, bem como o comentário dos exemplos mais significativos e elucidativos para discussão.

O terceiro capítulo, **A transitividade e os complementos verbais**, é composto por três subcapítulos; no primeiro subcapítulo, **A questões normativa**, apresentam-se os pontos normativos investigados, em uma abordagem crítica; no segundo subcapítulo, intitulado **Outras propostas**, levou-se em conta a gramática de Perini (1996), a de Mira Mateus et alii (1989) – Português Europeu – e a de Castilho (2010), a fim de ampliar as possibilidades de abordagem do assunto em questão; no terceiro subcapítulo, **A Gramática da Experiência**, tem-se o subitem intitulado **Contribuição para o ensino de Língua Portuguesa: uma proposta de caracterização da transitividade e dos complementos verbais**, o qual é dividido em duas seções; a primeira, **Sugestão didática**, e a segunda, **exemplos e análises**, nessas duas seções se desenvolvem uma proposta didática de análise e as possibilidades de classificação, caracterização e descrição dos aspectos em questão estudados a fim de auxiliar os professores de Língua Portuguesa do ensino fundamental, médio e, principalmente, do nível superior do curso de Letras que se preocupam com a formação de professores que irão lidar com o ensino fundamental e médio. Essa proposta é representada pela Gramática da Experiência em que a classificação da transitividade e dos complementos verbais sempre parte de um *corpus* selecionado de forma dinâmica e atualizada, adequando-se a cada nível de ensino e dentro do interesse da comunidade linguística em que se trabalhe. Entretanto, vale

salientar que isso não implica em desprezar as demais abordagens, pelo contrário, elas servirão como contraponto e subsídio teórico nos níveis de ensino-aprendizagem em que se adéquem.

Ressalte-se que, durante toda a pesquisa, fez-se a devida revisão bibliográfica no que se refere à fundamentação teórica. Os dados oferecidos pela Linguística nortearam os comentários, as críticas e, obviamente, o resultado desta investigação.

Vale salientar que a necessidade de um estudo criterioso sobre a transitividade e os complementos do verbo partiu do ensino de gramática em sala de aula, como já foi dito, e o resultado desse mesmo estudo ou pesquisa terá como ponto de chegada, também, a sala de aula.

Atente-se, nesta tese, para as palavras ou expressões destacadas em *itálico* e/ou em **negrito**. As palavras ou expressões destacadas em *itálico* representam grifos do próprio autor da gramática estudada ou do livro consultado. As palavras ou expressões destacadas em **negrito** representam grifos da autora desta tese, no intuito de ressaltar, chamar a atenção. Se as palavras ou expressões estão destacadas em *itálico* e em **negrito** ao mesmo tempo, o grifo *itálico* é do autor (da gramática ou livro teórico) estudado, sendo o **negrito** da autora desta tese. Ressalte-se, ainda, que, mesmo na citação indireta, quando se fizer uso de termos específicos utilizados pelo autor de gramática ou livro teórico, esses virão em *itálico*. Essas informações, contudo, não se reportam às referências bibliográficas. Considera-se importante ainda esclarecer que a numeração das frases exemplificativas está organizada nos subcapítulos, em ordem crescente, sendo, portanto, a numeração independente em cada subcapítulo. Entretanto, a numeração das notas de rodapé bem como a numeração dos quadros está em ordem crescente seguindo sequência numérica linearmente em todo trabalho.

Esta pesquisa, que vem sendo desenvolvida desde o Mestrado, não pretende, no entanto, esgotar o tema, mas abrir caminhos para novas perspectivas de estudos, que poderão ser feitos a partir das reflexões e discussões aqui tecidas.

1 ESTUDOS TEÓRICOS

1.1 UMA VISÃO DA TRANSITIVIDADE E DOS COMPLEMENTOS VERBAIS NO LATIM CLÁSSICO

1.1.1 Aspectos gramaticais da Língua Latina

Os substantivos e adjetivos, na Língua Latina, são as palavras que servem para designar, respectivamente, os seres e seus atributos. Essas classes de palavras admitem flexões ou variações de gênero, número e caso. A Nomenclatura Gramatical Brasileira designa o vocábulo em sua forma adjetiva ao qualificar como *nominais* alguns termos sintáticos, como o adjunto, o complemento e o predicativo. Os nomes, de acordo com a Gramática da Língua Latina, são as classes de substantivos, adjetivos, numerais (FURLAN, 2006, p.44).

Os nomes, no Latim, possuem um sistema flexional de casos, declinações e um conjunto de morfemas desinenciais de caso, portanto morfológicos. Já as línguas neolatinas, não tendo conservado as desinências, baseiam-se na ordem da entrada das palavras e no uso (antecipações) de preposições para determinar as funções sintáticas na cadeia da frase, como sujeito, complementos, adjuntos.

O caso, na Língua Latina, é uma categoria gramatical. Essa categoria gramatical é que, através de desinências nominais, designa a função que um nome ou sintagma nominal exerce na frase (FURLAN, 2006, p.44). A sintaxe dos casos refere-se às funções sintáticas e aos casos correspondentes e caracteriza-se pela concordância dos determinativos restritivos com seus núcleos substantivos e pelas funções sintáticas nominais que cada um dos casos tem o poder de exprimir na cadeia da frase.

No Latim Arcaico, havia sete casos, incluindo o locativo. Estes se reduziram, posteriormente, a seis, quais sejam: nominativo; vocativo; genitivo; acusativo; dativo; ablativo. Essas desinências de casos sofreram reduções no latim vulgar até desaparecerem nas línguas românicas.

No Latim Clássico, o **nominativo** é o caso que designa a nomeação dos seres, exprimindo a função de sujeito e seu aposto e o predicativo do sujeito.

Observem-se os exemplos³ a seguir:

¹ Os exemplos (1) até (6); (11) até (132) foram retirados de Furlan (2006, p.50-54); os exemplos (7) até (10), (159) até (176), (179) até (188), (195) a (206), (209) até (360) foram retirados de Faria (1995); os exemplos (189) até (194) foram retirados de Rónai (1980) e os demais exemplos foram elaborados informalmente.

a) nominativo com função de sujeito:

(1) *Musa* poetas inspirat.

(2) “A musa inspira os poetas”.

Em (1), o nominativo *Musa* exerce a função de sujeito.

b) nominativo com função de aposto:

(3) *Musa* **Thalia** poetas comicos inspirat.

(4) “A musa Tália inspira os poetas cômicos”.

Em (3), o nominativo *Thalia* exerce a função de aposto.

c) nominativo com função de predicativo do sujeito:

(5) *Thalia est [fit] musa* .

(6) “Tália é (tornar-se) musa”.

Em (5), *Musa* exerce a função de predicativo do sujeito. Observa-se, também, que o predicativo do sujeito se relaciona com o sujeito mediante verbo de ligação *sum* ou *fio* (“ser” ou “tornar”).

O **vocativo** é um caso empregado como um elemento independente de todo o contexto da frase, não fazendo, portanto, parte da oração. Indica interpelação.

Vejam-se os exemplos:

(7) *meminist, enimprofecto, Attice* . (Cic.,Lae.,2)

(8) “ com efeito,certamente te lembraste, **Ático**”.

(9) *o diboni* !(Cic.,C.M.,69)

(10) “ **ó bons deuses**”.

O **genitivo** é o caso que gera o radical dos nomes e pode exprimir as funções de adjunto adnominal restritivo (de posse, de especificação, de preço), complemento nominal de substantivos, complementos nominais de adjetivos, partitivo (todo do qual se subtrai uma parte, que pode vir expressa por: substantivos, numerais, adjetivos, pronomes, advérbios ou adjetivos), complementos das classes de verbos como **lembrar-se** e **esquecer-se**.

Observem-se exemplos de genitivo a seguir:

a) genitivo com função de adjunto adnominal restritivo de posse (do dono e do autor), com ou sem verbo de ligação:

(11) *Coniuratio Catiline*.

(12) “Conjuração de Catilina”.

(13) *Templum (est) musae*.

(14) “O templo (é) da musa”.

Em (11) e (13), *Catiline* e *musae*, respectivamente, exercem a função de adjunto adnominal restritivo de posse .

b) genitivo com função de adjunto adnominal restritivo de especificação:

(15) *Curriculum [pl., curricula] vitae*.

(16) “Carreira(s) da vida”.

Em (15), *vitae* exerce a função de adjunto adnominal restritivo de especificação.

c) genitivo com função de adjunto adnominal restritivo de preço:

(17) *res minimi pretii*.

(18) “coisa de mínimo valor”.

Em (17), *minimi pretii* exerce a função de adjunto adnominal restritivo de preço.

d) genitivo com a função de complemento nominal de substantivo:

(19) *admiratio (cura, cognitio, confirmatio, exaltatio, laudatio, promotio, remuneratio musae [musarum])*.

(20) “admiração (cuidado, conhecimento, confirmação, exaltação, louvor, promoção, remuneração)... da musa”.

Em (19), *musae* exerce a função de complemento nominal de substantivo.

(21) *amor (timor, magnificatio, glorificatio ...) deorum*.

(22) “amor (temor, engrandecimento, glorificação) dos deuses”.

Em (21), *deorum* exerce a função de complemento nominal de substantivo.

e) genitivo com função de complemento nominal de adjetivos:

(23) *amans, avidus, conscius, cupidus gloriae*.

(24) “amante, desejoso, cômico, cobiçoso, de glória”.

(25) *peritus (expers, particeps) belli*.

(26) “perito (experiente, participante) de guerra”.

(27) *studiosus litterarum*.

(28) “estudioso das letras”.

(29) *(proprium) hominis, sapientis, artis est*.

(30) “é (próprio) do homem, do sábio, da arte”.

Em (23), *gloriae*; em (25), *belli*; em (27), *litterarum*; em (29), *hominis, sapientis, artis*, todos esses termos exercem a função de complementos nominais de adjetivos.

f) genitivo com função de partitivo, ou seja, o todo do qual se subtrai uma parte, pode ser expresso por:

- substantivos:

(31) *multitudo [magna pars] poetarum*.

(32) “uma multidão [grande parte] dos poetas”.

- numerais:

(33) *duo milia militum*.

(34) “dois mil soldados”.

- adjetivos:

(35) *celeberrimus poetarum*.

(36) “o mais célebre dos poetas”.

- pronomes indefinidos ou interrogativos:

(37) *nonnulli (multi, pouci, aliquis, quis?) poetarum*.

(38) “alguns (muitos, poucos, alguém, qual?) dos poetas”.

- advérbios ou adjetivos substantivos:

(39) *nihil (satis, parum, multum) sapientiae*.

(40) “nada (bastante, pouco, muito) de sabedoria”.

g) genitivo com função de complemento da classe dos verbos lembrar-se, esquecer-se:

(41) *remisniscor (obliviscor) musarum*.

(42) “registro (esqueço) das musas”.

O **acusativo** *acusa* (FURLAN, 2006) o objeto ou o ponto terminal da ação do verbo e exprime estas funções: objeto direto, predicativo do objeto, adjunto adverbial de movimento para onde, adjunto adverbial de extensão (temporal e espacial).

a) acusativo com função de objeto direto:

(43) *amare...parentes*.

(44) “amar (gostar de)...os pais”.

b) acusativo com função de predicativo do objeto direto:

(45) – *aspellare, nominare, vocare, dicere ... aliquem poetam et amicum*.

(46) “chamar alguém de poeta e amigo”.

(47) – *cognoscere, aestimare, putare, iudicare, sumere, dare...aliquem magistrum*.

(48) “conhecer, considerar, contar, julgar, assumir, dar alguém como (sendo) professor”.

c) acusativo com função de adjunto adverbial de movimento para onde, geralmente com preposição *ad* ou *in*:

(49) *venire Siciliam, in Italiam, in (ad) urbem Romam*.

(50) “vir para a Sicília, para a Itália, para a cidade de Roma”.

d) acusativo com função de adjunto adverbial de extensão temporal:

(51) *(per) totam noctem dormire*.

(52) “dormir (por) toda noite”.

(53) *regnare tres annos*.

(54) “reinar por três anos”.

e) acusativo com função de adjunto adverbial de extensão espacial:

(55) – *murus longus, latus, altus decem pedes*.

(56) “muro longo, largo, com dez pés de altura”.

(57) *abest duos passus*.

(58) “dista dois passos”.

O **dativo** se refere à pessoa ou à coisa à qual algo é dado ou se destina, exprimindo as funções de: objeto indireto de verbos transitivos indiretos; objeto indireto de verbos transitivos direto-indiretos; complemento nominal de adjetivos; duplo dativo do complemento de verbos que exprimem finalidade, efeito ou resultado de ação; dativo do agente da voz passiva; a posse expressada pelo verbo *sum*.

Vejam-se exemplos de dativos:

a) dativo com função de objeto indireto de verbos transitivos indiretos:

(59) *benedicere, (con)fidere, credere, favere, nubere, obtemperare, oboedire, parcere, persuadere, placere ... musae (musis)*.

(60) “bendizer, (con)fiar em, crer em, favorecer a, casar-se com, submeter-se, obedecer, poupar, persuadir a, agradar ... à musa”.

(61) *studere litteris*.

(62) “dedicar-se às letras”.

b) dativo com função de objeto indireto de verbos transitivos direto-indiretos:

(63) *dare, dicere, negare, muntiare, ostendere, respondere, scribere, tribuere ... aliquid poetae (poetis)*.

(64) “atribuir, negar, anunciar, mostrar, responder ... algo ao poeta”.

c) dativo com função de complemento nominal de adjetivo:

(65) *aurora est amica, apta, benefica, benevola, cara, grata, oSPortuna, proxima, incunda, salutaris, utilis, vicima ... musae (musis)*.

(66) “a aurora é amiga, ... da musa”.

(67) *procella est damnosa, nociva, adversa, molesta, acerba, malefica, odiosa, periculosa, pernicioso ... nautae (nautis)*.

(68) “a tempestade é danosa ... ao marinheiro”.

d) dativo com função de duplo dativo do complemento de verbos que exprimem finalidade, efeito ou resultado de *esse* (sum), no sentido de “servir para causar”:

(69) *procella magnae curae est nautae (nautis)*.

(70) “a tempestade é motivo de grande apreensão para o marinheiro”.

dare, ducere, tribuere, no sentido de “atribuir”:(71) *gloriae et laudī dare magistro.*

(72) “atribuir ao mestre como (motivo de) glória e louvor”.

dare, venire, mittere, relinquere, para exprimir finalidade:(73) *auxilio venire amicis.*

(74) “vir em auxílio dos amigos”.

e) dativo com função de dativo do agente da voz passiva em frases integradas pelo gerundivo:(75) *poetae [poetis] veneranda est musa.*

(76) “cabe ao poeta venerar a musa” ou “a musa deve ser venerada pelo poeta”.

(77) *senior mihi (tibi, illi ...) venerandus est.*

(78) “o mais idoso (um senhor) deve ser venerado por mim (por ti, por ele)”.

O verbo **sum** também pode exprimir a posse, “ser, pertencer”, com o nominativo do termo que expressar o objeto possuído e com o dativo ou o genitivo do termo que exprime o possuidor.

Exemplos:

(79) *templum musis (musarum) est.*

(80) “o templo é das musas” ou “as musas têm um templo”.

O **ablativo** exprime a função de adjuntos adverbiais de companhia, origem, lugar, referência, autoria, carência, ora preposicionados, ora não; de meio, causa, motivo, modo, companhia, preço e tempo, etc.

a) ablativo com função de adjunto adverbial de companhia ou união:(81) *cenare cum amicis.*

(82) “cear com amigos”.

b) ablativo com função de adjunto adverbial de origem:(83) *Catilina nobili, genere, (loco) natus est.*

(84) “Catilina nasceu de família nobre”.

c) ablativo com função de adjunto adverbial de lugar:

(85) *excedere (exire, egredi) (ex) urbe.*

(86) “sair da cidade”.

d) ablativo com função de adjunto adverbial de carência:

(87) *cacere, egere, indigere auxilio.*

(88) “precisar de auxílio”.

e) ablativo com função de adjunto adverbial de meio ou instrumento:

(89) *gladio ferire.*

(90) “ferir com espada”.

(91) *curru et equo vehi.*

(92) “andar de carro e a cavalo”.

f) ablativo com função de adjunto adverbial de causa ou motivo, ora com preposição *de, ex, prae* ..., ora sem ela:

(93) *famere perire.*

(94) “perecer de fome”.

(95) *exultare victoria.*

(96) “exultar com a vitória”.

g) ablativo com função de adjunto adverbial de modo, ora sem preposição ora com a preposição *cum*:

(97) *iure, vii, dolore, agere.*

(98) “agir com justiça, com violência, com dolo”.

(99) *quomodo, quopacto.*

(100) “de que modo”.

(101) *morere et ritu pecorum.*

(102) “a maneira e costume de ovelhas”.

(103) *data venientia patris.*

(104) “com licença do pai”.

(105) *summa cum laude*.

(106) “com sumo louvor”.

h) ablativo com função de adjunto adverbial de preço:

(107) *magno pretio (magna pecunia vendere)*.

(108) “vender por preço alto”.

i) ablativo com função de adjunto adverbial de tempo (sem preposição, aquele que, por si mesmo, designa tempo):

(109) *prima luce*.

(110) “ao amanhecer”.

(111) *mediq nocte*.

(112) “à meia noite”.

(113) *vere, aestate, autumnq, hieme*.

(114) “na primavera, verão, outono, inverno”.

j) ablativo com função de adjunto adverbial de tempo (com preposição):

(115) *in feriis*.

(116) “nas férias”.

(117) *in bello*.

(118) “na guerra”.

k) ablativo com função de agente da voz passiva expressa por seres animados precedido da preposição *a, ab* (ante vogal) e *abs* (ante *t*):

(119) *ille amatur a patre, ab amicis et abs te*.

(120) “ele é amado pelo pai, por amigos e por ti”.

l) ablativo por seres inanimados, sem preposição:

(121) *hostis consumitur fame*.

(122) “o inimigo é consumido pela fome”.

m) ablativo com função de adjunto de lugar onde, com *in*:

(123) *permanere in insula*.

(124) “permanecer na ilha”.

(125) *sedere in sella*.

(126) “estar sentado num assento”.

n) ablativo com resíduos do caso locativo:

(127) *domi*.

(128) “em casa”.

(129) *Romae*.

(130) “em Roma”.

(131) *ruri*.

(132) “no campo”.

1.1.2 A relação entre o Latim e o Português

Como se pode perceber, o conhecimento da sintaxe latina pode servir para elucidar questões relativas à sintaxe da Língua Portuguesa. Em Latim, o caso é morfológico e em Português o caso é sintático. Desse modo, enquanto em Latim a transitividade é percebida pelas desinências dos complementos, em Português, ela é marcada a partir da ordem das palavras ou pela presença ou não da preposição, resultando daí diferentes construções.

Convém observar que, obviamente, a transitividade dos verbos em Latim e em Português nem sempre é coincidente. Ressalte-se o caso do duplo acusativo latino que resulta, em português, não em dois objetos diretos, mas em um objeto direto e um objeto indireto.

Existem grupos de verbos que selecionam duplo acusativo e grupos de verbos que selecionam acusativo e dativo como complementos. Contudo, em Português, esses mesmos verbos são considerados transitivos diretos e indiretos⁴, e selecionam como complementos um objeto direto e um objeto indireto concomitantemente.

Exemplos:

(133) *Ovem* rogabat cervus *modium tritici* lupo sponsore.

(134) “O veado pedia à ovelha uma medida de trigo sendo o lobo o fiador”.

Em (133), *ovem* é acusativo e *modium tritici* é acusativo também. Já na frase (134), em Português, à ovelha é classificada como objeto indireto e uma medida de trigo como objeto direto.

⁴ Esses verbos em algumas Gramáticas Normativas são chamados de *bitransitivos*.

Em Latim, a transitividade também é marcada pela semântica do verbo, visto que existem verbos que são usados em situações semelhantes e apresentam transitividade distinta, como nos exemplos:

(135) *Magistra linguam latinam pueros docet.*

(136) “A professora ensina **língua latina aos meninos**”.

Em (135), *linguam latinam* é acusativo e *pueros* é acusativo também. Em Português, na frase (136), **Língua Latina** é objeto direto e **aos (ou para os) meninos** é objeto indireto. Exemplos:

(137) *Magistra fabulam puero narrat.*

(138) “A professora conta **uma fábula ao menino**”.

Em (137), *fabulam* é acusativo e *puero* é dativo. Em Português, na frase (138), **uma fábula** é objeto direto e **ao menino** é objeto indireto.

(139) *Caesar militibus suis magna praemia donabat.*

(140) “Cesar dava **grandes prêmios aos seus soldados**”.

Em (139), o verbo *donabat* (**dar**) pode ser classificado como transitivo direto e indireto em Latim, porque é completado com um acusativo plural: *magna praemia* e com um dativo: *militibus suis*. Em Português, na frase (140) **grandes prêmios** é objeto direto e **aos seus soldados** é objeto indireto. Os verbos **ensinar**, **narrar** e **dar** são considerados em Língua Portuguesa verbos transitivos diretos e indiretos.

Em relação ao duplo acusativo, Faria (1995) observa que:

[...] ainda como uma consequência do primitivo estado de coisas, em que o acusativo era independente do verbo, mantém-se em latim o uso de alguns verbos serem acompanhados de dois acusativos (duplo acusativo). Isto costuma acontecer na prosa clássica só com os verbos *docere* “ensinar” (o mais usado), *celare* “esconder”, *poscere* “reclamar”, *flagitare* “solicitar”, etc. (FARIA, 1995, p. 295, grifo do autor)

Vejam-se mais exemplos de duplo acusativo: um de pessoa e um de coisa.

(141) *Doceo pueros gramaticam.*

(142) “Ensino **gramática aos meninos**”.

(143) *Natura docet homines omnes artes.*

(144) “A natureza ensina **aos homens todas as artes**”.

Em Latim, o caso acusativo é marcado pela desinência *m* indicando, majoritariamente, a função de objeto direto. Já em português, o objeto direto, correspondente ao acusativo latino, majoritariamente, é marcado pela ordem na oração, além da ausência de preposição, como se pode verificar nos seguintes exemplos:

(145) *Petrus Mariam amat.*

(146) *Mariam Petrus amat.*

(147) “Pedro ama Maria”.

(148) “Maria ama Pedro”.

Nos exemplos (145) e (146), pode-se, pois, perceber que a ordem em Latim não modifica o estatuto do acusativo (objeto direto) *Mariam*, marcado pela desinência *m*; já em Português, se mudarmos a ordem, **Maria** passa da função de objeto direto em (147) para a de sujeito em (148). Em Latim, independente da posição que ocupe na ordem da frase, o acusativo como objeto direto pode ser identificado pela sua desinência, na maioria das vezes diferenciada do nominativo (caso do sujeito). Entretanto, saliente-se que a possibilidade de interpretação ambígua já existe no próprio Latim quando se trata das palavras que têm casos iguais: nominativo, vocativo e acusativo, principalmente as do gênero neutro, necessitando, nesses casos, da ordem das palavras na frase, como no exemplo abaixo:

(149) *Venatores animalia occidunt.*

(150) “**Os caçadores** mataram **os animais/os animais** mataram **os caçadores**”.

Na Língua Portuguesa, por não existirem desinências de caso como no Latim, a ordem estrutural da sentença exerce um forte papel na questão da identificação do sujeito e do objeto. Sentenças do tipo **sujeito – verbo – objeto** (SVO), paralelas às sentenças (151) e (152), dificilmente apresentam problemas de ambiguidade:

(151) **Mariana** ama **João**.

(152) **O pai** ajuda **o bom filho**.

Mariana em (151) e **o pai** em (152) ocupam a posição de sujeito (S) – antes do verbo (V) – e **João** em (151) e **o bom filho** em (152) ocupam a posição de objeto – depois do verbo –, assumindo-se, assim, uma estrutura SVO. No Latim, contudo, qualquer que fosse a ordem estrutural da sentença – exceto no caso das palavras que têm casos iguais ou do gênero neutro, como já visto, não haveria ambiguidade entre o que funcionaria como sujeito (caso latino nominativo) e o que funcionaria como objeto direto (caso latino acusativo), pois a desinência estava na palavra, independentemente da posição que esta ocupasse na sentença.

Observem-se os seguintes exemplos:

(153) Amar **a Deus**.

(154) **Ao Paulo** ama Maria.

(155) **Ao bom** filho o pai ajuda.

Os complementos dos verbos **amar** e **ajudar** nas sentenças (153), (154) e (155), conhecidos como objetos diretos preposicionados, são preposicionados no Português Brasileiro (PB) por razões estilísticas – sentença (153) – e semânticas – sentenças (154) e (155) – as quais a Gramática Normativa procura explicar através de regras. Portanto, no exemplo (153), a preposição **a** antes do nome **Deus** ocorre apenas por uma questão de estilo e não por necessidade do verbo, do próprio objeto ou por questões semânticas. Então, o uso de preposição, neste caso, não é obrigatório. Já nos exemplos (154) e (155), a preposição ocorre por motivo semântico, isto é, para desfazer a ambiguidade entre o que funciona como sujeito e o que funciona como objeto.

No Latim, entretanto, não existiam essas formas preposicionadas (objeto direto preposicionado), isto é, acusativo preposicionado correspondendo à função sintática de objeto direto, porque a desinência de acusativo estava inserida morfologicamente no próprio nome, como se verifica nos exemplos (156) a (158).

(156) *Amare Deum.*

(157) *Maria amat Paulum.*

(158) *Pater filium sedulum adiuvat.*

A abordagem do acusativo apresenta alguns tópicos que elucidam a estreita relação entre esse caso latino e o objeto direto. O caso acusativo corresponde ao objeto direto e a sua presença na frase indica, preferencialmente, a pessoa ou a coisa à qual passa imediatamente a ação do verbo. É preciso chamar a atenção para o fato de que, no Latim, a transitividade se estabelece automaticamente pela presença do acusativo, sem necessidade, portanto, do uso da preposição, como se pode ver nos exemplos apresentados a seguir:

(159) *Deus coelum et terram creavit.*

(160) “Deus criou **o céu e a terra**”.

(161) *Aquila muscas non capit.*

(162) “Uma águia não apanha **moscas**”.

(163) *Sol lucem et vitam plantis dat.*

(164) “O sol dá **luz e vida** às plantas”.

(165) *Epistulam tibi scribo.*

(166) “Escrevo-te **uma carta**”.

O objeto direto preposicionado não existe no Latim Clássico, muito embora se verifique, excepcionalmente, só para alguns verbos, a incidência da preposição antecedendo o acusativo, no caso da transitividade indireta, em substituição, portanto, ao dativo (caso do objeto indireto), conforme os seguintes exemplos:

(167) *Credo in unum Deum.*

(168) “Creio *em um só Deus*”.

A construção do objeto direto preposicionado é, na verdade, uma decorrência da uniformização das desinências das palavras na passagem do Latim para o Português e uma tentativa de evitar a confusão passível de existir na identificação do sujeito e do objeto direto. É também uma questão de reforço e de estilo, como se pode ver nos exemplos a seguir:

(169) *Pater filios amat.*

(170) “O pai ama **aos filhos**”.

(171) *Gladium destringere. (Caesar).*

(172) “Puxar **da espada**”.

(173) *Gladium educere. (Cícero)*

(174) “Arrancar **da espada**”.

(175) *Edi panem et bibi vinum.*

(176) “Comi **do pão** e bebi **do vinho**”.

Observa-se que o denominado objeto direto preposicionado da Língua Portuguesa corresponde ao caso acusativo latino, tendo, porém, por diferença a presença da preposição. As frases latinas não possuem acusativo preposicionado correspondendo ao objeto direto preposicionado do português. No Latim, quando o acusativo ocorre preposicionado, corresponde, em Português, à função sintática do adjunto adverbial, como se verifica a seguir:

(177) *Ad rivum eumdem lupus et agnus venerunt, siti compulsi.*

(178) “**Para o mesmo rio** o lobo e o cordeiro vieram, impelidos pela sede”.

(179) *Terra circum solem movetur.*

(180) “A terra gira **ao redor do sol**”.

(181) *In Italiam navigare.*

(182) “Navegar **para (rumo) a Itália**”.

(183) *Prope scholam campus est.*

(184) “**Perto da escola** existe um campo”.

(185) *Post paucos dies ciconia vulpen ad domum suam invitavit.*

(186) “**Depois de alguns dias** a cegonha convidou a raposa **para sua casa**”.

(187) *Deus creavit coelum et terram intra sex dies.*

(188) “Deus criou o céu e a Terra **em seis dias**”.

A função do adjunto adverbial é exercida prioritariamente pelo ablativo, todavia algumas preposições exigem a presença do acusativo para a construção do adjunto adverbial, assim como outras regem o ablativo para a mesma função sintática, que não é, portanto, exclusiva do acusativo, tal como acontece com o objeto direto.

O acusativo, entretanto, pode assumir, ainda, diversas outras funções sintáticas como: (RÓNAI, 1980).

a) sujeito da oração infinitiva:

(189) *Renuntiatum est vicisse Boeotos.*

(190) “Foi anunciado que **os beócios** tinham vencido”.

b) predicativo da oração infinitiva:

(191) *Scio te carnis meae cupidum esse.*

(192) “Sei que és **ávido** da minha carne”.

c) oração exclamativa:

(193) *O me miserum!*

(194) “**Coitado de mim !**”.

Afora estes casos, os acusativos antecidos de preposição são todos eles casos de adjuntos adverbiais, nos quais a ausência da preposição nem sempre dificulta a compreensão desta função exercida pelo acusativo, pois a transitividade dos verbos não costuma deixar dúvidas.

Os exemplos a seguir ilustram esta função do acusativo:

Adjunto adverbial de lugar:

(195) *Exercitum domum reduxit incolumem.*

(196) “Reconduziu incólume o exército **à pátria**”.

Adjunto adverbial de tempo:

(197) *Duodequadráginta annos* tyrannus Syracusanorum fuit Dionysius.

(198) “**Durante trinta e oito anos**, Dionísio foi tirano dos siracusanos”.

O Latim conhece construções com duplo acusativo como se alguns verbos transitivos diretos e indiretos se satisfizessem com dois objetos diretos (um de coisa e outro de pessoa) ocupando o acusativo a sua própria função e a função do dativo (caso do objeto indireto).

Encontram-se dois acusativos – um de pessoa, outro de coisa – ao lado de alguns verbos, como *doceo*, *rogo* e outros.

Exemplos:

(199) *Discipulos linguam latinam doceo*.

(200) “Ensino **aos alunos a língua latina**”.

(201) *Milites ducem sententiam rogaverunt*.

(202) “Os soldados pediram **ao general a sua opinião**”.

(203) *docere aliquem litteras*. (Cic.,pis.,73)

(204) “ensinar **a alguém as letras**”.

O acusativo pode acompanhar um verbo habitualmente intransitivo, servindo-lhe de objeto direto, contanto que tenha a mesma raiz do verbo ou, ao menos pelo sentido, lhe seja equivalente. Esse tipo de acusativo é denominado acusativo de qualificação, acusativo da figura etimológica ou acusativo interno, como se pode ver nos seguintes exemplos (205) e (206) e mais adiante (p.50) nos exemplos de (349) a (354).

(205) *tutiores vitam vivere*. (Cíc.Verr., 2, 118)

(206) “**viver uma vida** mais segura”.

Chama-se atenção para o fato de que este caso é o mesmo existente em Português quando se dá a um verbo intransitivo a conotação de transitivo direto, conforme se pode verificar nos exemplos (207) e (208):

(207) Eu **bebi** muito.

(208) Eu **bebi** a água pura da fonte.

Em relação aos casos (206) e (208), a maioria das Gramáticas Normativas do Português do Brasil considera os complementos desses verbos como objeto direto interno, o qual acompanha verbo intransitivo (funcionando, segundo a maioria das referidas gramáticas, como transitivo), entretanto na Gramática da Experiência (proposta em **3.3**) esses verbos

quando se apresentam nessa situação o complemento deve ser considerado objeto de redundância e o verbo continua sendo considerado intransitivo.

O objeto indireto, por sua vez, é o que corresponde ao caso dativo, em Latim (como já visto em **1.1.1**, p. 27). O dativo é o caso que se refere à pessoa ou ao objeto aos quais algo é dado ou se destina. Diferentemente do objeto indireto do Português, o dativo desempenha também a função de complemento nominal de adjetivos (como descrito em **1.1.1**, p.27). Além disso, o dativo corresponde ao objeto indireto de verbos transitivos diretos e indiretos; duplo dativo do complemento de verbos que exprimem finalidade, efeito ou resultado de ação; dativo do agente da voz passiva; e a posse expressada pelo verbo *sum* (ver exemplos **1.1.1**, p.28).

Sabe-se, contudo, que o valor primário do dativo é indicar a atribuição, referindo a quem ou a que é destinada uma coisa ou no interesse de quem, ou para quem ela se faz. Esse ponto fundamental de atribuição esclarece o emprego do dativo como complemento não apenas de verbos, mas também de substantivos e adjetivos.

Faria (1995) destaca que:

Os verbos que significam dar, enviar, aconselhar, dizer, impor, pedir ou suplicar, prometer, etc., são geralmente os verbos transitivos que admitem a construção com o dativo de objeto indireto acompanhando o acusativo de objeto direto. Entretanto, só a prática dos autores e os bons dicionários podem esclarecer sobre o emprego e a regência dos verbos, muito dos quais, aliás, podem ter mais de uma construção através das várias épocas da língua, ou ainda na mesma época, segundo os diversos matizes de significação, ou puramente de estilo, com que são usados. Assim, por exemplo, *adular* “acariciar, adular”, no período arcaico da língua e em Cícero, sempre vem construído com o complemento direto no acusativo, mas, principalmente a partir de T. Lívio, cada vez mais se generaliza a sua construção com dativo. (FARIA, 1995, p.306)

Vejam-se os exemplos:

(209) *Hirtio cenam dedi*. (Cic., Fam., 9,20,2)

(210) “dei uma ceia **a Hirtio**”.

(211) *cauendum est ne **adsentatoribus** patefaciamus auris neue adulare nos sinamus*.
(Cíc, Of.1, 91)

(212) “cumpre precavermo-nos para não abrimos os ouvidos **aos lisonjeiros** e não nos deixarmos adular”.

Alguns verbos que exprimem ideia de contato ou aproximação podem ser construídos com dativo. Esse dativo é denominado de dativo de contato ou de aproximação. Faria (1995) ressalta que:

cumpre, porém, advertir que tais verbos são pouco numerosos, [...], e mais ainda, admitem concomitantemente outras construções em que o dativo é substituído por uma preposição que acompanha acusativo ou ablativo, etc. (FARIA, 1995, p.307).

Nesse caso, destacam-se os exemplos:

(213) *ut aedificio iungatur*. (Cés., B. Ciu., 2,10,7)

(214) “para que se junte **ao edifício**”.

(215) *causa ex pluribus quaestionibus iuncta*. (Cíc., Inu., 1,17)

(216) “causa constituída **por grande número de questões**”.

O complemento dativo pode, também, acompanhar substantivos que derivam dos verbos que normalmente se constroem com o dativo, assim como alguns adjetivos do mesmo radical desses verbos ou que a eles são presos por uma significação semelhante, como nos exemplos a seguir:

(217) *justitia est obtemperatio scriptis legibus institutisque populorum*. (Cíc., Leg., 1,42)

(218) “a justiça é a obediência **às leis escritas e as instituições** dos povos”.

(219) *condiciones pacis aequas uictis ac uictoribus fore*. (T. Lív., 9,4,3)

(220) “que as condições de paz seriam iguais **para os vencidos e vencedores**”.

A ideia primitiva de atribuição justifica o emprego do dativo como complemento de alguns adjetivos como *aptus*, *accommodatus*, *idioneus*, *gratus*, *fidus*, *infestus* e outros, como nos seguintes exemplos:

(221) *ea quae naturae sentit apta*. (Cíc., Fin., 5, 24)

(222) “o que sente ser conveniente **à natureza**”.

(223) *quem ex omnibus domino fidissimum credbat*. (T.Lív., 33, 28, 13)

(224) “que de todos os escravos julgava ser o mais fiel **ao senhor**”.

Têm-se também outros tipos de dativo, que são os seguintes: dativo de interesse; dativo de posse; dativo de referência; dativo ético; dativo de agente ou obrigação; dativo de destinação; dativo de direção.

O dativo de interesse indica a pessoa interessada no fato enunciado pela oração, em cujo proveito ou prejuízo se faz uma coisa, como se pode verificar no seguinte exemplo:

(225) *non solum **nobis** diuitis esse uolumus, sed **liberis, propinquis, amicis**.* (Cíc., Of.,3,63)

(226) “não só **para nós** queremos ser ricos, mas **para os filhos, os parentes, os amigos**”.

O dativo de posse é uma extensão do dativo de interesse, significando que algo existe para/em proveito de alguém; é empregado junto ao verbo *sum* para indicar o possuidor de uma coisa, como no exemplo:

(227) *cum **istoc** mihi negoti nihil est.* (Plaut., Curc., 465)

(228) “não tenho negócio algum **com este indivíduo**”.

O dativo de referência indica a pessoa com referência à qual uma afirmação é verdadeira, com relação a quem tem existência real; relaciona-se à frase inteira e não somente ao verbo, como se verifica no seguinte exemplo:

(229) *non **tibi** ego exempli satis sum?* (Ter., Heaut.,920)

(230) “não sou **para ti** um exemplo bastante?”

O dativo ético indica uma participação afetiva na ação expressa pelo verbo, normalmente aparece com os pronomes pessoais da primeira e segunda pessoas e é encontrado com mais frequência nos diálogos, nas apóstrofes ou admoestações, nas interpelações, etc., por ser um recurso estilístico da língua falada.

Vejam-se os seguintes exemplos:

(231) *quid **tibi** uis, inquit, insane?* (Cíc., De Or., 2, 269)

(232) “que queres (**tu**), insensato?”

(233) *nunc amici anne inimici sis imago **mihi** sciam.* (Plaut.,Cas., 515)

(234) “agora saberei se és (**para mim**) a imagem do amigo ou do inimigo”.

O dativo de agente ou obrigação indica que há uma obrigação para tal pessoa, como se verificam nos exemplos a seguir:

(235) *haec praecipue colendast **nobis***. (Cíc., De Or., 2, 148)

(236) “esta (a diligência) deve ser especialmente cultivada **por nós**”.

(237) *consolandus hic **mihist***. (Plaut., *Baech.*, 6 25)

(238) “este deve ser consolado **por mim**.”

O dativo de destinação indica a que se destina uma coisa. Normalmente, este dativo vem acompanhado do dativo de objeto indireto ou de interesse; é empregado geralmente nas construções com verbos de movimento como *eo* “ir”; *mitto* “enviar”; *duco* “conduzir”; *aduco* “trazer”; *uenio* “vir”, dentre outros, além de algumas expressões ou locuções formadas com o substantivo *dies*.

Vejam-se exemplos de dativo de destinação:

(239) (*Veientes*) ... *pars **Sabinis** eunt subsidio*. (T.Lív., 2, 53, 2)

(240) “Parte dos veientes vão em socorro **dos sabinos**”.

(241) *quem auxilio **Caesari** Haedui miserant*. (Cés., B. Gal., 1, 18, 10)

(242) “(a cavalaria) que os éduos haviam mandado em auxílio **de César**”.

O dativo de destinação pode, também, ser construído com o verbo *sum* com dois dativos, sendo um deles um dativo de interesse (*datiuus commodi* ou *incommodi*), e outro que serve para indicar o efeito ou consequência de uma coisa, como no seguinte exemplo:

(243) *omniaque quae **uiuis cordi** fui sse arbitrantur*. (Cés., B. Gal., 6, 19, 4)

(244) “e tudo que pensam ter sido **caro aos vivos**”.

O dativo de direção, por sua vez, constrói-se com os verbos de movimento, no lugar da construção clássica que exigia o acusativo precedido de *ad* ou de *in*.

Observem-se exemplos de dativo de direção:

(245) *it clamor **caelo***. (Verg., *En.*, 5, 451)

(246) “Vai um clamor **ao céu**”.

(247) *iam satis **terris** niuis atque **dirae grandinis** misit pater*. (Hor., *Od.*, 1, 2 ,1-2)

(248) “O pai dos deuses já enviou **às terras bastante neves e sinistro granizo**”.

Em relação ao verbo **gostar**, existem tais correspondências em Língua Latina:

- *Amare* (baseia-se no sentimento).

(249) *Discipuli **magistros** amant*.

(250) “Os alunos amam **os professores**”.

O complemento do verbo *amare* em (249) é um acusativo, *magistros* no Latim; em (250), é objeto direto em Português, **os professores**.

(251) *Milites imperatorem sum valde amabant.*

(252) “Os soldados amavam muito **seu imperador**”.

O complemento do verbo *amare*, em (251), é um acusativo, *imperatorem sum*; em Português, é um objeto direto, **seu imperador**, em (252).

- *Deligere* (é sinônimo de *amare* mas pressupõe uma escolha).

(253) *Pomum deligere.*

(254) “Gostar de maçã”.

No exemplo (253), *Pomum* é um acusativo, no Latim; já em Língua Portuguesa, na frase correspondente em (254), **de maçã** é um complemento relativo – de acordo com algumas Gramáticas Normativas – ou objeto indireto – de acordo com outras Gramáticas Normativas (ver capítulo 2).

- *Probare* (apreciar, julgar).

(255) *Vulgus amicitias utilitate probat.*

(256) “O povo aprecia as amizades pela utilidade”.

Em (255), o complemento do verbo *probare*, na Língua Latina, é um acusativo, *amicitias*; na frase correspondente em Língua Portuguesa (256), o complemento do verbo **apreciar** é um objeto direto, **as amizades**.

Se o verbo *probare* da Língua Latina corresponder ao verbo **apreciar** na Língua Portuguesa, o complemento verbal na Língua Portuguesa será um objeto direto, mas, se corresponder ao verbo **gostar**, o complemento verbal será um complemento relativo ou um objeto indireto. Observem-se os exemplos a seguir:

(257) *Virtutem alicujus probare.*

(258) “Gostar do mérito (da virtude) de alguém”.

(259) “Apreciar o mérito (a virtude) de alguém”.

Em (257), o complemento do verbo *probare*, em Latim, é um acusativo; as frases que correspondem em Português são (258) e (259). Quando o verbo significa **gostar**, o complemento é o complemento relativo (ou objeto indireto, de acordo com algumas abordagens normativas) **do mérito (da virtude)**; significando **apreciar**, o complemento verbal é o objeto direto **o mérito**.

O verbo *delectari* em Latim completa-se com um ablativo, mas em português pode vir acompanhado do complemento relativo (ou objeto indireto, segundo algumas Gramáticas Normativas), como se verifica no exemplo a seguir:

(260) *delectari lectione.*

(261) “gostar de ler (da lição)”.

Em (260), *lectione* corresponde ao caso ablativo; de **ler (da lição)** (261), em Português, é o complemento relativo (ou objeto indireto conforme algumas gramáticas).

Observe-se o seguinte exemplo:

(262) *Otium complecti.*

O complemento do verbo – em (262), está no acusativo *otium*; em Português a frase correspondente (263):

(263) “gostar de descanso”.

O complemento do verbo em (262) aparece como complemento relativo (ou objeto indireto, conforme algumas Gramáticas Normativas).

- *Studere* (desejar)

(264) *novis rebus studere.*

(265) “desejar novas coisas”.

Em (264), Língua Latina, o complemento do verbo *studere* está no dativo, *novis rebus*; já na frase correspondente em Português (265), o complemento do verbo aparece como objeto direto, **novas coisas**.

Observem-se a seguir os exemplos (266), (267) e (268):

(266) *Agriculturae non student.*

(267) “Não gostam de agricultura”.

(268) “Não desejam a agricultura”.

Em Latim, o complemento verbal da frase (266) corresponde ao caso dativo; nas frases correspondentes em Língua Portuguesa (267) e (268), observa-se, respectivamente, o seguinte: quando estão com o verbo **gostar**, o complemento verbal é o complemento relativo (ou o objeto indireto, segundo algumas gramáticas normativas), **de agricultura**; quando o verbo é **desejar**, o complemento é um objeto direto, **a agricultura**.

Em Latim, o caso ablativo corresponde à função de adjunto adverbial na Língua Portuguesa (ver 1.1.1, p. 28). O ablativo latino representa a síntese de três casos (FARIA, 1995, p. 310-319): o ablativo propriamente dito, o ablativo instrumental e o ablativo locativo.

Existe, também, o ablativo absoluto. Ressalte-se que, em alguns casos, o ablativo pode estar preposicionado ou não. O ablativo propriamente dito, em princípio, indicava o ponto de partida ou afastamento.

Vejam-se os exemplos a seguir:

(269) *cum Tullius **rurē** redierit.* (Cíc.,Fam., 5,20,9)

(270) “quando Túlio voltar **do campo**”.

(271) *equitatu **ex castris** educto.* (Cés.,B. Gal., 7, 79,1)

(272) “retirada a cavalaria **do acampamento**”.

O ablativo de separação decorre do sentido primitivo do ponto de partida e aparece com os verbos que indicam uma ideia de separação, privação (ou falta) e exclusão.

Verifiquem-se os exemplos a seguir:

(273) *ut Caesar **ab exercitu** intercludatur.* (Cés., B. Gal., 7,1,6)

(274) “para que César fosse separado **do seu exército**”.

(275) ***anima** priuabu uirum.* (Plaut., Men., 905)

(276) “Privarei o homem **da alma**”.

O ablativo de origem é uma decorrência do ablativo de ponto de partida. É usado com verbos que indicam origem ou procedência, como no exemplo:

(277) *ut **patre certo** nascerere.* (Cíc., Rosc., Am., 46)

(278) “nasceres **de pai certo**”.

O ablativo de comparação é uma decorrência do ablativo de afastamento e indica o ponto de partida da comparação. Esse tipo de ablativo é empregado apenas quando o primeiro termo da comparação estiver no nominativo ou no acusativo, veja-se o exemplo:

(279) ***luce** sunt clariora nobis tua consilia omnia.* (Cíc., Cat., 1,6)

(280) “para nós, os teus planos todos são mais claros **do que a luz**”.

O ablativo de matéria é preso ao ablativo de origem, indicando de que matéria é feita uma coisa, um objeto, como no exemplo:

(281) *et uiridi in campo templum de **marmore** ponam.* (Ver., Geo., 3,13)

(282) “e na planície verdejante levantarei um templo **de mármore**”.

O ablativo instrumental representa a pessoa ou coisa que faz a ação indicada pelo verbo. É o caso do adjunto circunstancial de companhia, de instrumento, de modo, de qualidade, de instrumento, de lugar, etc.

O ablativo de companhia indica o adjunto adverbial de companhia.

Vejam-se exemplos de ablativo de companhia:

(283) *Cum omnibus copiis* exirent. (Cés., B., Gal., 1,2,2)

(284) “partissem **com todas as tropas**”.

(285) *comitatus Achate*. (Verg., En., 1,312)

(286) “acompanhado **de Acates**”.

O ablativo de circunstância indica as circunstâncias que acompanham a ação do verbo.

Exemplos:

(287) *in hac officii in maiorem partem diei cum tunica pulla* sedere solebat. (Cic., Verr., 4,54)

(288) “**nesta oficina** costuma sentar-se **com uma túnica de lã** grosseira, **grande parte** do dia”.

O ablativo de modo é uma extensão do ablativo de circunstância, indicando o modo em conformidade com que é feita a ação indicada pelo verbo, como por exemplo:

(289) *bonoque ut animo* sedeant in subselliis. (Plaut., Poen., 5)

(290) “para que **de boa vontade** se sentem nos bancos”.

O ablativo de qualidade serve para indicar uma qualidade distintiva ou essencial, ou, ao contrário, um caráter exterior ou a uma disposição *do espírito* (FARIA, 1995, p. 314) em que se encontra uma pessoa em dado momento. É possível verificar esse tipo de ablativo nos seguintes exemplos:

(291) *mulierem eximia pulchritudine*. (Cic., Verr., 1,64)

(292) “mulher **de extraordinária beleza**”.

(293) *Aristoteles, uir summo ingenio*. (Cic., Tusc., 1,7)

(294) “Aristóteles, **homem de extraordinário talento**”.

O ablativo de instrumento tem a função de indicar o instrumento. Exemplos:

(295) *sagitta* Cupido cor meum transfixit. (Plaut., Pers., 25).

(296) “Cupido transpassou o meu coração **com uma seta**.”

O ablativo de causa é ligado ao ablativo de instrumento, indicando a causa cuja ação produz determinado efeito, como se verifica nos exemplos a seguir:

(297) *tanta erat horum **exercitatione** celeritas.* (Cés., B. Gal., 1,48,7)

(298) “tamanha era a velocidade deles **pelo exercício**”.

Construções como o ablativo de preço, o ablativo de abundância são presas ao ablativo de instrumento.

Exemplos:

(299) *ego **ternis HS** non possum uendere.* (Cic., Verr., 3;196)

(300) “quanto a mim, não posso vender **por três sestércios**”.

(301) ***quantum** frumentum sit considera. – Video esse **binis HS.*** (Cic., Verr., 3,196)

(302) “Verificar qual seja **o preço do trigo.** – Vejo que está **a dois sestércios**”.

O ablativo de lugar é, também, uma construção que se prende ao ablativo de instrumento, indicando o caminho de que a pessoa se serve para ir a um determinado lugar, como nos seguintes exemplos:

(303) *erant omnino itinera duo, **quibus itineribus** exirent possent.* (Cés., B.Gal.,1,6,1)

(304) “Havia ao todo dois caminhos, **pelos quais caminhos** poderiam emigrar”.

(305) *nunc iter conficiebamus **aestuosa et puluorulenta uia.*** (Cic., At., 5,14,1)

(306) “Agora terminamos a jornada **por uma estrada escaldante e poeirenta**”.

O ablativo de relação ou ponto de vista (antigo instrumental) indica o ponto de vista ao qual se restringe a afirmação; e o ablativo de diferença (também antigo instrumental) é empregado junto dos comparativos ou expressões equivalentes ou análogas para indicar a diferença, ou quanto uma coisa ou uma pessoa é superior ou inferior à outra.

Exemplos:

(307) *Populi Romani hanc esse consuetudinem, ut socios atque amicos non modo sui nihil deperdere, **sed gratia, dignitate, honore auctiores** uelit esse.* (Cés.,B.Gal., 1,43,8)

(308) “esse era o hábito do povo romano que os seus aliados e amigos não só nada perdessem de seu, mas queria ao contrário **que fossem maiores quanto ao prestígio, à consideração e à dignidade**”.

(309) *quanto superiores simus, tanto nos geramus summissius.* (Cíc., Of., 1,90)

(310) “quanto formos superiores, tanto nos portemos com maior humildade”.

O locativo que servia para representar o lugar e, por extensão, o tempo foi absorvido pelo ablativo. Então, o ablativo locativo serve para indicar uma localização no espaço (questão *ubi*), ou no tempo (questão *quando*).

Exemplos de ablativo de lugar:

(311) *in foro palam Syracusis.* (Cíc., Verr., 2,81)

(312) “publicamente **no foro** de Siracusa”.

(313) *in orbe terrarum.* (Cíc., Verr.,2,88)

(314) “**no orbe** da terra, no mundo”.

Exemplos de ablativo de tempo:

(315) *qua nocte natus Alexander esset eadem Dianae Ephesiae templum deflagrauisse.* (Cíc., Nat., 2, 69)

(316) “**na noite** em que nascera Alexandre, o templo de Diana de Éfeso se incendiara”.

(317) *omnibus horis.* (Cíc., Amer.,154)

(318) “a todas **as horas**”.

(319) *bis in die.* (Cíc.,Tusc.,5,100)

(320) “**duas vezes no dia**”.

Em (319), o ablativo de tempo está empregado para indicar o tempo dentro do qual se dá um fato, caso em que vem frequentemente acompanhado da preposição *in*.

O ablativo absoluto, por sua vez, constitui uma construção em que um nome ou pronome em ablativo vem acompanhado geralmente por um particípio, um adjetivo ou outro substantivo em oposição, servindo a frase assim formada de adjunto circunstancial da oração principal. Pelo fato desse tipo de expressão não depender de nenhuma palavra da oração principal (FARIA, 1995, p. 319), convencionou-se chamar de ablativo absoluto.

O ablativo absoluto, por ter um valor temporal, é comum ser filiado ao ablativo locativo como nos exemplos:

(321) *nihil posse euenire nisi causa antecedente.* (Cíc., Fat., 34)

(322) “Nada pode acontecer se não houver **uma causa anterior**”.

Em Português, os adjuntos adverbiais podem ser representados por advérbio ou locução adverbial (preposição mais substantivo). Em Latim, o ablativo corresponde ao adjunto adverbial e ao agente da passiva.

Exemplos:

(323) *Agricola sagitta lupum necat.*

(324) “O camponês mata **o lobo com a flecha**”.

Em (323), sagitta é ablativo e lupum acusativo. Em (324), **o lobo** é objeto direto e **com a flecha** é adjunto adverbial de instrumento.

Exemplos:

(325) *Marcus cum amico ambulat.*

(326) “Marcos passeia com o amigo”.

Em (325), *cum amico* é ablativo e, em (326), **com amigo** é adjunto adverbial de companhia.

Vide outros exemplos:

(327) *Pietate et doctrina anima nostra nutritur.*

(328) “Nossa alma é alimentada **pela piedade e pela doutrina**”.

(329) *Romulus a pastore educatus est.*

(330) “Rômulo foi educado **por um pastor**”.

(331) *Leo ab ommibus bestiis honorobar.*

(332) “O leão era honrado **por todos os animais**”.

Em (327), (329), (331), *pietate et doctrina*, *a pastore*, *ab ommibus bestiis*, respectivamente, são ablativos, regidos ou não de preposição. Em Português, em (328), (330), (332), **pela piedade e pela doutrina**, **por um pastor** e **por todos os animais** são considerados como agentes da passiva, conforme no Latim.

Há que se levar em conta duas possibilidades: quando o ablativo latino corresponde à função de agente da passiva, vem preposicionado (*a* ou *ab*), se o agente for pessoa; e não preposicionado, se o agente não for pessoa. Já no Português, o agente da passiva está sempre regido da preposição *por* ou *de*, em qualquer dos casos.

As preposições, em Latim, prenunciam a função de adjunto adverbial, tanto que algumas preposições podem ser usadas como advérbio e vice-versa. Na Língua Portuguesa, a preposição é usada também introduzindo ou caracterizando o objeto indireto, o complemento

nominal e, em alguns casos, os adjuntos adnominais. O adjunto adnominal restritivo, por exemplo, que em Latim se caracteriza pelo genitivo, em português terá sempre a preposição **de**: *Agnus dei* = cordeiro de Deus; *Vox populi* “a voz do povo”.

O ablativo não sofre neutralização de função, pois, com ou sem preposição, seu desempenho sintático é de adjunto adverbial. Sem preposição, o ablativo tem a conotação de adjunto adverbial locativo, instrumental ou separativo. A preposição serve apenas para intensificar o valor semântico do ablativo, não alterando a sua função na frase. Por outro lado, o acusativo, que marca a função de objeto direto, quando preposicionado, sofre neutralização sintática, passando a marcar outra função: a de adjunto adverbial – e não de objeto direto preposicionado; além disso, recebe também o direcionamento semântico determinado pela preposição.

Em Latim, admite-se, em alguns casos, a preposição nos nomes próprios de cidade.

(333) *Lucius natus est Carthagine* (sem preposição)

(334) “Lucius nasceu **em Cartago**”.

Se o nome da cidade for da 1ª ou 2ª declinação e do singular usa-se o Locativo.

(335) *Caesar natus est Romae* (sem preposição- locativo).

(336) “César nasceu **em Roma**”.

Lugar para onde (acusativo com *in* e *ad*).

(337) *Eo in urbem*.

(338) “Vou **para a cidade**”.

Locativo (sem preposição).

(339) *Ruri Habitat*.

(340) “Vive **no campo**”.

(341) *Estne domi?*

(342) “Está **em casa?**”

Lugar donde.

(343) *Redeo ex urbe*.

(344) “Volto **da cidade**”.

(345) *Lazarus surrexit a lectulo*.

(346) “Lázaro levantou-se **do leito**”.

(347) *Milites nostri ob urbe, ex castris, de monte.*

(348) “Os nossos soldados vieram **da cidade, do acampamento, do monte**”.

O estudo dos casos da Língua Latina permite verificar que a relação Latim/Português é uniforme em alguns pontos e diferente em outros no que se refere à classificação da transitividade e dos complementos verbais.

Os verbos, então, na Língua Latina podem ser transitivos diretos quando completados com acusativo ou duplo acusativo; transitivos indiretos quando completados por dativos; transitivos diretos e indiretos quando completados concomitantemente por acusativo e dativo; e intransitivos quando acompanhados ou não por ablativos.

Os verbos intransitivos no Latim podem apresentar, às vezes, um acusativo da mesma raiz, correspondendo, em Português, ao denominado – pela maioria das Gramáticas Normativas – objeto direto interno, conforme já foi mencionado anteriormente e exemplificado em (205) a (208). Este tipo de objeto torna-se uma expressão pleonástica, objeto de redundância, de acordo com a proposta da Gramática da Experiência (em **3.3**).

Vejam-se os seguintes exemplos:

(349) *Miseram vitam vivere.*

(350) “Viver **uma vida** miserável”.

(351) *Tupem servitutum servire.*

(352) “Sujeitar-se **a servidão**”.

(353) *Moerere mortem alicujus.*

(354) “Sofrer **pela morte** de alguém”.

Vejam-se a seguir – de (355) a (360) – exemplos de verbo intransitivo acompanhado do ablativo em Latim, tendo a frase de correspondência em Português com verbo considerado intransitivo (relativo – ver **3.3**) acompanhado de complemento circunstancial.

(355) *Errare humanum est, **in errore**, perseverare, dementis.*

(356) “Errar é humano, perseverar **no erro**, loucura”.

(357) *Ego sum **in urbe**.*

(358) “Estou **na cidade**”.

(359) *Lucius Lcipro bellum gessit in Ásia.*

(360) “L.L. comabateu, **na Ásia**”.

Resumindo, os verbos em Latim têm uma transitividade identificada pelo próprio complemento que, morfológicamente, já é marcada pela desinência se é um acusativo, dativo ou ablativo. Contudo, como foi visto, existem verbos que, em Latim, são completados por dois acusativos e, em Português, esses mesmos verbos são completados por um objeto direto e um objeto indireto, não por dois objetos diretos, o que ocorreria se houvesse uma correspondência fiel com o Latim.

Deve-se reconhecer, então, que estudar a Gramática de Língua Latina favorece também o melhor conhecimento da Gramática de Língua Portuguesa, apesar de não se corresponderem completamente. Os estudantes de Língua Portuguesa quando estudam a Gramática Latina apresentam menos dificuldades para compreender a Gramática Normativa de Língua Portuguesa, especificamente a sintaxe⁵, e adquirem mais subsídios para identificar as limitações, a não uniformidade entre autores e as incoerências das GNs.

1.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Nesta parte deste capítulo, descreve-se a perspectiva teórica do Funcionalismo Linguístico, focando-se a questão da transitividade verbal, a valência verbal e o aspecto da semântica-pragmática.

1.2.1 Perspectiva teórica

O Funcionalismo Linguístico⁶ se caracteriza pelo princípio de que a estrutura das línguas é determinada pelas funções que exerce nas comunidades linguísticas em que atua. Por isso,

os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa - que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo - a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades

⁵ Baseando-se na experiência em sala de aula no nível de ensino superior.

⁶ “Na linguística, entretanto, o funcionalismo é mais corretamente visto como um movimento particular dentro do estruturalismo” (LYONS, 1987, p. 207).

observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. (CUNHA, 2008, p. 157)

Dentre os representantes do Funcionalismo destacam-se, por um lado, membros da Escola de Praga: Trubetzkoy, Roman Jakobson e André Martinet e, por outro lado, os mais contemporâneos: Halliday, Givón, Hopper e Thompson.

Trubetzkoy trata as funções distintivas dos traços fonéticos⁷. Roman Jakobson ampliou a noção de função da linguagem, restrita, na teoria estruturalista, apenas à referencial, ao acrescentar outras funções, que levam em conta os participantes da interação: a emotiva, a conativa e a fática; e abarcar outros fatores da comunicação, como a mensagem (função poética) e o próprio código (função metalinguística), constituindo uma série de seis funções da linguagem, cada uma relacionada a um dos fatores da comunicação verbal: ao contexto, função referencial; ao emissor, função emotiva; ao receptor, função conativa ou apelativa; ao contato (canal), função fática; ao código, função metalinguística; à mensagem, função poética. André Martinet trata da dupla articulação, que consiste na organização específica da linguagem humana, segundo a qual todo enunciado se articula em dois planos. No primeiro plano, ou primeira articulação, o enunciado divide-se linearmente em unidades significativas: as frases, os vocábulos e os morfemas. No segundo plano, ou segunda articulação, cada morfema, por sua vez, se articula em unidades menores desprovidas de significado: os fonemas, de número limitado em cada língua. A dupla articulação faz com que haja economia de esforços na produção e compreensão da linguagem verbal, além de evitar sobrecarga de memória. Se não houvesse a dupla articulação, seria necessário recorrer a morfemas e fonemas novos/diferentes para representar cada nova experiência linguística. Martinet aponta, como objeto da verdadeira Linguística, a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua.

Sabe-se que a questão básica de interesse de qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural é verificar como os falantes/ouvintes se comunicam de forma eficiente, ou seja, o tratamento funcionalista de uma língua natural examina a competência comunicativa (NEVES, 1997). Assim, o guia constante do linguista deve ser a competência comunicativa, visto que toda língua se impõe, tanto em sua evolução quanto em seu funcionamento, como um instrumento de interação/comunicação da experiência.

De acordo com a visão funcional da Escola de Praga, é pertinente reconhecer a frase como uma unidade possível de ser analisada nos níveis fonológico, morfológico, sintático e

⁷ Os denominados traços distintivos.

comunicativo. Saliente-se que, nos níveis sintáticos de organização da frase, abrigam-se a semântica e a pragmática, sendo inclusive esta última tratada como uma gramática da comunicação.

A Linguística, assim, dentro da abordagem funcional, considera, em suas perspectivas de análise, os sistemas de regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, os quais governam a constituição das expressões linguísticas; e os sistemas de regras pragmáticas, os quais governam os padrões de interação verbal em que as expressões linguísticas são usadas. As expressões linguísticas são, na verdade, instrumentos da interação verbal utilizados pelos participantes do ato da comunicação: falante e destinatário.

A Pragmática, por sua vez, representa, no enfoque funcionalista, o componente mais abrangente no interior do qual se deve considerar a semântica e a sintaxe. A Semântica é tratada como dependente da Pragmática, e a Sintaxe como dependente da Semântica. A organização das palavras na frase, então, é vista na sua função de organização da informação.

No interior das teorias linguísticas, existem teorias da organização gramatical correspondentes às perspectivas de análises propostas. A Gramática Funcional, então, pode ser vista como uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura se integrar em uma teoria global de interação social, e entende a gramática como acessível às pressões do uso, conforme assevera Neves (1997):

Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. (NEVES, 1997, p.15)

A linguagem não é um fenômeno isolado e funciona como atividade cooperativa entre falantes. Assim, a competência comunicativa acrescenta ao processo tradicional de descrição gramatical a descrição das regras para o uso social da linguagem. “A gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico” (NEVES, 1997, p.16).

A interação verbal é, na verdade, a interação social estabelecida por intermédio da linguagem, constituindo, assim, uma forma cooperativa estruturada, isto é, a interação verbal é “governada por regras, normas e convenções” (NEVES, 1997, p.21). Considera-se a interação verbal cooperativa, uma vez que necessita de dois participantes, pelo menos, para

alcançar objetivos de comunicação. Os participantes, por sua vez, necessitam de instrumentos que são as expressões linguísticas.

Para a interpretação das frases efetivamente realizadas, quando analisadas de acordo com a proposta funcionalista, é atribuída importância ao contexto verbal e não-verbal. As frases são consideradas, assim, como unidades comunicativas que transmitem informações, estabelecendo ligação com a situação de fala. A linguagem permite ao homem reação e referência à realidade extralinguística. Mesmo no nível do enunciado realizado, é possível se encontrarem regularidades que licenciem tentativas de organização e de descrição. Nesta perspectiva, vê-se que: “[...] a língua é um sistema funcional, no qual aparecem, lado a lado, o estrutural (sistêmico) e o funcional” (NEVES, 1997, p.17).

Em relação à perspectiva sistêmico-funcional, é possível qualificar o trabalho de Halliday como uma abordagem sócio-funcional da linguagem. Sua obra tem, como uma das linhas centrais, a incorporação da dimensão social à Linguística.

Se Halliday se situa claramente na linha do funcionalismo de Praga e do francês Martinet, ele se inspira também nos trabalhos da Escola de Londres (em particular, Malinowski e Firth e de Copenhague (Hjelmslev). [...] A articulação entre os dados sociais e as formas linguísticas faz-se graças ao que Halliday denomina metafunções (ideacional, interpessoal, textual). As metafunções são para ele uma tentativa teórica de relacionar as formas internas da linguagem e suas utilizações nos contextos da vida social [...]. Halliday explica [...] que as metafunções são o que permite sair do sistema para ir ao texto: a noção de sistema está no coração de sua linguística (é por isso que ele fala de um modelo sistêmico-funcional), e a definição que ele apresenta articula-se com aquela de estrutura. (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 139)

A expressão linguística é função da intenção do falante, da sua informação pragmática e da antecipação que se faz da interpretação do destinatário. A interpretação do destinatário, por sua vez, é função da expressão linguística, da informação pragmática do destinatário e da suposição sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido. O falante e o destinatário têm informação pragmática em qualquer fase da interação verbal.

A relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário não é estabelecida, mas é mediada pela expressão linguística, visto que essa expressão é função da intenção do falante, da informação pragmática do falante e da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. Em relação ao destinatário, a interpretação será baseada na expressão linguística em si e na informação que já possui. Em relação ao falante, a expressão linguística não precisa ser uma verbalização plena da sua intenção, visto que, diante da

informação que o falante tem acerca do que o destinatário sabe no momento da fala, uma verbalização parcial será normalmente suficiente. Diante disso, então, pode-se entender que a gramática funcional: “[...] constitui uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal” (NEVES, 1997, p.25).

A estrutura do predicado se organiza com a intervenção de três tipos de funções: semânticas, sintáticas e pragmáticas. As funções semânticas representam os papéis dos referentes dos termos nos estados-de-coisas designados pela predicação: Agente, Meta, Receptor, etc. As funções sintáticas representam a especificação da perspectiva a partir da qual o estado-de-coisas é apresentado na expressão linguística: sujeito e objeto. As funções pragmáticas representam o estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ele ocorre: Tema, Tópico, Foco, etc. O Tópico e o Foco são as noções pragmáticas mais centrais na gramática funcional (NEVES, 1997).

A Gramática Funcional é considerada aquela que concebe todas as unidades de uma língua, em que cada parte é interpretada como funcional em relação ao todo. As unidades de uma língua, portanto, são construídas como configurações orgânicas de funções.

Segundo a concepção funcionalista, então, a língua está sujeita ao uso em diferentes situações comunicativas e, como tal, não deve ser analisada como um objeto autônomo, ou seja, a estrutura gramatical de uma língua é subordinada à Pragmática.

De acordo com a teoria funcionalista, a compreensão da sintaxe está subordinada ao estudo da língua em uso, correspondente aos contextos discursivos específicos, nos quais a gramática se constitui. Os estudos que se baseiam no Funcionalismo, então, procuram investigar as formas linguísticas de acordo com as funções a que servem em situações reais de comunicação, contudo é importante ressaltar que o Funcionalismo não é uma área de pesquisas unificada, na verdade congrega diferentes versões. Merecem destaque a Linguística Funcional norte-americana que é representada, principalmente, por Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Wallace Chafe; e a Linguística Sistêmico-Funcional que tem Michael A. K. Halliday como o mais notável representante (CUNHA; SOUZA, 2007).

A Linguística Funcional norte-americana adota uma linha de investigação com base no uso, analisando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística. A língua é usada para satisfazer às necessidades de comunicação, ou seja, a Linguística Funcional norte-americana trabalha com a hipótese de que a forma da língua reflete, em alguma medida, a função que exerce (CUNHA; SOUZA, 2007).

A gramática das línguas naturais se molda a partir das regularidades observadas no uso interativo da língua, as quais são explicadas, por sua vez, com base nas condições discursivas em que se verifica a interação sócio-comunicativa. A gramática é, pois, vista como um sistema flexível, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia. Esse modelo funcionalista representa uma tentativa de explicar a forma da língua a partir das funções mais frequentes que ela desempenha na interação. Admite que um grande conjunto de fenômenos linguísticos fundamentais é o resultado da adaptação da estrutura gramatical às necessidades cognitivas e comunicativas dos usuários da língua. (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 17-18)

A Linguística Sistêmico-Funcional, por sua vez, preocupa-se em compreender e descrever a linguagem em funcionamento como sistema de comunicação humana; e não como um acordo de regras gerais, sem vínculo com o seu contexto de uso. Conforme essa corrente teórica (CUNHA; SOUZA, 2007), a língua é organizada em torno da cadeia, que é o sintagma; e da escolha, que é o paradigma⁸.

[...] manifestação funcionalista [...] da Escola de Londres, sobretudo, através das ideias de Michael K. Halliday. A teoria funcional de Halliday, que surge na década de 1970, está centrada em um conceito amplo de função, que inclui tanto as funções de enunciados e textos quanto as funções de unidades dentro de uma estrutura. Apoiado na tradição etnográfica de Boas-Sapir-Whorf e de Bronislaw Malinowski, Halliday defende a tese de que a natureza da linguagem, enquanto sistema semiótico, e seu desenvolvimento em cada indivíduo devem ser estudados no contexto dos papéis sociais que os indivíduos desempenham. A postura de Halliday reflete também a influência do linguista inglês John Firth, para quem a linguagem deve ser considerada parte de um processo social. (CUNHA, 2008, p.162)

Em se tratando dos princípios básicos do Funcionalismo⁹, é válido descrever, em linhas gerais, os fatores correspondentes à iconicidade. Primeiramente, trata-se de uma tendência manifestada paralelamente à arbitrariedade do signo linguístico, defendida por Ferdinand de Saussure. A iconicidade representa a ideia de que existe algum tipo de motivação em relação ao signo linguístico, estendendo-a também a sentenças, assim como à ordem e à proximidade dos elementos linguísticos que a constituem, os quais são dependentes da complexidade semântica, do grau de informatividade e, dentre outros fatores, da aproximação semântica entre significados.

⁸ Sintagma e Paradigma são noções linguísticas que, na verdade, são definidas desde Saussure (1999 [1916]).

⁹ Cf. CUNHA et alii, 2003; CUNHA; SOUZA, 2007; PEZATTI, 2004.

A iconicidade tem, portanto, a definição, em Linguística, de correlação natural entre forma e função, isto é, entre a expressão que é o código linguístico e o seu conteúdo. Os funcionalistas acreditam que a estrutura da língua é o reflexo, de alguma maneira, da estrutura da experiência¹⁰ (CUNHA, 2008).

A marcação, princípio que tem origem na Linguística Estrutural da Escola de Praga, apresenta três critérios para a distinção entre categorias linguísticas marcadas e categorias linguísticas não-marcadas: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva, em que as estruturas marcadas tendem a serem mais complexas, isto é, maiores, menos frequentes, cognitivamente mais complexas, respectivamente, em relação às estruturas não-marcadas correspondentes. Entretanto admite-se que a marcação é um fenômeno que depende do contexto, ou seja, a estrutura pode ser marcada em um contexto e ser não-marcada em outro, devendo, contudo, ser justificada a partir de fatores comunicativos, socioculturais, biológicos ou cognitivos (CUNHA, 2008).

A transitividade é tratada, na teoria funcionalista, como uma noção contínua, representada por um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes¹¹. Os parâmetros são: participantes, cinese, aspecto do verbo, pontualidade, controle, polaridade, modo, agentividade, afetamento do objeto, individuação do objeto. Cada parâmetro ordena a oração numa escala de transitividade, a qual pode ser alta ou baixa. Veja-se o quadro¹² da transitividade de acordo com essa proposta:

Parâmetros de transitividade	Escala alta	Escala baixa
Participantes	dois ou mais	apenas um
Cinese	ação	não-ação
Aspecto	télico	atélico
Pontualidade	punctual	não-punctual
Controle	controlado	não-controlado
Polaridade	afirmativo	negativo
Modo	real	irreal
Agentividade	agentivo	não-agentivo
Afetamento do objeto	afetado	não-afetado
Individuação do objeto	individuoado	não-individuoado

Quadro 01 - Parâmetros de transitividade

¹⁰ A estrutura da experiência se relaciona com a proposta dos cognitivistas.

¹¹ Proposto por Hopper e Thompson (1980 apud PEZATTI, 2004, p.191).

¹² Adaptado de Cunha et alii (2003, p.37).

Verifica-se, então, que, em relação aos participantes, se a oração apresentar dois participantes, a transitividade é alta; se possuir um participante, a transitividade é considerada baixa. Quanto à cinesia, se o verbo for de ação, a transitividade é alta; se o verbo for de não-ação, ou seja, não cinética, a transitividade é baixa. Quanto ao aspecto, se o verbo for télico, a transitividade é alta; se for atélico, a transitividade é baixa. Ressalte-se que os verbos télicos são aqueles que indicam perfectividade, acabamento; enquanto os não-télicos indicam não-perfectividade, ou seja, não acabamento em verbos que indicam ações ou processos. Quanto à pontualidade, os verbos puntuais são de transitividade alta, e os não-puntuais são de transitividade baixa. A pontualidade refere-se ao inesperado de uma ação ou à ausência de uma fase transicional clara entre início e completude. Os verbos puntuais são opostos aos verbos iterativos e durativos. O controle, por sua vez, indica as ações, portanto sentenças de transitividade alta; e os verbos não-controlados são os de processos, de transitividade baixa. A polaridade afirmativa indica transitividade alta; e a negativa indica transitividade baixa. Quanto à modalidade ou modo, quando real ou “*realis*” (CUNHA, 2003, p.39), implica uma alta transitividade; quando não-real, indica baixa transitividade. A agentividade indica alta transitividade quando os sujeitos de verbos transitivos são agentivos; indicando baixa transitividade quando os sujeitos de verbos transitivos são não-agentivos. Quanto ao afetamento do objeto, quando o objeto é afetado pela ação do verbo, decorrente de uma perfectividade semântica do verbo, a transitividade é alta; caso o objeto seja não-afetado, a transitividade é baixa. Em se tratando de individuação do objeto, o objeto individuado, isto é, quando o argumento referencial é definido, indica alta transitividade, e o objeto não-individado, isto é, objetos indefinidos, associados a estruturas intransitivas, indicam, obviamente, baixa transitividade.

Veja-se o exemplo:

(1) Emília derrubou o Saci com um tapa.

A sentença (1) ocupa lugar mais alto na escala de transitividade, visto que contém os dez traços do complexo de parâmetros sintático-semânticos: dois participantes (Emília e Saci); verbo de ação (derrubou); aspecto perfectivo (verbo no passado); verbo punctual (ação completa); sujeito intencional; oração afirmativa; oração *realis* - responsabilidade de um agente, que constitui a comunicação central (modo indicativo); sujeito agente (Emília); objeto afetado e individuado (Saci – referencial humano, próprio, singular).

Observe-se o exemplo a seguir:

(2) Pedrinho chegou à festa.

A sentença (2) é classificada como segundo lugar na escala de transitividade. Na Gramática Normativa Tradicional é classificada como intransitiva. No entanto, pelo plano discursivo, verificam-se sete traços do complexo de parâmetros sintático-semânticos: cinese (verbo de ação); aspecto perfectivo (verbo no passado); verbo punctual (ação completa); sujeito intencional; polaridade afirmativa; modalidade *realis*; sujeito agente.

Veja-se o seguinte exemplo:

(3) O Saci não gostava do Visconde.

A sentença (3) ocupa o terceiro lugar na escala de transitividade do plano discursivo, pois apresenta dois participantes (Saci e Visconde); objeto individuado (Visconde); perfectividade do verbo e modalidade *realis*, portanto quatro traços do complexo de parâmetros sintático-semânticos.

Observe-se o exemplo a seguir:

(4) Essa praia tem ondas fortes.

A sentença (4) tem o menor grau de transitividade em relação às anteriores, visto que só apresenta os traços: modalidade (*realis*) e polaridade (afirmativa).

É preciso ressaltar que a transitividade, nessa perspectiva, não é um manifesto dicotômico, mas sim um *continuum*. Sendo assim, orações, por exemplo, sem a presença de objeto manifesto podem estar situadas em algum lugar da linha contínua e não no extremo da intransitividade.

Com base nessas propriedades e em seus traços constituintes, Hopper e Thompson formulam a Hipótese da Transitividade nos seguintes termos: se duas orações (a) e (b) de uma língua diferem de tal modo que (a) apresente alto grau de transitividade de acordo com qualquer um dos traços [...], e, se uma diferença gramatical ou semântica concomitante aparece em algum outro lugar da oração, então tal diferença mostrará correlativamente que (a) tem maior grau de transitividade que (b). (PEZATTI, 2004, p. 191)

A presença de um objeto manifesto em uma sentença é um dos traços da oração transitiva, propriedade essa que coexiste com outras, como a agentividade (sujeito agente); cinese (verbo de ação), etc. Existe, assim, a possibilidade de sentenças de alto grau de transitividade com um único participante, como em:

(5) Alice saiu.

Contudo, existem, também, sentenças de baixo grau de transitividade com dois participantes, como no exemplo (6):

(6) Romeu ama Julieta.

Conforme essa proposta de parâmetros de transitividade, há uma correlação alta entre a relevância discursiva e o grau de transitividade da sentença. O sistema de transitividade é relacionado com a formação de planos no discurso. O primeiro plano é constituído das partes que contribuem para expressar melhor as intenções do falante e o segundo plano constitui as partes que ampliam, comentam ou embasam a informação básica, sem fazer progredir. Há, então, uma correlação entre o relevo discursivo e o grau de transitividade da sentença, visto que o pensamento e a comunicação entre as pessoas registram o âmbito individual como uma hierarquia de graus de centralidade e periféricidade no intuito de facilitar tanto a representação interna quanto sua exteriorização para as pessoas. Os falantes/ouvintes de uma língua elaboram as sentenças, segundo os seus objetivos de comunicação, indicando, assim, uma hierarquia de graus de centralidade e periféricidade para facilitar o ato comunicativo, ou seja, numa situação de fala, algumas partes do que se diz indicam maior relevância do que outras, pois se destacam de um fundo que lhes dá sustentação. A parte do discurso que dá uma sustentação amplia ou comenta os objetivos do falante é chamada de fundo e relaciona-se à escala de baixa transitividade; ao passo que os pontos principais do discurso, ou seja, os materiais principais do ato comunicativo e que representam os objetivos do falante, são chamados de figura e relacionam-se com a alta transitividade. Assim, quanto mais alto for o grau de transitividade, mais uma sentença será figura. A partir daí, sabe-se que, em se tratando da estrutura de texto, a divisão entre central e periférico corresponde aos planos discursivos representados pela distinção entre figura e fundo.

As línguas possuem recursos morfológicos e sintáticos que refletem o relevo discursivo; apresentam em outros termos, indícios que denotam se uma sentença é figura ou fundo. Esses recursos variam desde partículas discursivas, colocadas em pontos estratégicos para prevenir o ouvinte de que a oração corrente ou subsequente é fundo ou figura, até a elaboração de paradigmas verbais (tempo e aspecto) especializados para essa distinção. (PEZATTI, 2004, p. 190)

Verifica-se que quanto mais alto for o grau de transitividade tanto mais uma sentença será figura. Sendo assim, é possível pontuar que o conceito de transitividade pode ser dividido em traços, ou seja, numa escala (*continuum*) de traços constituintes, cada qual focalizando um aspecto diferente em partes diferentes da oração.

O relevo discursivo e o grau de transitividade, então, estão perfeitamente correlacionados. Em um texto, a relevância da comunicação determina a escolha das estruturas das orações, direcionando, de acordo com os princípios da iconicidade (ver 1.2.1, p.

56-57), que sejam representadas por estruturas de transitividade mais alta e que o plano de fundo seja expresso por orações de mais baixa transitividade, visto que as marcas e propriedades consideradas irrelevantes para o primeiro plano de comunicação são irrelevantes também para a questão da transitividade. Isso confirma a ideia de que a transitividade é determinada, na oração, no *continuum* da escalaridade condicionada pelo complexo dos dez fatores sintáticos e semânticos; contudo, no texto, essa visão pode ser considerada incompleta, porque a transitividade se resolve na gradualidade ligada às necessidades de expressão, nos propósitos da comunicação entre os usuários/falantes da língua.

A informatividade, por sua vez, trata aquilo que os interlocutores compartilham na interação comunicativa e manifesta-se em todos os níveis da codificação linguística. Refere-se, então, à questão do estatuto informacional dos constituintes na oração, os quais podem ser representados por informação velha, denominada tema, ou informação nova, denominada rema. Diz-se, portanto, que dado ou informação velha é o conhecimento que, no momento da enunciação, o falante acredita estar na consciência do ouvinte; já o novo ou informação nova é o conhecimento que é introduzido na consciência do ouvinte a partir do que o falante diz no ato da enunciação.

A respeito da gramaticalização¹³, sabe-se que é um fenômeno que se relaciona aos processos de regularização do uso da língua, ou seja, associa-se à variação e às mudanças linguísticas. Ressalte-se que a mudança que atinge as formas que saem do léxico para a gramática é considerada gramaticalização *stricto sensu*; enquanto as mudanças ocorridas no interior da própria gramática, envolvendo os processos sintático e/ou discursivos de fixação da ordem vocabular, por exemplo, são consideradas gramaticalização *lato sensu*. A gramaticalização, portanto, representa as formas linguísticas que se regularizaram com o uso, conforme ressalta Cunha et alii (2003):

[...] na trajetória dos processos de regularização do uso da língua, tudo começa sem regularidade, exatamente por estar no seu começo, mas se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tal que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na gramática. [...] o processo de gramaticalização privilegia: a) a trajetória dos elementos linguísticos do léxico à gramática [...]; b) a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais, como o de categorias invariáveis para categorias flexionais. [...] Dessa forma, a gramaticalização é interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico que atingem tanto as formas que vão

¹³ É válido informar que não se aprofundam aqui as questões da gramaticalização e da discursivização (assuntos relevantes que requerem mais detalhamento), por motivo de delimitação dos objetivos dessa pesquisa. Portanto, apresentam-se apenas os conceitos básicos desses itens.

do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática. (CUNHA et alii, 2003, p. 50-53)

A discursivização, assim como a gramaticalização, também é um fenômeno que se relaciona com os processos de regularização do uso da língua; o que foi estabilizado no processo de gramaticalização pode entrar em desgaste, ocorrendo liberdade progressiva de expressão, podendo assim as unidades linguísticas migrarem para um nível não gramatical e retornarem ao discurso, o qual se relaciona com as estratégias criativas que o falante utiliza para organizar funcionalmente o seu texto, para uma determinada situação comunicativa e para um ouvinte determinado. O discurso, portanto, é o ponto de partida e o ponto de chegada para a gramática.

O ciclo funcional da evolução linguística, por sua vez, representa os processos diacrônicos de regularização do uso da língua, estabelecendo uma trajetória unidirecional: discurso>sintaxe>morfologia> morfofonologia>zero; ou a trajetória de gramaticalização pode manifestar-se na passagem do concreto para o abstrato, seguindo a seguinte escala: espaço>(tempo)>texto, caracterizando o processo de abstratização.

Essas considerações podem implicar um relacionamento entre as determinações do discurso e as da gramática, equivalendo à incorporação da pragmática pela gramática. As noções, portanto, de tópico e de foco são pragmáticas, sendo consideradas centrais para o Funcionalismo. O tópico pode ser entendido como a entidade sobre a qual se fala numa determinada situação comunicativa, o lugar em que é possível verificar em redor de qual termo o falante organizou a sentença; já o foco pode ser considerado o termo da sentença que carrega a informação que mais se salienta em um contexto de interação verbal.

A Gramática Funcional pode representar, diante disso, um referencial da linguística que considera a sintaxe um componente não autônomo, dependente dos aspectos semânticos e pragmáticos da linguagem humana.

1.2.2 A transitividade verbal no Funcionalismo Linguístico

A transitividade é um fator que pode determinar o grau de relevância discursiva, caracterizando, como figura ou fundo, as sentenças com transitividade mais alta ou mais baixa, respectivamente, a partir de uma relação de dez parâmetros sintático-semânticos já descritos. Contudo, vale explorar mais o tratamento dado pela Gramática Funcional a esta questão.

De acordo com a abordagem funcional, a transitividade, além de ser responsável pela organização semântica no nível frasal, “[...] é o sistema que dá conta basicamente da seleção de processos e relações e de seus participantes, e, assim, da seleção de funções sintáticas na estrutura da frase” (NEVES, 1991, p.59). A transitividade, também, é discutida na perspectiva do Funcionalismo norte-americano e da Linguística Sistêmico-Funcional.

A transitividade, de acordo com a Linguística Funcional norte-americana¹⁴, é considerada uma propriedade contínua da oração, um todo, e não uma propriedade categórica do verbo. É a gramática da oração, visto que é nela que se podem observar as relações entre o verbo e seu(s) argumento(s). Ainda neste modelo, a transitividade apresenta um componente semântico e um componente sintático (CUNHA; SOUZA, 2007).

Uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes, um agente que é responsável pela ação, codificado sintaticamente como sujeito, e um paciente que é afetado por essa ação, codificado sintaticamente como objeto direto. Esses participantes são chamados de argumento do verbo. Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na oração que codifica esse evento. Em princípio, a delimitação das propriedades desses três elementos é uma questão de grau. Do ponto de vista sintático, todas as orações – e verbos – que têm um objeto direto são transitivas; as que não o têm são intransitivas. Desse modo, se uma oração codifica um evento semanticamente transitivo, o agente do evento é o sujeito da oração e o paciente do evento é o objeto direto da oração. Contudo, a manifestação discursiva de um verbo potencialmente transitivo depende de fatores pragmáticos, como a perspectiva a partir da qual o falante interpreta e comunica o evento narrado. (CUNHA; SOUZA, 2007, p. 29-30)

A Linguística Sistêmico-Funcional tem como principal linguista o inglês Michael A. K. Halliday. Neste viés teórico, olha-se a língua como ela é usada, ou seja, foca-se no uso da língua como forma de interação entre os falantes. A linguagem, portanto, é definida como sistema semiótico social e também como um dos sistemas de significado que compõem a cultura humana (HALLIDAY, 1985). Isso faz com que se possa pensar que a linguagem, o texto e o contexto, unidos, seriam os responsáveis pela organização e desenvolvimento da experiência humana.

Nessa perspectiva, a transitividade é estudada de acordo com sua função social e, sendo assim, entendida como a categoria gramatical relacionada à metafunção ideacional da Linguística Sistêmico-Funcional (CUNHA; SOUZA, 2007). Assim,

¹⁴ Os principais representantes são: Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Wallace Chafe (já mencionados em 1.2.1, p. 55).

uma gramática sistêmica é, sobretudo, paradigmática, isto é, considera as unidades sintagmáticas apenas como realizações linguísticas e as relações paradigmáticas como o nível profundo e abstrato da linguagem. [...] o termo sistêmica refere-se às redes de sistemas da linguagem [...]. Já o termo funcional refere-se às funções da linguagem, que usamos para produzir significados. (CUNHA; SOUZA, 2007, p.20)

A definição do estatuto de frase como uma contração de relações entre um predicador e seus argumentos permite reconhecer a gramática do verbo como um fator fundamental de orientação para a compreensão de toda a gramática da frase. Diante disso, é enfatizado que se deve dar especial importância:

à valência verbal; à avaliação da relação entre o arranjo estrutural da frase e as relações sintático-semânticas básicas contraídas entre predicador e argumentos, ligados à matriz particular do verbo; à avaliação das restrições de coocorrência; a verificação dos diferentes resultados semânticos de diferentes combinações sintático-semânticas; à avaliação da existência de participantes do processo verbal não determinantes (não-argumentos) na combinação estruturada em frase. (NEVES, 1991, p.59-60)

Em relação às determinações do discurso e as da gramática, sabe-se que há um relacionamento estreito entre esses aspectos. A consideração da relação entre os padrões discursivos e os gramaticais tem como um de seus principais parâmetros o Fluxo de Informação. Os sintagmas nominais na frase são ordenados de forma linear, sendo determinados pelo Fluxo de Informação. O Fluxo de Atenção, por sua vez, baseia-se na ordenação temporal dos eventos que se reflete na frase, a qual se realiza na sequência que o falante considera adequada para conseguir a atenção do ouvinte. (NEVES, 1997, p.34-35).

[...] um fluxo de atenção natural, referente às estruturas perceptuais, e um fluxo de atenção linguístico, referente aos mecanismos linguísticos pelos quais esses valores são marcados nas frases; do fluxo de atenção linguístico pode-se dizer, por exemplo, que, seguindo a ordem natural, ele parte de Origem (Agente, Experimentador) para Meta. (NEVES, 1997, p. 34)

A dimensão sintática da Estrutura Argumental Preferida (EAP), por sua vez, diz respeito à presença ou à ausência de sintagmas nominais lexicais nas diferentes posições argumentais, com duas restrições: preponderam as orações com apenas um argumento preenchido por SN lexical pleno; o SN lexical pleno único de uma oração tende a ocorrer na posição de objeto ou de sujeito de oração intransitiva, mas não na de sujeito de oração transitiva. A dimensão pragmática diz respeito à distribuição da informação nova pelos termos

da predicação, com duas restrições: as orações preponderadamente contêm apenas um termo portador de informação nova; esse único termo portador de informação nova tende a ocorrer nas posições de objeto ou de sujeito de oração intransitiva, mas não na de sujeito de oração transitiva.

A investigação da estrutura argumental preferida, na verdade, diz respeito à verificação da preferência do falante por um outro tipo oracional, considerada não apenas a dimensão gramatical como também a pragmática, isso porque essa preferência, embora se refira a uma estrutura sintática, tem determinação discursiva. (NEVES, 1997, p.36)

A dimensão sintática da estrutura argumental, assim, reflete a expressão preponderante nas diferentes posições argumentais, destacando-se as orações, por exemplo, com apenas um argumento preenchido por sintagma nominal lexical pleno:

(7) Compramos **um carro**.

(8) **Maria** faleceu.

É possível afirmar, diante de frases como (7) e (8), que o sintagma pleno único de uma frase tem uma tendência a ocorrer na posição de objeto (7) ou de sujeito de oração intransitiva como em (8), mas não na de sujeito de oração transitiva como em (7).

Se for verificada a questão da dimensão pragmática em que é levado em conta o Foco, ou seja, a informação nova; e o Tópico, o qual constituiu o lugar onde se verifica em torno de que termo o falante organizou a frase (NEVES, 1997) – ver **1.2.1**, p. 55 –, conclui-se que preponderam as orações que contêm apenas um termo portador de informação nova, como em (7) e (8). Esse termo que possui a informação nova, normalmente, ocorre, como já foi mencionado, nas posições de objeto de oração transitiva, como em (7), ou de sujeito de oração intransitiva, como em (8), mas não na posição de sujeito de oração transitiva, como em (7).

Vale lembrar que as noções de Tópico e Foco são centrais na gramática funcional.

Observe-se o seguinte exemplo:

(9) Letícia deu o livro a Maria.

Sabe-se que, em (9), **dar** é um predicado (verbo) e **Letícia**, **o livro** e **Maria** são argumentos que têm não apenas funções semânticas (Agente, Meta, Receptor, respectivamente) e funções sintáticas (Sujeito, Objeto e Dativo, respectivamente), mas têm ainda funções pragmáticas (Tópico e Foco). O tópico e o foco são “determináveis apenas em frases enunciadas, que constituem o lugar onde se pode verificar em torno de qual termo o

falante organizou a frase – isto é, o tópico – e qual termo que carrega a informação mais saliente – isto é, o foco” (NEVES, 1997, p.29).

A codificação de informação nova se relaciona com a forma que os argumentos tomam. Nota-se, assim, a existência de uma relação entre gramática e discurso, de acordo com a qual os processos de gramaticalização se dão pela influência da língua como sistema gramatical e pela influência de fenômenos discursivos. O comportamento sintático-semântico, para ser esclarecido de forma mais abrangente, deve levar em consideração os fatores internos e externos ao sistema linguístico.

Ressalte-se que o sistema de transitividade, segundo a teoria funcional, codifica a experiência do mundo e liga-se com a função ideacional, especificando os papéis dos elementos da oração, como “ator”, “meta”, etc.

1.2.3 Considerações sobre a valência verbal

A valência verbal se refere à centralidade do verbo na análise da frase. É comum ficarem, na posição de sujeito, os termos particulares, ou singulares (os quais representam individualidade, ou seja, substância definida), e os termos universais (ou quais representam a generalidade, o geral, ou seja, substância indefinida). Já na posição de predicado, é comum ficarem somente os considerados termos universais, isto é, termos que se referem a ações, estados, qualidades e que, assim, permitem ser atribuídos aos termos nominais tanto definidos quanto indefinidos. Diz-se: “[...] que as teorias que privilegiam o verbo como centro da frase tem um fundamento lógico semelhante ao dos estoicos, embora não o invoquem” (NEVES, 2002, p.104).

De acordo com a valência verbal, o verbo caracteriza-se pela propriedade regente que envolve actantes, circunstantes ou um processo. O verbo constitui o nó central numa frase. Por exemplo, na frase (10) **Maria dança**, existem três elementos: o primeiro é **Maria**; o segundo é **dança** e o terceiro é a conexão que une os dois primeiros elementos. O termo **dança** é o termo regente, considerado superior; o termo **Maria** é subordinado ao termo **dança**, portanto é um termo regido pelo segundo.

A valência verbal considera tanto a semântica do verbo como a estrutura em que ele ocorre assim como, também, a relação sintático-semântica entre predicador e argumentos ligados à matriz particular do verbo. Veja-se o exemplo a seguir:

(11) Pedro ajuda a Maria.

Em (11), o verbo **ajudar**, segundo a valência lógico-semântica, o predicado lógico **ajudar** estabelece a relação entre alguém que ajuda e alguém que é ajudado. O predicado abre, então, à sua volta dois lugares “*lógico-conceituais*” (NEVES, 2002, p.111) vazios preenchidos pelos argumentos Agente em (11) **Pedro** e Paciente em (11) **Maria**.

O reflexo direto da valência lógico-semântica na sintática pode ser impedido pela não-correspondência entre as categorias lógicas e as linguísticas, como no exemplo abaixo:

(12) Pedro apoia Maria.

Tanto o verbo **ajudar** em (11) quanto o verbo **apoiar** em (12) definem-se numa mesma relação lógica, exigindo parceiros contextuais idênticos, Agente e Paciente. Contudo a valência sintática de **ajudar** se realiza com o Paciente no dativo e a valência sintática de **apoiar** se realiza no acusativo. Saliente-se que, em português, o verbo **ajudar** pode ter como complemento objeto direto ou indireto, como se pode verificar nos exemplos abaixo:

(13) Ele ajudou ao menino.

(14) Ele ajudou alguém.

A quantidade de actantes que pode ser regida por um verbo constitui, assim, a valência do verbo. Os termos actantes são argumentos obrigatórios, em número limitado; enquanto os termos circunstantes são em número ilimitado e descrevem as circunstâncias do processo: tempo, modo, lugar, etc. Os circunstantes são elementos adverbiais não determinados pela valência do verbo.

A valência sintática representa a ocupação de lugares vazios por actantes, ou seja, o verbo tem a capacidade de abrir na sentença lugares estruturais que podem ser preenchidos para que se realize a estrutura da oração. Nos exemplos (12) e (13), os verbos **ajudar** e **apoiar** são verbos, de acordo com a valência sintática, de dois lugares.

De acordo com a valência pragmática, a transitividade verbal é operada pela situação comunicativa, ou seja, a transitividade verbal decorre de uma perspectiva determinada pelas necessidades e intenções comunicativas. Desse modo, é definida a necessidade ou a facultatividade dos complementos. Observe-se a frase seguinte:

(15) Araci comprou o caderno.

A verificação da valência da frase (15) constata que o verbo **comprar** tem dois lugares, ou seja, abre dois lugares que devem ser preenchidos de modo obrigatório por dois actantes, um Agente e um Paciente. Observem-se, agora, as seguintes frases:

(16)i – Araci comprou o caderno?

(16)ii – Comprou.

Na frase (16)ii, resposta efetiva, não há necessidade de preenchimento lexical dos dois argumentos, visto a disponibilidade de recuperação desses termos no contexto linguístico de fala. Já na frase seguinte:

(17) Entregue esse lápis ao Gabriel.

O preenchimento dos dois argumentos em (17) pode ser obrigatório numa situação em que, estando Gabriel presente, chegue alguém com um lápis e uma pessoa (o falante), indicando com o olhar a direção de Gabriel, diga ao interlocutor: – **entregue**.

Por uma determinação pragmática, uma sentença pode ser reduzida a um complemento facultativo, deixando de expressar o próprio verbo e todos os complementos considerados obrigatórios, como é possível verificar a seguir:

(18) – Quando é que você vai comprar o livro de Linguística?

(19) – Amanhã.

Em relação às frases do tipo (18) e (19), Neves (2002) afirma que:

isso significa que a frase examinada [...] depende da intenção comunicativa; sintaticamente existe uma determinação de obrigatoriedade ou facultatividade dos complementos, que nunca poderá ser afetada, mas existe, também, uma possibilidade de variação na realização das frases em face das determinações da situação comunicativa e das necessidades informativas. Desse modo, a determinação pragmática válida como estruturais e semanticamente completas frases do texto em que termos obrigatórios não sejam expressos. (NEVES, 2002, p. 113)

Para a descrição da valência, são apresentados três pressupostos: a centralidade do verbo na estrutura da frase; o preenchimento dos lugares vazios, isto é, a necessidade estrutural do verbo; e o pressuposto referente à decisão sobre a correspondência entre os elementos considerados necessários e os termos oracionais, os quais são reconhecidos na Gramática Tradicional como sujeitos, objetos, complementos preposicionados, complementos adverbiais, predicativos, complementos adverbiais, orações subordinadas e orações infinitivas. A inclusão dos termos oracionais referidos é constituída por critérios que envolvem somente a coesão estrutural com o verbo e a integridade sintática da sentença.

Os actantes, portanto, são classificados, diante dos pressupostos relacionados, em três categorias: actantes obrigatórios, actantes facultativos e elementos livres. Os actantes obrigatórios e os facultativos constituem os membros necessários, os quais se ligam ao verbo pela valência, estando determinados no esquema de lugares do verbo quanto ao número e

quanto à espécie. Já os elementos livres, por sua vez, são os membros não-necessários, os quais não têm ligação de valência com o verbo (NEVES, 2002).

Sobre a valência lógico-semântica, considera-se a existência de uma relação de logicidade, que é fundamental entre o significado de um verbo e os seus participantes. A ocupação dos lugares vazios, nesse tipo de abordagem, é descrita pela lógica relacional. Por exemplo, “[...] no caso do predicado lógico ‘ajudar’, a relação entre alguém que ajuda e alguém que é ajudado; esse agente e esse paciente entram como argumentos que preenchem os lugares lógico-conceptuais vazios que o predicado abre à sua volta” (NEVES, 2002, p.111).

A valência sintática caracteriza-se pela capacidade que o verbo tem de abrir, na frase, lugares estruturais, os quais precisam ser preenchidos, a fim de que se estabeleça a estrutura da oração. Em relação à valência pragmática, são as necessidades e intenções comunicativas do falante de uma língua que determinam a realização do sistema da transitividade nas sentenças que se efetivam. A situação comunicativa, assim, determina a valência verbal na organização das várias sentenças que compõem um texto. A valência pragmática, portanto, define se são necessários ou facultativos os complementos de uma determinada frase.

Por exemplo, numa frase como (2) **O menino comprou um doce**, verifica-se, ao analisa-lá isoladamente, que o verbo tem valência dois, ou seja, abre dois lugares, que devem ser preenchidos obrigatoriamente por dois actantes: um Agente e um Paciente. Contudo, num contexto linguístico em que ocorra uma sequência como:

(20)i – **O menino comprou o doce?**

(20)ii – **Comprou.**

Na resposta efetiva (20)ii, não se verifica a necessidade de nenhuma realização da expressão dos dois argumentos: Agente e Paciente, visto que esses termos são recuperados no próprio contexto de comunicação linguística.

É possível afirmar que a gramática de valência sintática, semântica e pragmática é uma gramática de dependências e completa-se com a noção dos papéis casuais visto sua relação com a gramática de casos. Essa relação se baseia nos fatores que levam em conta a centralidade do predicado; subcategorização de predicados; determinação de argumentos pelo predicado e relacionamento sintático-semântico dos argumentos com o predicado.

Vale lembrar que a gramática de casos considera os casos semânticos, destacando que, na estrutura básica, a sentença consiste em um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um relacionado ao verbo numa determinada relação de casos. São casos, por exemplo, Agente Beneficiário, Locativo, etc. Os casos se definem pela relação com o núcleo predador e pelos

traços semânticos que têm a si associados. Assim, os traços [+ ativo] e [+ / - intencional] podem estar ligados ao Agente (NEVES, 2002).

Desse modo, a Semântica e a Pragmática se integram na fala e, a partir daí, a estrutura dos enunciados é determinada. O objeto da sintaxe, por sua vez, é constituído pela estrutura dos enunciados. A valência sintática, a valência semântica e a valência pragmática também se integram na fala, determinando a estrutura dos enunciados.

Valência pode ser equiparada com recção, que significa:

[...] subordinação, se se pensa na determinação sintática da forma casual da palavra subordinante. Nesse sentido, não apenas verbos têm recção, mas também preposições [...]. A recção é um fenómeno morfossintático menos abrangente que a valência, que é um fenómeno semântico-sintático: a valência ocorre no nível dos termos da oração, enquanto a recção ocorre dentro ou abaixo desse nível. (NEVES, 2002, p. 114)

Os fenómenos de recção, entretanto, vistos em relação com a valência, podem ser considerados pertinentes. A valência é, assim, tratada com quase exclusividade, como propriedade dos verbos.

1.2.4 Uma abordagem semântico-pragmática

Qualquer falante, normalmente, reconhece que faz uso de certos conhecimentos que lhe são facultados pela situação, sempre que codifica ou interpreta uma frase, visto que tem como dado adquirido que a comunicação linguística não existe fora de um contexto particular motivado pela interação social. Dentre outros, são tais conhecimentos que favorecem ao falante compreender, mais facilmente, o significado das mensagens, bem como justificam que a decodificação não depende apenas da sua competência linguística. Sabe-se, assim, que o objeto de estudo da Pragmática é constituído pelos princípios reguladores da atividade verbal.

A integração verbal não ocorre num vazio, antes implica um conjunto específico de componentes que a tornam pertinente e adequada. Falamos com alguém, num espaço e num tempo concretos, em determinadas situações, ajustando os modos de falar aos nossos interlocutores, às características locais em que nos encontrarmos, às situações em que estamos envolvidos e às instituições onde nos integramos. Isto implica, necessariamente, sermos capazes de desempenhar determinados papéis linguísticos e discursivos, definidos, fundamentalmente, pela sua natureza social. (PEDRO, 1996, p. 450)

Enquanto a Pragmática entende as línguas como instrumento de ação e de comportamento, a Semântica é centrada no estudo das línguas como sistemas formais de elementos e de regras de combinação dos mesmos. No entanto reconhece-se que a Pragmática também encara as línguas a partir de regras, as quais, por sua vez, regem os instrumentos de ação e de comportamento, dando, ao mesmo tempo, conta da relação que existe entre as línguas enquanto sistemas formais e a sua atualização em situações de comunicação.

Entre os aspectos pragmáticos envolvidos na descrição de uma língua estão uma série de fatores linguísticos e extralinguísticos, os quais incluem, pelo menos, “o que é dito, o modo como é dito e a intenção como é dito, o posicionamento físico, os papéis sociais, as identidades, as atitudes, os comportamentos e as crenças dos participantes, bem como relações que entre eles se estabelecem” (GOUVEIA, 1996, p. 384). Assim, quando se têm dúvidas a respeito da intenção significativa de como é usada, numa comunicação, uma palavra, por exemplo, o contexto linguístico de fala é que permite compreender o significado de tal palavra.

A partir da relação que tem com a semântica, entende-se que a Pragmática tem sido também considerada o estudo dos aspectos do significado que são desprezados em termos de condições de verdade na análise semântica das frases. Pode considerar-se que uma expressão é linguisticamente (ou logicamente) verdadeira ou falsa, tendo em conta, exclusivamente, a semântica da língua. Se, pelo contrário, é necessário recorrer ao mundo extralinguístico, então, pode se dizer que uma frase é empiricamente verdadeira ou falsa (OLIVEIRA, 1996, p. 333).

Obviamente, confirma-se a existência das relações da Pragmática com a Semântica, uma vez que ambas consideram as intenções dos falantes e os efeitos dos enunciados nos interlocutores, além dos modelos mentais, do conhecimento, das inferências, das pressuposições, das crenças, dos comportamentos, dentre outros fatores, em relação ao mundo, determinando a produção do sentido.

A semântica do verbo, ou seja, o seu sentido efetivo, é que seleciona os possíveis complementos que se relacionam com a sua significação, determinando, assim, a transitividade. Por exemplo: quem gosta, gosta, naturalmente, de alguém ou de alguma coisa; quem compra, compra alguma coisa; quem sai, tem que estar em algum lugar para ir a outro lugar. Sendo assim, os verbos **gostar**, **comprar** e **sair**, por exemplo, são verbos transitivos, independentemente de serem realizados com complementos ou não. Entretanto, na ausência do complemento explícito lexicalmente, é possível enquadrar esses verbos na proposta de intransitividade relativa – ver **3.3**.

Verbos intransitivos são apenas aqueles que têm, em absoluto, o sentido completo em si mesmo, como os verbos **nascer** e **morrer**. Independentemente de como nasceu (normal, cesário), quem nasce, nasce; independente da causa da morte, quem morre, morre.

(21) A criança nasceu.

(22) A criança nasceu saudável.

(23) A criança nasceu de parto cesário (ou de parto natural).

O fato de nascer em (21), (22), (23) é o mesmo, é absoluto.

(24) João morreu.

(25) João morreu de acidente.

(26) João morreu de infarto.

O fato de João morrer em (24), (25) e (26) é absoluto, independente do modo ou da causa da morte.

Considerando a pragmática, ou seja, o contexto linguístico de fala em que ocorre o verbo, é possível verificar que o preenchimento lexical ou não do complemento verbal não modificará a transitividade do verbo. Vejam-se os exemplos:

(27)i – Você gosta de doce?

(27)ii – Gosto.

Em (27)i, o verbo **gostar** é considerado transitivo e está acompanhado de complemento.

Em (27)ii, o verbo **gostar** também é transitivo apesar de não estar acompanhado de complemento, visto que o complemento está no contexto linguístico de fala ou diálogo em que o verbo ocorreu; o complemento está implícito, não está preenchido lexicalmente, mas existe. Seria um caso de intransitividade relativa – ver **3.3**.

Em se tratando de transitividade verbal e de acordo com Senna (1991):

[...] os complementos verbais têm sido comumente considerados como termos cuja frequência na sentença é condicionada exclusivamente a necessidades semântico-sintáticas das estruturas verbais. Todavia, há evidências do português que comprovam que o verbo não é o único responsável pelo controle sobre a frequência de complementos na sentença e que, por conseguinte, os procedimentos de descrição sintática comumente empregados tendem a reduzir consideravelmente as condições de prever as situações reais de frequência de complementos. (SENNA, 1991, p.463)

A transitividade verbal, conforme Senna (1991), baseia-se na hipótese não conceptualista de que é possível incrementar o potencial descritivo da gramática, utilizando-se informações que conjuguem, ao mesmo tempo, dados da sintaxe e da pragmática da língua.

Senna (1991, p. 463) aborda a questão da transitividade verbal, considerando, além do verbo, os três parâmetros seguintes:

- a categoria gramatical de tempo verbal, caracterizada a partir de noções aspectuais;
- o traço [± genérico] inerente à categoria dos substantivos;
- certo tipo de complementos estritamente pragmáticos do tipo situacional.

A gramática capaz de operar com esses três parâmetros deve adotar um conceito o mais próximo possível de uma concepção de representação linguística que conjugue cognição e pragmática.

Senna (1991) opta pelo princípio da textualidade, substituindo de imediato a “unidade sintagmático-cognitiva” que caracteriza a gramática gerativa, pela “unidade textual” da gramática do texto. O texto, nesse caso, é definido como o produto da textualidade, a qual compreende a gramaticalidade e o processo comunicativo, ambos operando como instrumentos de controle sobre estruturas verbalmente aceitáveis ou não, do ponto de vista do uso da língua. Assim, a textualidade passa a ser concebida como uma propriedade mental manifesta no texto, responsável pela conjugação de informações de natureza cognitiva e pragmática, quando da formulação de unidades verbalizáveis.

Do ponto de vista pragmático, é a relevância que controla a quantidade de informações mais adequadas para a expressão de um determinado enunciado; do ponto de vista cognitivo, a relevância é a propriedade, através da qual, o falante identifica, num quadro representacional, o menor conjunto possível de dados que possam dar conta do todo através da pressuposição dos demais.

A relevância determina se os termos da sentença são necessários, facultativos ou indesejáveis num dado contexto situacional, interferindo, assim, na transitividade na medida em que, sob a regência da textualidade, determina quando as estruturas que completam o verbo concorrem ou não para a identificação do foco na sentença, sendo esta sentença considerada um plano finito da percepção.

O tratamento da transitividade verbal nas gramáticas que consideram somente a estrutura lógica da sentença tem as seguintes características fundamentais (SENN, 1991, p. 466):

- privilégio absoluto dos complementos lógicos do verbo, assim definidos os complementos registrados no léxico como exigências de natureza lógico-semântica;

- e, em consequência da anterior, não consideração de propriedades sintaticamente relevantes em outros termos da sentença, seja de natureza lexical, seja gramatical.

A transitividade verbal é tradicionalmente tratada nas gramáticas como assunto exclusivamente relacionado às representações dos complementos do verbo e às figuras da representação mental, restringindo, assim, a análise aos chamados complementos verbais.

Na perspectiva abordada por Senna (1991):

[...] a descrição da transitividade verbal envolve simultaneamente variáveis de natureza lógica e pragmática, posto que o estabelecimento das figuras da sentença é regido pelo princípio de relevância que é, por sua vez, controlado pela textualidade. Além do conhecimento do contexto de fala, a descrição da transitividade lança mão de variáveis de natureza linguística que permitem prefixar o padrão de frequência dos termos da sentença. (SENNA, 1991, p.466)

Senna (1991, p. 483) sugere, então, que a indexação de informações acerca da transitividade na gramática deva tomar por parâmetros os seguintes critérios:

- dados da transitividade relacionados à representação mental (lógica) expressa na sentença;
- o padrão geral da gramática da língua relativamente à distribuição dos complementos lógicos e pragmáticos, conjugados às variáveis: aspecto e traço [\pm genérico] do SN;
- o comportamento de cada item lexical com relação ao padrão geral do sistema da língua.

De acordo com a estrutura temática da oração, as expressões linguísticas podem ser analisadas em um predicador central e num determinado número de argumentos que lhe completam o sentido, tornando o predicador uma expressão de sentido completo. O predicador principal em uma oração é o verbo.

A transitividade verbal precisa ser encarada sob dois aspectos, que devem estar sempre interligados: o formal e o semântico. A intenção do falante direciona para o caráter semântico da transitividade, que, conseqüentemente, se refletirá em uma estrutura formal possível na língua. Quando o falante tem determinada intenção semântica, esta intenção é projetada na sintaxe, levando ao uso ou não do complemento verbal, este com ou sem preposição. Ao menos, teoricamente, não ocorrerá ao falante nenhuma intenção semântica sem possibilidades estruturais de realização em sua própria língua. Tal fato é intuitivamente conhecido pelo falante, dada a sua competência linguística.

A transitividade verbal envolve, então, três aspectos importantes: o sintático, o semântico e o contextual. O aspecto sintático se refere à estrutura formal da língua; o aspecto semântico se relaciona ao significado desejado para que o ouvinte depreenda a verdadeira intenção do falante; e o contextual sinaliza as possibilidades de alguns verbos ocorrerem com ou sem complementos, indicando também a possibilidade de alguns verbos transitivos diretos ocorrerem complementados com um objeto direto ou com um complemento preposicionado.

O Funcionalismo Linguístico representa, assim, um cabedal de subsídios teóricos que priorizam o uso da língua em função da situação comunicativa. Isso significa dizer, também, em relação à transitividade e complementos verbais, que a construção de sentenças com ou sem complementos verbais, com complementos acompanhados ou não de preposição, complementos preenchidos lexicalmente ou não, dependerá da intuição do falante, da compreensão que o falante tem da percepção do ouvinte, da função que o falante dará a tais fatos da língua no processo de comunicação e, também, da pragmática, ou seja, do contexto real de fala.

1.3 O GERATIVISMO LINGUÍSTICO: UM BREVE PERCURSO ATÉ A TEORIA *THETA*

1.3.1 Considerações gerais

A noção de formal ocupa, no discurso da Linguística Científica, três linhas e práticas: formal equivalente a científico; formal sinônimo de autônomo; formal remetendo a cálculo. Independentemente dos compromissos epistemológicos e metodológicos, qualquer abordagem linguística deve ser formal ou formalizável (OLIVEIRA, 2004), o que não impede que existam diferenças de programas entre as práticas contemporâneas das teorias linguísticas.

Em relação à segunda noção de formal, pode-se afirmar que os gerativistas, que se denominam formalistas, são adeptos dessa acepção do termo formal porque, entre outras coisas, consideram a autonomia da sintaxe.

Gerativistas são certamente formalistas porque além da autonomia da sintaxe enxergam a linguagem como um cálculo, mas nem todo formalista é gerativista. Não é possível traduzir formalismo na linguística por gerativismo (= defensor da autonomia da sintaxe), porque há formalistas descrevendo línguas naturais que não coadunam com a tese da autonomia. (OLIVEIRA, 2004, p. 220)

A terceira acepção de formal pode ser entendida a partir de a citação a seguir:

Como os gerativistas, os gramáticos categoriais compartilham a ideia de que a língua natural é um cálculo; esta é a terceira acepção do termo formal. [...] Esse ponto está relacionado a outros que constituem o núcleo [...] deste programa: a teoria modular da mente, a crença de que a sintaxe é um módulo independente. (OLIVEIRA, 2004, p. 248)

A Gramática Gerativa, então, é uma proposta da teoria linguística, considerada como um Programa de Investigação Científica, que começou a ser construído em meados do século XX. O núcleo da Gramática Gerativa tem como características:

1. Os comportamentos linguísticos efetivos (enunciados) são, ao menos parcialmente, determinados por estados da mente/cérebro; 2. a natureza dos estados da mente/cérebro, parcialmente responsáveis pelo comportamento linguístico, pode ser captada por sistemas computacionais que formam e modificam representações.[...] A heurística do programa da GG determina que a tarefa fundamental do linguista é a criação de sistemas computacionais que sirvam de modelo para o conhecimento linguístico dos falantes/ouvintes de uma língua. Esses sistemas computacionais devem ser entendidos como hipóteses explicativas e suas consequências empíricas devem ser avaliadas num sistema dedutivo. (BORGES NETO, 2004, p. 96-97)

O que a Gramática Gerativa pretende, portanto, é construir um mecanismo computacional que possibilite formar e transformar representações que simbolizem o conhecimento linguístico de um falante de uma língua natural e que esteja incorporado em sua mente/cérebro.

A Filosofia Moderna, iniciada por Descartes no século XVII e continuando até o século XIX, traz o conceito de ciência, bem como o de método científico, como objeto de controvérsia teórica no decorrer do tempo, evoluindo significativamente através dos séculos. As grandes correntes da filosofia moderna são o racionalismo cartesiano, o empirismo inglês e o idealismo alemão. Além do positivismo, corrente filosófica moderna tributária do empirismo.

O racionalismo cartesiano, com René Descartes (1596-1650), preocupava-se em provar a existência de Deus, o livre arbítrio e a distinção entre corpo e alma. Tem caráter metafísico. Tal corrente enfatizou o problema do conhecimento e levantou a indagação sobre a origem, a essência e o alcance das ideias por meio das quais o conhecimento se constitui. Para Descartes, haveria três tipos de ideias: “adventícias (resultantes da percepção da

realidade exterior), fictícias (fruto da imaginação) e inatas (congênitas)” (LOBATO, 1986, p. 22).

O empirismo inglês floresceu no século XVIII, destacando-se Bacon (1561-1626), Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776). Inicialmente, seguiu a tradição racionalista, dando prioridade ao problema do conhecimento, mas, ao negar a existência das ideias inatas, se opôs ao racionalismo cartesiano. O idealismo alemão vigorou no século XIX, tendo como destaques Kant (1724-1804) e Hegel (1770-1831). O conhecimento, segundo essa corrente, caracterizou-se como estando a serviço da lei moral, revelando os temas: razão e liberdade, autonomia do indivíduo, organização racional da sociedade e do Estado e sentido da História. Já o positivismo, sistema filosófico elaborado por Auguste Comte (1798-1857), surgiu na primeira metade do século XIX e caracterizou-se pela reação às preocupações metafísicas do racionalismo cartesiano e do idealismo alemão, dando ênfase à experimentação em oposição à especulação (LOBATO, 1986).

A Linguística, a partir dos anos cinquenta do século passado, saiu dos padrões estruturalistas e passou a definir-se no âmbito da Gramática Gerativo-Transformacional, concebida pelo linguista norte-americano, naturalizado, Avran Noam Chomsky. A base filosófica do gerativismo apoia-se no pensamento de René Descartes.

A divulgação da teoria gerativa teve início em 1957, com a publicação da obra *Syntactic structures – Estruturas sintáticas* – de Chomsky (1957). Este trabalho simboliza um marco na história da Linguística ao substituir o enfoque estruturalista, que descrevia as línguas sem explicá-las, por uma abordagem gerativo-transformacional, cujo objetivo é, não só a descrição, como também a explicação do fenômeno da faculdade da linguagem. Registre-se que falar em linguística transformacional é referir-se a um panorama linguístico em constante mutação e frequentes revisões, representado por diferentes modelos de gramática.

A base de todas as línguas humanas é constituída de propriedades essenciais, compreendidas pela Gramática Universal, ao mesmo tempo em que as características próprias de cada língua são descritas pelas gramáticas particulares.

Em relação à Linguística Estrutural, de acordo com a proposta gerativista chomskiana, modifica-se, entre outros aspectos, a base filosófica e o objeto de estudo, que passou da *langue*¹⁵ à competência linguística, considerada como “o conhecimento mental puro de uma língua particular por parte do sujeito falante, isto é, a sua gramática interiorizada” (RAPOSO,

¹⁵Segundo Ferdinand Saussure (1999 [1916]) existe três concepções para *langue*: acervo linguístico, instituição social e realidade sistemática e funcional.

1992, p. 31). Concebida como um fenômeno exclusivo da mente humana, a linguagem é um espaço singular das faculdades mentais da humanidade, não sendo, então, um sistema adquirido por meio de estímulos a respostas como preconizaram os bloomfieldianos. A linguagem, portanto, na perspectiva gerativo-transformacional, é um empreendimento entendido como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, sendo, assim, um fenômeno humano universal.

Os principais modelos da Gramática Gerativo-Transformacional são: a Teoria Clássica (TC -1957), a Teoria Padrão (TP-1965), a Teoria Padrão Ampliada (TPA -1972), a Teoria da Regência e Ligação (TRL -1981), também chamada Princípios e Parâmetros, e o Programa Minimalista (PM – 1993).

1.3.2 Pontos básicos sobre o Gerativismo Linguístico

Chomsky (1994 [1986]) apresenta o quadro que lhe parece mais apropriado para demonstrar o amplo interesse intelectual dos estudos sobre a linguagem, ao tempo em que examina as possibilidades de elaborar uma teoria sobre a natureza humana a partir deste modelo. Assim, propõe uma comunidade ideal de fala homogênea, em que não haja variações estilísticas nem dialetais, sendo também o conhecimento da língua dessa comunidade de fala representada de modo uniforme, na mente de cada um de seus membros, como elemento de um sistema de estruturas cognitivas. Considera-se a representação do conhecimento desses falantes-ouvintes ideais de gramática da língua e a teoria explicitamente estruturada, que visa a exprimir de forma precisa as regras e princípios da gramática existente na mente do falante-ouvinte-ideal.

A gramática da língua, então, determina as propriedades de cada sentença e, para cada sentença, a gramática determina, além de outros, aspectos de sua forma fonética, de seu significado. A Gramática Gerativa é explícita o suficiente para determinar de que modo as sentenças da língua são caracterizadas pela gramática.

Mesmo que a língua gerada seja infinita, a gramática é, em si, finita: quando representada num cérebro finito, constroem-se com facilidade sentenças novas, que são utilizadas em ocasiões apropriadas, da mesma forma como são compreendidas as novas sentenças ouvidas em circunstâncias novas (CHOMSKY, 1994 [1986]).

De que modo consegue-se adquirir, então, sistemas de conhecimento tão elaborados, dada nossa experiência pobre e fragmentária? Os céticos dogmáticos poderiam responder que não dispomos de tal tipo de conhecimento. A mesma questão se coloca como questão

científica, se perguntarmos de que modo os seres humanos, a partir de experiências tão limitadas e pessoais, mostram tanta convergência nos complexos e altamente estruturados sistemas de crenças, sistemas esses que regulam suas ações e intercâmbios, bem como sua interpretação da experiência.

Detendo-se sobre essa investigação, é possível examinar proposições que revelarão o desenvolvimento tangente à linguagem como produto da mente e, basicamente, ao conceito de linguagem. As pessoas aprendem línguas diferentes como reflexo das diferenças entre os ambientes verbais em que vivem, mas não se sabe que aspecto do sistema que se desenvolve é de fato moldado pela experiência, e não simplesmente o reflexo de estruturas e processos intrínsecos acionados pela experiência. Assim, o que acontece é que tais desenvolvimentos são gerados pela base genética, dependendo de realizações tanto do fator externo, quanto acionadores ou moldadores (CHOMSKY, 1994 [1986]).

Mesmo conhecendo-se pouca coisa de substancial a respeito dos universais linguísticos, é possível estar bastante seguro de que a variedade possível de línguas é rigidamente limitada. Observações superficiais bastam para que se estabeleçam algumas conclusões quantitativas. Deste modo, é evidente que a língua que cada pessoa adquire é uma construção rica e complexa, que não poderia ser determinada pela evidência fragmentária disponível. É por essa razão que a indagação científica a respeito da natureza da linguagem tem tantas dificuldades e resultados tão limitados. Contudo sabe-se que os membros de uma mesma comunidade linguística desenvolvem basicamente uma mesma língua.

Este fato só pode ser explicado a partir da pressuposição de que esses indivíduos empregam princípios altamente restritivos, que orientam a construção da gramática. Por outro lado, é um fato óbvio que não há no homem uma predeterminação para que aprenda esta e não aquela língua; o sistema de princípios deve ser uma propriedade da espécie. Restrições poderosas devem operar na delimitação da variedade de línguas. É natural que, na vida diária, haja interesse apenas pelas diferenças entre as pessoas, e que se negligenciem as uniformidades estruturais. Quando se busca entender o organismo humano, todavia, são outras as exigências intelectuais que se impõem. A ideia de se considerar o desenvolvimento da linguagem análogo ao desenvolvimento de um órgão físico é, portanto, perfeitamente natural e plausível (CHOMSKY, 1994 [1986]).

A Gramática Gerativa¹⁶ de uma língua particular é uma teoria que diz respeito à forma e ao significado de expressões dessa língua. Ela limita-se a considerar certos elementos desta

¹⁶ Gerativa significando, conforme Chomsky (1994 [1986]), explícita.

problemática. O seu ponto de referência é o da psicologia individual. Diz respeito aos aspectos da forma e do significado, que são determinados pela faculdade da linguagem, que deve ser entendida como um componente particular da mente humana. A natureza desta faculdade é o tema básico de uma teoria geral acerca da estrutura da linguagem, que tem como objetivo a descoberta do conjunto de princípios e de elementos comuns às línguas humanas; atualmente, esta teoria é muitas vezes chamada Gramática Universal.

O estudo da gramática gerativa representou uma mudança significativa de perspectiva na abordagem dos problemas da linguagem: o objeto de investigação deixou de ser o comportamento linguístico ou os produtos deste comportamento para passar a ser os estados da mente/cérebro que fazem parte de tal comportamento¹⁷. Daí, então, se colocam três questões básicas, que são as seguintes: o que constitui o conhecimento da língua?; como é adquirido o conhecimento da língua?; como é usado o conhecimento da língua? (CHOMSKY, 1994 [1986]).

Segundo Noam Chomsky (1994 [1986]), a resposta à primeira pergunta poderia ser dada por uma Gramática Gerativa particular: uma teoria que se ocupa do estado da mente/cérebro do indivíduo, que conhece uma língua particular. A segunda resposta vem a ser por uma especificação da gramática universal e pela consideração dos meios através dos quais os seus princípios interagem com a experiência, de modo a darem origem a uma língua particular. A resposta para a terceira questão seria uma teoria acerca do modo como o conhecimento da língua atingido interfere na expressão do pensamento e na compreensão das amostras de língua que nos são apresentadas e, por consequência, na comunicação e noutros usos especiais da língua.

O termo gramática tem sido usado de forma variada assim como o termo língua. No uso convencional, uma gramática é uma descrição ou uma teoria de uma língua, um objeto construído por um linguista. Chomsky (1994 [1986]) mantém esse uso e associadas às noções técnicas de língua estão as noções de gramática e Gramática Universal. A esses conceitos técnicos, ele se referirá como instâncias de língua externa (E).

Ainda segundo Chomsky (1994 [1986]), a língua interna (I) é um elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e usado pelo falante ouvinte. Considerando a língua como língua interna, a gramática seria, então, uma teoria da língua interna; e, sendo assim, as considerações de uma gramática são afirmações da teoria da mente acerca da língua interna, acerca das estruturas do cérebro.

¹⁷ O ponto central passa a ser *o conhecimento da língua: a sua natureza, origem e uso* (título do livro de Chomsky, 1994 [1986]).

Assim, a “Gramática Universal está agora construída como a teoria das línguas – I humanas, um sistema de condições que deriva do equipamento biológico humano que identifica as línguas – I que são humanamente acessíveis em condições normais”. (CHOMSKY, 1994 [1986]).

A Gramática Gerativa, por sua vez, mudou o foco de atenção do comportamento linguístico real ou potencial e dos produtos deste comportamento para o sistema de conhecimento que sustenta o uso e a compreensão da língua e, mais profundamente, para a capacidade inata que permite aos homens atingirem tal conhecimento. Passa-se do estudo da língua encarada como um objeto exteriorizado para o estudo do conhecimento da língua atingido e internamente representado na mente/cérebro. A Gramática Universal é, então, a caracterização destes princípios inatos e biologicamente determinados.

1.3.3 A Gramática Modular

Até se chegar ao modelo de Princípios e Parâmetros, a Gramática Gerativa passou por algumas fases. A primeira fase desta gramática foi descritivista e é conhecida sob o nome de Teoria Padrão, que é uma teoria de regras gramaticais (as regras de reescrita categorial e as regras transformacionais). A fase posterior a esta é conhecida como Teoria Padrão Ampliada, caracterizada por um pequeno número de regras e por princípios que restringem a aplicação dessas regras.

A Linguística Gerativa dos anos 80 pode ser considerada uma evolução direta e sem ruptura da Teoria Padrão Ampliada. Dentre as principais inovações, é possível citar a adoção da tese de que a estrutura superficial é o único nível sintático responsável pelo significado de uma frase. A teoria gerativa deixa, então, de ser uma teoria derivacional, constituída de regras sintagmáticas, para ser uma teoria representacional. A adoção de mecanismos destinados a restringir as opções admissíveis da gramática gerativo-transformacional significa que o SN não vai mais se mover aleatoriamente, pois passam a existir regras que limitam os movimentos possíveis.

A chamada Teoria da Regência e Ligação é integrada pelos seguintes módulos ou subsistemas (LOBATO, 1986):

- Teoria X-barras.
- Teoria do Limite;
- Teoria da Regência;
- Teoria *Theta* (Θ);

- Teoria do Caso;
- Teoria da Ligação;
- Teoria do Controle.

Vejam-se a seguir, resumidamente, em que consiste cada um desses módulos.

A teoria que atua na estrutura profunda e estabelece os princípios que definem as categorias lexicais e as categorias frasais ou sintagmáticas é a Teoria X-barra. As categorias lexicais são: nome (N), adjetivo (A), verbo (V), preposição (P); já as categorias frasais ou sintagmáticas são: sintagma nominal (SN), sintagma verbal (SV), sintagma preposicional (SP) e sintagma adjetival (SA).

A teoria que determina as fronteiras de atuação da regra de *mova-a*, isto é, mova qualquer elemento para qualquer lugar (PASSOS; PASSOS, 1990, p. 12-13), é a Teoria do Limite. A Teoria da Regência, por sua vez, é aquela que relaciona o elemento regente àquele por ele regido. Já a Teoria *Theta* (descrita em 1.3.4) refere-se à atribuição de papéis temáticos (ou papéis- Θ) aos diferentes SNs da sentença. A Teoria do Caso é aquela que diz respeito à atribuição de Caso ao SN. A Teoria da Ligação é aquela que trata da relação entre determinados elementos lexicais e seus antecedentes. A teoria que vincula o elemento PRO (elemento pronominal não realizado foneticamente) ao seu antecedente é a Teoria do Controle.

É estudada, aqui, apenas a descrição da Teoria *Theta* (Teoria- Θ), um dos módulos da Gramática Modular que está inserido na Teoria da Regência e Ligação. Conforme a Teoria- Θ , os sintagmas nominais desempenham uma função semântica ou relação temática na sentença. A função semântica ou relação temática denomina-se papel *theta* (papel- Θ). Os papéis temáticos são as funções semânticas de agente, tema, fonte, meta, instrumento, etc.

A Teoria X-barra, herança da Teoria Padrão Ampliada, atua na estrutura profunda, estabelecendo os princípios que definem tanto as categorias lexicais **nome**, **adjetivo**, **verbo** e **preposição** como as categorias sintagmáticas (**sintagma nominal**, **sintagma verbal**, **sintagma preposicional** e **sintagma adjetival**). A Teoria da Fronteira, também conhecida por Teoria do Limite, propõe um princípio sobre os movimentos transformacionais, o chamado Princípio da Subjacência, para restringir a distância que um constituinte pode percorrer após a aplicação de uma regra de movimento.

A Teoria da Regência é uma teoria sobre as relações entre o núcleo de uma construção linguística e as categorias dele dependentes; trata da relação entre o núcleo dos diferentes sintagmas e seus complementos. Os núcleos, considerados elementos que regem, são categorias lexicais (N, V, Adj, P), também rotuladas categorias de grau zero X, e FLEX. N,

V, Adj, P regem seus complementos quando exercem a função de núcleo (todo verbo transitivo rege o seu complemento, toda preposição rege o seu complemento, todo nome rege seu complemento, entre outros). **FLEX** rege o sujeito da oração quando ele possui o traço [+TEMPO], isto é, quando o verbo se apresenta flexionado (LOBATO, 1986). Observe-se a sentença:

(1) **Luís** comprou uma bicicleta para Pedro.

O SN **Luís** é regido por **FLEX [+TEMPO]**; o SN **uma bicicleta** é regido pelo verbo **comprar** e o SN **Pedro**, pela preposição **para**.

A Teoria *Theta* (Teoria- Θ) diz respeito ao verbo, núcleo central da oração – também cognominado de predicador para não ser confundido com o predicado –, e aos argumentos, elementos que coocorrem com esse núcleo verbal (SN sujeito, SN complemento). Assim, por exemplo, os verbos **correr**, **comprar**, **pôr** e **atirar** exigem argumentos que lhes possibilitam a ocorrência enquanto entidades frásticas gramaticais, respectivamente, caracterizando, assim, uma rede de relações semânticas entre o predicador e os seus argumentos. A esta rede, denomina-se de estrutura temática e aos seus argumentos, papéis temáticos ou papéis- Θ . São eles: agente, tema, fonte, meta e instrumento (RAPOSO, 1992).

Exemplos:

(2) **Marcelo** corre.

(3) **As alunas** compraram **bons livros de Linguística**.

(4) **A cozinheira** pôs **a panela sobre a mesa**.

(5) **Ravi** atirou **a pedra na casa do vizinho**.

“O tema é o SN do qual o verbo expressa sua localização, movimento, posse, etc.” (PASSOS; PASSOS, 1990, p. 47). Em linhas gerais, o tema é um SN objeto direto com ocorrência na Estrutura-P ou na Estrutura-S, em destaque nos exemplos (6), (7) e (8).

(6) O garoto entregou **a correspondência** ao pai.

(7) **O arroz** já cozinhou.

(8) Os bárbaros destruíram **Roma**.

O agente é o SN realizador da ação verbal. Em (6) e (8), o SN **o garoto** e **os bárbaros** são exemplos do referido papel- Θ .

A fonte é o SN que indica a localização original com verbos de movimento; são funções atribuídas pelos verbos de movimento ao ponto de partida; são sintagmas que indicam a localização original realizada pelo agente da ação atribuída pelo verbo. É possível verificar isso por meio dos elementos destacados a seguir:

(9) João comprou chocolates **no mercado**.

(10) Clarissa foi **de Salvador para Sauípe**.

Meta é o SN que indica a localização após o movimento. Em (10), **para Sauípe** exerce o papel temático de meta. Já o instrumento, como destacado em (11), “é o SN que expressa o objeto com o qual a ação é realizada” (PASSOS; PASSOS, 1990, p.47):

(11) **O prego** furou o dedo dele.

De acordo com a Teoria- Θ , as posições sintáticas distinguem-se em: a) posições **Argumental (A)** versus **não-Argumental (não-A)**; b) posições- Θ versus não- Θ . A posição **A** é aquela que atribui uma Função Gramatical (FG) ao elemento linguístico (sujeito, objeto direto e indireto), independentemente de o SN estar ou não deslocado; a posição **não-A**, em oposição à posição **A**, focaliza elementos linguísticos que não desempenham uma função sintática, ou seja, que exercem uma função gramatical - complementador (COMP), flexão (FLEX), concordância verbal (CONC), entre outros. A posição- Θ é a posição que atribui ao SN um determinado papel temático; são as posições temáticas definidas na estrutura-P; as posições não- Θ são as posições que não recebem um papel temático a partir da estrutura-P. (SN deslocado, COMP, FLEX, etc.) Ressalte-se que nem sempre há correspondência entre as posições **A** e a posição- Θ . Por exemplo, SN sujeito da sentença passiva é uma posição **A**, porque possui uma FG definida na sentença, porém não lhe é atribuída a posição- Θ pelo fato de não exercer, na estrutura-P, um papel temático já projetado pelo léxico da língua em estudo.

A projeção constitui-se num dos princípios mais importantes da TRL, já que pressupõe que os itens lexicais (**N**, **V**, **A**, **P**) sejam diretamente determinados na estrutura-P através do léxico. De acordo com o Princípio de Projeção: “As configurações em que cada núcleo lexical ocorre, e que são determinadas pelas suas propriedades de atribuição de papel temático, têm de ser refletidas em cada nível sintático (FL, estrutura-S, estrutura-P)” (LOBATO, 1986, p. 441).

Enfatiza-se, ainda, que a Teoria- Θ estabelece a ocorrência dos papéis temáticos dos SN, independentemente de algum movimento que lhes venha ocorrer, em todos os níveis sintáticos: os SN levam consigo o seu papel temático, como também deixam seu vestígio no lugar de sua ocorrência original. Entretanto não podem acumular os mencionados papéis porque há outro princípio que rege a Teoria- Θ . De acordo com o Critério- Θ , “Um argumento só pode desempenhar um, e um só, papel- Θ , e cada papel- Θ , só pode ser atribuído a um, e um só argumento” (LOBATO, 1986, p. 439).

A transmissão do papel temático ao seu SN movimentado constitui-se na chamada Cadeia Temática que, segundo Lobato (1986, p. 445), “é uma sequência formada por SN e seus vestígios localizadamente ligados, onde cada um desses elementos ocupa uma posição A”.

A Teoria de Ligação é uma teoria chomskiana que trata da relação de um anafórico ou de um pronominal com o seu antecedente; trata, pois, das propriedades estruturais e semânticas das relações correferenciais e referenciais. Os princípios que definem essa relação são: “um anafórico tem de estar ligado na sua categoria de regência; um pronominal tem de estar livre na sua categoria de regência; uma expressão-R tem de estar livre”(LOBATO, 1986, p. 463).

Chomsky prefere que a *Teoria da Regência e Ligação* seja conhecida como *Teoria de Princípios e Parâmetros*, visto que o que, na realidade, a distingue dos modelos gerativos anteriores (e de outras teorias sobre a linguagem) é “a organização da Gramática Universal em princípios universais rígidos e em parâmetros abertos e susceptíveis de serem fixados no decorrer da aquisição da linguagem” (RAPOSO, 1992, p.16).

O modelo de Princípios e Parâmetros, então, proposto pela primeira vez por Chomsky, em 1981, incorpora, em grande parte, os resultados teóricos da Teoria Padrão Ampliada, bem como a sua concepção da gramática em subteorias (ou módulos, ou componentes) autônomos, cada uma delas com organização e princípios independentes, tendo como objetivo domínios diferenciados da linguagem. Assim, de um modelo de regras e princípios, passa-se, pois, nesta fase, a um modelo unicamente de princípios. Para além destes princípios rígidos, contudo, existe agora, igualmente um sistema de princípios abertos, os parâmetros.

Os parâmetros são uma espécie de comutadores linguísticos cujo valor final e definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através da sua fixação (ou ligação) numa de suas posições possíveis, com base na informação obtida a partir do meio ambiente linguístico. Neste modelo, a aquisição pela criança da gramática final da sua língua consiste essencialmente em dois aspectos: a aprendizagem das formas lexicais da língua, com as propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas determinadas pelo dicionário mental e a atribuição aos vários parâmetros da Gramática Universal do valor que possuem nessa língua.

Daí, é importante salientar que, em linhas gerais, o modelo de Princípios e Parâmetros, em particular a noção de parâmetro, tem possibilitado a junção de estudos puramente gramaticais sobre a estrutura das línguas individuais com estudos psico-linguísticos de natureza experimental sobre a aquisição e desenvolvimento da linguagem, além de, também, com estudos da gramática comparativa.

O Gerativismo, portanto, é uma teoria linguística que tem por objetivo primordial focalizar a linguagem humana, entendida como uma faculdade mental, geneticamente determinada, sendo, pois, inerente a toda espécie humana. Essa busca teórica motivou Chomsky a percorrer um caminho evolutivo a partir de 1957 até nossos dias, percurso este caracterizado por várias fases e posturas metodológicas, que focalizaram e distinguiram a linguagem humana dos inúmeros sistemas formais de comunicação.

No que se refere ao Programa Minimalista (PM-1993), afirma-se que esse programa pode ser considerado como parte do modelo resultante da Teoria de Princípios e Parâmetros.

É importante realçar que o PM [Programa Minimalista] não é um novo quadro teórico da gramática gerativa-transformacional, no sentido em que o modelo P&P [Princípios e Parâmetros], ou a Teoria Standard Alargada ou a Teoria Standard, o são. Nesse sentido, o PM não substitui o modelo P&P. Pelo contrário, o PM assenta crucialmente no modelo P&P, e parte dele para propor algumas questões novas que não poderiam, na realidade, ser concebidas fora desse modelo. De certa maneira, o PM é um conjunto de “orientações” guiadas pela ideia intuitiva de evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceptualmente necessárias dentro da lógica da teoria. (RAPOSO, 1992, p.15-16)

As línguas naturais são, para Chomsky, sistemas biológicos, que servem para os seres humanos usarem para falar sobre o mundo, descrever, comunicar-se com os outros, etc. Tais práticas, que os homens fazem com a linguagem, constituem, ainda segundo Chomsky, o sistema *conceptual-intencional*. A língua deve, também, associar-se a um sistema de produção e recepção, de natureza sensório-motora para permitir a produção e recepção dos sons que são os constituintes das expressões linguísticas, chamadas (por Chomsky) de *sistema articulatório-perceptual*, sendo, portanto, o meio de expressão. “A linguagem humana deve, então, ser capaz de contatar (constituir interfaces) tanto com o sistema conceptual-intencional (C-I) quanto com o sistema articulatório-perceptual (A-P)” (BORGES NETO, 2004, p.123).

Para o Programa Minimalista, a estrutura que melhor satisfizer as condições das interfaces será considerada gramatical, aceitável e boa, conforme se afirma a seguir.

[...] a garantia de que uma estrutura é bem formada (gramatical) vai depender do grau de satisfação das condições impostas pelos sistemas externos (C-I e A-P) que a estrutura apresenta. Em outras palavras, será mais “adequada”, “aceitável”, “bem formada”, “gramatical”, a estrutura que melhor satisfizer as condições de produção/percepção fonética e de significação. (BORGES NETO, 2004, p. 124)

A proposta chomskiana, então, configura uma linha de pesquisa que busca explicar efetivamente o processo criativo/produtivo da linguagem humana.

1.3.4 A Teoria *Theta*

Semelhante a um sistema de lógica de predicados, é possível analisar as expressões linguísticas em torno de um predicador central e em torno de um determinado número de argumentos que lhe completam o sentido, fazendo com que o predicador se converta em uma expressão completa semanticamente. Em relação à oração, o predicador considerado mais importante é o verbo. Daí, chega-se ao que se chama de predicador verbal.

Uma expressão linguística completa é formada por um predicador, o qual especifica o número de argumentos exigidos, ou seja, o predicador é especificado a partir do número de argumentos que exige. Assim, por exemplo, num sistema de lógica de predicados, o verbo **dormir** exige só um argumento – como no exemplo (12) –, sendo, portanto, um predicador de um lugar; o verbo **temer** exige dois argumentos, exemplo (13), sendo, então, um predicador de dois lugares; o verbo **pôr** exige, por sua vez, três argumentos, exemplo (14), sendo, assim, um predicador de três lugares.

(12) Graciete **dorme**.

(13) Os alunos **temem** o diretor.

(14) Ruy **pôs** o livro sobre a mesa.

Os complementos subcategorizados do predicador e o sujeito são os correspondentes de um predicador verbal, na estrutura da oração.

Os sintagmas nominais, de modo geral, possuem propriedades semânticas que são constantes, mas possuem, também, propriedades semânticas consideradas variáveis. As propriedades semânticas constantes são determinadas pelos aspectos das propriedades referenciais dos SNs, bem como, principalmente, pelo seu significado de dicionário. As propriedades variáveis dos SNs, por sua vez, correspondem aos outros aspectos da significação, os quais variam segundo a oração, relacionando-se diretamente com o seu estatuto de argumentos de um predicador. Esses aspectos se referem às relações estabelecidas entre as entidades referidas pelos argumentos no seio da situação ou ação particular designada

pelo predicador, isto é, as propriedades variáveis têm relação com a função semântica dos argumentos relativamente a um determinado predicador¹⁸. Observe-se o exemplo a seguir:

(15) **Os estudantes** empurraram **a professora**.

Em relação às propriedades semânticas constantes dos SNs, pode-se ressaltar, no que se refere ao exemplo (15), que o SN **os estudantes** denota uma determinada unidade, com certas características e propriedades, diferente da unidade denotada pelo SN **a professora**. Outra análise pode ser feita a partir da leitura dos exemplos (16), (17) e (18) a seguir;

(16) **A professora** empurrou **os estudantes**.

(17) **Os estudantes** assustaram **a professora**.

(18) **A professora** teme **os estudantes**.

Observa-se que o SN **a professora** é o paciente da ação descritiva pelo verbo em (15); é o agente da ação em (16); e é a entidade que sofre um processo psicológico em (17) e (18), ou seja, um experienciador psicológico. Já o SN **os estudantes** é agente em (15), paciente em (16) e objeto da experiência psicológica **da professora** em (17) e (18).

O significado dos predicadores e a função gramatical desempenhada pelos argumentos são os fatores que determinam as variações dos SNs. Assim, em (16), **a professora** é o agente da ação porque ocupa a posição de sujeito do verbo **empurrar**. Caso o SN esteja na posição de objeto direto desse verbo, como em (15), já não será mais o agente, mas sim o paciente.

Em (18), a função gramatical do SN **a professora** é a mesma que em (16), mas o verbo da oração é diferente, **temer** em vez de **empurrar**. Uma mudança na função semântica do SN é determinada suficientemente pela mudança no predicador.

Existe pois em cada oração uma rede de relações semânticas entre o predicador e os seus argumentos, a qual depende do predicador particular e das funções gramaticais desempenhadas pelos argumentos. A esta rede de relações semânticas de uma oração chamamos *estrutura temática* e aos elementos primitivos da estrutura temática chamamos *funções temáticas* como (*Agente, Paciente, Experienciador, etc.*). Tecnicamente, dizemos que um predicador atribui uma função temática a cada um dos seus argumentos. A propriedade que os predicadores têm de selecionar um determinado número de argumentos com uma dada função temática chama-se *seleção semântica* (ou *seleção-s*). (RAPOSO, 1992, p.276-277)

Ressalte-se que, em Chomsky (1981), é utilizada a expressão *seleção-c* para a subcategorização paralelamente à expressão *seleção-s*.

¹⁸ A função semântica dos argumentos relativamente a um determinado predicador se refere, por exemplo, a quem faz **o quê a quem, como, onde, de que modo**, etc.

A Teoria *Theta* contém um componente conceitual e um componente formal. O componente conceitual se refere à caracterização semântica das funções temáticas enquanto o componente formal se ocupa das propriedades estruturais das representações sintáticas as quais são determinadas pelo fato de estas conterem expressões com funções temáticas, de modo independente da caracterização semântica particular dessas funções¹⁹.

É preciso esclarecer a questão dos argumentos e predicadores. As categorias gramaticais como: N, V, P e A possuem a capacidade de selecionar argumentos e de atribuir funções- Θ , podendo ser predicadores.

Apesar de todas as categorias lexicais poderem funcionar como predicadores, algumas delas têm uma tendência intrínseca para desempenhar esse papel, como os verbos e adjetivos, considerados predicadores por excelência. Sabe-se que os nomes também podem funcionar como predicadores²⁰, contudo a sua função principal é a de núcleo de argumento.

Os argumentos e as atribuições das funções- Θ são selecionados pelas categorias gramaticais, as quais são predicadores. Vejam-se os exemplos a seguir:

(19) Os meninos empurraram as meninas.

(20) A professora está contente com os seus alunos.

(21) O autor do livro.

(22) Ela fez tudo aquilo para os seus filhos.

Em (19), o verbo **empurrar** atribui uma função- Θ ao sujeito **os meninos** (Agente) e ao objeto **as meninas** (Paciente); em (20), o adjetivo **contente** atribui uma função- Θ ao sujeito **a professora** (Experenciador Psicológico) e ao SN **os seus alunos** (objeto da experiência psicológica); em (21), o nome **autor** atribui uma função- Θ (Paciente) ao SN **o livro**; e, em (22), a preposição **para** atribui uma função- Θ (de Beneficiário) ao SN **os seus filhos** e o verbo **fazer**, por sua vez, atribui função- Θ aos SNs **ela** (Agente) e **aquilo** (Meta).

Embora todas as categorias gramaticais sejam predicadores, como foi visto, será enfatizada aqui a predicação verbal estabelecida no âmbito da frase.

Ressalte-se, entretanto, que, no caso da preposição, quando a mesma é o núcleo de adjunto adverbial não subcategorizado, é o único responsável pela atribuição da função- Θ , como pode ser verificado nos exemplos (23) e (24):

¹⁹ Devido a dificuldade em estabelecer critérios operacionais formais em semântica e devido à larga autonomia do componente formal em relação ao conceitual, a TRL não tem se ocupado muito do componente conceitual. Chomsky (1981) questiona se a natureza semântica das funções temáticas representa papel relevante no funcionamento do sistema formal da teoria.

²⁰ Por exemplo: os nomes relacionais como **autor**, em (21), podem funcionar como predicadores, entretanto a sua função principal é a de núcleo de argumento.

(23) Jane comprou o livro com a colega.

Em (23), a preposição **com** atribui a função comitativa ao SN **a colega**.

Outro exemplo:

(24) Jane cortou a maçã com uma faca.

Em (24), a preposição **com** atribui a função de instrumento ao SN **uma faca**.

Em relação aos argumentos, sabe-se que, para uma categoria gramatical ser argumento, é necessário que ela estabeleça uma relação semântica com o predicador, sendo preciso, para isso, possuir um *potencial de referência*, isto é, que possa servir para designar entidades, ideias, etc. ou situações, tais como: eventos, ações, etc. do universo discursivo. Isso significa dizer que um elemento sem referência não pode ser o suporte de uma função- Θ .

Face à noção de argumento, o estatuto da categoria SP não é um argumento e, apesar de conter uma expressão referencial, o complemento SN, não é em si mesmo uma expressão referencial. O argumento é, entretanto, a expressão referencial SN, a qual é incluída no SP subcategorizado, sendo a preposição um predicador considerado auxiliar na atribuição da função- Θ ao SN.

Na caracterização semântica das funções- Θ , a função principal é a de *Tema*. O Tema de verbos que denotam movimento ou troca na posse de um objeto é o SN que sofre o movimento ou o SN *trocado* (RAPOSO, 1992). Vejam-se os exemplos:

(25) **Karla** chegou de Sauípe.

(26) Letícia entregou **o bilhete** a Cezar.

(27) Ela comprou **as flores** na floricultura.

O **Tema** com verbos de localização é o SN, do qual se afirma a localização, como nos exemplos:

(28) **Clarissa** ficou em casa.

(29) Araci pôs **o caderno** na mesa.

A noção de Tema também pode ser aplicada a um dos argumentos dos verbos que exprimem uma concepção abstrata ou psicológica de movimento ou localização, como, por exemplo, a noção de posse. Desse modo, o SN em negrito nos exemplos (30) a (35) também é Tema.

(30) A professora explicou **a lição** aos seus alunos.

(31) A aluna sabe **a resposta**.

(32) **A caneta** pertence-me.

(33) Leonardo ficou com **o dinheiro**.

(34) As crianças temem **a diretora**.

(35) **A diretora** assusta as crianças.

O *Tema* com verbos chamados *incoativos*, isto é, verbos que exprimem uma mudança de estado, ou com verbos *causativos*, que exprimem uma mudança de estado causada por uma força exterior, é o SN que designa a entidade que sofre essa mudança. Exemplos:

(36) **A comida** já cozinhou.

(37) A cozinheira cozinhou **a comida**.

(38) Os governantes reformaram **a escola**.

As demais funções- Θ (RAPOSO, 1992, p. 281) são as de *Locativo*, *Fonte*, *Alvo* e *Agente*. A função- Θ de *Locativo* é atribuída por verbos que designam localização, como nos seguintes exemplos:

(39) Leandra ficou em **casa**.

(40) Pedro pôs o lápis na **mesa**.

As funções- Θ de *Fonte* e *Alvo* referem-se às funções atribuídas pelos verbos de movimento ao ponto de partida e ao ponto de chegada do movimento. Verificam-se nos exemplos a seguir:

(41) Maria chegou em **Salvador**.

(42) **Araci** entregou a carta a **Ivan**.

(43) **Helena** comprou rosas **na floricultura**.

Assim, em (41), **Salvador** é *Alvo*; em (42), **Araci** é *Fonte* e **Ivan** é *Alvo*; e, em (43), **na floricultura** é *Fonte* e **Helena** é *Alvo*.

Observe-se que, no exemplo (40), é considerado que o SN **a mesa** tem a função- Θ *Locativo* e não de *Alvo*, porque, apesar de o verbo **pôr** implicar movimento físico, não envolve uma relação intencional de direcionalidade.

Já a função- Θ de *Agente* é desempenhada pelo SN animado de intencionalidade, da qual a vontade é responsável pela ação descrita, como nos exemplos:

(44) **A cozinheira** cozinhou o frango.

(45) **Os meninos** quebraram os brinquedos.

A cozinheira em (44) e **os meninos** em (45) são exemplos de função- Θ de *Agente*.

É possível que o sujeito de uma frase desempenhe duas funções- Θ diferentes, sendo uma de *Agente* e outra de *Fonte*, *Alvo*, ou mesmo *Tema* (RAPOSO, 1992, p. 282), como pode se verificar nos exemplos (46), (47) e (48):

(46) **Paulo** recebeu deliberadamente a carta.

Em (46), **Paulo** é, ao mesmo tempo, *Agente e Alvo*.

No exemplo:

(47) “O João recebeu (?? deliberadamente) uma tarefa.” (RAPOSO, 1992, p. 282).

“[...] **O João** é apenas *Alvo*: com o advérbio deliberadamente, a oração é semanticamente anômala.” (RAPOSO, 1992, p. 282).

No exemplo:

(48) **O garoto** caiu (deliberadamente) do alto do edifício.

A oração (48) é ambígua entre uma leitura em que **o garoto**, é ao mesmo tempo, *Agente e Tema*, leitura obrigatória com o advérbio **deliberadamente**, e uma leitura em que é apenas e unicamente *Tema*, como, por exemplo, se **o garoto** cair acidentalmente.

O sistema de Jackendoff dá conta de um número considerável de casos de uma forma sistemática e restritiva. O seu interesse reside em postular um pequeno número de funções- Θ definidas uniformemente em níveis diferentes da realidade (domínios físico, abstrato, de posse, etc.). Certas funções semânticas, no entanto, não cabem no esquema de Jackendoff. É o caso, por exemplo, das funções semânticas das categorias gramaticalmente oblíquas na gramática tradicional. (RAPOSO, 1992, p. 282)

Existem, contudo, outras funções- Θ consideradas relevantes, que são as funções de: *Experenciador, Causa, Instrumento e Dativo* – não deve ser confundido com o caso dativo paralelo a nominativo, acusativo, etc (RAPOSO, 1992, p. 282).

O *Experenciador* é a entidade afetada psicologicamente, ou é a fonte de um processo ou estado psicológico; a *Causa* refere-se a força ou a objeto inanimado envolvido causalmente na ação ou estado identificado pelo verbo; o *Instrumento* é o objeto auxiliar em que um *Agente* pratica a ação designada pelo verbo; o *Dativo*, por sua vez, é a entidade afetada, não psicologicamente, pela situação ou ação expressa na oração. Ressalte-se que a função- Θ *Dativo* é dividida em dois subcasos: o *Benefativo* e o *Malefativo*. Quando a entidade é afetada positivamente, o subcaso é Benefativo; ao passo que o subcaso Malefativo é a entidade afetada negativamente. Observem-se os seguintes exemplos:

(49) **O aluno** teme os professores.

(50) **A ventania** derrubou a árvore.

(51) Mariana cortou os pães com **a faca**.

(52) Ela comprou um brinquedo para **Francisco**.

(53) A professora castigou **o menino** sem motivo.

A função- Θ do SN **o aluno**, em (49), é de *Experenciador*; a **Ventania**, em (50), é de *Causa*; **a faca**, em (51), é de *Instrumento*; **Francisco**, em (52), é de *Benefativo*; e **o menino**, em (53), é *Malefativo*.

É preciso dizer que a entrada lexical de cada verbo possui uma *grade temática*, a qual especifica o número e a função- Θ dos seus argumentos, além do quadro de subcategorização, o qual especifica a categoria gramatical dos complementos subcategorizados.

A *grade temática* de alguns verbos exemplificados anteriormente poderia tomar a seguinte forma, enfatizando que a ordem das funções- Θ em cada *grade* é arbitrária:

- (54) **empurrar**: *Tema, Agente*.
- (55) **assustar**: *Experenciador, Tema*.
- (56) **temer**: *Experenciador, Tema*.
- (57) **entregar**: *Agente, Alvo, Tema*.
- (58) **comprar**: *Agente, Tema, Fonte*.

Estas grelhas, contudo, são manifestamente insuficientes. O conhecimento linguístico dos falantes sobre os verbos (os predicadores em geral) não se reduz a lista de argumentos / funções- Θ , mas inclui igualmente uma informação sobre as posições ocupadas por esses argumentos na oração. Assim, por exemplo, o falante sabe que com o verbo *temer* o Experenciador é o sujeito e o Tema é o objeto direto, mas que com o verbo *assustar* a situação é precisamente a inversa, e assim sucessivamente. (RAPOSO, 1992, p. 284)

O conjunto de conhecimento do falante é representado no modelo gramatical pelo estabelecimento de uma correspondência entre a *grade temática* dos verbos e o seu quadro de subcategorização.

O aspecto mais importante desta correspondência é a distinção efetuada entre as funções- Θ que correspondem a complementos subcategorizados e a função- Θ que corresponde ao sujeito da oração (que não é subcategorizado) [...]. Assim, por exemplo, relativamente ao verbo *comprar*, o falante sabe que as funções- Θ Tema e Fonte correspondem a complementos subcategorizados, ao passo que a função- Θ Agente é realizada na posição de sujeito. (RAPOSO, 1992, p. 284, grifo do autor)

O argumento do verbo que se realiza fora da projeção máxima SV do verbo, na posição de sujeito da oração, chama-se *argumento externo* e à função- Θ particular suportada por este argumento chama-se *função- Θ externa* (RAPOSO, 1992).

Visto que só existe uma posição de sujeito fora do SV, os verbos só podem selecionar um argumento externo.

Nas *grades temáticas*, o argumento externo deve ser sublinhado para distingui-lo dos demais argumentos, como em:

(59) **dormir**: Tema.

(60) **empurrar**: Tema, Agente.

(61) **assustar**: Experenciador, Tema.

(62) **temer**: Experenciador, Tema.

(63) **entregar**: Agente, Alvo, Tema.

(64) **comprar**: Agente, Tema, Fonte.

Na *grade temática*, os argumentos que não são sublinhados são chamados de *argumentos internos* e as funções- Θ chamam-se *funções- Θ internas*, visto que são argumentos realizados dentro da projeção SV do verbo.

À coleção de funções- Θ internas de dado predicador pode se chamar, conforme Raposo (1992, p. 285), também de “grelha temática interna”; e, para se referir à função- Θ externa, pode se usar a expressão “grelha temática externa”.

É possível, então, estabelecer uma relação entre os argumentos internos e os complementos subcategorizados. Por exemplo, o verbo **comprar** atribui a função- Θ de *Tema* ao objeto direto e a função- Θ de *Fonte* ao objeto da preposição **a**. Entre a subcategorização e a seleção semântica, dentro das estruturas argumentais, existe uma fundamental assimetria. Enquanto os complementos são simultaneamente subcategorizados e selecionados semanticamente, o sujeito não é subcategorizado, apesar de ser selecionado semanticamente.

A subcategorização não afeta a posição de sujeito: os verbos não escolhem a presença ou a ausência de um SN sujeito, visto que este é sempre obrigatório, independentemente do verbo particular. A seleção semântica, no entanto, afeta o sujeito: cada verbo particular escolhe a função- Θ que é realizada na posição de sujeito. Esta assimetria desempenha um papel fundamental na TRL [...]. (RAPOSO, 1992, p. 286)

Para atribuir uma função- Θ , existe um conceito de marcação- Θ , a qual consiste na atribuição concreta por um verbo, na estrutura sintática da oração, de uma função- Θ às posições ocupadas pelos seus argumentos, em conformidade com a sua estrutura argumental.

Os elementos de uma oração são selecionados semanticamente por cada verbo. Os limites de uma oração simples não são extrapolados pelo processo da marcação- Θ que são direta e indireta. A marcação- Θ direta refere-se à marcação- Θ dos argumentos internos do

verbo, que é feita exclusivamente pelo verbo; enquanto que a marcação- Θ indireta refere-se ao argumento externo (sujeito), é feita pelo SV, baseando-se no verbo, porém a responsabilidade dessa marcação- Θ não é apenas do verbo da oração, mas também da composição global do SV, ou seja, é o predicado que atribui uma função- Θ ao sujeito, e não somente o predicador verbal. Vejam-se os exemplos a seguir:

(65) João quebrou o copo.

(66) João quebrou o braço.

Em (65) **João** é Agente, mas, em (66), João tem a função- Θ diferente (talvez de Tema). Nota-se, assim, que a função- Θ do sujeito depende na verdade da composição global do SV, conforme dito anteriormente.

Em relação ao critério temático (critério- Θ), estabelece-se que, numa representação sintática, cada argumento é suporte de somente uma função- Θ .

Tal como o Princípio de Projeção, o critério- Θ é uma condição que restringe todos os níveis de representação sintática: estrutura-D, estrutura-S e LF. O critério- Θ impõe que a relação entre os argumentos da representação sintática de uma oração e as funções- Θ da entrada lexical do verbo dessa oração seja uma relação fechada e biunívoca: todos os argumentos recebem uma função- Θ e todas as funções- Θ são atribuídas. A correspondência é um-um: a cada argumento corresponde *uma e uma só* função- Θ (atribuída por um único predicador); e a cada função- Θ corresponde *um e um só* argumento. (RAPOSO, 1992, p. 303)

Diante dessa exposição, pode-se dizer, em resumo, que a Teoria Gerativa, sobretudo a Teoria *Theta*, fornece subsídios que representam a prioridade da forma, da estrutura sintática, contudo a seleção semântica que os verbos fazem permite compreender que o preenchimento lexical dos complementos, preposicionados ou não, não influenciará na transitividade peculiar dos verbos. A estrutura da sentença dependerá dos argumentos selecionados pelos verbos, argumentos que são possibilitados por uma seleção semântica, os quais poderão ou não ser preenchidos lexicalmente sem prejuízo para a estrutura sintática.

A partir da exposição dos estudos da Gramática da Língua Latina, do Funcionalismo Linguístico e do Gerativismo Linguístico, tecem-se as considerações seguintes.

Sabe-se que o termo *transitividade*, originário do Latim *transitivus*, refere-se ao grau do que se considera completude sintático-semântica de itens lexicais usados na construção linguística de situações, conforme várias possibilidades de transferência de uma atividade de um agente para um paciente.

Seja na perspectiva funcionalista ou gerativista, ou até mesmo normativa, a transitividade tem sido investigada por aqueles que buscam um entendimento mais profundo do sistema de comunicação pela linguagem verbal.

Os estudos norteados pelo Funcionalismo procuram investigar as formas linguísticas sempre de acordo com as funções a que servem em reais situações comunicativas. Assim, caracteriza-se pela defesa de que a estrutura reflete e é motivada pela função, ou seja, as formas, no discurso, desempenham papéis, os quais, para os funcionalistas, estão subjacentes à organização gramatical da língua. As motivações funcionais podem ser semântico-pragmáticas, sociais e cognitivas subjacentes, obviamente, a cada situação de comunicação.

Os estudos baseados no Gerativismo Linguístico, por sua vez, priorizam o estudo da linguagem sob a perspectiva da forma e tendem a conceber a língua como um fenômeno mental, um objeto autônomo, cuja estrutura pode ser analisada sem que seja levado em conta seu uso em situações reais de comunicação.

Resumindo, a transitividade, para a Gramática Normativa Tradicional, é uma propriedade inerente de um dado verbo; para o Funcionalismo, é uma interação de elementos de natureza sintática, semântica e pragmática; já para o Gerativismo, é uma representação de expressões de uma linguagem formal refletida pelo conhecimento linguístico de um falante de uma língua natural, obedecendo a um conjunto de regras finitas.

Constata-se, assim, a partir dos pontos explicitados no decorrer desta pesquisa, que o Latim, a Gramática Normativa Brasileira, as teorias linguísticas funcionalista e gerativista apresentam características que se assemelham, em alguns aspectos, diferenciam-se em outros, completando-se, contudo.

Exemplificando, então, se for analisado o verbo **gostar**, é possível verificar que no Latim, na verdade, não existia propriamente o verbo **gostar** e sim *deligere* (sinônimo de *amare*), *probare* (apreciar, julgar) (ver **1.1.2**, p. 42-43). Esses verbos da Língua Latina têm como complementos palavras no acusativo. Já nas Gramáticas Normativas, o complemento do verbo **gostar** é o objeto indireto para a maioria dos autores e é o complemento relativo para outros, como será possível verificar no capítulo 2.

De acordo com a teoria funcionalista, o complemento do verbo **gostar** é um argumento preenchido ou não lexicalmente, que vem acompanhado (se preenchido) de preposição por fatores semânticos e pragmáticos. Para a Teoria *Theta* (gerativa), o complemento do verbo **gostar** é um sintagma preposicionado, argumento interno do verbo, ou seja, argumento selecionado pelo verbo por fatores semânticos e sintáticos. Assim, Funcionalismo e Gerativismo assemelham-se ao levar em conta a semântica, e distanciam-se

no momento em que o primeiro considera o uso pragmático e o segundo dá prioridade à forma, isto é, à sintaxe.

Essas abordagens, no entanto, não são utilizadas como referência no ensino médio e fundamental. Os professores de Língua Portuguesa desses níveis de ensino deveriam ter essa fundamentação, fazendo, obviamente, estudos da Língua Latina e das teorias linguísticas, além de avaliar, de forma crítica, a Gramática Normativa²¹. A formação teórica necessária ao professor de Língua Portuguesa deverá fornecer condições de construir a classificação da transitividade e dos complementos verbais a partir da sua vivência/experiência como falante/ouvinte, levada por ele e, principalmente, pelos estudantes para sala de aula. A análise deverá partir de orações sugeridas pelos alunos, seja retirada de textos prontos ou de textos elaborados por eles ou, ainda, de orações elaboradas pela sua intuição e criatividade. Depois, será procedida a classificação da transitividade e dos complementos verbais, levando-se em conta a forma, a função comunicativa, a Semântica e a Pragmática. Uma vez analisados os verbos e os complementos selecionados das orações em classes de transitividade (descritas no subcapítulo 3.3), deve-se fazer um estudo, como contraponto, de como esses verbos e esses complementos são tratados ou classificados na Gramática da Língua Latina, na Gramática Normativa da Língua Portuguesa do Brasil, e em uma ou mais teorias linguísticas²².

Esses estudos contribuirão para a formação do professor de Língua Portuguesa porque, além do conhecimento teórico necessário para a sua qualificação como profissional do ensino, vai ter mecanismos para construir uma classificação a partir da sua experiência e poder mostrar, para os alunos, as limitações e implicações pedagógicas que a Gramática Normativa, tão utilizada como referência nas aulas de Língua Portuguesa, oferece. A forma como o professor vai lidar com o ensino da transitividade e dos complementos verbais deverá ser adequada para cada nível escolar, conforme sugerido no subcapítulo 3.3. Os estudantes dos níveis fundamental e médio participarão ativamente do enquadramento da transitividade e dos complementos verbais em classes de caracterização, além de ter o conhecimento de como tais elementos são tratados pela Gramática Normativa escolar. Eles poderão constatar até que ponto a gramática estudada na escola é coerente ou não; ou em que a classificação normativa coincide ou não com a classificação feita a partir da experiência do uso da língua oral ou

²¹ Sabe-se que, normalmente, não se ensina Gramática Normativa no curso superior de Letras, mas ela pode ser estudada numa perspectiva crítica, ser analisada como subsídio para formação/consciência crítica de suas limitações, incoerências, mas não deixando, é claro, desmerecer o seu valor histórico-tradicional.

²² Saliente-se, contudo, que o estudo em Gramática da Língua Latina e das teorias linguísticas não se fará, obviamente, nos níveis fundamental e médio; e sim, já se faz, no curso superior (de Letras/Formação de professor de Língua Portuguesa). Nos níveis fundamental e médio, de acordo com a proposta em questão, deve se limitar ao estudo, como contraponto, apenas das Gramáticas Normativas.

escrita estudado. Enfim, esse procedimento teórico-pedagógico não contrariará as propostas escolares em que se prioriza estudar a Gramática Normativa para preparar os estudantes para o vestibular – visto que o professor e os alunos a utilizarão como contraponto para o estudo –, mas dará aos estudantes uma visão real de como se realizam e se classificam teoricamente tais elementos da língua. No momento do processo seletivo – do vestibular – em que os estudantes precisarão ter o conhecimento limitado das nomenclaturas gramaticais para identificar e classificar os verbos e os complementos, eles o terão. Entretanto, terão muito mais do que isso, terão conhecimento real da língua em uso a partir do estudo da experiência propiciado em sala de aula.

2 A GRAMÁTICA NORMATIVA TRADICIONAL

2.1 ASPECTOS HISTÓRICO E PEDAGÓGICO

2.1.1 História resumida da Gramática Normativa

Na Antiguidade Clássica, os gregos já refletiam sobre a linguagem, demonstrando esforços para explicar as relações existentes entre a linguagem e o mundo, além da provável relação entre a linguagem e o pensamento. Eles, também, tentavam compreender o mecanismo interno da língua, com o objetivo de investigar a questão da verdade e da falsidade veiculada pelo enunciado. Entende-se, então, que as primeiras concepções dos estudos da linguagem se organizaram a partir do exame de textos da filosofia antiga, conforme assevera Neves (1987):

A disciplina gramatical é uma criação da época helenística, a qual representa, em relação à época helênica, não apenas uma diferença de organização política e social (o fim das cidades-estados), mas também o estabelecimento de um novo estilo de vida, um novo ideal de cultura. Especialmente, verifica-se um esforço de pesquisa; reflete-se e exerce-se crítica sobre tudo o que ficara de séculos de criatividade. A atividade cultural se concentra nas bibliotecas e tem em vista primordialmente a preservação, para a transmissão, da herança cultural helênica. (NEVES, 1987, p. 103)

Os fundamentos da disciplina gramatical emergem da filosofia grega. Pode-se dizer que, inicialmente, os princípios da gramática passaram por fases: primeiro, Aristóteles, ao especular as relações existentes entre as palavras, os nomes e o conteúdo, tratou das palavras e de suas relações semânticas; depois Platão tratou do enunciado e da proposição e partiu para análise desta, pelo tema e rema, o que contribuiu para a classificação das partes do discurso. Na terceira fase, Aristóteles formulou a teoria das partes do discurso, correlacionando as formas linguísticas e as categorias dos conteúdos mentais. Aristóteles dividiu os componentes do discurso em “*nome, verbo, junção e membro articulatório*” (LEITE, 2007, p. 36).

2.1.1.1 Desde Platão (V- IV a.C.) até Dionísio de Trácia (II- a.C.)

A questão central da linguagem para Platão era a **denominação**. Já na *sofística*²³, a **justa atribuição**, a predicação e a função lógico-sintática eram o centro da questão. No âmbito da sofística, houve o desenvolvimento da retórica, em que o discurso é avaliado pela sua eficácia.

As origens da teoria do léxico voltam a Platão ao distinguir o substantivo do verbo, concebendo-os como elementos básicos para elaboração de uma sentença. É nessa época que a frase declarativa se estabeleceu como princípio de análise, considerada por Aristóteles o discurso primeiro. Nesse primeiro discurso, se explicita a relação entre o que o nome designa e o que o verbo predica.

O percurso para uma compreensão analítica de estruturação da linguagem como representação do pensamento foi aberto por Platão ao estabelecer a distinção entre substantivo e verbo. O breve histórico que é traçado a seguir resume parte de uma teoria geral do conhecimento, de uma filosofia, que só alguns séculos depois fundamentou uma gramática.

Em Aristóteles, a contribuição pelo estabelecimento da Tradição Gramatical foi o acréscimo da classe das conjunções ao nome e ao verbo, além de ter ele determinado uma série de distinções reconhecidas como categorias aristotélicas²⁴, as quais perduram até a atualidade. É definida, também, a *proposição*, que afirma ou nega um predicado ao sujeito (KRISTEVA, 1974, p. 161).

Os estoicos, dentre os demais filósofos gregos, foram os que iniciaram a delineação para fundamentar a Gramática Tradicional, a partir do que chamaram de etimologia. Além de discutir a questão filosófica da origem da linguagem, questionaram as regularidades na língua. Contudo, a gramática ainda não era distinta da filosofia e da lógica.

Os filósofos de Alexandria, continuadores históricos dos estoicos, fixaram na tradição gramatical o “erro clássico” (LYONS, 1979), privilegiando a língua escrita dos grandes escritores, em detrimento dos outros, esses negativamente avaliados.

²³ Sofística s.f. (Do gr. *sophistikos*). Segundo Aristóteles, sabedoria aparente mas não real, sem solidez, que propõe como objetivo de vida a obtenção do sucesso oratório e do ganho pecuniário. (Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, SP, Nova Cultural, 2000, p. 836).

²⁴ Segundo Benveniste (1976) são dez as categorias aristotélicas: a substância ou essência (que dá à pergunta **o quê?** a resposta, por exemplo, **homem** ou **cavalo**) que se refere ao substantivo; o quanto; o qual; o relativamente a quê, referindo-se, respectivamente, às formas de qualificar; o onde; o quando, referindo-se, respectivamente, às classes de denominações espaciais e temporais; e o estar em posição; o estar em estado; o fazer; o sofrer, sendo, respectivamente, categorias verbais.

Em relação a esse contexto histórico em que se processava tal atitude de caráter normativo-purista, vale destacar que:

Toda uma situação cultural cerca esses fatos. A exigir a instalação de uma disciplina gramatical estão as condições peculiares da época helenística, marcada pelo confronto de culturas e de línguas, e pela consequente exacerbação do zelo pelo que então se considerava a cultura e a língua mais puras e elevadas. (NEVES, 1987, p. 243)

O que se chama, atualmente, de Gramática Tradicional foi codificado, mais ou menos definitivamente, nesse período.

A primeira descrição ampla e sistemática de uma língua (o grego da Ática, ou grego ático), publicada no mundo ocidental, deve-se a Dionísio de Trácia, século II – I a.C. Dionísio define a gramática como a **arte de escrever**, tomando-a como disciplina independente da lógica e da filosofia e como saber empírico da linguagem dos poetas e prosadores.

As partes do discurso, na tradição lexicográfica grega, são oito: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção. Nessa tradição lexicográfica, foram abrigadas apenas a fonética e a morfologia, não a sintaxe. Kristeva (1974) resume da seguinte forma o percurso até a constituição da Gramática Grega:

Primeiro indistinta do atomismo geral e confundida numa cosmogonia naturalista; depois isolada – não sem ambiguidade – como lógica, teoria das noções e definições, sistematização do significado; por fim abstraída da filosofia para se constituir como *gramática*, isto é, ciência normativa de um objeto particular; só passando por estas diferentes etapas é que a linguagem separou-se do real e se constituiu a “linguística” grega. (KRISTEVA, 1974, p. 165)

2.1.1.2 Da Grécia para Roma: dos Alexandrinos (II a.C. – II d. C.) a Prisciano (V d.C)

Ao estudar a Gramática Tradicional, é fundamental uma reflexão sobre o desenvolvimento dos estudos da linguagem em Roma. Varrão (I século a.C.) foi discípulo direto de gramáticos da escola alexandrina e contribuiu para o desenvolvimento linguístico ao aplicar a Gramática Grega à Língua Latina.

A gramática proposta é a do Latim Padrão, chamado posteriormente de Latim Clássico em oposição ao Latim Vulgar. Para Varrão a gramática é “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 19).

O modelo de gramática *De Lingua Latina* (o qual perdurou nas gramáticas que lhe sucederam) dividiu-se numa etimologia, estabelecendo a relação analógica entre as palavras e as coisas; numa morfologia, apresentando distinções fundamentais entre palavras variáveis e palavras invariáveis, bem como estabelecendo categorias secundárias para analisar as partes do discurso, como, por exemplo, a voz e o tempo para o verbo; além de se aplicar o sistema de casos do grego ao latim.

Na reflexão sobre a língua em Roma, destaca-se também a Retórica, que, ultrapassando a gramática, estabelece regras discursivas sobre o discurso elaborado, sobretudo o da oratória, tanto assim que Quintiliano (I. d.C), o segundo gramático de Roma, denominou sua obra de *Institutio oratoriae*.

O gramático Donato expôs, em sua obra na Idade Média, *De partibus orationibus ars minor*, uma minuciosa descrição das “letras”, em função de sua pronúncia, uma fonética, enumerando, também, os erros correntes dos seus alunos, estabelecendo diferenças entre o Grego e o Latim.

Os dois gramáticos latinos mais estudados da Idade Média foram Donato e Prisciano (século V d.C.). Considera-se que o apogeu da Gramática Latina a obra de Prisciano, o *Institutio grammaticae*, que “comprovadamente, usou as obras de Apolônio Díscolo” (NEVES, 1987, p. 117).

O primeiro estudo em sintaxe da Língua Latina é encontrado em Prisciano. A sua definição de sintaxe é a primeira do mundo ocidental e é uma definição lógica. “[...] é uma definição lógica: *a disposição que visa a obtenção de uma oração perfeita*. Os conceitos de *oração perfeita* *loração imperfeita* (*videt, acusat* são orações imperfeitas) já envolvem a distinção da *transitividade* (*não transitividade*) dos verbos” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 20). Em Prisciano estabelece-se, também, a noção de palavra regente e palavra regida. Percebe-se, então, que a noção de transitividade e intransitividade refere-se à antiga noção de oração imperfeita e oração perfeita, respectivamente.

2.1.1.3 Os estudos gramaticais na Idade Média e no Renascimento

No Período Medieval, existiram duas vertentes nos estudos sobre a linguagem, em relação à constituição de uma teorização sobre a língua, que se consolidou no que se denomina de Gramática Normativa Tradicional: o avanço dos estudos da Língua Latina, seguindo a Gramática Greco-Latina e o avanço do catolicismo, que utilizava o latim como língua instrumental.

As especulações medievais deram continuidade aos modelos antecedentes. Donato e Prisciano foram os mais destacados dentre os gramáticos latinos. Os escritos sobre a significação, a relação semântica entre as designações e objetos designados (os *modi significandi*) foram os destaques dos especuladores medievais. Os modistas, então, eram os filósofos e gramáticos medievais que desenvolviam trabalhos sobre a linguagem.

Na Idade Média, destacou-se a obra sobre o latim *Doctrinale puerorum* de Alexandre Villedieu (século XIII), a qual representa uma Gramática do Latim utilizada nas escolas dos mosteiros e das sés medievais como língua da escola, voltando-se para aqueles que não possuíam mais o latim como língua de berço nem como língua generalizada, mas tinham como referência outras línguas de berço (os vulgares), as línguas românicas, já constituídas e no início de seu processo de codificação escrita.

A outra vertente dos estudos linguísticos medievais abre caminho para outras realidades linguísticas que foram além do Grego e do Latim. Houve um interesse em línguas não latinas, gerando a invenção de alfabetos para tradução das Escrituras Sagradas. É a partir dos fins do século XV que essa vertente de estudos linguísticos se instala no Renascimento.

O Renascimento orienta definitivamente o interesse linguístico para o estudo das línguas modernas. O latim continua a ser o molde segundo o qual todos os outros idiomas são pensados, mas já não é o único e além disso a teoria que é estabelecida a partir dele sofre consideráveis modificações para poder adaptar-se às especificidades das línguas vulgares. (KRISTEVA, 1974, p.203)

No Renascimento, o estudo linguístico é marcado pelo fato de a língua ser trabalhada como objeto de ensino, decorrente da necessidade social de se ensinarem as mesmas línguas vulgares e não somente o Latim nas escolas europeias e às populações novas que deveriam ser cristianizadas nos outros continentes.

Esses fatores contribuíram para a mudança do método de trabalho dos estudos gramaticais. As aplicações pedagógicas necessitavam de clareza, sistematização e eficácia para refrear as especulações linguísticas medievais. As gramáticas empiristas do Renascimento, assim, foram contrapostas às gramáticas racionalistas anteriores, que, contudo, não foram abandonadas.

A reflexão linguística do século XVI favoreceu um dispositivo pedagógico que introduziu na gramática uma ambivalência que foi a de pretender trabalhar sobre a língua como objeto de estudo e como objeto de ensino, procurando ser, “ao mesmo tempo, gramáticas descritivas e gramáticas normativas” (MATTOS E SILVA, 1996, p. 25).

2.1.1.4 Estudos sobre a Gramática nos séculos XVII e XVIII

Com a *Grammaire générale et raisonnée*, em 1660, conhecida como Gramática de Port Royal, de autoria dos franceses Lancelot e Arnauld, iniciou-se a hegemonia de um modelo que volta à especulação medieval de tradição greco-latina. A Gramática de Port Royal não se desvincula da lógica. É proposta uma sintaxe lógica no âmbito de uma gramática em que a proposição se torna o elemento de base de reflexão gramatical, por ser a expressão mínima do juízo e do raciocínio (MATTOS E SILVA, 1996).

Na análise da proposição, classificam-se os tipos de sujeito em: composto, múltiplo, complexo. Quanto às proposições propriamente ditas, podem ser classificadas em: absoluta ou completa; relativa/parcial; explicativa/determinativa; principal/incidente; explícita/ implícita. É estabelecido, também, o valor das conjunções de acordo com os ensinamentos dos lógicos: a disjunção, a condição, a causa, a adversação.

Na Gramática de Arnauld e Lancelot, predominou a tradição lexicográfica que se remeteu à Grécia Clássica. Nessa gramática, vinte e dois capítulos tratavam das partes do discurso, cabendo à sintaxe apenas dois capítulos e a introdução.

O século XVII é destacado pelo racionalismo francês e o século XVIII pelo historicismo. O século XIX, por sua vez, direciona a linguística histórica oitocentista e no século XX destacam-se os estruturalistas e gerativistas.

Enquanto as teorias linguísticas dominantes nas duas metades do século XX – estruturalistas/gerativistas – que se opõem e se compõem, são explícitas nos seus objetivos e nos seus passos metodológicos, a tradição gramatical, base da gramática escolar até hoje, traz em si a soma de vinte e três séculos de tradição e contradição, à qual se acumulam as contradições da atualidade, decorrentes de tentar adaptar à tradição secular as construções da Linguística Moderna. (MATTOS E SILVA, 1996, p. 31)

2.1.1.5 As primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa

As línguas que dispõem de uma Gramática Tradicional como instrumento linguístico têm a possibilidade de construir e preservar seu conhecimento linguístico e metalinguístico, visto que a gramática é o registro do saber de certos aspectos do uso da linguagem de uma sociedade, em vigor em dado período. A gramática revela, pela associação da metalinguagem com a linguagem, aspectos práticos e doutrinários de dada língua.

O contexto da época em que vieram à luz as primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa circunda o início do século XVI, a partir de 1536. O ambiente cultural era

humanístico, favorecendo a valorização do homem em si, impelindo-o a procurar sua história e sua natureza. Isso implicava a compreensão de problemas filosóficos, políticos, sociais e linguísticos. O interesse linguístico, por sua vez, “se deu pela valorização das línguas maternas, vernáculas, antes consideradas bárbaras, em relação ao grego, ao latim e ao hebreu, tidas como línguas de cultura, sagradas, clássicas” (LEITE, 2007, p. 79).

Na Europa, o interesse renascentista pelas línguas nasceu desse desejo humanista do homem de conhecer-se e à sua história. Para examinar os textos antigos e, assim, conhecer melhor a herança deixada à humanidade pelos povos antigos, foi preciso o homem voltar-se ao estudo das línguas clássicas. Ressalte-se que, além disso, foram estudados os vernáculos que acompanhavam o cotidiano das pessoas, assim como foram alvos de grande interesse as línguas faladas nos territórios conquistados na época: as línguas dos nativos da Ásia, África e América.

A ideologia da exclusão, operada pela língua, sobre a maioria da população chegaria ao fim com a valorização dos vernáculos e sua sistematização, ou seja, com a construção de uma tradição linguístico-cultural, pelo estabelecimento de seus instrumentos de cultura: a gramática, o dicionário e a literatura em língua nacional. (LEITE, 2007, p. 79-80)

A exclusão referida acima foi o resultado da restrição ao acesso à cultura escrita, pois somente poucos homens, privilegiados pela condição social e econômica, tinham o direito de aprender a ler e escrever as línguas clássicas.

Os portugueses procuraram estabelecer o seu vernáculo desde o século XVI. As primeiras gramáticas sobre a Língua Portuguesa foram a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, publicada por Fernão de Oliveira em 1536, e a *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros, publicada em 1540.

A história da origem das gramáticas portuguesas marca-se por três momentos: o primeiro, pré-humanista; o segundo, humanístico; e o terceiro marcado pela atuação dos jesuítas no ensino. Na fase pré-humanista, predominou o ensino do Latim; já na fase humanística, houve uma intensa produção de manuais escolares, o aparecimento das primeiras gramáticas portuguesas, referidas anteriormente, e a impressão, em Portugal, dos primeiros textos lexicográficos.

Em relação aos gramáticos portugueses, sabe-se que Fernão de Oliveira foi um padre dominicano português, que viveu no período de 1507 a 1581; enquanto João de Barros nasceu em 1496 e morreu em 1570, foi um homem considerado culto, de educação palaciana, dono

de um conhecimento amplo e variado, além de conhecedor das línguas clássicas e suas literaturas.

A *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira foi uma obra que apresentou significativa descrição de alguns aspectos da Língua Portuguesa do século XVI, no que se refere à fonética, fonologia e morfologia.

É Quintiliano, contudo, o autor de quem Oliveira tomou, especialmente, a lição de fonética, a partir da descrição do latim. Como, não havia, ainda, nenhuma obra que tivesse tratado do assunto, sobre a língua portuguesa, e também para que a *Grammatica* pudesse servir a quem não soubesse português, o autor procurou descrever pormenores da fonética, indicando como cada fonema era articulado. (LEITE, 2007, p.125)

Já a *Grammatica da língua portuguesa* de João de Barros foi a primeira a seguir o modelo greco-latino, apesar de, cronologicamente, ser a segunda gramática portuguesa. João de Barros descreveu e classificou cada parte do discurso, reconhecendo na língua uma organização que servia como meio de comunicação, pelo qual as pessoas poderiam se entender. Essa organização era explicada recorrendo à analogia do jogo do xadrez.

O exemplo revela que compreendeu a existência das *classes* (dois reis, nome e verbo), com características específicas e distintas entre si (um de uma cor e outro de outra), que ocupam *posições* diferentes (suas peças postas em casa própria), que têm *funções* específicas (com leis próprias sobre o que cada um deve fazer) e que têm uma organização. Além disso, reconheceu a *relação* de umas peças com outras, embora as tenha descrito em termos de hierarquia, do nome com o pronome e do verbo com o advérbio. Reconheceu, ainda, uma hierarquia, em nível inferior, do particípio, artigo, conjunção e interjeição, com o nome e o verbo. (LEITE, 2007, p. 231)

As primeiras gramáticas portuguesas, então, podem representar o nascimento da metalinguagem sobre a Língua Portuguesa. Constata-se, contudo, que esse instrumento não se esgota na metalinguagem, visto que traz atrelada em si a história do homem e de seu tempo.

2.1.2 Implicações pedagógicas

A Gramática Normativa da Língua Portuguesa tem sido alvo de críticas nos cursos de Letras no Brasil. Os linguistas, obviamente, têm plena consciência de que, nas escolas, continua-se trabalhando com a Gramática Normativa, apesar das contradições evidentes.

As falhas da gramática são, em geral, resumidas em três grandes pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes. (PERINI, 1986, p.6)

Na prática pedagógica tradicional, o ensino de Língua Portuguesa representa a transmissão de um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas corretas, além de outras questões.

Estudar brasileiro é reconhecer que a linguagem é um vasto campo de interesse científico. [...] é assumir o papel do especialista, do cientista, do investigador em tempo integral, ocupado e preocupado em levar adiante seu conhecimento e em contribuir para o conhecimento dos outros. (BAGNO, 2002, p. 10-11)

Apesar do seu valor tradicional para o ensino de normas e regras de uma língua e de condensar a atividade intelectual de muitas gerações de estudiosos que investigaram o funcionamento da linguagem humana, a Gramática Normativa, certamente, não tem bases científicas consistentes. De acordo com Henriques (2009):

O ensino de língua portuguesa, pelo que se pode observar em suas práticas habituais, tende a tratar essa fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como um meio para melhorar a qualidade da produção linguística. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de nomenclatura. Em função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é para que e como ensiná-la. (HENRIQUES, 2009, p. 49)

A maioria dos autores dos compêndios gramaticais normativos repete, muitas vezes de forma inalterada, as classificações e conceitos usados pelos gramáticos das gerações anteriores, sem submetê-los a hipóteses científicas para uma investigação criteriosa dos fatos da linguagem humana.

Boa parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) precisa ser abandonada na descrição do PB. Isso se deve a diversos fatores, entre os quais o caráter assistemático da própria NGB, assim como sua pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos. Na verdade, a NGB parece mais um compromisso político, levando em conta inclusive os

interesses imediatos do ensino, do que resultado de pesquisa linguística. [...] Em particular, não é possível descrever um fenômeno complexo como é a língua através de categorias simples e pouco numerosas. Se a complexidade dos fatos dificulta o ensino, esse é evidentemente um problema a ser enfrentado – mas não ao custo de falsificar a natureza do fenômeno estudado. (PERINI, 2010, p.23)

Na verdade, muitos gramáticos normativistas buscaram, na linguagem literária, as justificativas para as imposições propostas, baseando-se, principalmente, nos escritores de a partir do século XVI, buscando exemplos que abonaram as prescrições.

Para um ensino crítico da Gramática Normativa Brasileira, é preciso uma investigação dos dados normativos e dos dados oferecidos pelas teorias científicas da linguagem humana. Conforme Bagno (2002):

Esse ensino crítico obriga necessariamente a um *questionamento da legitimidade da norma-padrão*, a uma abordagem dos processos históricos, sociais e políticos que levaram à constituição do cânon linguístico. No plano estritamente linguístico, implica mostrar, cientificamente, de que modo a norma padrão é uma tentativa de conservação de formas linguísticas ultrapassadas, que não são nem melhores, nem mais bonitas, nem mais lógicas que as formas presentes nas variedades reais, mas apenas consagradas pelo uso de segmentos privilegiados da sociedade [...]. (BAGNO, 2002, p. 59-60)

Saliente-se, contudo, que a Gramática Normativa pode representar a busca da padronização mínima da língua, para ser utilizada de forma comum como nos documentos oficiais, para evitar dubiedades em contratos e processos judiciais, escrituras, etc. O ensino da Língua Portuguesa pode ser considerado como um elemento estratégico de integração nacional. Essa normatividade, contudo, não deve ter como inspiração modelos em desuso ou o preciosismo, mas deve se inspirar na língua que se usa em suas funções práticas de comunicação.

É preciso, então, não menosprezar o valor dessas gramáticas, mas, por outro lado, não aceitá-las como uma doutrina sagrada e infalível. É necessário o incentivo aos estudos gramaticais direcionados ao campo da investigação do fenômeno da linguagem, na tentativa de compreender a relação entre língua e pensamento, examinando as relações que as pessoas estabelecem entre si por meio da linguagem.

De outro lado, a língua materna não se ensina, visto que ela é adquirida naturalmente no processo de aquisição, na infância. O objetivo, portanto, do ensino do Português na escola brasileira é a elaboração do já adquirido oralmente, abrangendo o aprendizado do uso escrito,

da leitura e aperfeiçoando o uso oral, no intuito de cumprir funções sociais diversificadas, adequando-as às diversas situações de comunicação necessárias à convivência social, como diz Mattos e Silva (2002):

Sabemos, pelos estudos gramaticográficos existentes, que é, a partir de meados do século XIX, que se inicia e implementa a preocupação do estabelecimento de um padrão linguístico de tradição luzitanizante no Brasil, com o desenvolvimento dos estudos e das gramáticas prescritivo-normativas, tradição que ainda persiste, embora inevitavelmente matizada, por efeitos não só dos estudos históricos do português brasileiro, como pelos desenvolvimentos dos estudos linguísticos no Brasil, que, sem dúvida, levam a alguns avanços na revisão de alguns aspectos vinculados na tradição filológico-gramatical estrita, iniciada no século passado. (MATTOS E SILVA, 2002, p.21-22)

As definições e classificações sintáticas oferecidas pelas gramáticas normativas precisam ser ensinadas com cautela pelos professores de Língua Portuguesa no Brasil, visto que o uso de algumas formas linguísticas pode estar gramaticalmente adequado na perspectiva de alguma teoria linguística, como o Funcionalismo ou o Gerativismo, porém pode não corresponder ao modelo pré-estabelecido pela Tradição Normativa.

Alguns professores de Língua Portuguesa no Brasil questionam, então, o que é, afinal, ensinar gramática? Para Henriques (2009):

A perspectiva dos estudos gramaticais na escola, até hoje, centra-se, em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função e do texto. [...] O estudo gramatical aparece nos planos curriculares do português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do ensino médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. (HENRIQUES, 2009, p.49)

Numa perspectiva pedagógica contemporânea, ensinar Gramática é conduzir o estudante à reflexão sobre o funcionamento da linguagem, baseando-se no uso linguístico, para se chegar aos resultados de sentido, propiciando, também, o despertar para uma consciência crítica em relação ao modelo normativo que esteja em questão, ou seja, a Gramática Normativa que possa estar sendo imposta a se estudar na escola. Assim, afirma Antunes (2007) que:

Em termos bem gerais, podemos dizer que estudar mais gramática leva a procurar explorar o conhecimento de outras áreas, de outros domínios e assumir a certeza de que, ao lado do conhecimento da gramática, outros são necessários, imprescindíveis e pertinentes. Portanto, não tem fundamento a orientação de que *não é para ensinar gramática*. Repito: não é para ensinar *apenas* gramática. (ANTUNES, 2007, p.65)

Por fim, as regras gramaticais devem implicar o uso das unidades da língua, a fim de se obterem determinados e adequados efeitos de sentido e de intenção. As nomenclaturas, na verdade, não são regras, mas representam as unidades linguísticas e categorias, portanto a escola deve atribuir à nomenclatura gramatical uma função suplementar, dando relevância a um saber metalinguístico.

2.2 A TRANSITIVIDADE E OS COMPLEMENTOS VERBAIS EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS BRASILEIRAS

Neste subcapítulo, são descritas as características²⁵ gerais da transitividade e dos complementos verbais encontrados nas Gramáticas Normativas Brasileiras estudadas, além de ser feita uma comparação entre tais gramáticas em relação aos itens descritos. Faz-se, também, um levantamento das observações e comentários de exemplos.

2.2.1 Noções gerais e comparação entre as Gramáticas Normativas

Existem, atualmente, no Brasil, muitas Gramáticas Normativas Tradicionais. Para esta pesquisa, foram escolhidas doze gramáticas, selecionadas a partir da experiência pedagógica da autora desta tese em ensino nos níveis fundamental, médio e superior, as quais aqui se apresentam em ordem alfabética dos nomes dos autores²⁶.

Em relação aos autores das gramáticas estudadas, vale lembrar que alguns são gramáticos e outros são divulgadores²⁷. Os gramáticos são: Evanildo Bechara, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima, Domingos Paschoal Cegalla; e os demais são considerados apenas divulgadores. Sabe-se, contudo, que as gramáticas dos respectivos divulgadores, também, são muito utilizadas nas disciplinas de Língua Portuguesa dos diversos

²⁵ Apresentadas em quadros, entretanto, nos comentários comparativos, após a apresentação de cada quadro, os nomes dos autores são citados aleatoriamente sem uma ordem alfabética.

²⁶ A lista das Gramáticas Normativas selecionadas pode ser conferida na introdução, p. 18-19; e nas referências desta tese.

²⁷ Os divulgadores são aqueles que reproduzem ou reúnem ideias de outros sem terem desenvolvido pesquisas ou estudos próprios.

níveis de ensino; por isso, está-se as considerando, além de se reconhecer a viabilidade em estudá-las.

Os pontos levantados foram os seguintes: o predicado verbal; o predicado verbo-nominal²⁸; os verbos intransitivos; os verbos transitivos: direto, indireto, direto e indireto; os verbos de ligação; os complementos verbais: o objeto direto, o objeto direto preposicionado; a preposição como posvérbio, o objeto direto pleonástico, o objeto direto interno, o complemento relativo; objeto indireto; o objeto indireto pleonástico; os “dativos livres”²⁹; o complemento predicativo; o complemento circunstancial; o agente da passiva³⁰; o adjunto adverbial.

A apresentação de cada quadro (cf. nota 25, p. 110) será seguida de comentário comparativo das gramáticas sobre os aspectos explicitados. Saliente-se que os itens – conceitos e descrições – contidos nos quadros foram retirados das gramáticas selecionadas e estudadas sendo, portanto, de autoria dos respectivos gramáticos ou divulgadores.

A partir do levantamento dos dados em relação à transitividade verbal encontrados em Gramáticas Normativas, foi possível constatar semelhanças e diferenças entre os aspectos abordados.

2.2.1.1 Predicado verbal

Veja-se, a seguir, o quadro **02** que explicita as características do **predicado verbal**, considerando a abordagem de cada autor das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p.414)	Os verbos que necessitam de delimitação semântica constituem o predicado <i>complexo</i> . Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas e não necessitam de outros signos léxicos chamam-se de predicado <i>simples</i> .

²⁸ Os predicados são considerados pelas Gramáticas Normativas como termo essencial da oração.

²⁹ Bechara (2003a; 2003b) sempre usa aspas ao mencionar os dativos livres.

³⁰ O objeto direto, o objeto direto preposicionado, o objeto direto pleonástico, o objeto direto interno, o complemento relativo; o objeto indireto; o objeto indireto pleonástico; os “dativos livres”; o complemento circunstancial; o complemento predicativo e o agente da passiva são considerados termos integrantes da oração. O adjunto adverbial é considerado termo acessório da oração. Contudo, Luft (2002) trata o agente da passiva como termo acessório. Rocha Lima (2006) não inclui o agente da passiva como termo integrante, tratando-o em seção à parte. Rocha Lima (2006) é o único, dentre os autores de gramáticas estudadas que trata do complemento circunstancial. Bechara (2003a) trata de modo diferenciado todos esses itens, denominando-os de *funções oracionais; termos nucleares ou margunais; tipos de determinantes do predicado complexo* (cf. BECHARA, 2003a, p. 406-449).

Bechara (2003b, p. 32)	Um predicado é <i>simples</i> ou <i>incomplexo</i> , quando a natureza semântica e sintática do verbo pode ser encerrada nele mesmo, em virtude da sua significação ser muito definida; e um predicado em <i>complexo</i> , quando a significação do verbo for muito ampla.
Cegalla (1978, p. 217)	Tem como núcleo um verbo, seguido ou não de um complemento ou de outro termo.
Celso Cunha (1976, p. 146)	Tem como núcleo um verbo significativo, o qual é o elemento principal da declaração que se faz do sujeito. Os verbos significativos são aqueles que trazem uma ideia nova ao sujeito, podendo ser intransitivos e transitivos.
Cunha e Cintra (2001, p. 135)	Um <i>verbo significativo</i> é o elemento principal da declaração que se faz do sujeito, ou seja, tal verbo é o núcleo do predicado verbal.
Faraco e Moura (2002, p. 446)	Tem um verbo como núcleo, o qual expressa ideia de ação, sendo formado por um verbo intransitivo ou por um verbo transitivo e seus objetos.
Luft (2002, p. 54)	Tem o verbo como núcleo.
Nicola e Infante (1994, p. 262)	Tem como núcleo significativo um verbo.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 172)	Informa uma ação e tem como núcleo o verbo (intransitivo ou transitivo).
Rocha Lima (2006, p. 238)	Exprime um fato, um acontecimento, ou uma ação, tem por um núcleo um <i>verbo</i> , acompanhado ou não de outros elementos.
Sacconi (1989, p. 254)	Tem como núcleo um verbo ou qualquer expressão verbal.
Terra (1996, p. 215)	Refere-se ao modo pelo qual os verbos formam o predicado, exigindo ou não complementos.

Quadro 02 – Predicado verbal

Verificou-se que todas as gramáticas estudadas tratam de forma semelhante o predicado verbal ao afirmarem que o predicado verbal é o termo que tem como núcleo um verbo. Bechara (2003a) ressalta que:

o núcleo do predicado está constituído por uma classe de palavra chamada verbo; [...] O predicado de uma oração pode ser simples ou complexo, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos que delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo [...] se chamam argumentos ou complementos verbais. (BECHARA, 2003a, p. 414-415)

Considera-se, contudo, *sem-razão* (BECHARA, 2003a, p. 426) a diferença estabelecida pela tradição gramatical entre o predicado verbal e o predicado nominal, visto

que, do ponto de vista funcional e formal, os verbos considerados de ligação apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos. A posição básica da oração apresenta o predicativo à direita do verbo, podendo, entretanto, apresentar uma construção derivada em que o predicativo se antecipa e aparece antes do sujeito.

Bechara (2003a) reitera:

os linguistas e gramáticos que defendem a não distinção entre o *predicado verbal* e o *predicado nominal*, incluindo também as desnecessidade de distinguir o predicado verbo-nominal [...]. Toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo. (BECHARA, 2003a, p.426)

Quando o processo verbal tem **aplicação** muito vaga, um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, destacando-se que essa possibilidade se dá quando a extensão significativa do verbo “aponta para um termo geral [...] que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo” (BECHARA, 2003a, p.415).

Para Cegalla (1978, p. 226), “Os verbos, relativamente à predicação, não têm classificação fixa, imutável. Conforme a regência e o sentido que apresentam na frase, podem pertencer ora a um grupo, ora a outro”.

Luft faz a seguinte observação:

A transitividade e intransitividade, ou predicação verbal, para grande parte dos verbos, manifesta-se alterada no discurso: na frase circunstancial, eles aparecem *usados* com complemento ou sem ele, com um complemento introduzido ou não por uma preposição. (LUFT, 2002, p. 60)

Dessa forma, segundo Luft (2002), os verbos transitivos podem ser usados intransitivamente, por omissão do(s) objeto(s); verbos intransitivos podem ser usados transitivamente, anexando-lhe um substantivo da mesma raiz ou de traço semântico (sema) comum.

Os autores Cunha e Cintra (2001); Paschoalin e Spadoto (1989); Nicola e Infante (1994); Celso Cunha (1976) destacam ainda que o núcleo do predicado verbal é um verbo *significativo* (diferente do verbo de ligação).

O predicado verbal é um assunto tratado na Gramática Normativa escolar da Língua Portuguesa que serve como ponto de introdução para uma classificação da transitividade e dos complementos verbais, contudo é preciso que se deixe claro as diferenças entre predicado verbal, predicado nominal e o predicado verbo-nominal, além de se dever mostrar a diferença

entre a frase e a oração. Frase pode ser verbal ou nominal. Uma oração é uma frase que possui um verbo. Assim, toda oração é uma frase, mas nem toda frase é uma oração. Não convém aqui detalhar essas questões. O que importa, na discussão proposta, é ressaltar que a predicação verbal tem o verbo como o núcleo da oração e isso, de uma forma ou de outra, os autores das gramáticas estudadas mencionam.

2.2.1.2 Predicado verbo-nominal

Veja-se, a seguir, o quadro **03** que explicita o tratamento das Gramáticas Normativas estudadas em relação ao **predicado verbo-nominal**.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003b, 44)	Verbo que não seja de ligação acompanhado de predicativo.
Cegalla (1978, p. 217)	Tem dois núcleos significativos: um verbo e um nome referido ao sujeito, ou um verbo com seu complemento e um nome que pode se referir ao sujeito (<i>predicativo do sujeito</i>) ou ao complemento verbal (<i>predicativo do objeto</i>).
Celso Cunha (1976, p. 148)	Constrói-se com verbos considerados significativos, possuindo dois núcleos: um verbo e um predicativo. O predicativo anexo ao sujeito pode vir antecedido de preposição, ou do conectivo <i>como</i> .
Cunha e Cintra (2001, p. 137)	É um predicado misto, pois possui dois núcleos significativos. O predicativo anexo ao sujeito pode vir antecedido de preposição, ou do conectivo <i>como</i> .
Faraco e Moura (2002, p. 446)	Tem dois núcleos (um verbo que indica ação e um nome que indica uma qualidade ou estado do sujeito ou objeto).
Luft (2002, p. 54)	É <i>complexo</i> , tendo um núcleo verbal e outro nominal.
Nicola e Infante (1994, p. 262)	Tem dois núcleos significativos: um verbo e um nome.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 186)	Expressa duas informações: ação e estado, constituindo-se de dois núcleos: um verbo e um nome (predicativo).
Rocha Lima (2006, p. 239)	Ou <i>misto</i> tem dois núcleos: um, expresso por um <i>verbo</i> , intransitivo ou transitivo; outro, indicado por um <i>nome</i> , chamado, também, <i>predicativo</i> .
Sacconi (1989, p. 255)	Tem dois núcleos: um verbo e um nome (predicativo).
Terra (1996, p. 216)	É misto, e a informação se concentra no verbo transitivo ou intransitivo e no predicativo do sujeito ou do objeto.

Quadro 03 – Predicado verbo-nominal

O predicado verbo-nominal, em linhas gerais, é tratado pelas gramáticas estudadas como predicado misto, o qual possui dois núcleos: um verbo, intransitivo ou transitivo, e um nome (predicativo).

Bechara (2003a) não está mencionado no **quadro 03** porque esse autor destaca que acompanha os linguistas que defendem a não distinção entre os predicados verbal, nominal e verbo-nominal, visto que, segundo ele, toda relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo.

Bechara (2003b), Terra (1996), Rocha Lima (2006), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989) e Celso Cunha (1976) assemelham-se quando destacam a referida característica do predicado verbo-nominal de possuir dois núcleos: um verbo e um nome. A essas características, Paschoalin e Spadoto (1989) e Faraco e Moura (2002) acrescentam que o predicado verbo-nominal expressa duas informações: ação, indicada por um verbo; e estado indicado por um nome que refere qualidade ou estado do sujeito ou objeto.

Cunha e Cintra (2001), Nicola e Infante (1994), Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) destacam que os núcleos do predicado verbo-nominal são significativos.

Enquanto Cunha e Cintra (2001), Terra (1996), Rocha Lima (2006) chamam o predicado verbo-nominal de *misto*, Luft (2002) denomina-o de *complexo*.

Bechara (2003b) destaca que o predicado verbo-nominal se caracteriza por possuir verbo que não seja de ligação acompanhado do predicativo.

Saliente-se que o predicado verbo-nominal poderá ser incorporado para abranger a proposta do que se tratará como verbo intransitivo absoluto (ver mais adiante em **3.3**), visto que os verbos intransitivos absolutos podem ocorrer sem nenhum complemento para o seu significado ser completo – podendo também ser acompanhado de um adjunto adverbial –, sendo assim predicado verbal; porém, quando ocorrer acompanhado por um predicativo, o predicado será verbo-nominal. O verbo transitivo que ocorrer com um predicativo do objeto também deve se classificar como predicado verbo-nominal. Sendo assim, verifica-se que a característica principal desse tipo de predicado, tratado por quase todos os autores estudados, é que possui dois núcleos: um verbo e um nome.

2.2.1.3 Verbos intransitivos

Observe-se, no quadro **04**, as características da **intransitividade** verbal apresentadas pelos autores das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 415)	Apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas; não necessitam de outros signos léxicos.
Bechara (2003b, p.33)	Os verbos de significação definida.

Cegalla (1978, p. 222)	Têm sentido completo, ou seja, predicação completa.
Celso Cunha (1976, p. 147)	A ação não vai além do verbo.
Cunha e Cintra (2001, p. 135)	Verbos <i>significativos</i> que trazem uma ideia nova ao sujeito; a ação não vai além do verbo.
Faraco e Moura (2002, p. 441-442)	Não precisam de complemento, devido a sua significação ser completa.
Luft (2002, p. 55)	Predicação completa, já que não necessitam de complemento.
Nicola e Infante (1994, p. 262)	Verbos cujo sentido não transita para algum complemento.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 172)	Aqueles que trazem em si a ideia completa da ação, sem necessitar de um outro termo para completar o seu sentido; sua ação não transita; poderão, sozinhos, formar o predicado ou, então, aparecerem acompanhados de palavras ou expressões indicativas de lugar, tempo, modo, intensidade, etc.
Rocha Lima (2006, p. 239)	Os verbos que são suficientes para representar, sozinhos, a noção predicativa.
Sacconi (1989, p. 241)	Não precisam de complemento para ter sentido completo <i>porque não transita</i> .
Terra (1996, p. 212)	Os que têm conteúdo significativo, sentido completo, não necessitam de complemento e podem sozinhos constituir o predicado.

Quadro 04 – Verbos intransitivos

Os verbos intransitivos são tratados de forma muito semelhante pelos autores estudados, porém uns apresentam características mais detalhadas do que outros.

Bechara (2003a) trata os verbos intransitivos como àqueles que constituem o que ele chama de predicado simples. Já Bechara (2003b) afirma que os verbos intransitivos constituem o que ele denomina de predicado *simples* ou *incomplexo*.

Luft (2002) classifica os verbos intransitivos como verbos de predicação completa, nos quais a conexão entre verbo e complemento se faz sem a necessidade de complemento (objeto).

Semelhante a Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994) e Sacconi (1989) afirmam que os verbos intransitivos são aqueles cujo sentido *não transita* para algum complemento.

Faraco e Moura (2002) mencionam apenas que os verbos intransitivos não precisam de complemento.

Semelhante a Luft (2002), Cegalla (1978) afirma que os verbos intransitivos têm sentido completo, ou seja, predicação completa.

Já Celso Cunha (1976) assemelha-se a Cunha e Cintra (2001), ao afirmar que, nos verbos intransitivos, a ação não vai além do verbo.

Percebe-se, assim, que as diferenças entre os autores estudados, em relação aos verbos intransitivos, são apenas de expressões e/ou amplitude da descrição, não apresentando contradições conceituais.

Verifica-se, contudo, que os autores de Gramáticas Normativas tratam como intransitivos indiscriminadamente diversos verbos que, no uso efetivo da língua oral ou escrita, podem necessitar de fato de um complemento para o seu sentido ser completo, sendo mais adiante proposto (ver 3.3) tratá-los como intransitivos relativos e aqueles que realmente não precisam de complementos, mesmo em situações de uso da língua – oral ou escrita–, como intransitivos absolutos.

2.2.1.4 Verbos transitivos

Expõe-se no quadro 05, a seguir, as características dos **verbos transitivos** apresentadas pelos autores estudados das Gramáticas Normativas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 415)	Necessitam de delimitação semântica.
Bechara (2003b, p. 33)	Empregados acompanhados de complemento verbal.
Cegalla (1978, p.223-226)	Necessitam de outros termos para integrar o predicado.
Celso Cunha (1976, p. 147)	Exigem termos para completar-lhes o significado.
Cunha e Cintra (2001, p. 136-137)	O processo verbal não está integralmente contido nas formas verbais.
Faraco e Moura (2002, p. 442)	Precisam de um termo que lhe complete o significado.
Luft (2002, p. 55)	Verbos de <i>predicação incompleta</i> .
Nicola e Infante (1994, p. 262-263)	O sentido transita, integrando-se aos complementos.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 173-174)	Aqueles que não trazem em si a ideia completa da ação, necessitando, portanto, de um outro termo para completar o seu sentido, ou seja, sua ação transita.
Rocha Lima (2006, p. 239)	Requerem um ou mais termos para completar a compreensão e <i>cabal integridade</i> do predicado.
Sacconi (1989, p. 240)	Os quais transitam.
Terra (1996, p.213)	Têm conteúdo significativo, mas, por não possuírem sentido completo, necessitam de complemento e não podem constituir sozinhos o predicado.

Quadro 05 – Verbos intransitivos

Em linhas gerais, os verbos transitivos são tratados de forma semelhante pelos autores das gramáticas estudadas, porém uns detalham mais do que outros a classificação e a descrição, abordando alguns aspectos que nem todos abordam.

Para Bechara (2003a), os verbos que necessitam de delimitação semântica são transitivos e constituem o que ele denomina de predicado *complexo*. É afirmado que alguns

verbos transitivos, quando são usados intransitivamente, podem adquirir *especial matiz semântico* (BECHARA, 2003a). Bechara (2003b) chama de verbo transitivo aquele empregado acompanhado de complemento verbal.

Bechara (2003a; 2003b) não apresenta a classificação dos verbos transitivos, como fazem a maioria dos autores seguintes.

Cegalla (1978), diferentemente dos outros autores, descreve que os verbos transitivos diretos pedem um objeto direto e ressalta que devem ser destacados aqueles que são construídos com um complemento modificado por um predicativo.

Já os verbos transitivos indiretos, Cegalla (1978) descreve-os como aqueles que **reclamam** um complemento regido de preposição, além de distinguir os que se constroem com os pronomes objetivos *lhe(s)* dos que não aceitam, para o objeto indireto, as formas oblíquas *lhe(s)*.

Cegalla (1978) ressalta que: há verbos transitivos indiretos que admitem mais de uma preposição, sem mudança de sentido; há verbos que mudam de sentido com a troca da preposição; e há verbos que variam de significação conforme forem usados como transitivos diretos ou indiretos.

De acordo com Cegalla (1978), os verbos transitivos subdividem-se em: transitivos diretos; transitivos indiretos; transitivos diretos e indiretos (bitransitivos). Além destes verbos, existem os verbos de ligação, os quais entram na formação do predicado nominal.

Diferentemente dos demais autores, Cegalla (1978) apresenta listas dos, considerados por ele, principais verbos: transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e indiretos.

Os verbos transitivos diretos pedem um objeto direto, merecendo destaque os que se constroem com um complemento modificado por um predicativo. Os verbos que pertencem a esse grupo são: *julgar, chamar, nomear, eleger, proclamar, designar, considerar, declarar, adotar, ter, fazer, tomar, encontrar, deixar, ver, coroar, sagrar, achar, etc.*

Entre os verbos transitivos indiretos importa distinguir: 1) Os que se constroem com os pronomes objetivos *lhe, lhes*. Em geral são os verbos que exigem a preposição *a*: *agrada-lhe, agradeço-lhe, apraz-lhe, bate-lhe, desagrada-lhe, desobedece-lhe, interessa-lhe, obedece-lhe, paga-lhe, perdôo-lhe, quero-lhe (= quero-lhe bem), resiste-lhe, repugna-lhe, sucede-lhe, valeu-lhe, etc.* 2) Os que não aceitam para objeto indireto as formas oblíquas *lhe, lhes*, construindo-se com os pronomes retos precedidos de preposição: *aludir a ele, anuir a ele, assistir a ela, atentar nele, depender dele, investir contra ele, não ligar para ele, recorrer a ele, simpatizar com ele, etc.* (CEGALLA, 1978, p. 224, grifo do autor)

Os principais verbos transitivos indiretos são: abusar (de); aludir (a); assistir (a); anuir (a); aspirar (a); aprazer (a); ansiar (por); atentar (em); agradar (a); atirar (a, em contra); bater (em); contentar-se (com, de, em); cuidar (de); cogitar (em, de); conspirar (contra); carecer (de); crer (em); confiar (em); contribuir (para); gostar (de); interessar (a); investir (contra, com); lutar (contra); lembrar-se (de); obedecer (a); obstar (a); pagar (a); perdoar (a); presidir (a); precisar (de); querer (a); recorrer (a); repugnar (a); resistir (a); valer (a); zombar (de).

Cegalla (1978, p.225) faz ainda as seguintes observações, em relação aos verbos transitivos indiretos:

1^a) Em princípio, verbos transitivos indiretos não comportam a forma passiva. Excetuam-se *pagar*, *perdoar*, *obedecer* e pouco mais, usados também como transitivos diretos: *João paga (perdoa, obedece) o médico.* → *O médico é pago (perdoado, obedecido) por João.* 2^a) Há verbos transitivos indiretos, como *atirar*, *investir*, *contentar-se*, etc., que admitem mais de uma preposição, sem mudança de sentido. Outros mudam de sentido com a troca da prep.: “Trate de sua vida.” “É desagradável *tratar com* gente grosseira.” 3^a) verbos como *aspirar*, *assistir*, *dispor*, *servir*, etc., variam de significação conforme forem usados como transitivos diretos ou indiretos.

Os verbos transitivos diretos e indiretos, por sua vez, são usados com dois objetos: um direto e outro indireto (concomitantemente). Os principais verbos transitivos diretos e indiretos são: *atirar*, *atribuir*, *dar*, *doar*, *ceder*, *apresentar*, *ofertar*, *oferecer*, *pedir*, *prometer*, *explicar*, *ensinar*, *proporcionar*, *perdoar*, *pagar*, *preferir*, *devolver*, *chamar*, *entregar*, *perguntar*, *informar*, *aconselhar*, *propor*, *prevenir*, etc.

Celso Cunha (1976) classifica os verbos transitivos em: transitivos diretos, cuja ação expressa se transmite a outros elementos sem o auxílio de preposição, diretamente; transitivos indiretos: cuja ação expressa se transmite a outros elementos da oração indiretamente, por meio das preposições *a* e *de*; e os transitivos diretos e indiretos (simultaneamente) requerem objeto direto e objeto indireto para que seu sentido se complete.

A análise da transição da transitividade verbal é feita dentro da frase. Considerado isoladamente, um verbo não é transitivo nem intransitivo. Esta razão porque o mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente; ora com objeto indireto. (CUNHA, 1976, p.143)

Cunha e Cintra (2001) afirmam que os verbos transitivos podem ser: diretos, aqueles cuja ação é transmitida a outros elementos diretamente, **sem o auxílio de preposição**; indiretos, aqueles cuja ação expressa transita para outros elementos da oração indiretamente,

por meio de preposição; e os diretos e indiretos, simultaneamente, os quais requerem objeto direto e indireto para completar-lhes o sentido. Cunha e Cintra (2001) afirmam que:

a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente. O mesmo verbo pode estar empregado ora intransitivamente, ora transitivamente, ora com objeto direto, ora com objeto indireto. Comparam-se estes exemplos: Perdoai sempre (=intransitivo); perdoai as ofensas (= transitivo direto); perdoai aos inimigos (= transitivo indireto); perdoai as ofensas aos inimigos (= transitivo direto e indireto); por que sonhas, ó jovem poeta? (= intransitivo), sonhei um sonho guinholesco (= transitivo direto). (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 138)

Luft (2002) considera que o verbo transitivo é de predicação incompleta por ser indispensável o complemento na conexão verbo e complemento. Luft (2002) faz a seguinte descrição dos verbos transitivos: transitivo direto é o verbo que tem o sentido completado por um objeto direto; transitivo indireto requer um complemento indireto, que ele descreve como *nominal (sintagma substantivo)* regido obrigatoriamente de preposição. Diferentemente dos demais autores, Luft (2002) distingue três tipos de verbos transitivos indiretos:

- a) verbos que pedem complemento regido de *a*;
- b) verbos que não admitem apassivação nem pronome *lhe*, exigindo complemento regido de preposição obrigatória;
- c) verbos que se completam com um locativo que não pode ser considerado adjunto adverbial de lugar, e sim complemento.

Luft (2002) faz, diferentemente dos autores citados, a descrição para os verbos transitivos diretos e indiretos, os quais se constroem com dois complementos, um direto e outro indireto, dividindo-os em três espécies, de acordo com as subclasses de verbos transitivos indiretos:

- a) com objeto indireto *lhe* dativo;
- b) com objeto indireto nem dativo nem locativo;
- c) com complemento locativo.

Luft (2002) ainda destaca que verbo *transitivo-predicativo* tem objeto direto e um predicativo para este, constituindo o predicado (*complexo*) verbo-nominal.

Nicola e Infante (1994) descrevem que os verbos transitivos podem ser: diretos, aqueles cujo sentido é integrado por um objeto direto; indiretos, aqueles cujo sentido é integrado por um objeto indireto; e diretos e indiretos, nos quais, o sentido é integrado por dois objetos, um direto e outro indireto.

Faraco e Moura (2002), por sua vez, assemelham-se à Nicola e Infante (1994) nas suas propostas.

Paschoalin e Spadoto (1989) descrevem a classificação dos verbos transitivos diretos, indiretos, diretos e indiretos de forma semelhante à proposta de Cunha e Cintra (2001).

Ressalte-se que, semelhantemente às propostas de Bechara (2003a; 200b), Rocha Lima (2006) também não faz a classificação dos verbos transitivos, apesar dele próprio classificar como transitivos os verbos que requerem um ou mais termos para completar a compreensão e *cabal integridade* do predicado.

Sacconi (1989) descreve os verbos transitivos, bem como os classifica em transitivos diretos; indiretos; diretos e indiretos, de forma semelhante à Paschoalin e Spadoto (1989).

Terra (1996) descreve os verbos transitivos diretos, transitivos indiretos e os transitivos diretos e indiretos igualmente à proposta de Cunha e Cintra (2001).

A questão dos verbos transitivos é fundamental para a classificação dos complementos. Na verdade, é a situação de uso dos verbos na língua oral ou escrita que vai determinar a sua transitividade e o tipo de complemento que realmente necessita para completar o seu sentido.

O verbo transitivo indireto, por exemplo, precisa ser completado por um objeto indireto e não por um complemento relativo³¹. Verbos transitivos também podem ser usados com intransitividade relativa (ver 3.3). Verifica-se, assim, que esses, dentre outros aspectos, nenhuma das Gramáticas Normativas estudadas aborda. Uma gramática, entretanto, que se constrói a partir da experiência efetiva do uso da língua oral ou escrita, deve levar em conta a Sintaxe, a Semântica e, principalmente, a Pragmática, oferecendo uma classificação coerente (ver 3.3).

2.2.1.5 Verbos de ligação

No quadro 06, verificam-se as características dos **verbos de ligação** dadas pelos autores das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Cegalla (1978, p. 226)	Ligam o sujeito a um predicativo.
Celso Cunha (1976, p. 144)	Funcionam como elo que liga o sujeito ao seu predicativo em predicado nominal.

³¹ Verificou-se esse tipo de incoerência na maioria das GNs estudadas: complemento relativo sendo tratado como objeto indireto.

Cunha e Cintra (2001, p. 137)	Podem expressar: estado permanente, estado transitório, mudança de estado, continuidade de estado, aparência de estado. São chamados também de copulativos e servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressão de caráter nominal, não trazendo propriamente ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo.
Faraco e Moura (2002, p. 443-444)	Estabelecem ligação entre o sujeito e o predicativo do sujeito. Não apresentam significação.
Luft (2002, p. 55)	Também chamados relacionais, pois unem o predicativo ao sujeito.
Nicola e Infante (1994, p. 262)	Nos predicados nominais, ocorrem acompanhados de predicativos do sujeito. Indicam estado.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 174-175)	Os verbos que expressam estado são os verbos <i>de ligação</i> , os quais não são significativos.
Sacconi (1989, p. 241)	Têm a função de ligar um termo ao sujeito, indicando estado, qualidade ou condição.
Terra (1996, p.213)	Não possuem conteúdo significativo, exprimem estado ou mudança de estado e servem como elemento de ligação entre um sujeito e seu atributo, predicativo do sujeito.

Quadro 06 – Verbos de ligação

Como é possível observar no **quadro 06**, Bechara (2003a; 2003b) e Rocha Lima (2006) não fazem menção aos verbos de ligação.

Faraco e Moura (2002) afirmam que: “O verbo transitivo e o verbo intransitivo são significativos ou nocionais, isto é, têm um sentido próprio: indicam ação, fenômeno da natureza, desejo, fato. [...] O mesmo não ocorre com os verbos de ligação (VL)”. (FARACO; MOURA, 2002, p.443).

Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) fazem referência aos verbos de ligação de forma semelhante à proposta apresentada por Faraco e Moura (2002).

De um modo geral, os autores tratam os verbos de ligação de forma semelhante.

Os verbos de ligação, como se pôde verificar, não são verbos significativos, porém são fundamentais em orações predicativas nominais ou verbo-nominais para ligar o sujeito ao predicativo. Mesmo que estejam implícitos, os verbos de ligações são importantes, como no caso do predicado verbo-nominal que é formado por um verbo intransitivo absoluto, um predicativo do sujeito e o verbo de ligação que geralmente está subentendido (ver **3.3**).

A partir das gramáticas analisadas, evidenciam-se os seguintes complementos verbais:

- objeto direto;
- objeto direto preposicionado;
- a preposição como posvérbio;
- objeto direto pleonástico;
- objeto direto interno;
- complemento relativo;

- objeto indireto;
- objeto indireto pleonástico;
- os chamados dativos livres;
- complemento circunstancial.
- complemento predicativo;

Nos quadros a seguir, observe-se como são tratados tais complementos, além das suas especificidades nas referidas gramáticas.

2.2.1.6 Objeto direto

Apresentam-se no quadro **07** as características do **objeto direto** encontradas nas Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 416)	<i>Ou complemento direto</i> , representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome), não introduzido por preposição necessária.
Bechara (2003b, p.33)	O complemento verbal não introduzido por preposição.
Cegalla (1978, p. 230)	O complemento dos verbos de predicação incompleta que, normalmente, não é regido de preposição; apresenta diversas características.
Celso Cunha (1976, p. 151)	Liga-se ao verbo sem preposição, indicando o ser para o qual a ação verbal é dirigida e pode ser representado por substantivo, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração substantiva (objetiva direta). Na constituição do objeto direto, podem entrar mais de um substantivo ou mais de um dos seus equivalentes.
Cunha e Cintra (2001, p. 140-141)	Normalmente vem ligado ao verbo sem preposição. Pode ser representado por substantivo, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração substantiva (objetiva direta); podendo entrar, em sua constituição, mais de um substantivo ou mais de um dos seus equivalentes.
Faraco e Moura (2002, p. 448-449)	Completa o sentido de um verbo transitivo direto, não regido de preposição, normalmente.
Luft (2002, p. 64-65)	Termo que completa um verbo transitivo sem preposição.
Nicola e Infante (1994, p. 260-261)	É uma função substantiva da oração e liga-se diretamente a um verbo transitivo, sem preposição.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 193)	O qual completa o sentido do verbo transitivo direto, ligando-se a ele sem o auxílio necessário da preposição.
Rocha Lima (2006, p. 243)	É complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal.
Sacconi (1989, p. 257)	O qual completa o sentido de um verbo transitivo direto, sem necessidade de preposição
Terra (1996, p. 222)	Um complemento sem preposição obrigatória, o objeto direto.

Quadro 07 – Objeto direto

Todos os autores estudados veem, de forma semelhante, o conceito básico do objeto direto. Celso Cunha (2001), Terra (1996), Rocha Lima (2006), Luft (2002), Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989), Faraco e Moura (2002) e Cegalla (1978) tratam, em linhas gerais, o objeto direto como o complemento de verbo transitivo direto não regido de preposição.

Sacconi (1989, p. 258) ressalta que “o pronome *o* (e variações) só exerce a função de objeto direto; o pronome *lhe* (e variação) exerce a função de objeto indireto. Os demais pronomes oblíquos (*me, te, se, nos, vos*) ora exercem a função de objeto direto, ora a de objeto indireto, conforme a transitividade verbal”.

Terra (1996) ressalta que os pronomes oblíquos *o, a, os, as* funcionam como objeto direto (quando complementos do verbo); os pronomes *lhe, lhes* funcionam como objeto indireto; já os pronomes *me, te, se, nos, vos* podem funcionar como *objeto direto* ou *objeto indireto*.

Os autores ainda descrevem, de forma semelhante, as características do objeto direto.

Em se tratando do objeto direto, a incoerência se apresenta quando os mesmos autores destacam que o objeto direto é um complemento sem preposição e em seguida listam uma série de casos de objeto direto preposicionado, dificultando o entendimento e aprendizado dos estudantes de Língua Portuguesa. Esse tipo de complemento preposicionado deve ter outro modo de tratamento para que o processo de ensino-aprendizagem desse assunto seja coerente e adequado. A questão não é apenas mudar o nome de objeto direto preposicionado para outro nome, é uma questão conceitual, como será possível ver adiante (2.2.1.7).

2.2.1.7 Objeto direto preposicionado

Veja-se no quadro **08**, a seguir, o tratamento do **objeto preposicionado**, segundo os autores das Gramáticas Normativas estudados.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 418)	No qual o objeto aparece iniciado por preposição para evidenciar o contraste entre o sujeito e o complemento.
Bechara (2003b, p. 33-35)	Quando a preposição aparece, sem ser necessária, acompanhando o complemento verbal objeto direto.
Cegalla (1978, p. 231-233)	Há casos de objeto direto preposicionado.
Celso Cunha (1976, p. 152)	Quando o objeto direto vier regido da preposição <i>a</i> .
Cunha e Cintra (2001, p. 142)	Quando vem antecipado, costuma vir regido pela preposição <i>a</i> , com os verbos que exprimem sentimentos, para evitar ambiguidade; o objeto

	direto é <i>obrigatoriamente</i> preposicionado, quando expresso por pronome pessoal oblíquo tônico.
Faraco e Moura (2002, p. 449-450)	Consiste em objeto direto que pode vir regido por uma preposição, havendo casos obrigatórios e casos facultativos.
Luft (2002, p. 65)	Há casos de objeto direto preposicionado.
Nicola e Infante (1994, p. 261)	Em que o objeto direto pode vir precedido de preposição, sendo que a presença dessa preposição decorre de fatos estilísticos ou morfossintáticos, mas nunca é o verbo que a exige.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 196-197)	É complemento de um verbo transitivo direto, isto é, que não exige a presença obrigatória da preposição.
Rocha Lima (2006, p. 243)	Há casos facultativos e casos obrigatórios pelo emprego da preposição antes do objeto direto.
Sacconi (1989, p. 260)	O qual pode vir antecedido de uma preposição.
Terra (1996, p. 222)	Completa sempre o sentido de um verbo transitivo direto, enquanto o objeto indireto completa sempre o sentido de um verbo transitivo indireto. Ressalta, ainda, que o objeto direto deve ser preposicionado quando for pronome relativo <i>quem</i> , para evitar ambiguidade, em certas construções enfáticas.

Quadro 08 – Objeto direto preposicionado

Bechara (2003b), em relação às passagens no emprego do objeto direto e complemento preposicionado, destaca que:

a proximidade da função semântico-sintática do objeto direto e dos complementos em relação ao verbo do predicado preposicionado justifica o fato de que, na história da língua, tenha ocorrido a passagem de objeto direto a complemento preposicionado e vice-versa. Assim ocorria com *socorrer*, que se construía antigamente com preposição (*socorrer aos pobres*) e hoje se constrói com objeto direto (*socorrer os pobres / socorrê-los*). (BECHARA, 2003b, p.38)

Cunha e Cintra (2001) justificam que o objeto direto também costuma vir preposicionado pela preposição *a* quando vem antecipado.

Terra (1996), Rocha Lima (2006), Luft (2002), Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989), Faraco e Moura (2002), Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) também mencionam o objeto direto preposicionado, listando os casos, considerados por eles, obrigatórios e facultativos.

O objeto direto preposicionado é tratado de forma incoerente na Gramática Normativa, uma vez que os autores destacam que o objeto é direto justamente pela característica de não ser preposicionado. Outra incoerência é a divergência entre alguns autores no tratamento dos casos que eles denominam facultativos e obrigatórios para o uso da preposição acompanhando esse tipo de objeto. Enquanto Rocha Lima (2006) considera obrigatório o uso da preposição antes do nome Deus (Amar a Deus), Cegalla (1978), Luft (2002) e Paschoalin e Spadoto

(1989) consideram o mesmo caso como facultativo. Os demais autores não mencionam especificamente esse exemplo. Afinal, é obrigatório ou facultativo o uso da preposição antes do nome Deus? Os autores das gramáticas estudadas respondem diferentemente. Se um autor diz que é obrigatório, basta outro afirmar que é facultativo que o caráter de obrigatoriedade torna-se duvidoso, diagnosticando-se, assim, uma contradição entre os autores. No Latim, a desinência morfológica de acusativo existia nesse caso (*Amare Deum*). No Português, pode-se supor que a preposição antes do nome **Deus** é usada por uma questão de estilo ou ênfase e não por uma questão semântica, como nos casos em que se preposicionam o objeto para desfazer ambiguidade entre o que funciona como o sujeito e o que funciona como objeto. Esses casos serão tratados adequadamente se forem classificados como objetos livres ou complementos livres (descritos em 3.3).

Ainda sobre os objetos diretos preposicionados, é válido mencionar um exemplo que é dado por Cegalla (1978), o qual ele destaca como objeto direto preposicionado, mas que, se for feita uma análise cuidadosa, é possível afirmar que não é um objeto direto. Veja-se:

“E dali em diante, o drama intensificava-se, fazendo sorrir, de plena satisfação, *a Caetano*” (Cegalla, 1978, p.32). Cegalla (1978) destaca que nesse período, **a Caetano**, é um objeto direto preposicionado, porém entende-se que, nesse mesmo período, a oração “[...] **fazendo sorrir** [...] **a Caetano**” (Cegalla, 1978, p.32) pode ser analisada como: **fazendo Caetano sorrir**, em que **Caetano sorrir** é uma oração objetiva direta reduzida de infinitivo, portanto, objeto direto de **fazendo**; e **Caetano** é sujeito do verbo **sorrir**. É possível propor, então, que **a Caetano** é uma expressão preposicionada na qual a preposição vai anteceder o sujeito deslocado apenas por uma questão de estilo³² linguístico (ALVES, 1999).

Esse tipo de situação, do exemplo analisado acima, é mais um fator que comprova a incoerência ou incompatibilidade encontrada em algumas GNs na relação de conceito, classificação e exemplos.

2.2.1.8 A preposição como posvérbio

Como se verifica no quadro **09, a preposição como posvérbio** só é mencionada por Bechara (2003a; 2003b), dentre os autores das Gramáticas Normativas estudadas.

³² Segundo Câmara Jr. (1988, p.110), estilo é “maneira típica por que nos exprimimos linguisticamente, individualizando-nos em função da nossa linguagem”.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 419)	Em que aparece a preposição depois de certos verbos, a qual mais serve para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses mesmos verbos.
Bechara (2003b, p. 36)	Acompanha o objeto direto; tem por função dar certo colorido semântico ao verbo.

Quadro 09 - A preposição como posvérbio

A questão da preposição como posvérbio só é referida em Bechara (2003a; 2003b). Bechara (2003a, p.419) diz que “a preposição que se emprega nestes casos deu-lhe o Prof. Antenor Nascentes o nome de *posvérbio*”; ressalta, dentre outros, os exemplos: *arrancar a espada*; *arrancar da espada* e afirma que o uso da preposição “acentua a ideia de uso do objeto e a retirada total da bainha ou cinta” (BECHARA, 2003a, p.419); *cumprir o dever*; *cumprir com o dever* e afirma que o uso da preposição “acentua a ideia do esforço ou dedicação empregada” (BECHARA, 2003a, p.419).

Bechara (2003b) destaca que a preposição que acompanha o objeto direto tem por função *dar certo colorido semântico ao verbo*, enfatizar o significado expresso pelo complemento do verbo. As demais gramáticas estudadas não apresentam esse conteúdo dessa forma, contudo, é possível verificar que autores como Cegalla (1978), Nicola e Infante (1994), Paschoalin e Spadoto (1989), Rocha Lima (2006) e Terra (1996) que tratam esse aspecto como casos de objeto direto preposicionado.

Cegalla (1978) e Rocha Lima (2006) incluem na lista de exemplos de objeto direto preposicionados os mesmos exemplos, referidos aqui, tratados por Bechara (2003a) como caso de preposição como posvérbio. O próprio Bechara (2003b) conceitua o objeto direto preposicionado afirmando que a preposição aparece, sem ser necessária, acompanhando o complemento verbal objeto direto. A preposição como posvérbio, no entanto, tem a mesma característica dada para o objeto direto preposicionado, quando se justifica a presença da preposição por questão de ênfase.

Note-se, assim, que esses casos de preposição como posvérbio devem ser incluídos nos casos de complemento ou objeto livre que acompanham verbos transitivos livres, conforme proposto em **3.3**.

2.2.1.9 Objeto direto pleonástico

No quadro **10**, verifica-se que apenas alguns autores das Gramáticas Normativas estudadas mencionam o **objeto direto pleonástico**.

Autor da Gramática	Características
Cegalla (1978, p. 233-234)	É o objeto repetido sob forma pronominal quando se quer dar destaque ou ênfase à ideia contida no objeto direto colocado no início da frase. Também é chamado de enfático ou redundante.
Celso Cunha (1976, p. 152)	Quando quer se chamar a atenção para o objeto direto, que precede o verbo, repetindo-o. A constituição do objeto direto pleonástico pode ser feita por um pronome átono e por uma forma pronominal tônica preposicionada.
Cunha e Cintra (2001, p. 142-143)	É a repetição do objeto direto que precede o verbo, podendo ser constituído de um pronome pessoal átono e de uma forma pronominal tônica preposicionada.
Faraco e Moura (2002, p. 450)	É a repetição do objeto direto empregado por um pronome pessoal átono.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 198)	Os quais por motivo de ênfase aparecem repetidos.
Terra (1996, 223)	Consiste na antecipação do objeto para o início da frase, havendo depois a repetição deste por meio de um pronome oblíquo, por uma questão de ênfase.

Quadro 10 – Objeto direto pleonástico

Bechara (2003a; 2003b), Rocha Lima (2006), Luft (2002), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989) não mencionam o objeto pleonástico.

Cunha e Cintra (2001), Terra (1996), Faraco e Moura (2002), Paschoalin e Spadoto (1989), Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) tratam o conceito de objeto direto pleonástico de forma semelhante.

Em linhas gerais, os autores que mencionam o objeto pleonástico destacam que se trata do objeto direto repetido sob forma pronominal quando se quer dar destaque ou ênfase à ideia contida no objeto direto, colocado no início da frase.

2.2.1.10 Objeto direto interno

Observe-se, no quadro **11**, a seguir, o denominado **objeto direto interno** mencionado em algumas das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 387; 415)	Descreve-o como arquilexema , que consiste numa unidade em que o conteúdo é igual ao conteúdo comum de duas ou mais unidades de um campo léxico. Sendo assim, afirma-se que o <i>arquilexema</i> é o termo geral apontado pela extensão significativa de um verbo que tem a possibilidade de ser usado transitiva ou intransitivamente.
Cegalla (1978, p. 231)	É destacado que, com frequência, transitivam-se verbos intransitivos, dando-se-lhes por objeto direto uma palavra cognata ou da mesma esfera semântica.

Luft (2002, p. 60)	Verbos intransitivos podem ser usados transitivamente, anexando-lhe um substantivo da mesma raiz ou de traço semântico (sema) comum.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 193)	Há verbos intransitivos que, <i>acidentalmente</i> , podem aparecer como verbos transitivos diretos.
Rocha Lima (2006, p. 248)	Completa alguns verbos intransitivos que podem trazer complemento representado por substantivo do mesmo radical acompanhado de adjunto e são, às vezes, expressos por palavras que, não sendo co-radicaís dos verbos respectivos, pertencem, todavia, ao mesmo grupo de ideias.

Quadro 11 – Objeto direto interno

Apenas Rocha Lima (2006) explicita claramente o objeto direto interno. Luft (2002), Paschoalin e Spadoto (1989), Cegalla (1978) abordam essa questão, porém não apresentam nenhuma denominação. Bechara (2003a), por sua vez, trata do *arquilexema*³³. Os demais autores estudados não mencionam esse tipo de objeto. Esses casos de objeto direto interno podem ser enquadrados numa classificação específica: pelo fato de acompanhar verbo intransitivo absoluto (ver 3.3), poderão ser classificados como objeto de redundância (ver 3.3) porque apresentam o mesmo radical ou a mesma ideia, mas não são necessários para o sentido do verbo ser completo. Ocorrem apenas para ilustrar (ou qualificar) redundantemente o mesmo sentido peculiar do verbo, os quais só acontecem nesses casos, ou seja, acompanhando verbos considerados intransitivos absolutos. Por exemplo: **Viveu; Viveu uma vida feliz (ou infeliz); Morreu; Morreu uma morte tranquila. Dormiu; Dormiu um sono tranquilo.** Nesses casos, tais verbos continuam com intransitividade absoluta.

2.2.1.11 Complemento relativo

Como pode se verificar, no quadro 12, a seguir, somente dois autores das Gramáticas Normativas estudadas tratam do **complemento relativo**.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p.419)	Refere-se ao verbo cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica, exigindo-se outro tipo de signo léxico que delimite e especifique a experiência comunicada, vindo este determinante do predicado verbal introduzido por preposição.
Bechara (2003b, p. 38-39)	Caracteriza-se pela delimitação imediata da significação ampla do verbo, pela possibilidade de acompanhamento por qualquer preposição exigida pela significação do verbo, pela impossibilidade de se substituir o complemento preposicionado pelo pronome pessoal átono <i>lhe</i> ;
Rocha Lima (2006, p.	Integra a predicação de um verbo que tem significação relativa , vem

³³ Ver a significação de *arquilexema* no **quadro 11**, conforme Bechara (2003a, p.415).

251-252)	ligado ao verbo por uma preposição determinada e tem valor de objeto direto.
----------	--

Quadro 12 – Complemento relativo

Bechara (2003a; 2003b) e Rocha Lima (2006) mencionam e descrevem o complemento relativo, enquanto os demais autores não fazem nenhuma referência a tal questão. Bechara (2003b) afirma que “o complemento relativo, entendido como termo posicionado que delimita a natureza semântico-sintática do verbo, exprime uma circunstância” (BECHARA, 2003b, p. 44), que delimita a significação contida na expressão predicativa, não podendo ser eliminado da oração; e destaca a diferença entre o complemento relativo e o adjunto adverbial.

Rocha Lima (2006) distingue o complemento relativo do objeto indireto, ressaltando as seguintes circunstâncias:

Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação; não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição [...]. (ROCHA LIMA, 2006, p. 252)

Rocha Lima ressalta ainda que o complemento relativo “se filia ora no ablativo, ora no genitivo.” (ROCHA LIMA, 2006, p. 251).

O complemento relativo é adequadamente classificado, porém a incoerência se apresenta quando os demais autores tratam esse tipo de complemento como objeto indireto indiscriminadamente, de forma aleatória, e afirmam que o objeto indireto pode ser substituído por **lhe(s)** e, contudo, se sabe que o complemento relativo não pode ser substituído pelo **lhe(s)**. Tais autores, ainda, dão exemplos de objeto indireto utilizando os mesmos verbos que os autores acima (Bechara e Rocha Lima) utilizam para exemplificar o complemento relativo, como por exemplo: o verbo **gostar**; gosto **de frutas** (Cegalla, 1978, p. 234), classificando **de frutas** como um objeto indireto. Sabe-se, no entanto, que **de frutas**, nesse exemplo, deve ser classificado como um complemento relativo.

2.2.1.12 Objeto indireto

A seguir, veja-se, no quadro 13, o tratamento do **objeto indireto** dado pelos autores das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 421)	Apresenta as seguintes características formais e semânticas: é introduzido apenas pela preposição <i>a</i> (raramente <i>para</i>), o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal, expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”, é comutável pelo prenome pessoal objetivo <i>lhellhes</i> , que leva a marca de número do signo léxico referido, mas não a de gênero.
Bechara (2003b, p. 36-38)	Caracteriza-se pelo aparecimento exclusivo da preposição <i>a</i> (raramente <i>para</i>) como introdutor de tais complementos verbais, pela possibilidade de se substituir este complemento verbal preposicionado pelo pronome pessoal átono <i>lhe</i> .
Cegalla (1978, p. 234)	É o complemento verbal regido de preposição necessária e sem valor circunstancial.
Celso Cunha (1976, p. 153)	Liga-se ao verbo por meio de preposição.
Cunha e Cintra (2001, p. 143-145)	É o complemento de um verbo transitivo indireto, que se liga ao verbo por meio de preposição, podendo ser representado por substantivo, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração substantiva (objetiva indireta), sendo possível entrar em sua constituição mais de um substantivo ou mais de um dos seus equivalentes.
Faraco e Moura (2002, p. 450-451)	Completa o sentido do verbo transitivo indireto e sempre vem regido de preposição clara ou subentendida.
Luft (2002, p. 65)	Termo que completa um verbo transitivo com auxílio de preposição; no nível semântico, exprime o ser ao qual se dirige ou destina a ação verbal.
Nicola e Infante (1994, p. 261-262)	Também é uma função substantiva da oração e liga-se indiretamente a um verbo transitivo, por intermédio de uma preposição exigida pelo próprio verbo.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 194)	É complemento de um verbo transitivo indireto, isto é, que exige a presença obrigatória da preposição.
Rocha Lima (2006, p. 248)	É caracterizado morfológicamente e sintaticamente. Morfológicamente, o objeto indireto caracteriza-se por vir encabeçado pela preposição <i>a</i> (às vezes, <i>para</i>) e corresponder, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas <i>lhe</i> , <i>lhes</i> ; sintaticamente, o objeto indireto não aceita – exceto em raros casos – passagem para a função de sujeito na voz ativa e não <i>lhe</i> é possível se apresentar sob a forma de oração subordinada devido ao fato de <i>implicar</i> o traço + PESSOA.
Sacconi (1989, p. 258)	Completa o sentido de um verbo transitivo indireto, o qual transita indiretamente para o seu complemento, isto é, com ajuda de preposição.
Terra (1996, p. 223)	Sempre e obrigatoriamente com auxílio de uma preposição completa o significado de um verbo transitivo indireto.

Quadro 13 – Objeto indireto

Apesar de todos os autores estudados mencionarem o objeto indireto, alguns apresentam entre si diferenças nas abordagens.

Bechara (2003a, p.422) afirma que o objeto indireto se distancia mais da delimitação semântica que ele denomina de predicado complexo, já que parece um elemento adicional da intenção comunicativa, ficando, em relação ao esquema sintático, entre os **verdadeiros** complementos verbais e os adjuntos circunstanciais.

De acordo com Bechara (2003b) o objeto indireto pode ocorrer com complemento relativo e, em alguns casos, é possível ter objeto indireto comutável por *lhellhes*, sem a

existência de um objeto direto ou um complemento relativo. Os verbos que admitem dupla ou tripla construção são os seguintes: **avisar, ensinar, esquecer, informar, lembrar**.

Cegalla (1978) descreve, para o objeto indireto, as seguintes características:

- a) é o complemento verbal regido de preposição necessária e sem valor circunstancial;
- b) representa, ordinariamente, o ser a quem se destina ou se refere a ação verbal;
- c) completa a significação dos verbos transitivos indiretos e dos verbos transitivos diretos e indiretos;
- d) pode acompanhar verbos intransitivos, “que, no caso, poderão ser considerados acidentalmente transitivos indiretos” (CEGALLA, 1978, p.235) e verbos de ligação;
- e) é sempre regido de preposição, clara ou implícita.

O objeto indireto pode também acompanhar verbos intransitivos “que, no caso, poderão ser considerados acidentalmente transitivos indiretos” (CEGALLA, 1978, p. 235) e verbos de ligação.

É afirmado que há verbos que podem ser construídos com dois objetos indiretos e que não se deve confundir o objeto indireto com o complemento nominal nem com o adjunto adverbial.

O objeto indireto é sempre regido de preposição, clara ou implícita: 1) A preposição está implícita nos pronomes objetivos indiretos (átonos) *me, te, se, lhe, nos, vos, lhes*: *obedece-me* (= a mim). Isto não *te* pertence (= a ti). *Rogo-lhe* (= a ele, você) que fique. *Peço-vos* isto (= a vós). 2) Nos demais casos a preposição é expressa, como característica do objeto indireto [...], o objeto indireto é representado pelos substantivos (ou expressões substantivas) ou pelos pronomes. As preposições que o ligam ao verbo são: *a, com, contra, de, em, para e por*. (CEGALLA, 1978, p.235, grifo do autor)

Para Cunha (1976), o objeto indireto pode ser representado por substantivo ou palavra substantivada, pronome (substantivo), numeral, palavra ou expressão substantivada, oração substantiva (objetiva indireta), podendo também ser constituído de mais de um substantivo ou mais de um dos seus equivalentes. “Não vem precedido de preposição o objeto indireto representado pelos pronomes pessoais oblíquos *me, te, lhe, nos, vos, lhes*, e pelo reflexivo *se*. Note-se que o pronome oblíquo *lhe (lhes)* funciona essencialmente como objeto indireto”. (CUNHA, 1976, p. 154).

Para Cunha e Cintra (2001) e Celso Cunha (1976), o objeto indireto representado pelos pronomes pessoais oblíquos *me, te, lhe, nos, vos, lhes* e pelo reflexivo *se* não vem precedido

de preposição. Ressaltam, ainda, que o pronome oblíquo *lhe* (*lhes*) é essencialmente objeto indireto.

Para Faraco e Moura (2002), as preposições *a, de, em, para, com, por* introduzem o objeto indireto. O objeto indireto pode ser representado por substantivo ou expressão substantivada; pronomes substantivos ou expressão substantivada; numeral; oração. “São transitivos indiretos muitos verbos pronominais, como: *lembrar-se, esquecer-se, encarregar-se, aborrecer-se, enjoar-se, aplicar-se, referir-se, utilizar-se, valer-se, orgulhar-se, gabar-se, etc*” (FARACO; MOURA, 2002, p.451).

Os pronomes *o, a, os, as, (lo, la, los, las, no, na, nos, nas)* funcionam como objeto direto; *lhe, lhes*, como objeto indireto. Já os pronomes *me, te, se, nos, vos* podem funcionar como objetos diretos ou indiretos, dependendo da predicação do verbo. Como é praticamente impossível saber a predicação de todos os verbos em português, existe uma regra prática que pode facilitar: substituir o pronome por uma expressão masculina. (FARACO; MOURA, 2002, p. 451)

Quando se substituir o pronome por uma expressão masculina e não aparecer preposição obrigatória, significa que o pronome pessoal oblíquo exercerá a função de objeto direto e, caso apareça preposição obrigatória, o pronome exercerá a função de objeto indireto.

Luft (2002) menciona que, nos verbos transitivos diretos e indiretos, o objeto indireto é o termo que exprime o destinatário do objeto direto.

Nicola e Infante (1994, p.262) destacam que “Dentre os pronomes pessoais oblíquos, *lhe* e *lhes* são exclusivamente objetos indiretos quando se referem a um verbo. Os pronomes *me, te, se, nos* e *vos* podem ser objetos indiretos, de acordo com a transitividade verbal”.

Rocha Lima (2006) salienta que:

O objeto indireto pode figurar em qualquer tipo de predicado (verbal, nominal, verbo-nominal), perfilando-se, até, ao lado de verbos intransitivos e verbos na voz passiva. Situa-se, portanto, menos como um complemento do *verbo* (do cujo regime, na maioria das vezes, independe) do que como um complemento da *oração*, da qual é, aliás, facilmente dispensável em muitas situações. (ROCHA LIMA, 2006, p. 249)

Rocha Lima (2006) descreve o objeto indireto destacando as seguintes características:

- a) representa o ser animado a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa;
- b) pode figurar em qualquer tipo de predicado (verbal, nominal, verbo-nominal);

- c) perfila-se, até, ao lado de verbos intransitivos e verbos na voz passiva;
- d) situa-se menos como um complemento do verbo do que como um complemento da oração;

Rocha Lima (2006) ainda lista seis casos de objeto indireto que denomina de **incontroversos**:

1) serve de complemento a verbos acompanhados de objeto direto, representando o elemento onde termina a ação. É o caso comum dos chamados verbos bitransitivos [...]; 2) junta-se à unidade chamada de verbo + *objeto direto*, indicando o possuidor de alguma coisa [...]; 3) acompanha certos conglomerados constituídos de *verbo+ objeto direto*, dos quais depende o indireto [...]; 4) figura num tipo especial de construção, na qual os verbos *fazer, deixar, mandar, ouvir e ver* se combinam a infinitivo acompanhado de objeto direto, ou a verbo de ligação seguido de predicativo [...]; 5) liga-se a verbos intransitivos unipessoais, designando a pessoa em quem se manifesta a ação [...]; 6) une-se a alguns verbos pessoais (de regência variadas), quando empregados em determinado sentido. (ROCHA LIMA, 2006, p. 249-251)

Sacconi (1989) destaca que as orações objetivas indiretas podem não trazer a preposição pedida pelo verbo transitivo indireto, dizendo que, neste caso, ela está subentendida. Já Faraco e Moura (2002) fazem observação semelhante a Sacconi(1989) quando afirmam que a preposição que rege o objeto indireto pode estar clara ou subentendida.

Terra (1996), Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989) e Faraco e Moura (2002) tratam o objeto indireto de modo semelhante às propostas de Cunha e Cintra (2001) e Celso Cunha (1976).

Terra (1996) enfatiza que o auxílio de uma preposição para o objeto indireto completar o significado de um verbo transitivo indireto é sempre obrigatório.

A incoerência no tratamento do objeto indireto se verifica quando os autores – exceto Bechara (2003a; 2003b) e Rocha Lima (2006) – exemplificam o objeto indireto utilizando complementos relativos, como já foi dito no final da seção **2.2.1.13**.

2.2.1.13 Objeto indireto pleonástico

No quadro **14**, pode-se verificar que alguns dos autores das Gramáticas Normativas estudadas mencionam o **objeto indireto pleonástico**.

Autor da Gramática	Características
Cegalla (1978, p. 235-236)	O objeto indireto pode vir reforçado por ênfase.
Celso Cunha (1976, p. 154)	Consiste na repetição do objeto indireto com a finalidade de realçá-lo. Uma das formas de objeto indireto pleonástico considerada obrigatória é o pronome pessoal átono. As outras formas podem ser um substantivo ou um pronome oblíquo tônico precedido de preposição.
Cunha e Cintra (2001, p. 145)	É a repetição do objeto indireto com a finalidade de realçá-lo, que pode ser representado por um pronome pessoal átono, um substantivo ou um pronome oblíquo tônico antecedido de preposição.
Faraco e Moura (2002, p. 451)	O objeto indireto pode ser repetido quando se deseja enfatizar a ideia expressa por ele. Pode ser representado por um substantivo ou por um pronome pessoal.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 198)	O objeto indireto pleonástico, o qual, por motivo de ênfase, aparece repetido.
Terra (1996, p. 223)	Afirma-se que o objeto pleonástico consiste na antecipação do objeto para o início da frase, havendo depois a repetição deste por meio de um pronome oblíquo, uma questão de ênfase.

Quadro 14 – Objeto indireto pleonástico

Cunha e Cintra (2001), Terra (1996), Paschoalin e Spadoto (1989), Faraco e Moura (2002), Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) tratam do objeto indireto pleonástico, o qual consiste, em linhas gerais, na repetição do objeto indireto com a finalidade de realçá-lo ou enfatizá-lo. Os demais autores estudados não mencionam o objeto indireto pleonástico. Na verdade, qualquer objeto que é antecipado e depois repetido deve ser classificado como objeto pleonástico.

2.2.1.14 Os “dativos livres”

Os “**dativos livres**” só são mencionados, dentre as Gramáticas Normativas estudadas, pelo autor Bechara (2003a; 2003b), como se mostra no quadro **15**, a seguir.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 423)	São alguns termos que não estão direta ou indiretamente ligados à esfera do predicado, aparecem sob forma de objeto indireto, nominal ou pronominal.
Bechara (2003b, p. 40)	Aparecem em geral sob forma pronominal de objeto indireto (dativos em Latim), mas que não pertencem à esfera semântico-sintática da função predicativa.

Quadro 15 – Os “dativos livres”

Bechara (2003a; 2003b) mencionam os chamados “dativos livres”. São representados pelos seguintes tipos: *dativo de interesse*, no qual se indica, de maneira secundária, quem aproveita ou prejudica a ação verbal; *dativo ético* é uma variedade do dativo de interesse, comum na linguagem da conversação, e representa aquele pelo qual o falante tenta captar a

benevolência do seu interlocutor na execução de um desejo; *dativo de posse* exprime o possuidor; *dativo de opinião* exprime a opinião de uma pessoa.

Semelhante à Bechara (2003a), Bechara (2003b) cita os chamados “dativos livres” e, dentre outros elementos, destaca quando o pronome átono pode ser substituído pelo pronome tônico preposicionado, ressaltando que tal pronome só pode aparecer nas seguintes condições: quando se antepõe ao verbo; quando aparece repetindo um pronome átono na função de objeto direto ou complemento preposicionado; quando se trata de complemento verbal composto; quando aparece reforçado por *mesmo*, *próprio*, *só*, etc; quando se trata de verbos que se constroem com complemento relativo. Os demais autores estudados não mencionam os “dativos livres”. Sabe-se, no entanto, que na Gramática da Língua Latina o que Bechara (2003a; 2003b) classifica como “dativo livre” é apenas um mero dativo (ver 1.1.2, p.42-44).

Esse tipo de complemento pode ser classificado como complemento de verbo transitivo indireto livre, sendo, portanto um objeto indireto livre (ver 3.3) que acontece apenas conforme as possibilidades referidas acima (interesse, ético, posse e opinião).

2.2.1.15 Complemento Circunstancial

O **complemento circunstancial**, por sua vez, só é mencionado pelo autor Rocha Lima (2006), como se verifica no quadro 16.

Autor da Gramática	Características
Rocha Lima (2006, p. 252-253)	É de natureza adverbial – tão indispensável à construção do verbo, quanto, em outros casos, os demais complementos verbais. Este complemento pode construir-se com ou sem preposição e é expresso por: um nome regido das preposições <i>a</i> ou <i>para</i> , indicativas de direção; nome sem preposição, ou com preposição, que exprima tempo, ocasião; nome sem preposição, que indique peso, preço, distância (no espaço e no tempo).

Quadro 16 – Complemento circunstancial

Como pode se verificar no quadro 16, apenas Rocha Lima (2006, p. 252) apresenta a questão do complemento circunstancial, enquanto os demais autores não mencionam esse conteúdo. Os demais autores, no entanto, tratam esses casos como adjuntos adverbiais, indiscriminadamente.

O complemento circunstancial é uma classificação peculiar para determinar o tipo de circunstância que os verbos transitivos circunstanciais, intransitivos absolutos ou intransitivos relativos (ver 3.2) necessitam para o seu sentido ser completo. Por exemplo: Morar **em**

Salvador; em Salvador, nesse exemplo, deve ser classificado com um complemento ou objeto circunstancial e não como um adjunto adverbial de lugar; e o verbo **Morar** como transitivo circunstancial; já no exemplo: **Morrer em Salvador**; o verbo **morrer** é intransitivo absoluto; e **em Salvador** é complemento circunstancial.

2.2.1.16 Complemento Predicativo

Veja-se o tratamento dado ao **complemento predicativo** por todos os autores das Gramáticas Normativas estudadas, no quadro 17.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 424-425)	Um argumento, pelo aspecto semântico, muito mais intrinsecamente relacionado com o verbo do que os demais integrantes do predicado complexo (os complementos direto, relativo e indireto) e portador de referência a traços essenciais do sujeito.
Bechara (2003b, p. 42-44)	Aparece à direita do verbo, contudo é diferente dos outros complementos devido às seguintes características: é expresso por substantivo, adjetivo, pronome, numeral ou advérbio; concorda com o sujeito em gênero e número, quando flexionável; é comutável pelo pronome invariável <i>o</i> ; acompanha verbos de ligação.
Cegalla (1978, 226-228)	É o termo que exprime um atributo, um estado ou modo de ser do sujeito, ao qual se prende por um verbo de ligação.
Celso Cunha (1976, p. 154)	Pode ser representado por substantivo ou expressão substantivada; por adjetivo ou locução adjetiva; por numeral e por oração substantiva predicativa. Pode ser predicativo do sujeito, no predicado nominal; e predicativo do objeto, no predicado verbo-nominal. O predicativo do objeto pode ser expresso por substantivo e por adjetivo. O predicativo do objeto indireto, especificamente, só ocorre com o verbo <i>chamar</i> .
Cunha e Cintra (2001, p. 146)	Pode referir-se ao sujeito ou ao objeto. O predicativo pode modificar tanto o objeto direto como o objeto indireto. O predicativo do objeto pode ser expresso por substantivo e por adjetivo.
Faraco e Moura (2002, p. 446-447)	Termo da oração que atribui característica ao sujeito ou ao objeto é o predicativo. O predicativo do objeto só aparece no predicado verbo-nominal.
Luft (2002, p. 56)	Pode referir-se ao sujeito, no predicado nominal, ou, no predicado verbo-nominal, ao objeto direto.
Nicola e Infante (1994, p. 53-254)	Pode referir-se ao sujeito ou ao complemento verbal objeto direto.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 180-181)	O predicativo do sujeito atribui características ao sujeito enquanto o predicativo do objeto refere-se ao objeto.
Rocha Lima (2006, p. 239)	Pode referir-se ao sujeito ou ao objeto. O predicativo se refere ao objeto direto, ao indireto (raramente), exprimindo, às vezes, a consequência do fato indicado no predicado verbal.
Sacconi (1989, p.254)	É o núcleo nominal do predicado nominal ou do predicado verbo-nominal. No predicado verbo-nominal, o núcleo nominal (predicativo) pode se referir ao sujeito, se o verbo for intransitivo; ou ao objeto, se o verbo for transitivo direto.
Terra (1996, p. 213-214)	É um termo da oração que funciona como núcleo nominal do predicado,

	atribuindo característica ao sujeito e ao objeto direto, raramente ao objeto indireto. O predicativo do objeto pode vir antes do objeto, do predicativo do sujeito e do objeto, podendo também aparecer com preposição.
--	---

Quadro 17 – Complemento predicativo

Todos os autores estudados se assemelham ao fazerem referência ao predicativo, que pode ser do sujeito ou do objeto.

Bechara (2003a) lista particularidades sobre o aspecto formal em relação ao complemento predicativo e verifica pontos convergentes entre o predicativo e o complemento direto, tais como:

a) ambos matizam a extensão semântica do verbo, funcionando como seu delimitante; b) aparecem normal e imediatamente (sem preposição) à direita do verbo; c) são comutados por pronome átono [...]; d) [...] muitas das construções oracionais com predicativo são equivalentes na designação, isto é, na referência à realidade comunicada, são equivalentes a orações com verbos que exprimem ação e processo, especialmente se o verbo está no presente: *Pedro é cantor / Pedro canta; O colega está irritado / O colega irrita-se.* (BECHARA, 2003a, p. 425)

Para Bechara (2003a), existe o outro tipo de predicativo que é o anexo predicativo, o qual pode se referir ao sujeito, ao complemento direto, ao complemento relativo e ao complemento indireto. Ressaltam-se, também, o infinitivo e o gerúndio como predicativo e discute-se a questão de o particípio ser considerado como adjetivo na função de predicativo.

De acordo com Bechara (2003a), alguns estudiosos consideram que as aproximações entre o predicativo e o complemento direto levam a crer que orações do tipo: *Ele é meu irmão, meu irmão* pode ser identificado com o complemento direto; enquanto outros adotam a distinção, insistindo em juntar as duas como variantes de uma única função.

Enumeram-se quatro particularidades para distinguir o predicativo dos demais complementos verbais (BECHARA, 2003a): a concordância (quando representada por adjetivo e alguns pronomes) em gênero e número com o sujeito da oração; a possibilidade de comutação do predicativo pelo pronome invariável *o*; a impossibilidade de a oração com os verbos de ligação ser construída na voz passiva, como acontece com a que tem complemento direto; a impossibilidade de aparecer com o seu representante invariável *o* na mesma oração.

Semelhante à proposta anterior (BECHARA, 2003a), Bechara (2003b) descreve o predicativo. Bechara (2003b) destaca ainda que há predicativos (chamados de *anexo predicativo*) que acompanham qualquer tipo de verbo, podendo referir-se: ao sujeito, ao objeto direto, ao complemento relativo, ao objeto indireto. Quanto à posição do predicativo,

quando este for constituído por substantivo ou pronome, pode-se deslocá-lo para antes do verbo. Existem construções com predicativo equivalentes às construções com advérbio, atribuindo-se a essas particularidades o nome de *anexo predicativo*, *predicativo atributivo* ou *atributo predicativo*; ou, simplesmente, *predicativo*. Vejam-se os exemplos: “A *menina fala rápida*. (rápida, adjetivo, predicativo do sujeito); *A menina fala rápido* (rápido, advérbio, não funcionando como predicativo” (BECHARA, 2003b, p. 43). Quanto à posição do predicativo, o referido autor diz que este pode ser deslocado para antes do verbo, quando for constituído por substantivo ou pronome.

Para Cegalla (1978) o termo que se refere ao objeto de um verbo transitivo direto é o predicativo do objeto.

[...] O predicativo objetivo, [...], às vezes vem regido de preposição. Esta, em certos casos é facultativa. O predicativo objetivo geralmente se refere ao objeto direto. Excepcionalmente, pode referir-se ao objeto indireto do verbo *chamar*. Podemos antepor o predicativo a seu objeto. (CEGALLA, 1978, p. 227)

Cunha e Cintra (2001) destacam que, semelhantemente a abordagem de Cegalla (1978), apenas com o verbo *chamar*, pode ocorrer o predicativo do objeto indireto. “Com os demais verbos que admitem esse predicativo (por exemplo: crer, eleger, encontrar, estimar, fazer, julgar, nomear, proclamar e sinônimos), ele é sempre um modificador do objeto direto.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 146-147).

Com os demais verbos que admitem esse predicativo (por exemplo: crer, eleger, encontrar, estimar, fazer, nomear, proclamar e sinônimos), ele é sempre um modificador do objeto direto. Por isso, filólogos como Epifânio da Silva Dias e Martinz de Aguiar preferem considerar o complemento no caso – seja expresso pelo pronome *lhe*, seja por um substantivo antecedido de preposição – como objeto direto. (CUNHA, 1976, p. 155)

Para Luft (2002), qualquer classe de palavra pode funcionar como predicativo, com exceção dos conectivos, da preposição e da conjunção. Ele afirma, também, que toda uma oração pode funcionar como predicativo, destacando, ainda, que o predicativo pode se referir ao sujeito e ao objeto direto.

Luft (2002) ainda faz as seguintes observações:

a) O predicativo do objeto pode aparecer preposicionado por motivo de regência do verbo, de clareza, de ênfase ou elegância;

b) O predicativo pode se antepor ao objeto para evitar a ambiguidade, ou por motivo estilístico.

Rocha Lima (2006) destaca que o predicativo é expresso por um *nome*, o qual exprime, às vezes, a consequência do fato indicado no predicado verbal, refere-se ao objeto direto e, raramente, ao objeto indireto.

Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989), Faraco e Moura (2002) tratam o predicativo de forma semelhante, descrevendo-o, em linhas gerais, como o termo da oração que atribui característica ao sujeito ou ao objeto.

Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) assemelham-se, no seu ponto de vista, à proposta de Cunha e Cintra (2001), em relação à descrição do predicativo.

2.2.1.17 Agente da passiva

Observe-se, no quadro 18, o **agente da passiva** apresentado por cada autor das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p. 434)	É denominado como <i>complemento agente</i> , atribuindo-lhe as seguintes características: é um tipo de termo argumental não obrigatório; é um termo preposicionado marcado pela preposição <i>por</i> e, mais raramente, por <i>de</i> , com verbos empregados como transitivos diretos na chamada voz ou construção passiva; relaciona-se com o sujeito e com o complemento direto; apresenta o traço semântico <i>animado</i> ; quando não há o traço <i>animado</i> , pode apresentar o traço <i>potente</i> , representado lexicalmente por nome de coisa, mas capaz de praticar ou fazer desenvolver uma ação; pode aparecer junto a substantivo ou adjetivo constituído por um signo léxico referido a um processo ou ação.
Bechara (2003b, p. 45)	É um complemento próximo à noção de circunstância, pelo qual se faz referência a quem pratica a ação sobre o sujeito paciente. Introduzido pela preposição <i>por</i> e, nas formas combinadas com artigo, pela forma antiga <i>per</i> : pelo, pela, pelos, pelas.
Cegalla (1978, p. 236-237)	Representa o ser que pratica a ação a qual é expressa pelo verbo na voz passiva, ou seja, completa um verbo na voz passiva. É comum que o agente da passiva seja regido da preposição <i>por</i> e com menos frequência da preposição <i>de</i> . É o termo que corresponde ao sujeito da oração na voz ativa, podendo ser expresso pelos substantivos ou pronomes.
Celso Cunha (1976, p. 155)	Designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. Geralmente, é introduzido pela preposição <i>por</i> (ou <i>per</i>) e, algumas vezes, por <i>a</i> e <i>de</i> , podendo ser representado por substantivo ou palavra substantivada, por pronome, por numeral e por oração substantiva.
Cunha e Cintra (2001, p. 147)	É o complemento que, na voz passiva com auxiliar, designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito, normalmente, vem introduzido pela preposição <i>por</i> , <i>per</i> ou <i>de</i> e pode ser representado por substantivo ou palavra substantiva, por pronome, por numeral, por oração

	substantiva.
Faraco e Moura (2002, p. 454-455)	Vem regido pela preposição <i>por</i> e pela preposição <i>de</i> (rarissimamente).
Luft (2002, p. 68)	Termo que, na oração passiva, designa o ser que pratica a ação.
Nicola e Infante (1994, p. 265)	É o ser que pratica a ação expressa pelo verbo.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 200)	É o termo que indica quem ou o que pratica a ação verbal sofrida pelo sujeito.
Rocha Lima (2006, p. 253)	Representa o ser que praticou a ação verbal. É chamado também de voz passiva <i>analítica</i> . O agente pode declinar de importância a ponto de ser omitido. É introduzido pela preposição <i>por</i> ou <i>de</i> .
Sacconi (1989, p. 259)	É o complemento de um verbo na voz passiva, o qual pode vir precedido de <i>por</i> ou <i>de</i> , podendo vir indeterminado. As passivas sintéticas nunca trazem o agente determinado.
Terra (1996, p. 225)	É o termo da oração que se refere a um verbo na voz passiva, sempre introduzido por preposição, com o fim de indicar o elemento que executa a ação verbal.

Quadro 18 – Agente da passiva

De um modo geral, todos os autores das gramáticas estudadas mencionam o agente da passiva de forma semelhante. Bechara (2003a) afirma que:

nem todo termo introduzido pela preposição *por* funciona como complemento agente, principalmente se apresenta o traço *não-animado*, referente a uma coisa, quando deve ser classificado como adjunto circunstancial de causa ou meio.[...] Não é, portanto, a relação sintática, mas o contexto em que se enquadra a experiência comunicada, que irá resolver se se trata de um complemento de agente ou de adjunto circunstancial ou adverbial. (BECHARA, 2003a, p. 434-435)

Cunha e Cintra (2001), Ernani Terra (1996), Rocha Lima (2006), Luft (2002), Paschoalin e Spadoto (1989), Nicola e Infante (1994), Sacconi (1989), Faraco e Moura (2002), Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976), em linhas gerais, tratam o agente da passiva como o complemento que designa o ser que pratica a ação sofrida ou recebida pelo sujeito. É um complemento em que o verbo está na voz passiva acompanhado com auxiliar.

Ressalte-se que, apesar de os autores serem semelhantes em relação ao tratamento teórico dado ao agente da passiva, identificam-se outros pontos de menor ou maior abrangência na descrição.

Verifica-se que somente Bechara (2003a) denomina o agente da passiva como *complemento agente*, detalhando várias características. Bechara (2003b) concebe o agente da passiva como próximo à noção de circunstância; Cunha e Cintra (2001) afirmam que o agente da passiva pode ser representado por substantivo ou palavra substantivada, por pronome, por numeral, por oração substantiva; Ernani Terra (1996) acrescenta que o agente da passiva

executa a ação verbal; Rocha Lima (2006) destaca que o agente da passiva pode ser chamado de passiva analítica e pode declinar de importância a ponto de ser omitido; Paschoalin e Spadoto (1989) afirmam que o agente da passiva indica quem ou o quê pratica a ação verbal sofrida pelo sujeito; Nicola e Infante (1994), de modo semelhante à proposta de Ernani Terra (1996), afirmam que o agente da passiva pratica a ação expressa pelo verbo; Sacconi (1989) diz que o agente da passiva pode vir indeterminado e as passivas sintéticas nunca trazem o agente determinado; Faraco e Moura (2002) são sucintos na descrição e dizem apenas que o agente da passiva vem regido pela preposição *por* e *de* (raríssimamente); Cegalla (1978) e Celso Cunha (1976) são semelhantes na abordagem do agente da passiva, embora Celso Cunha (1976) acrescente que, às vezes, o agente da passiva pode ser introduzido também pela preposição *a*.

Verifica-se que Luft (2002), diferentemente dos demais autores estudados, inclui o agente da passiva entre os adjuntos adverbiais. Para ele, agente da passiva é uma classificação semântica; na classificação sintática, o agente da passiva é um adjunto adverbial, como pode ser visto em **2.2.1.18**.

2.2.1.18 Adjunto adverbial

No quadro **19**, veja-se o **adjunto adverbial** tratado por cada autor das Gramáticas Normativas estudadas.

Autor da Gramática	Características
Bechara (2003a, p.439-449)	Os principais tipos: de lugar, temporais, modais, finais, causais, de instrumento, de quantidade, de distribuição, de inclinação, de oposição, de substituição, de troca ou equivalência; de campo ou aspecto; de assunto ou matéria tratada; de adição ou inclusão, de exclusão e concessivos.
Bechara (2003b, p.57-58)	Um termo que semanticamente exprime uma circunstância e sintaticamente representa uma expansão do verbo, do adjetivo ou advérbio e pode ser eliminado da oração.
Cegalla (1978, p. 242)	É o termo que exprime uma circunstância (de tempo, de lugar, modo, etc.) ou, em outras palavras, que modifica o sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio. Os advérbios e as locuções ou expressões adverbiais expressam o adjunto adverbial.
Celso Cunha (1976, p. 159)	Denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio, podendo ser representado por advérbio, por locução ou expressão adverbial e por oração adverbial. Considera-se difícil enumerar todos os tipos de adjuntos adverbiais. Uma classificação exata só é possível, muitas vezes, em face do texto, entretanto, convém conhecer os seguintes: causal, de companhia, de dúvida, de fim, de instrumento, de intensidade, de lugar

	onde, de lugar aonde, de lugar donde, de lugar para onde, de lugar por onde, de matéria de meio, de modo, de negação, temporal.
Cunha e Cintra (2001, p. 151-155)	O termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio. Pode ser representado por advérbio, por locução ou expressão adverbial, por oração adverbial. Ressaltam a dificuldade em enumerar todos os tipos de adjuntos adverbiais, contudo são citados e exemplificados os seguintes tipos: de causa, de companhia, de dúvida, de fim, de instrumento, de intensidade, de lugar aonde, de lugar onde, de lugar donde, de lugar para onde, de lugar por onde, de matéria, de meio, de modo, de negação, de tempo.
Faraco e Moura (2002, p. 459-460)	Exerce a função de modificador e de intensificador, ou seja, é o termo da oração que indica uma circunstância do fato expresso pelo verbo ou intensifica o sentido do verbo, do adjetivo e do advérbio. <i>Deve-se aceitar toda classificação que demonstre compreensão clara da circunstância expressa pelo adjunto adverbial.</i> Alguns tipos de adjunto adverbial: causal, de companhia, condicional, de dúvida, de finalidade, de instrumento, de intensidade, de lugar, de meio, de modo, de negação, temporal. O adjunto adverbial pode ser representado por advérbio, locução adverbial, oração, pronome oblíquo (<i>comigo, contigo, conosco, convosco</i>).
Luft (2002, p.66)	É um termo que é anexado ao verbo, ao adjetivo ou ao advérbio, ou ainda a toda uma oração ou período.
Nicola e Infante (1994, p. 281-383)	Indica uma circunstância do processo verbal.
Paschoalin e Spadoto (1989, p. 205-206)	É o termo que indica uma circunstância e refere-se ao verbo, ao adjetivo ou a outro advérbio. Os tipos de adjunto adverbial são de: tempo, lugar, modo, afirmação, negação, dúvida, intensidade, meio, instrumento, companhia, causa, finalidade, matéria, preço, concessão, assunto.
Rocha Lima (2006, p.257-258)	Acompanha o verbo, exprimindo as particularidades que cercam ou precisam o fato por este indicado. Esse tipo de adjunto pode ser expresso por um advérbio ou expressão adverbial. O adjunto adverbial pode se classificar em: de assunto, causal, de meio, de modo, de companhia, de concessão, de concomitância, condicional, de conformidade, de favor, de fim, de instrumento, de oposição, de preço, de quantidade, de tempo, de lugar (lugar onde, lugar aonde, lugar por onde, lugar para onde, lugar donde).
Sacconi (1989, p. 263)	É o termo que na oração vem representado por advérbios e locuções adverbiais.
Terra (1996, p. 233)	Tem a finalidade de indicar uma circunstância qualquer e liga-se a um verbo, com ou sem preposição, podendo estar ligado também a adjetivos ou a advérbios para intensificar o sentido destes. As circunstâncias expressas (<i>as mais comuns</i>) pelo adjunto adverbial são de: lugar, tempo, modo, instrumento, intensidade, assunto, causa, finalidade, condição, concessão. Ressalta, também, que o adjunto adverbial será sempre representado por um advérbio, por uma locução adverbial ou por uma expressão com valor adverbial.

Quadro 19 – Adjunto adverbial

De um modo geral, todos os autores estudados descrevem, de modo semelhante, em que consiste o adjunto adverbial. Alguns apresentam uma lista mais abrangente dos tipos de adjunto adverbial enquanto outros são mais resumidos.

Bechara (2003a) destaca o que ele considera os principais adjuntos adverbiais, entretanto, observa, também, que:

O adjunto adverbial constitui uma classe muito heterogênea – à semelhança do advérbio que normalmente desempenha o papel de seu núcleo – não só do ponto de vista formal como ainda do ponto de vista de valor semântico. Tal fato leva a que constantemente esteja a não delimitar com nitidez as fronteiras com outras funções sintáticas [...] e com conteúdos de pensamento designado vizinhos. (BECHARA, 2003a, p. 439)

Bechara (2003b) acrescenta que o adjunto adverbial pode ser expresso por locuções adverbiais e os que exprimem intensidade podem modificar não apenas o verbo, mas também os adjetivos e os advérbios.

Cegalla (1978), apesar de apresentar uma definição de adjunto adverbial muito semelhante aos demais autores, acrescenta que é possível ocorrer elipse da preposição antes de adjuntos adverbiais de tempo e de modo.

Aquela noite, não dormi. Domingo que vem não sairei. Ouvidos atentos, aproximei da porta. Os adjuntos adverbiais classificam-se de acordo com as circunstâncias que exprimem: adjuntos adverbial de lugar, modo, tempo, intensidade, causa, companhia, negação, etc. A NGB, porém, não dá nenhuma classificação dos adjuntos adverbiais. (CEGALLA, 1978, p. 242, grifos do autor)

Celso Cunha (1976) define e classifica o adjunto adverbial de forma semelhante à proposta dos demais autores estudados, principalmente à de Cunha e Cintra (2001).

Cunha e Cintra (2001) e Celso Cunha (1976) citam vários tipos de adjuntos adverbiais e afirmam que só diante do texto é possível propor uma classificação exata. Cunha e Cintra ressaltam que “enquanto a preposição que encabeça um adjunto adverbial possui claro valor significativo, a que introduz um objeto indireto apresenta acentuado esvaziamento de sentido”. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 145).

Faraco e Moura (2002) destaca que, quanto à classificação, é praticamente impossível listar todos os tipos de adjunto adverbial.

Para Luft (2002), entre os adjuntos adverbiais, ao lado dos de causa, instrumento, etc., inclui-se o: agente da passiva. “*Agente da passiva* é uma classificação semântica. Sintaticamente, é um *adjunto adverbial*” (LUFT, 2002, p. 69). Ainda destaca que o complemento adverbial de lugar é exigido pela semântica do verbo, denominando-lhe de *complemento (indireto) locativo*, distinguindo-o, assim, do adjunto adverbial de lugar.

Nicola e Infante (1994) ao destacarem que o adjunto adverbial indica uma circunstância do processo verbal, listam as seguintes circunstâncias que consideram mais comuns: acréscimo, afirmação, assunto, causa, companhia, concessão, condição, conformidade, dúvida, fim, frequência, instrumento, intensidade, limite, lugar, matéria, meio, modo, negação, preço, substituição ou troca, tempo.

Paschoalin e Spadoto (1989) enfatizam que a classificação dos adjuntos adverbiais se dá de acordo com a circunstância que expressam.

Rocha Lima (2006), além de citar vários tipos de adjuntos adverbiais, comenta que a classificação destes depende das relações estabelecidas pela preposição introdutória e, dentre outros pontos, ressalta que:

A classificação do adjunto adverbial mormente quando constituído por expressão adverbial (preposição + substantivo), nem sempre se alcança fazer com facilidade. E isto porque ela depende das relações, muitas vezes sutis, estabelecidas pela preposição introdutória. [...] Uma só preposição pode estabelecer diferentes relações, como é o caso, por exemplo, da preposição *de* [...]. (ROCHA LIMA, 2006, p. 257)

Sacconi (1989, p. 263) é sucinto no que se refere aos adjuntos adverbiais, apresentando apenas de forma básica conceito e classificação.

Terra (1996) cita vários tipos de adjuntos adverbiais, ressalta que a preposição que introduz tais adjuntos tem valor significativo e que o adjunto adverbial será sempre representado por um advérbio, por uma locução adverbial ou por uma expressão com valor adverbial. “Ao contrário do que ocorre com o objeto indireto, a preposição que introduz os adjuntos adverbiais tem sempre valor significativo” (TERRA, 1996, p. 233).

Diante da exposição dos quadros, foi possível verificar, então, a partir da comparação entre os itens relativos à transitividade e aos complementos verbais das gramáticas estudadas, que elas não são uniformes na conceituação e classificação dos elementos linguísticos analisados, apesar das semelhanças identificadas. Vejam-se, no subcapítulo seguinte, as observações e os exemplos dos aspectos considerados peculiares apresentados nas gramáticas aqui mencionadas. Tais aspectos são referidos como peculiares porque são considerações levantadas por determinados autores das gramáticas e não por outros. Os exemplos mais elucidativos, ou que apresentam divergências de classificações entre uma e outra gramática, ou, ainda, que apresentam alguma incoerência com a classificação dada pelo autor serão mencionados.

2.2.2 Peculiaridades: as observações e os exemplos

Dentre as Gramáticas Normativas estudadas, vale esclarecer que só serão mencionadas, nessa seção, as observações em relação à transitividade e/ou complemento verbal feitas pelos autores – diferentes entre os autores, por isso consideradas peculiares –, além de se fazer a exposição de alguns exemplos referentes a tais observações.

2.2.2.1 Em Bechara (2003a)

Em Bechara (2003a), destacam-se, dentre outros pontos, as seguintes observações sobre a questão dos termos nucleares e marginais, argumentais e não-argumentais, opcionais e não-opcionais, integráveis e não-integráveis.

Os termos nucleares ligam-se à relação predicativa da sentença, do ponto de vista sintático-semântico. No que se refere ao predicado, o núcleo é um verbo. Os termos marginais apresentam independência sintática e semântica da relação predicativa, podendo se referirem a toda oração e se deslocarem livremente nos limites da oração.

Observem-se as seguintes sentenças (BECHARA, 2003a, p. 411-412):

- (1) “Graciliano falou de temas universais em seus romances”.
- (2) “Certamente, Graciliano viveu experiências amargas, durante sua vida”.

Na sentença (1), os termos **Graciliano** e **falou** são nucleares, porque são núcleos do sujeito e do predicado, respectivamente; os termos **de temas universais** e **em seus romances** também são considerados nucleares, porque se referem à relação predicativa do ponto de vista sintático-semântico, visto que “**de temas universais** explicita aquilo de que falam os romances de Graciliano Ramos, enquanto **em seus romances** faz alusão ao tipo de escritos nos quais o autor fala desses temas” (BECHARA, 2003a, p. 411). Já na sentença (2), o termo **certamente** é um termo marginal, visto que apresenta independência sintática e semântica, além de ser considerado um comentário à parte do narrador, podendo se destacar livremente nos limites da oração (BECHARA, 2003a, p. 412).

Os termos argumentais são solicitados ou regidos pelo significado lexical do verbo; e os termos não-argumentais são termos dispensáveis na oração sem prejudicar a estruturação sintático-semântica. “Argumental e não-argumental distinguem as mesmas características sintáticas e semânticas que a gramática tradicional utiliza para separar os *complementos* ou termos *regidos* ou ainda *integrantes* dos *adjuntos* ou termos *acessórios*” (BECHARA, 2003a, p. 412).

Os termos opcionais referem-se aos termos argumentais que podem ser dispensados, apagados ou eliminados da oração pelo falante, quando já foram referidos anteriormente ou são facilmente subentendidos pelo ouvinte devido ao conhecimento sobre as coisas do mundo extralinguístico, permitindo até o emprego absoluto de vários verbos. Já os argumentos que contrariam a experiência de mundo são não-opcionais, porque não devem ser apagados da sentença, como por exemplo:

(3) “Enchi o copo **de areia**”.

O que a experiência comum espera é que **copo** seja enchido por líquido, água, suco, etc.

Os termos integráveis são aqueles que podem ser substituídos pelos clíticos. “São integráveis os complementos direto ... e indireto” (BECHARA, 2003a, p. 414), como nos seguintes exemplos:

(4) “Li **o livro** – Li-**o**”.

(5) “Dei o livro **a Pedro** – Dei-**lhe** o livro”.

Termos argumentais podem não ser integráveis: é o que acontece com o complemento relativo [...]. Neste caso, a expressão que substitui esta função está representada por um sintagma prepositivo que repete a mesma preposição seguida dos pronomes *ele, ela, eles, elas* ou *isso*: [...] Não pensava *nos amigos*/ Não pensava *neles*. Assistimos *ao jogo*/Assistimos *a ele*. [...] Por outro lado, termos não-argumentais podem ser integráveis, como ocorre com o chamado dativo de interesse, [...]: Não me mexam nesses papéis! (BECHARA, 2003a, p. 414)

Além desses pontos, Bechara (2003a) apresenta algumas particularidades como o *arquilexema* (mencionado no capítulo 3) e os demais itens expostos abaixo, dentre outros.

Bechara (2003a, p. 415) apresenta alguns exemplos para ilustrar a possibilidade de que verbos transitivos, empregados intransitivamente, podem adquirir especial matiz semântico:

(6) “Ele não **vê**/ não enxerga/é cego”.

(7) “Já não **bebe**/abandonou o alcoolismo”.

(8) “Ainda não **lê**/é analfabeto”.

Os exemplos (6), (7), (8) servem para comprovar a questão de que a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta.

Verifica-se que o que Bechara (2003a, p. 419) classifica como complemento relativo, outros autores (veja-se adiante) classificam como objeto indireto. Vejam-se os exemplos seguintes:

(9) “Todos nós gostamos **de cinema**”.

(10) “Poucos assistiram **ao concerto**”.

Os termos **de cinema**, em (9), e **ao concerto**, em (10), são classificados em Bechara (2003a, p. 419) como complementos relativos dos verbos **gostar** (*gostamos*) e **assistir** (*assistimos*), respectivamente, diferentemente de outros autores, como já foi dito, que classificam os complementos desses verbos (**gostar** e **assistir**) como objeto indireto. Bechara (2003a, p. 419) ainda cita exemplos envolvendo os verbos **concordar** e **confiar**.

O complemento relativo é introduzido pela preposição, que constitui uma extensão do núcleo verbal. Cada verbo, nesta perspectiva, se acompanha de sua própria preposição, “por servidão gramatical” (BECHARA, 2003a, p. 420). No exemplo (11) **Aldenora gosta de Belo Horizonte**, Bechara diz que:

a preposição aparece por *servidão gramatical*, isto é, é mero índice de função sintática, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical, exigida pela noção léxica do grupo verbal e que, exterior ao falante, impõe a este o uso exclusivo de uma unidade linguística [...]. É o que ocorre, por exemplo, com a regência obrigatória de determinada preposição para os objetos que são alvo direto do processo verbal *tratar de alguma coisa, etc.*. (BECHARA, 2003a, p. 297)

A preposição que deve introduzir o complemento relativo depende da norma estabelecida pela tradição, a qual “pode permitir, às vezes, o emprego variado e indiferente de mais de uma preposição” (BECHARA, 2003a, p. 420), como se pode verificar nos exemplos (12) e (13):

(12) “Ela se parece **ao** pai”.

(13) “Ela se parece **com** o pai”.

Existem, entretanto, alguns usos gramaticalmente considerados previsíveis devido à constante identidade do prefixo e da preposição, como: “depende de, concorre com, agrega a” (BECHARA, 2003a, p. 420); ou devido à relativa preferência da preposição *de* depois de verbos pronominais, tais como: *arrepender-se de; queixar-se de; lembrar-se de, condoer-se de*. Esses aspectos podem ser vistos como resultantes da “historicidade da norma” (BECHARA, 2003a, p. 420).

Entre o complemento direto e o complemento relativo, termos funcionais argumentais do predicado complexo, existe a identidade, o que justifica a quase nula frequência de os dois termos coexistirem no mesmo predicado e nenhuma na coordenação deles. Vêm-se os exemplos (14) e (15) em Bechara (2003a, p. 420):

(14) “O comerciante enche **o copo de vinho**”.

(15) “A jovem pôs **os livros na estante**”.

A referida identidade explica, para muitos verbos, a possibilidade de alternar a construção do complemento direto com o complemento relativo, admitindo até, pela norma, indiferentemente, qualquer dos dois complementos. Eis os exemplos (BECHARA, 2003a, p. 420):

(16) “*Ajudar a missa / Ajudar à missa*”.

(17) “*Atender o telefone / Atender ao telefone*”.

(18) “*Chamar românicas essas línguas / Chamar românicas a essas línguas*”.

Diz-se que é documentada a mudança, no discurso do tempo e nas variedades linguísticas, entre o complemento direto e o complemento relativo. O que se fixou hoje como complemento direto já foi usado como complemento relativo, como é o caso dos verbos *socorrer* e *contentar*, dentre outros.

É possível comentar que o signo léxico representa o complemento relativo pelos pronomes pessoais tônicos *ele, ela, eles, elas*. Introduce-se o pronome pessoal tônico pela respectiva preposição, mencionando-se também o gênero e o número de expressão substantiva comutada. Citam-se como exemplos (BECHARA, 2003a, p. 420):

(19) “Todos gostam **do ator**. Todos gostam **dele**”.

(20) “Os turistas assistiram **à opera**. Os turistas assistiram **a ela**”.

Ressalte-se que são incluídos como complemento relativo os argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais, os quais permitem uma comutação com os advérbios de equivalência semântica, porque tais argumentos delimitam a extensão semântica do signo léxico do chamado predicado complexo. Têm-se como exemplos (BECHARA, 2003a, p. 421):

(21) “Seus parentes moram **no Rio**. / Seus parentes moram **aqui**”.

(22) “O artista já não vive **em São Paulo**. / O artista não vive **lá**”.

(23) “Iremos **à Petrópolis**. / Iremos **aí (ali)**”.

(24) “Ela chegou **do Ceará**. / Ela chegou **de lá**”.

Não há unanimidade entre os estudiosos em considerar tais argumentos do predicado complexo como complemento relativo. Levando em conta exclusivamente o aspecto semântico, muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais [...]. Pelas mesmas razões, também não é unânime a identificação como objeto direto argumentos do predicado complexo que têm por núcleo verbos que significam medida, peso, preço e tempo. A verdade é que significados gramaticais [“agente”,

“paciente”, “locativo”, “direção”, etc.] se manifestam mediante esquemas sintáticos muito variados. Repare-se que, numa oração como *O policial acompanhou o idoso ao banco na hora do tumulto*, o termo indicativo do lugar (*ao banco*) é inerente ao predicado, e, portanto, não pode ser dispensado, como ocorre *na hora do tumulto* [...]. (BECHARA, 2003a, p. 421)

Para Bechara (2003a), o termo objeto indireto distancia-se da delimitação semântica do predicado complexo, sendo, assim, considerado um elemento adicional da intenção comunicativa e ficando entre os **verdadeiros** complementos verbais e os adjuntos circunstanciais, no esquema sintático.

Bechara (2003a, p. 423) dá os seguintes exemplos para discutir a questão do objeto indireto e adjuntos com *para*:

(25) “Alguns alunos compraram flores **para a professora**”.

É mostrado que, em situações como (25), a expressão em destaque **para a professora** não representa o termo que funcionaria como complemento indireto, visto que, se for comparada com a oração (26) “Alguns alunos compraram flores **ao florista para a professora**”, a pronominalização só poderá ser comutada com o objeto indireto **ao florista**:

(27) “Alguns alunos compraram-lhe flores **para a professora**” e não:

(28) “*Alguns alunos compraram **ao florista**”.

Discute-se que **ao florista** e **para a professora**, se exercessem a mesma função de objeto indireto, deveriam estar ligados pela conjunção *e*, indicando igual valor gramatical, que nesse caso não é possível, comprometendo-se o significado:

(29) “Alguns alunos compraram flores **ao florista e para a professora**”.

Isso enfatiza que nem todos os casos, aparentemente, julgados como objeto indireto podem ser assim classificados. Pode ser, como foi visto, o que Bechara (2003a, p. 422) denomina adjunto com *para*.

Ainda para Bechara (2003a), o objeto indireto integra a função predicativa exercida pelo verbo mais argumento, o qual pode ser objeto direto ou complemento relativo; como nos exemplos (30) e (31) abaixo (BECHARA, 2003a, p. 421):

(30) “O diretor escreveu **cartas** aos pais”.

(31) “Os vizinhos se queixaram **do barulho à polícia**”.

Os complementos **cartas** em (30) e **do barulho** em (31) são, respectivamente, objeto direto e complemento relativo. Já os complementos **aos pais** em (30) e **à polícia** em (31) representam, em tais orações, o objeto indireto, sendo um novo argumento do predicado complexo. Bechara (2003a) ressalta-se, entretanto, que:

embora o complemento ou objeto indireto integre o conjunto *verbo + complemento direto* ou *complemento relativo*, as circunstâncias do discurso (os entornos, a referência anterior ou seguinte no discurso) permitem que se omita o complemento direto ou complemento relativo, permanecendo na oração apenas o indireto, ou se pode omiti-lo, deixando apenas um daqueles complementos: O diretor escreveu *aos pais*. O diretor escreveu *cartas*. Os vizinhos se queixaram *à polícia*. Os vizinhos se queixaram *do barulho*. (BECHARA, 2003a, p. 422)

É destacado que existe construção especial com objeto indireto que contraria o princípio segundo o qual o objeto indireto integraria a função predicativa exercida por verbo+argumento, objeto direto ou complemento relativo como se vê nos exemplos (32) e (33) a seguir (BECHARA, 2003a, p. 423):

(32) “A notícia não agradou *ao povo*”.

(33) “A notícia não *lhe* agradou”.

Este tipo de construção ocorre com os verbos *agradar*, *desagradar*, *pertencer*, *ocorrer*, *acontecer*, *saber* (= sentir sabor), *cheirar* (= sentir o cheiro), *interessar*, *aparecer*, *sorrir* (= aparecer favoravelmente).

Apenas Bechara (2003a; 2003b) cita os dativos livres, também chamados de *dativos supérfluos*, como foi visto no capítulo anterior. No Latim, dativo equivale ao objeto indireto da Língua Portuguesa. Saliente-se que, na gramática da Língua Latina, também são mencionados os dativos livres.

Para cada tipo de dativo livre, Bechara (2003a, p. 424) mostra alguns exemplos, dentre eles, vejamos-se:

(34) “Ele só trabalha *para os seus*”, em que **para os seus** é classificado como dativo de interesse; (35) “Não *me* reprovem estas ideias”, em que **me** é classificado como dativo ético; (36) “O médico tomou o pulso *ao doente* (tomou-*lhe* o pulso), em que *ao doente* é classificado como dativo de posse; (37) “*Para ele* a vida deve ser intensamente vivida”, em que **para ele** é classificado como dativo de posse, evidenciando-se, com tais exemplos, dentre outros, que “os pronomes adverbiais átonos; especialmente o caso do *lhe* como símbolo formal do objeto indireto, cobrem outras funções além daquela de complementação verbal” (BECHARA, 2003a, p. 424).

Em virtude de algumas peculiaridades em relação ao objeto indireto, Bechara (2003a, p. 422) afirma que “os estudiosos têm encontrado dificuldade em estabelecer um rigoroso critério de identificação do complemento indireto, preferindo servir-se concomitantemente de critérios léxicos, formais e sintáticos”. Dentre tais questões, é ressaltado também que:

A integração da relação predicativa se faz *imediatamente* com o complemento direto e relativo, e só *mediatamente* com o complemento indireto. Tanto é assim que em condições normais, isto é, quando não se trate de evidente elipse ou de auxílio de entorno, não se pode eliminar o complemento direto ou complemento relativo, mas é possível não anunciar o complemento indireto. (BECHARA, 2003a, p. 422)

Para essa questão, vejam-se os seguintes exemplos (BECHARA, 2003a, p. 422):

(38) “Vi o acidente” / “* Vi”.

(39) “Preciso do auxílio” / “*Preciso”.

(40) “Escrevi cartas aos pais” / “Escrevi cartas”.

(41) “Queixou-se da turma ao diretor” / “Queixou-se da turma”.

Dentre outros pontos, são mencionadas questões a respeito da distinção entre o predicado verbal e o predicado nominal; a posição do predicativo; o anexo predicativo; o infinitivo e o gerúndio como predicativo; construção passiva e o predicativo (BECHARA, 2003a, p. 426-436). Assim, diferentemente de todos os outros gramáticos estudados, Bechara (2003a, p. 436-439) faz observações criteriosas referentes ao complemento relativo e ao adjunto circunstancial (ou adjunto adverbial).

Sugere-se que, semântica e sintaticamente, os adjuntos adverbiais são termos opcionais, não-argumentais, fora do âmbito da regência do verbo da oração. Os complementos relativos, por sua vez, são termos obrigatórios, argumentais.

Bechara (2003a) enfatiza que a tradição gramatical classifica o adjunto adverbial e o complemento relativo de certos exemplos como adjunto adverbial, levando-se em consideração a semântica e a sintaxe, como no exemplo (42) “A criança caiu da cama durante a noite” (BECHARA, 2003a, p. 436), em que **da cama** denota uma circunstância de lugar donde, e **durante a noite** denota uma circunstância de tempo. Para a gramática tradicional, ainda segundo Bechara (2003a), consideram-se ambos (**da cama** e **durante a noite**) como adjuntos adverbiais, levando-se, exclusivamente, pelo aspecto semântico.

Bechara (2003a, p. 436) aplica o que denomina *teste da redução* e verifica que o termo **da cama** é obrigatório, argumental, pertencente à regência do verbo. Exemplo: (43) “A criança caiu durante a noite” (BECHARA, 2003a, p. 436). No exemplo (43), a oração é incompleta, do ponto de vista sintático e semântico, sem a presença do complemento relativo (**da cama**). Já no exemplo (44) “A criança caiu da cama” (BECHARA, 2003a, p. 436), suprimindo-se o termo **durante a noite**, a oração é sintática e semanticamente completa.

Para distinguir a identidade designativa de circunstância, presente em *da cama* e *durante a noite* da função sintática diferente dos dois termos, talvez fosse conveniente encontrar outra denominação para o *adjunto circunstancial* que evitasse a alusão à natureza de “circunstância”. [...] *Se da cama* é o complemento relativo de *cair*, *durante a noite*, mero acréscimo à informação, à realidade comunicada, receberá classificação de *adjunto circunstancial*. Os adjuntos adverbiais são semântica e sintaticamente opcionais. Respondem às clássicas perguntas *como?*, *quando?*, *onde?*, *por quê?*, enquanto o complemento relativo responde à pergunta *que? quem?*, precedidos da preposição que acompanha tradicionalmente o verbo: Pedro fala sempre *de negócios* (fala de quê?: compl. Relativo). Pedro fala sempre *de memória* (como fala?: adjunto adverbial). (BECHARA, 2003a, p. 437)

É destacado, também, que um termo regido de preposição que designa a mesma circunstância, **de lugar**, por exemplo, pode exercer diferentes funções sintáticas na oração, a depender do conteúdo de pensamento designado.

Por exemplo, **de Minas** varia de função sintática nas sentenças (45), (46), (47), (48) e (49). Vejam-se (BECHARA, 2003a, p. 438):

(45) “O escritor saiu jovem **de Minas**” (em que **de Minas** é um complemento relativo).

(46) “O escritor é **de Minas**” (em que **de Minas** é um complemento predicativo).

(47) “O escritor telefonou **de Minas**” (em que **de Minas** é um adjunto adverbial).

(48) “Os escritores **de Minas** gozam de muita aceitação” (em que **de Minas** é um adjunto adnominal).

(49) “Sua permanência **em Minas** foi breve” (em que **em Minas** é um complemento nominal).

Outra particularidade a ser observada entre as diferenças que separam o complemento relativo do adjunto adverbial é o caráter semântico bastante tênue (e às vezes até vazio) da preposição que introduz a primeira dessas funções que faz o papel de marca de função sintática, em oposição ao valor semântico da preposição que encabeça o adjunto adverbial. (BECHARA, 2003a, p. 438)

Bechara (2003a, p. 439) considera que é o que ele chama de “tradição do idioma” que determina a preposição que marca o complemento relativo. Devido a isso, a substituição por outra preposição é rara. Observem-se as sentenças abaixo:

(50) “Preciso **do** livro”.

(51) “* Preciso **ao** livro”.

(52) “* Preciso **no** livro”.

O adjunto adverbial, por sua vez, é encabeçado por preposição que, quase sempre, apresenta possibilidade de substituição. Exemplos (BECHARA, 2003a, p. 439):

(53) “Fez a horta **sob** as árvores”.

(54) “Fez a horta **debaixo das** árvores”.

Quanto aos adjuntos adverbiais, podem aparecer tantos quantos forem necessários à experiência comunicada, enquanto que, no âmbito dos termos argumentais, só pode existir, no domínio da relação predicativa, um só complemento direto ou indireto, predicativo ou complemento relativo, com exceção do caso dos termos coordenados. Exemplo (BECHARA, 2003a, p. 439):

(55) “**De noite**, o jovem trabalhava **em casa em companhia dos irmãos**”.

Diferentemente dos termos argumentais, o adjunto adverbial, se for elidido, não exige preenchimento de casa vazia. Exemplos (BECHARA, 2003a, p. 439):

(56) “O jovem trabalhava em casa, em companhia dos irmãos”.

(57) “O jovem trabalhava em companhia dos irmãos”.

(58) “O jovem trabalhava”.

2.2.2.2 Em Bechara (2003b)

Em relação à transitividade verbal, é na oração que será assinalado se o verbo aparece como intransitivo ou transitivo, ou seja, verbos empregados normalmente como intransitivos podem aparecer empregados como transitivo e vice-versa. Exemplos (BECHARA, 2003b, p. 33):

(59) “Clarice **dorme** o sono dos inocentes” (em que **dorme** é considerado, normalmente, como verbo intransitivo, porém, nessa sentença, está empregado como verbo transitivo).

(60) “Clarice **compra** no supermercado” (em que **compra** está empregado como verbo intransitivo e, normalmente, é considerado como transitivo, ou seja, o verbo **comprar**, neste caso, significa *faz compras* e não *comprou isso* ou *aquilo*).

Em relação ao denominado complemento relativo, é ressaltado que o que alguns gramáticos classificam como complementos adverbiais, Bechara (2003b, p. 44) classifica como complemento relativo adverbial, entendido como termo preposicionado que delimita a natureza semântico-sintática do verbo e exprime uma circunstância.

No exemplo (61) “*Marcelinho pôs o livro na pasta*” (BECHARA, 2003b, p. 44), o termo **na pasta** é obrigatório à completude da função predicativa. Já no exemplo (62) “Os

padrinhos acompanharam a jovem *a Natal nas últimas férias*” (BECHARA, 2003b, p. 44), o termo **a Natal** é obrigatório, sendo, então, complemento relativo; o termo **nas últimas férias** não é obrigatório, sendo, então, classificado como complemento adverbial ou adjunto adverbial.

2.2.2.3 Em Cegalla (1978)

Cegalla (1978, p. 224) faz a distinção entre os verbos transitivos indiretos que se constroem com os pronomes objetivos *lhe, lhes* e os que não aceitam para objeto indireto as formas oblíquas *lhe, lhes*.

Os verbos transitivos indiretos que se constroem com os pronomes objetivos *lhe, lhes*, geralmente exigem a preposição *a* (CEGALLA, 1978, p. 224): “*agrada-lhe, agradeço-lhe, apraz-lhe, bate-lhe, desagrada-lhe, desobedecem-lhe, interessa-lhe, obedece-lhe, paga-lhe, perdôo-lhe, quero-lhe (=quero-lhe bem), resiste-lhe, repugna-lhe, sucede-lhe, valeu-lhe, etc.*” Os verbos transitivos indiretos que não aceitam para objeto indireto as formas oblíquas *lhe, lhes*, constroem-se com os pronomes retos precedidos de preposição: “aludir a ele, anuir a ele, assistir a ela, atentar nele, depender dele, investir contra ele, não ligar para ele, recorrer a ele, simpatizar com ele, etc”.

Cegalla (1978, p. 234) trata como objeto indireto os complementos do verbo **gostar** e **assistir**, dentre outros que o autor lista:

(63) “Assisti **ao jogo**”.

(64) “Gosto **de frutas**”.

2.2.2.4 Em Cunha (1976)

Cunha (1976, p. 133), também, exemplifica o complemento do verbo **gostar**, tratando-o como objeto indireto:

(65) “Rubião gostava **de ambos**, mas diferentemente; [...]”.

Cunha (1976, p. 155) afirma que só pode ocorrer predicativo do objeto indireto com o verbo **chamar** e com os demais verbos que admitem esse predicativo (do objeto) como, por exemplo, crer, eleger, encontrar, estimar, fazer, nomear, proclamar e sinônimos, “ele é sempre um modificador do objeto direto”.

(66) “Lisboa, você chama **ao padrinho cavalheiro de indústria**”.

2.2.2.5 Em Cunha e Cintra (2001)

Em relação ao objeto indireto, é dito que não é pacífica a conceituação desse complemento verbal, “embora desde o século XVIII gramáticos, filólogos e linguistas tenham procurado precisá-la” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 137).

É feita uma observação que afirma que a preposição que introduz um objeto indireto apresenta acentuado esvaziamento de sentido, enquanto a que encabeça um adjunto adverbial possui claro valor significativo. Nos exemplos (67) e (68), as preposições *para* e *de*, respectivamente, são simples elos sintáticos (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 145):

(67) “Cantava **para** os amigos”.

(68) “Não duvides **de** mim”.

Já nas sentenças (69) e (70), as preposições *para* e *de*, respectivamente, servem para indicar o lugar para onde e o lugar donde (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 145):

(69) “Viajou **para** São Paulo”.

(70) “Não saias **de** casa”.

No que se refere ao predicativo do objeto indireto, é feita a seguinte observação (CUNHA; CINTRA, 2001):

Somente com o verbo chamar pode ocorrer o predicativo do objeto indireto: [...] Chamam-**lhe facista** por toda a parte [...]. Com os demais verbos que admitem esse predicativo (por exemplo: *crer, eleger, encontrar, estimar, fazer, julgar, nomear, proclamar* e sinônimos), ele é sempre um modificador do objeto direto. Baseados nesse fato, filólogos como Epifânio da Silva Dias e Martinz de Aguiar preferem considerar o complemento no caso – seja expresso pelo pronome *lhe*, seja por um substantivo antecedido de preposição – como objeto direto. (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 146)

Em relação ao adjunto adverbial, Cunha e Cintra (2001, p. 152) enfatizam que só diante do texto é possível propor uma classificação exata, visto que eles reconhecem que é difícil enumerar todos os tipos de tal adjunto.

2.2.2.6 Em Faraco e Moura (2002)

Faraco e Moura (2002, p. 444) citam exemplos dos mesmos verbos empregados com diferentes predicções, visto que a classificação do verbo quanto à predicção deve ser feita de acordo com o texto em que o verbo ocorrer, e não isoladamente.

Exemplos:

(71) “O tempo **virou** (verbo intransitivo)”.

(72) “A lagarta **virou** borboleta (verbo de ligação)”.

(73) “O motorista **virou** o carro para a esquerda (verbo transitivo direto)”.

(74) “Só **falam** asneiras (verbo transitivo direto)”.

(75) “**Falam** muito (verbo intransitivo)”.

(76) “**Falaram** tudo aos pais (verbo transitivo direto e indireto)”.

É dito que a maior parte dos gramáticos considera que apenas com o verbo **chamar**, significando **cognominar, atribuir um nome a**, pode ocorrer o predicativo do objeto indireto. Exemplo (FARACO; MOURA, 2002, p. 447):

(77) “Chamei-**lhe de bobo**”.

“Segundo Amini B. Hauy, em seu livro *Da necessidade de uma gramática - padrão da língua portuguesa*, o predicativo do objeto indireto pode ocorrer com outros verbos: *Creio num Deus sempre presente [...]*.” (apud FARACO; MOURA, 2002, p. 447, grifo do autor).

Em relação ao objeto indireto, Faraco e Moura (2002, p. 450), também, classificam o complemento do verbo **gostar** como objeto indireto. Exemplo:

(78) “Gosto muito **de Carlos Gomes**”.

Faraco e Moura (2002) não fazem referência ao que alguns gramáticos classificam como complemento relativo.

2.2.2.7 Em Luft (2002)

Em relação ao predicativo do objeto indireto, é destacado que não existe este tipo de predicativo. O único exemplo que se costuma dar é *chamar – a alguém*. Esse *alguém* é um objeto direto preposicionado em que a preposição pode ser suprimível; “e desse objeto direto regido do *a* facultativo tirou-se um análogo, falso objeto indireto : um lapso consagrado pelo uso. Chamar a alguém poeta → Chamar-lhe (=chamá-lo) poeta” (LUFT, 2002, p. 54).

São mostrados alguns verbos intransitivos que podem receber objeto indireto: *acontecer, bastar, restar, sobreviver, suceder*, etc. Refere-se, de modo geral, ao objeto indireto ou dativo de interesse.

É afirmado que o mesmo verbo pode apresentar regência variada, com o mesmo sentido ou com sentido diverso. São exemplos de verbos que apresentam regência variada com o mesmo sentido (LUFT, 2002, p. 61):

(79) “*Renunciar um (ou a um) cargo*”.

(80) “Ajudei-o ou ajudei-lhe”.

(81) “Presidir uma (**a** uma ou **numa**) sessão”.

(82) “Abdicar **a** (ou **da**) coroa”.

São exemplos de verbos que apresentam regência variada com sentido diverso (LUFT, 2002, p. 61):

(83) “Aspirar um perfume/Aspirar **a** um cargo (vulg.: aspirar um cargo)” .

(84) “Assistir um doente /Assistir **a** um jogo (vulg.: assistir um jogo)”.

(85) “Querer (desejar algo/Querer (amar) **a** alguém”.

(86) “Visar um passaporte/Visar **a** um fim (vulg.: Visar um fim)”.

Em relação ao objeto indireto, Luft (2002, p. 65) lista alguns verbos que se complementam com dois elementos regidos de preposição: “*competir (com... em), discordar (de...em), contribuir (com...para), perguntar (a...por), providir/advir (a...por), falar (a...de/sobre), voltar (de...a), recorrer (de...para), resultar (a...de), etc*” .

(87) “Falou-lhe de suas preocupações”.

(88) “Proveio-lhe do trabalho um grande tédio”.

2.2.2.8 Em Nicola e Infante (1994)

É válido ressaltar que Nicola e Infante (1994, p. 262), dentre outras questões, classificam o complemento do verbo **gostar** como objeto indireto, de modo semelhante a Paschoalin e Spadoto (1989):

(89) “Gosto de música popular brasileira”.

2.2.2.9 Em Paschoalin e Spadoto (1989)

Ao contrário de alguns gramáticos citados anteriormente, como Bechara (2003a), por exemplo, Paschoalin e Spadoto (1989, p. 194) classificam o complemento do verbo **gostar** como objeto indireto.

(90) “O cantor não gostava **de entrevistas**”.

É feita a distinção entre o objeto direto preposicionado e objeto indireto, em que é afirmado que o objeto direto preposicionado é o complemento do verbo que não exige a presença obrigatória da preposição, ou seja, é complemento de um verbo transitivo direto; já o objeto indireto é complemento de um verbo que exige a presença obrigatória da preposição, ou seja, é complemento de um verbo considerado transitivo indireto. O exemplo (91) é dado

como objeto direto preposicionado e no exemplo (92) é mostrado como objeto indireto (PASCHOALIN; SPADOTO, 1989, p. 197-198):

(91) “**Amar a Deus** sobre todas as coisas”.

(92) “**Preciso de Deus** em todos os momentos”.

2.2.2.10 Em Rocha Lima (2006)

Em relação à classificação do verbo quanto aos complementos, é afirmado que o verbo é uma palavra regente por excelência, sendo necessário, então, verificar a natureza dos complementos por ele exigidos.

A supressão do complemento verbal torna, segundo Rocha Lima (2006, p. 340), o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto, visto que o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*.

Os verbos são classificados, assim, em função do tipo de complemento que requerem para formar uma *expressão semântica*. Classificam-se em:

- a) *Intransitivos*: aqueles que dispensam quaisquer complementos, encerrando em si a noção predicativa.
- b) *Transitivos diretos*: aqueles que exigem a presença de um *objeto direto*.
- c) *Transitivos indiretos*: aqueles que pedem a presença de um *objeto indireto*.
- d) *Transitivos relativos*: aqueles que requerem um complemento chamado *relativo*, o qual é preposicionado.
- e) *Transitivos circunstanciais*: aqueles que requerem um complemento circunstancial, preposicionado ou não.
- f) *Bitransitivos*: são os que têm dois complementos ao mesmo tempo, que podem ser um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

No caso dos predicados chamados *mistos* ou *verbo-nominais* (constituídos por um verbo e por um nome), existe um complemento denominado *anexo predicativo*, o qual pode se referir ao sujeito ou ao objeto. Exemplos (ROCHA LIMA, 2006, p. 341):

(93) “O guerreiro voltou *ferido* (*ferido* – anexo predicativo, que se refere ao sujeito *o guerreiro*).”

(94) “O sofrimento torna os homens *humanos* (*humanos* – anexo predicativo do objeto direto *os homens*).”

Os verbos que têm anexo predicativo são (ROCHA LIMA, 2006, p. 341): *crer, julgar, saber, considerar, imaginar, reputar, etc.*, que exprimem opinião, modo de ver; *chamar,*

apelidar, cognominar, alcunhar, denominar e outros de significação semelhante; *fazer, tornar, constituir, instituir, eleger, criar, nomear, proclamar* e outros que denotam a efetivação em alguém, ou alguma coisa, de uma certa situação.

[...] frases como – *o sofrimento torna os homens mais humanos* –, o anexo predicativo *humanos*, conquanto também funcione como definidor do OBJETO DIRETO, não deixa de ser exigido pelo sentido da *expressão semântica* formada pelo verbo + objeto direto: o sofrimento *torna os homens (o quê?) – humanos*. Neste caso, o verbo se chama particularmente *transobjetivo*, porque a compreensão do fato verbal *vai além* do objeto direto. (ROCHA LIMA, 2006, p. 341-342)

A classificação geral, então, dos verbos quanto à predicação pode ser (ROCHA LIMA, 2006, p. 342): intransitivo, transitivo direto, transitivo indireto, transitivo relativo, transitivo circunstancial, bitransitivo, transobjetivo, de ligação.

É na frase que se caracteriza cada um destes tipos de verbos, ou seja, verbos considerados, normalmente, intransitivos podem ser empregados transitivamente, e vice-versa, a depender do sentido de determinadas frases. Exemplos (ROCHA LIMA, 2006, p. 342): “*Quem não ouve, é surdo (ouvir – intransitivo). Ouvir um ruído (ouvir – transitivo direto)*”.

Verbos como *arrepender-se, abster-se, ater-se, atrever-se, dignar-se, esforçar-se, queixar-se, ufanar-se*, etc. trazem preso a si um pronome reflexivo fossilizado. Tais verbos, ainda que pronominais, não têm objeto direto, nem indireto. Aliás, *ninguém pode arrepender-se outrem, nem a si* –, devendo, então, ter surgido o pronome por ANALOGIA com outros verbos, tais como: *aborrecer-se, magoar-se, ferir-se*, nos quais o pronome é realmente o objeto direto. (ROCHA LIMA, 2006, p. 342)

Para Rocha Lima (2006, p. 243), o objeto indireto nem sempre é um complemento verbal, mas é um termo integrante do predicado (verbal, nominal ou verbo-nominal), não dependendo da natureza do verbo.

Há verbos cuja regência variou através dos séculos, como, por exemplo, *obedecer, resistir e agradar*, empregados atualmente com objeto indireto, mas que possuíam, na linguagem dos séculos XVI e XVII, dupla sintaxe: *obedecer-lhe e obedecê-lo; resistir-lhe e resisti-lo; agradar-lhe e agradá-lo*.

Verbos como *gostar de depender de, precisar de, carecer de, lembrar-se de, fugir de, consentir em, assistir a (uma festa), proceder a*, etc., não têm objeto

indireto. O complemento deles[...] se filia ora no ablativo, ora no genitivo, e se denomina *complemento relativo*. (ROCHA LIMA, 2006, p. 251)

O complemento relativo se distingue do objeto indireto porque não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza; não corresponde, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe, lhes*, antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação; e corresponde às formas tônicas *ele, ela, elas*, precedidas de preposição. Exemplos (ROCHA LIMA, 2006, p. 252):

(95) “assistir a um baile – assistir *a ele*”.

(96) “precisar de conselhos – precisar *deles*”.

(97) “gostar de uvas – gostar *delas*”.

(98) “reparar nos outros – reparar *neles*”.

Em relação ao complemento circunstancial, é destacado que, no exemplo (99) “*Ir a Roma*” (ROCHA LIMA, 2006, p. 253), **a Roma** é complemento circunstancial, é o acusativo de direção do Latim.

2.2.2.11 Em Sacconi (1989)

Em relação ao verbo transitivo indireto, é ressaltado que o verbo **gostar** é transitivo indireto e o complemento deste verbo é o objeto indireto (SACCONI, 1989, p. 240):

(100) “**Gostei** do livro”.

O verbo **gostar** é assim classificado porque **quem gosta, gosta de alguém ou de alguma coisa**.

Sacconi (1989, p. 242) afirma que o verbo **ir** é intransitivo, porque “há certos verbos intransitivos que pedem adjunto adverbial de lugar, sem o qual quase não se usam. Estão entre *eles: ir, chegar, voltar, levar, sair, subir* etc.[...]”.

Sacconi (1989, p. 242, grifo do autor) ainda explica por que alguns verbos transitivos indiretos permitem a substituição de seu complemento por **lhe** e outros não:

Porque somente são rigorosamente verbos transitivos indiretos aqueles que se usam com a preposição *a*; os que pedem outras preposições são, na verdade, verbos *relativos*, que foram incorporados aos transitivos indiretos por motivos didáticos.[...].

A questão de se dizer que foram motivos didáticos que levaram à classificação de todos os complementos de verbos regidos de preposição como objeto indireto, é algo que ainda precisa ser analisado com mais critério e cuidado.

2.2.2.12 Em Terra (1996)

Em relação ao objeto indireto, é ressaltada a observação que afirma a verificação de que o predicativo do objeto sempre se refere ao objeto direto, entretanto é afirmado, também, que, em raros casos, o predicativo do objeto se refere ao objeto indireto, destacando os exemplos (101) e (102) (TERRA, 1996, p. 215):

(101) “Chamei-**lhe** de covarde”.

(102) “Gosto **dela** alegre”.

Verifica-se, então, que, diferentemente dos autores Cunha e Cintra (2001), Ernani Terra (1996) considera que o verbo gostar admite o predicativo do objeto indireto, contrariando, inclusive, os autores que considerariam **dela** em (102) como um complemento relativo e não como um objeto indireto.

Terra (1996), também, ressalta que a preposição que introduz os adjuntos adverbiais tem valor significativo, ao contrário do que ocorre com a preposição que introduz o objeto indireto.

Diante dos itens levantados, é possível verificar que os autores das gramáticas estudadas fazem observações e elaboram exemplos diversificados. Percebe-se, contudo, dentre outras questões, que a divergência de classificação dos exemplos que envolvem o verbo **gostar** é a mais comum entre os autores das gramáticas uma vez que alguns consideram o complemento desse verbo como um objeto indireto e outros afirmam ser o complemento desse mesmo verbo um complemento relativo; além da divergência entre os que consideram o complemento circunstancial como um adjunto adverbial – dispensável da oração. Precisa-se pontuar que essa questão pode ter surgido pelo fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira incluir funções diversas para uma mesma nomenclatura, como é o caso do objeto indireto que a maioria das gramáticas trata indiscriminadamente como os objetos indiretos de fato e os casos de complemento relativo como se fossem a mesma coisa, e ainda, o que é pior, os autores estudados afirmam que o objeto indireto pode ser substituído pelo **lhe(s)**, enfatizando que o objeto indireto é **beneficiário/destinatário**.

Observe-se o exemplo abaixo:

(103) Alguém gosta **de café**.

Se forem consideradas as abordagens da maioria das GNs estudadas, como foi visto, **de café**, em (103), será classificado como um objeto indireto. Nota-se que ao substituir **de café** pelo **lhe** a frase torna-se agramatical:

(104) * Alguém gosta-**lhe**.

Também não se pode dizer que **de café**, em (103), é um **beneficiário/destinatário**.

A maioria dos autores não separa o que é o complemento circunstancial do que é o adjunto adverbial. O primeiro é um dos complementos necessários à função central de certas sentenças e o segundo é apenas um adjunto, ou seja, é um elemento não selecionado pelo verbo. Não se deve dizer, entretanto, que os adjuntos adverbiais são totalmente dispensáveis das sentenças porque, às vezes, ele deve ocorrer por necessidade no contexto de fala, sabendo-se que têm casos que ele pode não ocorrer e a sentença ter sentido completo.

Portanto, casos como esses devem sempre ser discutidos em sala de aula. Uma proposta que tenha a experiência de uso da língua oral e/ou escrita e uma possibilidade de classificação coerente permitem o entendimento adequado desses fatos linguísticos.

É válido mostrar, ainda, um quadro – **21** – que resuma as classificações da transitividade e dos complementos verbais³⁴ encontrados nas gramáticas estudadas. Contudo, primeiro apresenta-se o outro quadro – **20** – com a lista dos autores dessas gramáticas.

Bechara (2003a)
Bechara (2003b)
Cegalla (1978)
Celso Cunha (1976)
Cunha e Cintra (2001)
Faraco e Moura (2002)
Luft (2002)
Nicola e Infante (1994)
Luft (2002)
Rocha Lima (2006)
Sacconi (1989)
Terra (1996)

Quadro 20 - Autores das Gramáticas

Agora, veja-se o quadro **21** que explicita a classificação resumida da transitividade e dos complementos verbais das abordagens estudadas:

Tipos de transitividade e complementos verbais	Autores das Gramáticas
Verbos intransitivos	Todos os autores.

³⁴ Informe-se que o adjunto adverbial, apesar de não ser complemento verbal, incluiu-se no quadro porque alguns autores não diferenciam o complemento circunstancial dos adjuntos adverbiais.

Verbos transitivos	Todos os autores.
Verbos transitivos diretos; indiretos; diretos e indiretos	Exceto Bechara (2003a; 2003b), todos os demais autores.
Verbos de ligação	Exceto Bechara (2003a; 2003b), todos os demais autores.
Objeto direto	Todos os autores.
Objeto direto preposicionado	Todos os autores.
A preposição como posvérbio	Todos os autores.
Objeto direto pleonástico	Cegalla (1978); Celso Cunha (1976); Cunha e Cintra (2001); Faraco e Moura (2002); Paschoalin e Spadoto (1989); Terra (1996).
Objeto direto interno	Bechara (2003a); Cegalla (1978); Luft (2002); Luft (2002); Rocha Lima (2006).
Complemento relativo	Bechara (2003a; 2003b); Rocha Lima (2006).
Objeto indireto	Todos os autores.
Objeto indireto pleonástico	Cegalla (1978); Celso Cunha (1976); Cunha e Cintra (2001); Faraco e Moura (2002); Paschoalin e Spadoto (1989); Terra (1996).
Os “dativos livres”	Bechara (2003a; 2003b).
Complemento circunstancial	Rocha Lima (2006).
Complemento predicativo	Todos os autores.
Agente da passiva	Todos os autores.
Adjunto adverbial	Todos os autores.

Quadro 21 - A transitividade e os complementos verbais nas Gramáticas Normativas do Português do Brasil³⁵

Esse quadro favorece uma melhor visualização para que se cheque, principalmente, quais autores não abordam alguns tipos de transitividade e/ou complemento verbal.

Ressalte-se que esse exaustivo trabalho de pesquisa, sobretudo a compilação das gramáticas, será útil como fonte de estudo do ponto de vista didático e, além de servir como ponto de partida e contraponto para a realização do estudo da gramática que parte da experiência – enquadrando os tipos de transitividade e dos complementos verbais dentro das possibilidades, proposta em **3.3** –, servirá ainda como modelo para pesquisas que podem ser feitas utilizando-se outras GNs de outros autores e/ou abordando outros aspectos da gramática.

³⁵ Baseando-se somente na lista de autores do **quadro 20**, as quais foram estudadas nessa pesquisa.

3 A TRANSITIVIDADE E OS COMPLEMENTOS VERBAIS

3.1 A QUESTÃO NORMATIVA

Baseando-se nos estudos em Gramáticas Normativas, levando-se em consideração as abordagens e exemplos oferecidos e observando as semelhanças e diferenças entre elas, é possível descrever a transitividade e os complementos verbais a partir das considerações que se seguem. Saliente-se antes que:

Em geral se entende, implicitamente, que as gramáticas usuais oferecem uma descrição completa da estrutura da língua. [...] Desse modo, os estudos gramaticais tradicionais tendem a passar a imagem de uma disciplina basicamente “pronta”, com no máximo alguns pontos ainda controversos a acertar.[...] Essa imagem é seriamente inadequada. A estrutura de uma língua é muito mais complexa do que geralmente se imagina. Em primeiro lugar, muitas das noções utilizadas na descrição estão ainda mal definidas, e constituem assunto de discussões teóricas intensas (e às vezes tensas). (PERINI, 2010, p. 22)

Existem verbos que podem ocorrer, a depender do contexto linguístico discursivo, ou seja, da situação em que ocorre o diálogo falante/ouvinte – ouvinte/falante, com ou sem complemento, sem afetar a sua transitividade.

O verbo **gostar** é, por exemplo, considerado, em algumas Gramáticas Normativas, como um verbo transitivo indireto, o qual deve ser classificado como um verbo transitivo relativo, como poderá se verificar no subcapítulo seguinte – **3.3**.

- (1) – Eu gosto de chocolate.
- (2)i – Você gosta de chocolate?
- (2)ii – Gosto.

Tanto em (1) como em (2)i e (2)ii, o verbo **gostar** é empregado como um verbo transitivo. Em (1), o complemento do verbo transitivo está explícito no contexto linguístico – **de chocolate**, já em (2) ii, apesar de o verbo aparecer sem complemento explícito, continua sendo transitivo e não intransitivo, pois o seu complemento está implícito no discurso, isto é, subentendido na situação discursiva. Por uma questão de economia e por recursos da competência ou intenção linguística do falante, é dispensado o uso de complemento quando o contexto oferece condições de recuperá-lo espontaneamente.

Para Bechara (2003a), o verbo **gostar** é um verbo cujo conteúdo lexical é de grande extensão semântica, exigindo outro signo léxico, introduzido por preposição, que especifique

a experiência comunicada; Bechara (2003b) acrescenta que, em relação ao complemento relativo, existe a impossibilidade de substituí-lo pelo pronome pessoal átono *lhe(s)*³⁶, fato que ocorre com o verbo **gostar**; Rocha Lima (2006), por sua vez, afirma que o complemento relativo integra a significação de um verbo que tem significação relativa e que, apesar de vir introduzido por preposição, tem valor de objeto direto.

Ressalta-se, contudo, que a maioria dos autores das Gramáticas Normativas do Português Brasileiro trata o complemento do verbo **gostar** como objeto indireto e não como complemento relativo. Constata-se, portanto, divergência entre autores e incoerência daqueles que consideram objeto indireto o complemento desse tipo de verbo, visto que o complemento relativo se caracteriza pela impossibilidade de ser substituído pelo **lhe(s)** e o objeto indireto, pelo contrário, pode ser substituído pelo **lhe(s)**.

Diante de tais descrições, verifica-se que, apesar de a maioria das Gramáticas Normativas classificarem verbos do tipo **gostar**, **assistir**, **concordar** e outros como verbos transitivos indiretos e o complemento destes verbos como objeto indireto, existem autores de Gramáticas Normativas, a exemplo de Bechara (2003a; 2003b) e Rocha Lima (2006), que oferecem abordagens mais coerentes e significativas a esse respeito, ao considerar o complemento desses verbos um complemento relativo.

Já o verbo **comer** pode ser transitivo direto, quando complementado com um objeto direto; ou ser intransitivo – o qual deve ser classificado como intransitivo relativo, como poderá ser verificado no subcapítulo 3.3 –, quando ocorre sem nenhum complemento, sem necessariamente estar ligado a uma situação de diálogo.

Exemplos:

- (3) O cachorro já **comeu**.
- (4) A criança sem apetite quase não **come**.
- (5) O tubarão **comeu** muitos peixes.
- (6) A turista **comeu** um delicioso acarajé.

Em (3) e (4), tem-se o verbo **comer** como um verbo intransitivo em sentenças declarativas, que não estão necessariamente em situação de diálogo. Nesses casos, a ausência de complemento indica que o verbo está sendo usado intransitivamente, situação diferente de:

- (7)i – Você **comeu** as bananas?

³⁶ É válido destacar, contudo, que podem surgir casos em que o *lhe* ocorre com a função de adjunto adnominal e não com a função de objeto indireto. Por exemplo: Em latim - *Romani virgines eorum rapuerunt*. Em português - Os romanos raptaram-*lhe* as virgens (ou seja, *suas* virgens; as virgens *deles* - adjunto adnominal). Em português - Tomei-*lhe* as mãos (ou seja, as *suas* mãos; as mãos *dela*- adjunto adnominal).

(7)ii – Comi.

Em (7) i e (7) ii, ocorre uma situação semelhante à (2)i e (2)ii, em que o verbo, mesmo ocorrendo sem complemento, continua sendo transitivo – (7)i e (7)ii transitivo direto – e não intransitivo. O objeto direto de (7)ii está explícito no contexto discursivo (7)i – “**as bananas**”. Em (5) e (6), o verbo transitivo direto ocorre com o objeto direto explícito.

Vê-se, assim, por um lado, que verbos como **gostar** possuem a característica de poder ocorrer com o complemento verbal – objeto indireto (de acordo com algumas Gramáticas Normativas, ver **2.2.1.4**, p. 117 e **2.2.1.12**, p.130) ou complemento relativo (de acordo com outras Gramáticas Normativas, ver **2.2.1.4**, p. 117 e **2.2.1.11**, p.129) – ou sem complemento explícito em uma situação discursiva, sem mudar a sua condição de transitividade. Contudo, observe-se que autores como Bechara (2003a; 2003b) e Rocha Lima (2006) classificam o complemento do verbo **gostar** como um complemento relativo e não como um objeto indireto. Por outro lado, o verbo **comer**, entre outros, possui a peculiaridade de ocorrer como verbo transitivo direto com ou sem complemento explícito, sendo que, em situações como (7) ii, o complemento está implícito no contexto – nesse caso (7)i “... **as bananas**”, diferentemente de situações como (3) e (4) em que o verbo é intransitivo devido ao fato de ele não precisar de complemento para completar sua significação. É preciso ressaltar, entretanto, que, mesmo sendo o verbo **comer** intransitivo – como em (3) e (4) – deve, contudo, ser classificado como intransitivo relativo, e não apenas intransitivo, já que quem **come**, sempre **come** alguma coisa, isto é, alguma comida, estando, então, a ideia do complemento implícita no próprio verbo.

Pode-se propor, então, que existam dois tipos de intransitividade: a intransitividade absoluta, na qual o verbo não necessita, verdadeiramente, de nenhum complemento, como nos exemplos abaixo (8), (9) e (10); e a intransitividade relativa³⁷, na qual o próprio verbo – mesmo empregado de forma intransitiva – traz em si uma ideia complementar, como o verbo comer nos exemplos anteriores (3) e (4). Eis os exemplos abaixo:

(8) A criança **nasceu**³⁸;

(9) A rosa **murchou**;

(10) O cachorrinho **morreu**;

Semelhante à proposta de Alves (1999, p. 134, 135, 146), Bechara (2003a) conclui que a oposição entre verbos transitivos e intransitivos não é absoluta.

³⁷ Em relação à intransitividade absoluta e à intransitividade relativa, ver com mais detalhes em **3.3**.

³⁸ Este caso (exemplo 8) o verbo **nascer** é considerado, pela teoria gerativa, como falso intransitivo, uma vez que a estrutura básica é **nasceu a criança**.

Os casos que a Gramática Normativa do Português do Brasil considera como verbos intransitivos usados transitivamente, nos quais os seus complementos são chamados de objetos diretos internos, podem ser enquadrados no aqui sugerido objeto de redundância (ver 3.3), já que podem ser usados em expressões como:

(11) Eu sonhei **um sonho cor-de-rosa**.

(12) Eu **sonho** todas as noites.

Em (11), **sonhei** é o verbo transitivo direto, e **um sonho cor-de-rosa** é o objeto direto; já em (12) o complemento verbal, objeto direto, não aparece explicitamente.

Existem verbos transitivos diretos que podem ocorrer com o complemento verbal objeto direto ou com um complemento verbal preposicionado, não porque o verbo necessite essencialmente de uma preposição, mas pelo fato de o complemento permitir – por motivos semânticos e / ou estilísticos – a presença de uma preposição (ALVES, 1999).

Quanto à transitividade verbal, tal como apresentada nas Gramáticas Normativas, acaba-se por chegar à conclusão de que, a partir das regras e exemplos oferecidos pelos gramáticos, quase todos os chamados verbos transitivos poderão, a depender da intenção semântica ou do estilo, ser preposicionados. Convém, então, propor a seguinte classificação (ver classificação completa em 3.3):

- verbos intransitivos absolutos;
- verbos transitivos que podem ser empregados com intransitividade relativa;
- verbos transitivos.

O fato de a Gramática Normativa dividir os verbos transitivos em diretos e indiretos é controvertido, uma vez que ela mesma define, rigorosamente, os verbos em transitivos diretos, aqueles que precisam de complemento sem preposição, e transitivos indiretos, aqueles que precisam de complementos com preposição, ao mesmo tempo em que lista uma série de casos tratados como exceções, que contrariam as definições oferecidas. Essas – **consideradas** – exceções descaracterizam a definição sintática de transitividade verbal e passam a ser vistas como regras, fazendo com que a distinção entre verbo transitivo direto e verbo transitivo indireto se torne difícil diante de casos dos tipos:

- verbos transitivos diretos que podem ocorrer com complementos preposicionados;
- verbos que podem funcionar ora como transitivos diretos (13) **como assistir o doente** e ora podem funcionar como transitivos indiretos como (14) **assistir ao filme**, situações nas quais a Gramática Normativa explica que o tipo de transitividade muda porque muda, também, o significado do verbo. Cabe aqui uma observação: alguns verbos

considerados transitivos indiretos são, na verdade, apenas transitivos, pedindo um complemento relativo;

- verbos que mudam a transitividade a depender de como são empregados, se como transitivos diretos ou como transitivos indiretos, sem acarretar mudanças de significado:

(15) **presenciar a cerimônia** ou (16) **presenciar à cerimônia**; (17) **crer isso** ou (18) **crer nisso**; (19) **ajudar alguém** ou (20) **ajudar a alguém**; (21) **servir alguém** ou (22) **servir a alguém**, etc.

Para os verbos considerados transitivos diretos ou indiretos, se forem empregados de forma intransitiva, essa intransitividade é relativa (ver **3.3**), diferentemente dos verbos que são intransitivos por excelência, sendo aqui considerados como intransitivos absolutos.

Em se tratando dos complementos verbais, de acordo com as Gramáticas Normativas estudadas, podem-se listar os seguintes³⁹:

- objeto direto;
- objeto direto pleonástico;
- objeto direto interno;
- objeto indireto;
- os dativos livres;
- complemento relativo;
- complemento circunstancial;
- agente da passiva;
- adjunto adverbial.

Em relação ao objeto direto, ao objeto direto pleonástico e ao objeto direto interno, constatou-se que a maioria das Gramáticas Normativas Brasileiras os classifica como aqueles que completam o sentido do verbo considerado transitivo direto.

A partir do estudo da noção normativa de objeto direto (ALVES, 1999), verificou-se que:

- o objeto direto é um termo que completa o verbo transitivo direto;
- o objeto direto não é regido de preposição, ou seja, acompanha diretamente o verbo transitivo direto;
- o objeto direto pode se tornar o sujeito paciente em frases em que o verbo encontra-se na voz passiva, isto é, o objeto direto pode sofrer a ação verbal;

³⁹ Os quais são muito restritos e não são corretamente classificados porque não conceituam, não diferenciam e nem incorporam devidamente as diversas possibilidades do uso da Língua Portuguesa Brasileira oral ou escrita como será possível verificar em **3.3**.

- o objeto direto pode ser constituído por substantivo, palavra substantivada, pronome substantivo, pronome pessoal oblíquo e numeral;

- o objeto direto pode ser representado por uma oração substantiva objetiva direta desenvolvida ou reduzida;

- a oração substantiva objetiva direta pode ser substituída por *isto*;

- o objeto direto pode indicar o resultado e o conteúdo da ação verbal;

- o objeto direto pode ser simples ou composto, a depender do número de elementos que o constitui;

- o objeto direto, quanto ao sentido, pode exprimir a pessoa ou coisa para onde se dirige um sentimento;

- o objeto direto, completando verbos de movimento, pode significar o espaço percorrido ou o objetivo final.

O objeto indireto e os dativos livres completam o sentido dos, considerados, verbos transitivos indiretos.

O complemento relativo completa verbos transitivos, é introduzido por preposição e difere do objeto indireto por não poder ser substituído pelo pronome átono *lhe(s)*.

O complemento circunstancial acompanha tanto os verbos considerados intransitivos absolutos quanto aqueles intransitivos relativos como **sair**, **chegar**, ou em situações como no exemplos abaixo em destaque:

(23) Ele reside **em Fortaleza**.

(24) A menina caiu **da cama**.

(25) Morar **em Salvador**.

(26) O carnaval durou **cinco dias**.

O agente da passiva, por sua vez, completa verbos transitivos e pode ser transformado em sujeito agente na voz ativa. Já o adjunto adverbial acompanha verbos considerados intransitivos absoluto, que podem ser dispensados da oração sem prejudicar o seu significado.

3.2 OUTRAS PROPOSTAS

3.2.1 Perini (1996)

Perini (1996), ao fazer um estudo crítico sobre a Gramática Tradicional, distinguiu os verbos em cinco tipos de acordo com a transitividade:

- verbos transitivos diretos;

- verbos transitivos indiretos;
- verbos transitivos diretos e indiretos;
- verbos intransitivos;
- verbo de ligação⁴⁰.

De acordo com a proposta de Perini (1996) e dentro do ponto de vista da Gramática Descritiva, a classificação tradicional não pode ser mantida porque se apóia em um engano fundamental visto que:

A noção tradicional de verbo transitivo em oposição a intransitivo se define assim: um verbo é transitivo quando exige a presença de um objeto direto em sua oração; e é intransitivo quando recusa a presença de objeto direto. A definição é suficientemente clara, e dela decorre que sempre que houver em uma oração um verbo transitivo, essa oração deve ter objeto direto; e sempre que houver um verbo intransitivo, a oração pode ter objeto direto. Note-se que o sistema não prevê lugar para verbos que possam ter OD ou não; à vontade: logo é de se presumir que tais verbos não existam. (PERINI, 1996, p.162)

A classificação tradicional referente à transitividade verbal, então, não é completa, visto que não inclui os verbos que apresentam a possibilidade de ocorrer com ou sem objeto direto. Perini (1996) comprova essa afirmação com os seguintes casos seguidos de exemplos⁴¹:

- verbo fazer só ocorre com objeto direto:

- (1) Marina faz lindas cortinas.
- (2) * Marina faz.

- o verbo nascer só ocorre sem objeto direto:

- (3) Meu priminho nasceu no sábado.
- (4) * Meu priminho nasceu um nascimento tranquilo.

- já o verbo comer, pode aparecer com objeto direto:

- (5) O cachorro já comeu toda a ração.

- e pode aparecer sem o objeto direto, como em:

- (6) O cachorro já comeu.
- (7) O cachorro quase não come.

Perini (1996) diz que alguns autores, para fugir desse problema, sugerem que a transitividade não seja propriedade dos verbos. A transitividade seria, então, devida aos

⁴⁰ Ressalte-se que, por motivos de delimitação, não é aprofundada, nesta pesquisa, a questão dos verbos de ligação.

⁴¹ Exemplos de (1) até (7) adaptados de Perini (1996, p.163).

próprios contextos, ou aos verbos em determinados contextos. Este fato tem como consequência, porém, o esvaziamento da noção tradicional de transitividade.

Perini (1996, p.162) faz uma crítica pertinente quando descreve que, para a noção tradicional, de acordo com as Gramáticas Normativas, o verbo é transitivo quando **exige** a presença de um objeto direto em sua oração em oposição ao verbo intransitivo que **recusa** o objeto direto, não prevendo lugar para verbos que possam ter ou não o objeto direto, à vontade. Por exemplo: a Gramática Normativa Tradicional classifica o verbo **comer** como transitivo direto. Então em: (8) **O menino comeu a merenda**, o verbo **comer** está sendo acompanhado pelo objeto direto **a merenda**. Já no exemplo (9) **O menino já comeu**, o verbo **comer** aparece sem a presença do objeto direto, sendo, portanto, intransitivo⁴².

Se a transitividade for definida apenas pelo contexto – de acordo com Perini (1996) –, o verbo **comer**, por exemplo, será transitivo quando ocorrer com objeto direto e intransitivo quando ocorrer sem objeto direto. As categorias **transitivo** e **intransitivo** não poderiam, nesse caso, ser aplicadas ao verbo **comer** fora de algum contexto.

Essa tentativa de solucionar o problema é o mesmo que estabelecer uma relação de sinonímia entre **ser transitivo** e **ocorrer com objeto direto**. Desse modo, evidentemente, a noção de transitivo deixaria de ser útil, além de contrariar a definição tradicional de transitividade, a qual determina que um verbo é transitivo direto não quando ocorre com objeto direto, mas quando **exige** a presença de um objeto direto, ou seja, quando sempre aparece com objeto direto (PERINI, 1996).

Existem dois tipos de informação sobre os itens lexicais que precisam ser distinguidos (PERINI, 1996, p.163):

- (a) em que contexto o item ocorre em uma frase dada (relação sintagmática);
- (b) em que contextos o item pode ocorrer (relação paradigmática).

A informação do tipo (a) é particularizada e é fornecida pela análise da estrutura em questão; já a informação do tipo (b) é generalizada e é fornecida para o item em estado de dicionário, fora do contexto – embora só possa ser depreendida a partir do exame dos contextos. Sem a informação sintagmática, não se tem base nos fatos linguísticos e sem a informação paradigmática, não se poderá expressar, em termos gerais, o comportamento gramatical das unidades linguísticas (PERINI, 1996).

Perini (1996) sugere, então, que a descrição das transitividades seja feita em termos de **exigência**, **recusa** e **aceitação livre** de cada uma das funções relevantes. As funções

⁴² O exemplo (9) pode ser enquadrado como caso de intransitividade relativa, proposto nesta pesquisa.

relevantes são aquelas **exigidas** ou então **recusadas** por algum verbo. Uma função que seja aceita livremente por todos os verbos não é relevante para estabelecer a transitividade, visto que não caracteriza os verbos com que coocorre.

Precisa-se estabelecer, para cada verbo, qual é o seu comportamento quanto à possibilidade de ocorrência do objeto direto, visto que alguns verbos o exigem, outros o recusam e outros o aceitam livremente. Não se pode, neste caso, fazer nenhuma afirmação geral para todos os verbos da língua. O objeto direto é, assim, uma função relevante para a formulação das transitividades.

As funções de objeto direto, objeto indireto e predicativo do sujeito são consideradas relevantes para a Gramática Tradicional. Na análise descritiva, há quatro funções relevantes: o objeto direto; o adjunto circunstancial que inclui os casos de objeto indireto⁴³ da gramática tradicional; o complemento do predicado, correspondente do predicativo do sujeito; e o predicativo que corresponde ao predicativo do objeto da análise tradicional. Todas as outras funções – segundo essa análise – são irrelevantes, por serem aceitas livremente. “Não parece haver caso de função exigida por todos os verbos; se houvesse, essa função também seria irrelevante, por motivos óbvios” (PERINI, 1996).

O resultado dessas classificações – tradicional e descritiva – é que, tradicionalmente, são distinguidas as seguintes subclasses de verbos: **transitivos** ou **intransitivos** segundo **exijam** ou **recusem** objeto; e os **transitivos** são **diretos**, **indiretos** ou **diretos e indiretos**, segundo o objeto exigido seja **direto**, **indireto** ou ambos, respectivamente; e os **verbos de ligação** que exigem **predicativo do sujeito**.

Para Perini (1996), definir a transitividade pela exigência ou recusa do objeto direto não abrangeria todos os tipos de verbo. Diante disso, é proposto (PERINI, 1996, p.166) que os verbos sejam classificados a partir de matrizes de transitividade verbal. Têm-se como referência os verbos: **comer**, **encontrar**, **acontecer**, **morar**, **acostumar**, **considerar**, **julgar**, **permanecer**, **lembrar**, **estar**, **sentir**.

Antes de mostrar as matrizes de transitividade verbal apresentadas por Perini (1996), é válido dizer o significado de cada traço:

[**Ex-OD**] = exige objeto direto

[**Rec-OD**] = recusa objeto direto

[**L-OD**] = aceita livremente objeto direto

[**Ex-AC**] = exige adjunto circunstancial

⁴³ Nessa perspectiva, oferecida por Perini (1996), não se menciona como relevante ou irrelevante o complemento relativo.

[L-AC] = aceita livremente adjunto circunstancial

[L-Pv] = aceita livremente predicativo

[Rec-Pv] = recusa predicativo

[L-CP] = aceita livremente complemento do predicado

Um grupo de traços – um para cada função considerada relevante – representa a transitividade completa de um verbo.

Vê-se, a seguir, uma lista de todas as matrizes de transitividade existentes em português, segundo Perini (1996, p.166), além da percentagem de verbos que seguem as matrizes e um exemplo de cada tipo.

I	[L-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP]	(57,6%)	comer
II	[Ex-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP]	(22,3%)	encontrar
III	[Rec-OD, L-AC, Rec-Pv, Rec-CP]	(5,1%)	acontecer
IV	[Rec-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP]	(3,7%)	morar
V	[Ex-OD, Ex-AC, Rec-Pv, Rec-CP]	(2,1%)	acostumar
VI	[Ex-OD, L-AC, L-Pv, Rec-CP]	(1,3%)	considerar
VII	[L-OD, L-AC, L-Pv, L-CP]	(0,7%)	julgar
VIII	[L-OD, L-AC, Rec-Pv, L-CP]	(0,6%)	permanecer
IX ⁴⁴	[Ex-(OD ou AC), Rec-Pv, Rec-CP]	(5,2%)	lembrar
X	[Ex-(CP ou AC), Rec-OD, Rec-Pv]	(0,7%)	estar
XI	[Ex-(CP ou Pv), Ex-OD, L-AC]	(0,7%)	sentir

Quadro 22 – Matrizes de transitividade verbal⁴⁵

Verifica-se, então, que o verbo **comer** aceita livremente o objeto direto e o adjunto circunstancial, recusa o predicativo (correspondendo ao predicativo do objeto) e o complemento do predicado (correspondendo ao predicativo do sujeito); o verbo **encontrar** exige o objeto direto, aceita livremente o adjunto circunstancial (incluindo os casos de objeto indireto), recusa o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito; o verbo **acontecer** recusa o objeto direto, aceita livremente o adjunto circunstancial ou objeto indireto, recusa o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito; o verbo **morar** recusa o objeto direto, exige o adjunto circunstancial ou objeto indireto, recusa o predicativo do objeto e o predicativo do

⁴⁴ De acordo com Perini (1996, p.166), as três últimas matrizes (IX, X, XI) representam a peculiaridade de certos verbos de exigirem OD ou AC, ou então CP ou AC, ou ainda CP ou PV. Os verbos que seguem a primeira dessas matrizes “podem ocorrer sem OD, mas nesse caso devem ter AC; ou sem AC, mas nesse caso precisam ter OD; e assim paralelamente para as outras duas matrizes” (PERINI, 1996, p.166).

⁴⁵ Quadro adaptado da proposta de Perini (1996, p.166) das matrizes de transitividade verbal.

sujeito; o verbo **acostumar** exige o objeto direto, o adjunto circunstancial e o objeto indireto, recusa o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito; o verbo **considerar** exige o objeto direto, aceita livremente o adjunto circunstancial ou objeto indireto, aceita livremente o predicativo do objeto e recusa o predicativo do sujeito; o verbo **julgar** aceita livremente o objeto direto, o adjunto circunstancial ou o objeto indireto, aceita livremente, também, o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito; o verbo **permanecer** aceita livremente o objeto direto, o adjunto circunstancial ou o objeto indireto e o predicativo do sujeito, recusa o predicativo do objeto; o verbo **lembrar** exige o objeto direto ou o adjunto circunstancial (ou objeto indireto) e recusa o predicativo do objeto e o predicativo do sujeito; o verbo **estar** exige o predicativo do sujeito ou o adjunto circunstancial e recusa o objeto direto e o predicativo do objeto; o verbo **sentir** exige o predicativo do sujeito ou o predicativo do objeto, exige o objeto direto e aceita livremente o adjunto circunstancial ou objeto indireto.

Essas matrizes de transitividade verbal sugeridas por Perini (1996) representam um modelo de possibilidades a partir de percentuais de ocorrência dos verbos exemplificados. Contudo, ainda de acordo com Perini (1996, p. 171), “[...] a transitividade só é suficiente para prever a ocorrência de um complemento em casos de recusa ou exigência; em casos de aceitação livre, a transitividade não fornece base suficiente para a previsão”. Isso significa que a ocorrência do complemento, em casos de aceitação livre, depende, além da informação sintática (a transitividade do verbo), de fatores extra-sintáticos como informação semântica e os conhecimentos acerca da situação de comunicação em que a frase é usada.

Verifica-se, assim, que, para as Gramáticas Normativas Tradicionais, distinguem-se cinco subclasses de verbos: transitivos diretos, transitivos diretos e indiretos, intransitivos e de ligação. Já a proposta baseada no estudo desenvolvido na *Gramática descritiva do português* de Mário Perini (1996) oferece um sistema de onze matrizes descrito acima a partir dos verbos exemplificativos. Percebe-se, assim, que o objeto indireto é tratado como um caso de adjunto circunstancial, diferente das propostas das gramáticas normativas estudadas.

A proposta de Perini (1996) serve, evidentemente, como mais uma abordagem teórica para o estudo da transitividade, porém não dá conta das realizações efetivas em situações de uso da língua oral ou escrita visto que as matrizes têm como referência alguns verbos e a percentagem de ocorrência, porém podem ocorrer situações em que a ocorrência do verbo não se enquadre em nenhuma matriz proposta por ele. A abordagem feita por Perini (1989) não é indicada como referência para o ensino médio e fundamental, entretanto é um estudo válido para ser discutido em curso superior para professores de Língua Portuguesa.

3.2.2 Mira Mateus et alii (1989) e Castilho (2010)

É válido mostrar, ainda que de forma breve, como são tratados a transitividade e os complementos verbais na Gramática do Português Europeu, referenciando-se na Gramática da Língua Portuguesa de Mira Mateus et alii (1989).

Veja-se o quadro 23, que resume os itens principais da proposta de Mira Mateus et alii (1989).

Complementos	Características	Exemplo(s)
Objeto direto	OD = <i>df</i> relação gramatical do argumento interno de predicadores verbais de dois ou três lugares que é, tipicamente paciente (com P _e) ou objeto (com P _{proc} ou P _{ev}). Nas frases básicas, é o constituinte nominal ou oracional imediatamente dominado por SV, à direita do verbo.	O miúdo comeu <i>um gelado</i> ; Amar <i>a Deus</i> ; A Ana estar a comer \emptyset (OD nulo).
Objeto indireto	OI = <i>df</i> relação gramatical do argumento interno de verbos de dois ou três lugares que tem, tipicamente, a função semântica de recipiente ou origem. Nas frases básicas, o OI é constituinte imediato de um SP que é nó-irmão à direita do constituinte com a relação gramatical de OD ou do verbo. O OI é, tipicamente, um argumento [+ ANIMADO], mas em alguns casos ocorrem OIs [- ANIMADO].	Obedecer <i>ao regulamento</i> (caso de OI [- ANIMADO]); O miúdo deu o brinquedo <i>ao amigo</i> ; O miúdo deu- <i>lhe</i> o brinquedo.
Argumento com a relação gramatical de oblíquo (constituente oblíquo)	(a) argumentos obrigatórios; (b) argumentos opcionais ou adjuntos, que podem manter uma grande variedade de relações semânticas com a parte nuclear da predicação.	O João pôs o livro na <i>estante</i> ; O Pedro foi ao Brasil; O João cortou-se <i>com o abre latas</i> ; O Luís foi ao cinema <i>com a Ana</i> ;

Quadro 23 - Apresentação resumida dos complementos verbais apresentados por Mira Mateus et alii (1989) com base no Português Europeu⁴⁶

Mira Mateus et alii (1989, p.163-170) ainda lista uma série de propriedades típicas de cada complemento. Vejam-se, resumidamente:

⁴⁶ Quadro elaborado (adaptado) a partir da abordagem apresentada por Mira Mateus et alii (1989, p. 163 – 170).

Objeto direto: pode ser nulo (O João leu \emptyset toda a noite); pode ser incorporado no verbo, passando este a exprimir um subtipo desse tipo geral de eventos ou processos (O presidente *fez um discurso* na Assembléia/O presidente *discursou* na Assembléia); é o argumento que admite mais facilmente um especificador \emptyset ; ocorre tipicamente sem preposição; quando o OD é o pronome relativo *quem*, ocorre obrigatoriamente precedido de *a*; quando o OD é um clítico pronominal com redrobo, o pronome de redrobo ocorre na forma tônica precedido de *a* (Vi-os *a eles* à saída do cinema); em certas expressões feitas, o OD ocorre precedido de *a* (Amar *a Deus*; Temer *a Deus*); nas frases básicas, o OD final ocorre imediatamente à direita do verbo; imediatamente à direita do OI.

Objeto indireto: ocorrem OIs [-ANIMADO] nos seguintes casos: com certos predicadores de dois lugares, com certos predicadores de três lugares, que podem também ser usados como predicadores de dois lugares (ocorrendo neste caso o constituinte OI internamente ao SN com a função de OD); com *dar* ou *fazer*, seguido de um OD que designa um estado de coisas, OI é frequentemente [-ANIMADO]; quando OI é um SN ou uma frase, ocorre precedido de *a*; se for um pronome pessoal apresenta a forma dativa da flexão causal; nas frases básicas, um OI final ocorre imediatamente à direita de OD; imediatamente à direita do verbo (se OI for um clítico; se OD for um SN longo ou complexo ou uma frase complemento).

Constituinte oblíquo: há oblíquos que semanticamente fornecem especificações adicionais do estado de coisas descrito – é o caso de expressões com a função semântica de instrumento –; designam outras entidades participantes no estado de coisas descrito – é o caso de argumentos com a função semântica de comitativo –; localizam o estado de coisas descrito no tempo e no espaço: é o caso de expressões com a função semântica de tempo, duração ou frequência, e o de expressões com a função semântica de locativo ou direcional; descrevem um estado de coisas em relação de conectividade conceptual com o estado de coisas descrito pela predicação nuclear – é o caso de expressões com a função semântica de causa ou fim.

Em geral, os constituintes OBL são introduzidos por uma preposição que marca a sua função semântica. No caso em que os OBLs são frases, é a ocorrência de um dado conector que exprime o tipo de relação semântica existente entre a predicação e a frase com a relação gramatical de OBL. (MIRA MATEUS et alii, 1989, p. 170)

De acordo com Mira Mateus et alii (1989), uma mesma palavra pode funcionar ora como objeto indireto, ora como argumento oblíquo. O que vai determinar essas possibilidades

é a troca da preposição **a** por **em**: Maria deu uma pintura **às estantes** (= deu-*lhes* uma pintura, então **às estantes** funciona como objeto indireto); Maria deu uma pintura **nas estantes** (= deu uma pintura *nelas*, então **nas estantes** funciona como constituinte oblíquo).

Mira Mateus et alii (1989) ao tratar o verbo como núcleo do SV, destaca que os verbos podem ser transitivos e intransitivos e mostra alguns exemplos, porém o que mais se destaca é o seguinte : “O António **vem** hoje cá a casa [...] o verbo **vir** não tem complemento nominal, nem predicativo, é um verbo **intransitivo**” (MIRA MATEUS et alii, 1989, p. 198). Imagine-se dizer aqui no Brasil:

(10) Antônio **vem**.

(11) Antônio **vem** aqui para casa.

Em (10), **vem** sem nenhum complemento, fora de um contexto de uso da língua, transmite uma ideia incompleta. Pode-se até classificar essas situações do verbo **vir** em (10) e em (11) como uma intransitividade relativa, mas não absoluta (ver 3.3). Agora, o complemento **aqui para casa**, em (11) pode ser classificado como um complemento circunstancial.

Castilho (2010), por sua vez, na *Nova Gramática do Português Brasileiro*, apresenta uma abordagem da transitividade destacando que, além do sujeito, os complementos objeto direto, objeto indireto e o complemento oblíquo exercem as funções centrais da sentença. A transitividade é tratada por ele como parte da estrutura funcional da sentença. O verbo seleciona os complementos os quais ele denomina de argumentos. Os adjuntos, ainda segundo Castilho (2010), por não serem selecionados pelo verbo, não exercem, ou melhor, não fazem parte das funções centrais da sentença. Vejam-se, resumidamente, no quadro 24, as características e alguns exemplos desses complementos verbais, oferecidos por Castilho (2010).

Complementos	Características	Exemplos
Objeto direto	(a) É proporcional aos pronomes pessoais acusativos <i>elelo</i> ; b) Na passiva correspondente, o objeto direto assume a função de sujeito; (c) Pode ser preenchido por sintagma nominal de núcleo pronominal ou nominal, e por sentença substantiva objetiva direta, colocando-se habitualmente após o verbo; (d) O papel temático é paciente, mesmo com verbos causativos; (e) Pode ser omitido na sentença (categoria vazia); sua colocação base é depois do verbo.	(a) João pôs o livro na estante → João pôs elelo na estante; (b) O livro foi posto por João na estante; (c) Viu- me na rua; Viu o rapaz na rua; Disse que viu o rapaz na rua ; (d) O passageiro desceu o pacote; (e) Viu \emptyset na rua.
Objeto indireto	São proporcionais aos pronomes dativos me, te, lhe ; são preenchidos por sintagma	O livro pertence- me, -te, -lhe ; O diretor escreveu- lhes cartas;

	preposicionado nucleado por a e para ; não é conversível à voz passiva; podem ocorrer juntamente com o objeto direto; o papel temático é beneficiário; sua colocação de base é após o verbo (ocorrendo objeto direto, após este).	Dou- lhe/te esta maçã.
Complemento oblíquo	São proporcionais a pronomes-advérbios dêiticos ao a preposição + pronome; ocorrem como argumento interno único da sentença, coocorrem com o objeto direto; ocorrem mais frequentemente com verbos de movimento; exploram com frequência os papéis temáticos locativo, alvo, origem e alvo, comitativo.	João pôs o livro na estante ; João pôs o livro nela ; Preciso de paciência [...]; Preciso disso [...]; Saio de casa [...]; Saio de lá [...].

Quadro 24 - Apresentação resumida dos complementos verbais apresentados por Castilho (2010)⁴⁷

A gramática de Castilho (2010) oferece uma abordagem sobre a transitividade e os complementos verbais muito semelhante à abordagem da gramática da Língua Portuguesa (do PE) de Mira Mateus et alii (1989). É evidente, contudo, que tais gramáticas não têm caráter normativo tradicional.

3.3 A GRAMÁTICA DA EXPERIÊNCIA

A Gramática da Experiência, aqui proposta, é adequada e indicada para ser trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa nos diversos níveis de ensino. As demais gramáticas, assim como as abordagens estudadas, servem como subsídio teórico e como contraponto para estudo, análise e discussão.

3.3.1 Contribuição para o ensino de Língua Portuguesa: uma proposta de caracterização da transitividade e dos complementos verbais

3.3.1.1 Sugestão didática

A transitividade e os complementos verbais somente serão adequadamente classificados a partir da análise específica de cada frase que se realiza, da consideração da semântica e do contexto discursivo de fala ou da realização textual, ou seja, em textos escritos. A Gramática Normativa⁴⁸ não deve servir de referência para o ensino de tal conteúdo, entretanto, pode servir como contraponto para exposição do assunto, para levantar

⁴⁷ Quadro elaborado (adaptado) a partir da abordagem apresentada por Castilho (2010, p. 300 – 305).

⁴⁸ Tal como se apresenta, de acordo com a exposição feita no capítulo 2.

discussão em sala de aula, bem como para ilustração, exemplificação de alguns aspectos, visto o seu caráter histórico e tradicional. É necessário, contudo, deixar claro para os estudantes de Língua Portuguesa que, apesar do valor histórico das Gramáticas Normativas, elas apresentam contradições e incoerências ao abordar o assunto em questão.

Os professores dos níveis fundamental e médio⁴⁹, tanto da rede pública quanto da rede particular, de um modo geral, utilizam como referência para esse ensino uma Gramática Normativa indicada pela coordenação⁵⁰ da escola. No que se refere, especificamente, às aulas que têm como conteúdo a transitividade e os complementos verbais, o professor, normalmente, limita-se a explicitar os conceitos, as classificações e os exemplos encontrados na Gramática Normativa ou livro didático específico. Acontece, assim, uma restrição, além da apresentação de incoerências na conceituação ou classificação, na exposição desses conteúdos. A abordagem normativa não corresponde aos verdadeiros requisitos que o assunto requer⁵¹.

Propõe-se, então, que as aulas de Língua Portuguesa que tratam do assunto sobre a transitividade e os complementos verbais se baseiem na experiência. A partir da experiência, da observação de situações de fala ou de situações de frases encontradas em textos formais e informais⁵², o professor e estudantes deverão selecionar sentenças e analisar cada uma, classificando o verbo e os seus complementos – se ocorrerem – de acordo com cada situação. Diante das constatações, deverão, se for o caso, formar grupos de verbos e complementos que ocorram em situações semelhantes, enquadrando-os nas possíveis classificações⁵³. Os conceitos e as classificações normativas servirão, então, apenas de contraponto para a discussão, isto é, verificar quais conceitos normativos realmente se enquadram nas frases analisadas, quais não se adequam e quais são os incoerentes.

Ressalte-se que os professores de Língua Portuguesa ou de Linguística do nível superior de Letras que participam da formação e orientação de professores de Língua Portuguesa devem atentar, com ênfase, para esses aspectos, não somente como forma

⁴⁹ Tendo como principal referência as cidades da Bahia como: Salvador, Alagoinhas, Catu, Aramari, Pojuca, Mata de São João, Entre Rios e regiões vizinhas. Acredita-se, no entanto, que mais cidades do Estado da Bahia e até do Brasil ainda tenham nas escolas como única fonte para o ensino de transitividade e dos complementos verbais nas aulas de Língua Portuguesa do ensino fundamental e médio a Gramática Normativa Escolar e/ou o livro didático do Português. Observe-se que o livro didático do Português expõe o assunto em questão retirado de alguma Gramática Normativa da Língua Portuguesa.

⁵⁰ Coordenação de área e/ou disciplina/matéria.

⁵¹ Como pode ser verificado no capítulo 2.

⁵² Entendam-se aqui **formais** (considerados bem formados/estruturados/com base na norma culta) como textos acadêmicos, literários, científicos, matérias jornalísticas, etc.; e textos **informais** como textos pessoais, cartas, anotações, bilhetes, redações escolares e produções textuais temáticas escolares.

⁵³ Caso ocorra uma situação considerada esdrúxula (fora do comum), o professor e os alunos deverão criar uma classificação/nomenclatura que mais se adéque.

adequada de abordar e explicitar o conteúdo, mas, também, como método de ensino, lidando, assim, da forma mais contemporânea possível com o processo de ensino-aprendizagem.

Sugere-se, assim, que o professor de Língua Portuguesa, do nível superior de Letras, no decorrer das aulas que tratam da transitividade e dos complementos verbais, adote a proposta descrita, seguindo as etapas explicitadas abaixo⁵⁴:

(a) Inicialmente, o professor precisa fazer algumas exposições básicas de como esse assunto é tratado na gramática da Língua Latina;

(b) Continuando, deve fazer exposições de como esse assunto é tratado na Gramática Normativa da Língua Portuguesa, levando em consideração a abordagem de diversos autores, inclusive fazendo comparações e críticas, como se procedeu aqui. Saliente-se que, em cada situação de ensino, o professor selecionará quais e quantos autores irá utilizar como referência, com base, inclusive, na experiência de professores que utilizam Gramáticas Normativas e/ou livros didático do Português nas escolas dos locais de ensino.

(c) O professor, então, mostrará os conceitos, classificações e exemplos oferecidos por tais gramáticas; apontará o que pode ser considerado coerente ou incoerente no que se refere aos conceitos, às classificações e aos exemplos; ressaltará também as semelhanças e as divergências entre as abordagens de diferentes autores, chamando atenção, principalmente, para os pontos de divergência.

(d) Após as atividades anteriores, o professor deverá mostrar como esses assuntos são tratados por uma ou mais teorias linguísticas.

As primeiras etapas darão aos alunos subsídios para as análises a partir da experiência. É fundamental dizer que as etapas referidas nas letras (b) e (c) poderão ser feitas exclusivamente pelo professor ou este solicitará aos alunos que as façam como pesquisa e posterior exposição em sala de aula. Nesse caso, o professor deverá participar de todo o processo, interferindo e colaborando ativamente para se chegar aos resultados das investigações nas gramáticas.

(e) Dando continuidade à análise, o professor deverá solicitar aos alunos que selecionem algumas das atividades aqui indicadas, tais como: produção textual a partir de um tema selecionado, explorado e devidamente discutido na turma; registo de situações informais

⁵⁴ O ensino desse assunto baseado nessa proposta poderá precisar de dias de aula, ou seja, em curso superior poderá levar até um semestre ou menos, dependerá da resposta dos educandos, do ritmo de acompanhamento de cada turma. Já no nível fundamental e médio será dada outra orientação, específica para uma unidade escolar ou até para um período mais curto de tempo, pois obedecerá ao embasamento teórico possível para estudantes de cada nível de ensino.

de fala (diálogos, depoimentos, entrevistas, etc.); seleção de textos diversos como: jornalístico, publicitário, literário, científico ou acadêmico.

(f) A partir daí, o professor e os alunos deverão selecionar períodos retirados do(s) texto(s) indicados no item **(e)** para serem analisados. É aconselhável selecionar períodos simples, ou seja, com apenas uma oração para facilitar a posterior classificação da transitividade e do tipo de complemento verbal⁵⁵;

Selecionados os períodos, deverá ser analisado o verbo presente em cada oração, investigando qual é o significado de dicionário do verbo⁵⁶.

Poderá ser feita uma análise no sentido de responder os seguintes questionamentos: Dentro e fora do texto, quantos e qual(is) argumento(s) tal verbo seleciona? O verbo em questão necessita realmente de complemento(s) verbal(is)? Se precisa de fato de complemento(s), tal(is) complemento(s) precisa(m) ser(em) preenchidos lexicalmente ou não?

Adiante, o professor precisará fazer a classificação da transitividade e dos complementos de cada verbo presente nas orações selecionadas, mostrando a classificação em cada situação, isto é, dentro ou fora do texto.

Os exemplos que aqui ilustram as explicações **não são quantitativos**, mas sim demonstrativos/qualitativos. O método de ensino proposto é demonstrado de forma exemplificativa. A classificação poderá ser utilizada nas aulas de todos aqueles que pretenderem identificar a transitividade e os complementos verbais a partir da experiência de uso da língua oral ou escrita. Os exemplos, aqui, não foram explorados de forma exaustiva, por uma questão de praticidade. Contudo, se assim o fosse, os resultados da classificação poderiam ser⁵⁷ enquadrados nas possibilidades de classificação sugeridas no **quadro 25**, apresentado mais adiante, na p.192-193, de acordo a experiência da autora desta tese em sala de aula nos níveis do ensino fundamental, médio e, principalmente, superior (UNEB, UCSAL, FSSS)⁵⁸.

⁵⁵ Em relação ao item **(e)** e **(f)**, o professor poderá, se preferir, selecionar, propositadamente ou aleatoriamente, alguns verbos e pedir para os alunos criarem frases, ou textos, ou diálogos com tais verbos.

⁵⁶ A pesquisa do sentido da palavra no dicionário servirá para identificar se o verbo está sendo empregado com o sentido básico de dicionário ou, se no contexto de uso oral e/ou escrito, apresenta outro significado.

⁵⁷ Ou seriam bem semelhantes dos mesmos aqui mostrados, não querendo abarcar exaustivamente todas as possibilidades de uso da Língua Portuguesa para não se esbarrar no impossível, obviamente. Se surgirem casos de verbos e/ou complementos que não se enquadrem nas classes aqui explicitadas, o professor e os alunos deverão criar outra classe e formar grupos de verbos e/ou complementos que se enquadrem. Construir a partir da experiência é assim.

⁵⁸ A autora desta tese já lecionou, dentre outras disciplinas que envolvem a linguagem, a disciplina Língua Portuguesa no nível fundamental 1 (antigo primário), no nível fundamental 2 (de quinta a oitava série), no ensino médio (básico e antigo magistério). Atualmente, é Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Alagoinhas-Ba), Universidade Católica do Salvador (UCSAL/Salvador-Ba) e da Faculdade Santíssimo Sacramento (FSSS/Alagoinhas-Ba), lecionando, dentre outras e variando a depender do curso – Letras,

3.3.1.2 Exemplos e análises

As possibilidades de classificação da transitividade verbal são as seguintes (ver quadro 25, p. 193-194):

a) verbos intransitivos que, na proposta da Gramática da Experiência (**GE**), se subdividem em:

- intransitivos absolutos;
- intransitivos relativos;

b) verbos transitivos, que se subdividem em⁵⁹:

- transitivos diretos;
- transitivos indiretos;
- transitivos diretos e indiretos;
- transitivos relativos (na **GE**);
- transitivos livres (na **GE**);
- transitivos indiretos livres (na **GE**);
- transitivos circunstanciais;

A possibilidade de classificação dos complementos verbais são as seguintes:

- objeto direto;
- objeto indireto;
- complemento relativo;
- objeto ou complemento livre (na **GE**);
- objeto indireto livre (na **GE**);
- objeto ou complemento circunstancial;
- objeto de redundância (na **GE**).

Ressalte-se que para os verbos considerados intransitivos, diagnosticados como verbos de intransitividade absoluta, o complemento oracional que vier acompanhando tal verbo poderá ser um predicativo do sujeito, como em (1); um objeto da redundância, como em (2); ou um adjunto adverbial, como em (4). Vejam-se esses e os demais exemplos a seguir:

(1) Morreu **feliz**.

(2) Ele morreu **uma morte** feliz.

Comunicação/Publicidade, Pedagogia –, as disciplinas de Língua Portuguesa (envolvendo Fonética/Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica), Linguística, Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Comunicação Linguística, Laboratório de Expressão Oral, Semiótica, além de Oficina de Produção de Textos e Análise do Discurso.

⁵⁹ Ressalte-se que alguns tipos novos de classificação que são propostos na **GE** estão destacados.

- (3) Morreu **cedo**.
- (4) Morreu **de manhã**/Morreu **de manhã cedo**.
- (5) Morreu **tranquilamente**.
- (6) Morreu **tranquilo**.

Em (1) **morrer** deve ser classificado como intransitivo absoluto e **feliz** como um predicativo do sujeito, isto é, subentende-se que ele morreu e estava feliz; morreu sendo feliz. Em (2), também, o verbo **morrer** deve ser classificado como verbo intransitivo absoluto, assim como em (3), (4), (5) e (6). Em (2), o verbo intransitivo absoluto **morrer** está acompanhado de objeto de redundância **uma morte** visto que este objeto apresenta sentido semelhante ao verbo. Em (3), **cedo** significa jovem, morreu jovem, ainda jovem. **Cedo**, então, em (3), é um predicativo do sujeito e não um adjunto adverbial de tempo, diferente de (4) em que **cedo** deve ser classificado como adjunto adverbial de tempo. Em (5) **tranquilamente** deve ser classificado como adjunto adverbial de modo e em (6) **traquilo** deve ser classificado como predicativo do sujeito (subentende-se que ele morreu e estava tranquilo).

Veja-se a seguir a conceituação para cada tipo de transitividade e para cada tipo de complemento, seguidos de exemplos⁶⁰ e análise.

Os verbos **intransitivos absolutos** são aqueles que, dentro ou fora do contexto linguístico de fala, ou seja, tanto no sentido lexical de dicionário ou em situações de fala, ou, ainda, dentro de textos escritos, funcionam de forma independente, isto é, carregam o seu sentido completo em si mesmo. Como, por exemplo, os verbos **nascer**, **morrer**, **murchar**, **desaparecer**.

Apresenta-se primeiramente, de forma resumida, o sentido de cada verbo encontrado no dicionário⁶¹:

- **nascer**: vir ao mundo;
- **morrer**: cessar de viver, perder todo o movimento vital;
- **murchar**: perder o viço, a energia;
- **desaparecer**: deixar de ser visto.

Em seguida, vejam-se esses verbos dentro de um pequeno texto⁶² informal:

⁶⁰ Ressalte-se que todos os exemplos (texto, frases e diálogos) desse subcapítulo foram elaborados pela autora desta tese, baseando-se na própria experiência, em sala de aula, e como falante da Língua Portuguesa.

⁶¹ Para essa análise o sentido dos verbos foi retirado do *Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. No entanto, pode-se fazer a pesquisa de sentido lexical em qualquer outro dicionário da Língua Portuguesa.

⁶² Como já foi dito, elaborado pela autora desta tese, com base na experiência como professora e falante do Português Brasileiro.

(7) Texto: **O sentido da vida**

A vida pode ser considerada complicada para uns e maravilhosa para outros. Pode ser considerada triste ou alegre; bela ou feia; feliz ou infeliz. Somos seres repletos de ideias, ideais, expectativas, sonhos, desejos, frustrações, realizações, esperança, amor. Ao buscarmos o verdadeiro sentido da vida, que chamamos de felicidade, poderemos nos deparar com o inesperado, ou o já esperado, que é a morte.

Nascer e **morrer** são situações que jamais se separam porque ninguém poderá **morrer** se não **nascer** e ninguém poderá **nascer** sem nunca **morrer** (até um dia, para os que crêem na palavra de Deus, tal mistério ser desvendado). Enquanto **nasce** uma criancinha, quantos **morrem** e vice-versa; enquanto uma pessoa **morre**, quantas pessoas **nascem**. É o ciclo da vida. Que obviedade!

Pois é, uma flor quando **murcha** nos lembramos da morte que é algo que lembra o desaparecimento material, ou seja, algo que **desaparece**. Como é difícil conviver com isso! O bom mesmo é ser feliz, **nascer**, viver, **morrer**, feliz sempre. A felicidade não pode **desaparecer**.

Análise:

No texto acima, **O sentido da vida**, verifica-se que os verbos em análise – os quais estão destacados em negrito – apresentam o mesmo sentido de dicionário. Estes verbos, mesmo em situações de texto/contexto, apresentam intransitividade absoluta, independentemente das palavras que os acompanham. Observem-se os exemplos a seguir, retirados do texto (7):

(8) [...] Enquanto **nasce** uma criancinha quantos **morrem** [...].

Em (8) o sujeito está deslocado em uma posição que parece de objeto, mas não é. Poderá se colocar o sujeito em posição inicial: [...] Enquanto uma criancinha **nasce** [...], o sujeito pode estar deslocado, mas o fato de nascer é absoluto. Pode-se até dizer:

(9) Nasceu mais um ente na família ou morreu mais um ente querido.

O fato de **nascer** e **morrer** continua absoluto, independentemente de ser acompanhado de complemento ou não. O mesmo acontece com os verbos murchar e desaparecer.

(10) [...] algo que **desaparece** [...] a felicidade não pode **desaparecer**.

(11) [...] uma flor quando **murcha** [...].

Os verbos **murchar** e **desaparecer**, em (10) e (11), respectivamente, apresentam também sentido completo, independentemente de estarem fora ou dentro do texto, portanto apresentam intransitividade absoluta.

Sendo assim, com base, na experiência, os verbos **nascer, morrer, murchar, desaparecer** devem ser classificados em relação à transitividade verbal como verbos intransitivos absolutos. É fácil pensar e lembrar em outros verbos que podem se enquadrar nas mesmas situações de intransitividade absoluta, como os verbos: **viver, dormir, sonhar**, dentre outros.

Os verbos **intransitivos relativos** são aqueles que fora do texto ou em sentido lexical de dicionário se apresentam como verbos que necessitam de um complemento lexical explícito para formar um sentido completo, mas em situações textuais ou em situações de diálogo, ou até em frases declarativas eles podem ocorrer sem complementos e funcionar com integridade de sentido.

Observem-se os exemplos com os verbos: **gostar, comer, estudar e ensinar**.

Primeiramente, veja-se o sentido de dicionário de cada verbo:

- **comer**: levar à boca e engolir;
- **ensinar**: transmitir conhecimentos, instruir, educar.
- **estudar**: procurar adquirir o conhecimento de algo;
- **gostar**: ter como bom, aprovar;

Em seguida vejam-se esses mesmos verbos em situações de pequenos diálogos:

(12) Diálogo **A**:

- Oi, Maria, quanto tempo! Como vai você?
- Eu vou bem e você, Manuela, o que tem feito?
- **Estudado** muito. E você, Maria, o que faz da vida?
- **Ensino**.
- Que bela profissão, amiga, você escolheu. Também quero ser professora.
- Tchau, meu ônibus chegou!...
- Tchau!

(13) Diálogo **B**:

- Oi Pedrinho, menino, você já se alimentou?
- Ah! Tia Jane, já **comi** sim, um pouquinho só porque você sabe que não **gosto**.
- Mas, menino, como é que pode uma criança não gostar de comer? Se você não se alimentar direitinho, não vai crescer!
- Não **gosto**, detesto.
- E de brincar, você gosta?

- **Gosto.** Agora me deixe em paz que vou brincar com minha bola.
- Ah! Meu Deus, não sei como esse menino aguenta brincar, não **come** quase nada.

Análise:

No caso do diálogo **A** em (12), verifica-se que o verbo **estudar** tem o mesmo significado de dicionário, porém está sendo empregado com um sentido amplo como algo completo, como uma ocupação/tarefa cotidiana, **eu estudo, e pronto, é o que faço da vida.** O mesmo ocorre com o verbo **ensinar** em (12), que apresenta um sentido muito próximo daquele do de dicionário, porém refere-se a uma profissão, eu **ensino**, ou seja, **sou professora.** Nesses casos, os verbos **estudar** e **ensinar** que, normalmente, podem ser realizados como verbos transitivos diretos, estão realizados em (12) como intransitivos relativos. O mesmo acontece com os verbos **gostar** e **comer** em (13), em que **comer** se realiza, normalmente, como transitivo direto e **gostar** como transitivo relativo. Ambos estão sendo realizados como intransitivos relativos. O verbo intransitivo relativo pode ser caracterizado como o verbo transitivo em que o complemento está subentendido no próprio contexto, em situações ou não de diálogo. No caso do verbo comer, poderia ser dito:

(14) Pedrinho praticamente não **come**.

O verbo **comer** em (14) não está em situação de diálogo, é uma sentença declarativa, mas se entende que ele não **come** comida, não se alimenta direto. Então, a intransitividade é contextual, ou seja, relativa ao contexto de uso de fala, por esta razão os verbos que ocorrerem nesses tipos de situação discursiva (12), (13) e (14) devem ser classificados como intransitivos relativos.

Os **verbos transitivos** são todos aqueles que necessitam de complemento para o sentido da oração ser completo, isto é, dependem de um complemento para formar sentido completo. O complemento desse tipo de verbo precisa estar explícito e preenchido lexicalmente. Caso o verbo precise de complemento e este não esteja lexicalmente explícito e, ainda assim, o verbo transmitir sentido completo à oração, será classificado como intransitivo relativo. Contudo, quando o complemento desse tipo de verbo se realizar lexicalmente continuará transitivo. Vejam-se, agora, exemplo e explicação dos tipos de verbos transitivos.

Os **verbos transitivos diretos** são aqueles que necessitam de um complemento não preposicionado para formar o sentido. Esse complemento é o objeto direto. Vejamos alguns exemplos:

(15) Mariana **abriu** a caixinha de presente muito contente.

(16) Luciano **comprou** novos livros de Linguística.

- (17) João Luís **criou** um novo método de economizar.
 (18) Serginho **entendeu** o conteúdo de matemática rapidamente.
 (19) A diretora **perdeu** a chave da biblioteca.
 (20) A professora não **queria** terminar a aula.
 (21) Ela precisava **tirar** a roupa da mala.
 (22) Antônio e Francisco já **sabem** o assunto da prova.

Análise:

Nas frases (15) a (22) podem-se verificar a presença dos seguintes verbos: **abrir**, **comprar**, **criar**, **entender**, **perder**, **querer**, **tirar** e **saber** em negrito. Todos esses estão sendo usados como transitivos diretos, tendo como complemento um objeto direto.

Vejam-se o sentido de dicionário de cada um desses verbos:

- **abrir**: descerrar, afastar o que está junto;
- **comprar**: adquirir usando dinheiro;
- **criar**: instituir, estabelecer qualquer coisa;
- **entender**: perceber pela inteligência, compreender;
- **perder**: ficar privado de, deixar de ter (algo que se possuía);
- **querer**: ter vontade de, desejar;
- **saber**: soma de conhecimentos, experiência;
- **tirar**: fazer sair de um lugar, retirar.

Percebe-se que os verbos acima estão empregados nas frases (15) até (22) com o mesmo sentido de dicionário (ou muito próximo).

Os **verbos transitivos indiretos** são aqueles que precisam de um complemento preposicionado para completar o seu sentido. O complemento desse verbo poderá ser substituído, como um teste, pelo pronome **lhe(s)**. Já os **verbos transitivos relativos** são aqueles que precisam de um complemento preposicionado para completar o seu sentido, mas o complemento desse verbo não poderá ser substituído, como um teste, pelo pronome átono **lhe(s)**, podendo, entretanto, ser substituído pelas formas tônicas **ele**, **ela**, **eles**, **elas** precedidas de preposição.

Veja-se o exemplo (23):

- (23) Liliane disse que não **gosta** da escola.

No exemplo (23), não é possível trocar o complemento da escola pelo **lhe**. Veja-se em (24):

- (24)* Liliane disse que não gosta-**lhe**.

Entretanto, pode ser substituído pelo pronome **ela** precedido de preposição, como no exemplo (25):

(25) Liliane disse que não gosta **dela** (da escola).

Então, o verbo **gostar** é um verbo transitivo relativo. Já no exemplo (26) temos um verbo transitivo indireto identificado pela possibilidade de trocar, como um teste, o complemento desse verbo pelo **lhe(s)**, como se verifica em (27). Vejam-se:

(26) É preciso **obedecer** aos superiores.

(27) É preciso obedecer-**lhes**.

De acordo com o teste, o verbo **obedecer** é transitivo indireto.

Esse tipo de teste pode ser feito com outros verbos e serem identificados como transitivos indiretos. Saliente-se que nos **verbos transitivos diretos e indiretos** (observe-se que não são verbos transitivos diretos e relativos, mas diretos e indiretos) que necessitam de dois complementos, um objeto direto e um objeto indireto, o teste de substituição pelo **lhe(s)** para identificar o objeto indireto também pode ser feito.

Vejam-se os exemplos:

(28) Mandou flores **para a aniversariante**.

(29) Mandou-**lhe** flores.

Dentre outros, pode-se listar alguns verbos cujo objeto é necessariamente preposicionado, podendo ser substituído pelo **lhe(s)** e, portanto, pertencer à classe dos **verbos transitivos indiretos**, como: **perdoar, servir** e à classe dos **verbos transitivos diretos e indiretos**, como: **dar, oferecer, enviar**; e alguns cujo objeto é necessariamente preposicionado, não podendo ser substituído por **lhe(s)** e pertencer à classe dos verbos transitivos relativos, como: **depender, precisar, carecer, assistir** (a uma peça), **necessitar**. É preciso esclarecer que o teste de substituição por **lhe(s)** não é a única maneira de caracterizar os **verbos transitivos indiretos** e os **verbos transitivos relativos**. Outras características podem e devem ser levantadas como verificar se o objeto complemento é um ser animado ou inanimado, mais pessoa ou menos pessoa. Exemplos:

(30) Depender **do pai**.

(31) Depender **de dinheiro**.

Tanto em (30) quanto em (31) verifica-se a não possibilidade em substituir os complementos **do pai** e **de dinheiro**, respectivamente, pelo **lhe(s)**, classificando-se, assim o verbo **depender** como transitivo relativo e os complementos como objeto relativo. Contudo o objeto em (30) é animado e mais pessoa e em (31) é inanimado e menos pessoa. Já nos

exemplos abaixo (32) e (33), encontram-se verbo transitivo indireto (e verbo transitivo direto e indireto, respectivamente) e os complementos objetos indiretos com o traço mais pessoa.

(32) Perdoei **ao professor**.

(33) Enviou cartas **ao amigo**.

O objeto indireto pode ser classificado também como complemento do verbo transitivo indireto, introduzido pela preposição **a** (ou **para**); e expressa o significado gramatical **beneficiário, destinatário**.

Em (32), **ao professor**; e em (33), **ao amigo** são objetos animados e mais pessoa.

Afirma-se, então, baseando-se nos exemplos de (30) a (33), que os complementos relativos podem ser animados (mais pessoa) ou inanimados (menos pessoa) e não podem ser substituídos por **lhe(s)**, mas pode ser substituídos por **ele, ela, eles, elas**, acompanhados da preposição **de (dele, dela, deles, delas)**; já os objetos indiretos são animados (mais pessoa) e podem ser substituído por **lhe(s)**.

Vejam-se mais exemplos de **objeto relativo** em destaque de (34) a (39):

(34) Todos nós gostamos **de televisão**.

(35) A mulher não concordou **com o marido**.

(36) Alberto e Maria assistiram **ao concerto**.

(37) O patrão confiou **na empregada**.

(38) Márcia se parece **ao pai**.

(39) Ela se parece **com o pai**.

Vejam-se mais exemplos de **objeto indireto** de (40) a (44):

(40) Algumas crianças compraram presentes **para a professora**.

(41) Gabriel escreveu uma carta **ao pai**.

(42) Maria escreveu-**lhe** uma carta.

(43) A informação não agradou **ao público**.

(44) A informação não **lhe** agradou.

Os **verbos transitivos livres** são aqueles que podem ser acompanhados por um objeto livre. O **objeto livre**, aqui proposto, é aquele que pode estar preposicionado ou não. Quando estiver preposicionado é por uma questão de estilo ou ênfase; ou para desfazer a ambiguidade entre o que funciona como sujeito ou como objeto, como nos exemplos de (45) a (54).

(45) Amar **a Deus**.

(46) Amar Deus.

(47) Você encantou **a todos**.

(48) Você encantou todos.

- (49) A água mollhou **a ambos**.
 (50) A água molhou ambos.
 (51) Convence **ao aluno** o professor.
 (52) Convence o aluno o professor.
 (53) A mãe **ao filho** não maltrate.
 (54) A mãe o filho não maltrate.

A preposição antes do nome **Deus**, em (45), e antes de **todos**, em (47), serve para dar ênfase, ou existe por questão de estilo. Já a preposição utilizada nos exemplos (51) e (53) serve para desfazer ambiguidade entre o que funciona como sujeito ou como objeto, como em (52) e (54).

Os **verbos transitivos indiretos livres**, uma das propostas desta pesquisa, são aqueles completados por **objeto indireto livre**⁶³, o qual não corresponde a uma necessidade semântica e sintática do verbo, mas indica interesse, posse e opinião, como nos exemplos abaixo:

- **objeto indireto livre de interesse:**
 (55) Juliana só trabalha **para os seus**.
 - **objeto indireto livre de posse:**
 (56) Doe-**me** a cabeça.
 - **objeto indireto livre de opinião:**
 (57) **Para mim** ele é lindo.

Os **verbos transitivos circunstanciais** são aqueles que precisam de um complemento de natureza adverbial, ou seja, de valor semântico de advérbio (valor semântico de adjunto adverbial) para completar o seu sentido, tendo que, necessariamente, ser preenchido lexicalmente. O complemento desse verbo é o **objeto circunstancial**, que pode ser chamado também de **adjunto circunstancial** ou **complemento circunstancial**, que é diferente do adjunto adverbial. O **adjunto adverbial**, por sua vez, pode acompanhar verbos intransitivos absolutos, sendo que a sua existência é dispensável nas orações. Entretanto, se seu preenchimento lexical for necessário em uma situação discursiva, deve ser classificado como complemento circunstancial.

- A depender da situação discursiva é possível dizer (58) ou (59):
 (58) Ele morreu **ontem**.
 (59) Ele morreu.

⁶³ Adaptados da noção dos “dativos livres”, fornecida por Bechara (2003a; 2003b).

O adjunto adverbial **ontem**, em (58), pode ser dispensável como em (59); o verbo **morror** é intransitivo absoluto, como já foi visto, podendo ocorrer sem nenhum complemento, ou acompanhado de predicativo, acompanhado de adjunto adverbial, acompanhado de objeto de redundância ou, ainda, acompanhado de complemento circunstancial, como no caso (60) em que alguém precise saber a cidade em que alguém morreu, por exemplo:

(60) Ele morreu **em Salvador**.

Em (60), **em Salvador** é um complemento circunstancial.

Classificando-se a transitividade e os complementos verbais a partir da experiência e enquadrando cada exemplo na classificação proposta, organizou-se o seguinte **quadro 25**, que resume a Gramática da Experiência desenvolvida neste trabalho.

Verbos	Descrição/caracterização	Complementos verbais	Descrição/caracterização
Intransitivos absolutos	Carregam em si mesmo o seu significado de forma completa, fora ou dentro do contexto linguístico de uso da língua oral ou escrita.	Não precisa.	Se for acompanhado de complemento, esse complemento poderá ser um adjunto adverbial, predicativo, objeto de redundância(OR), ou complemento circunstancial (CC), dispensáveis da oração a depender da situação discursiva.
Intransitivos relativos	Verbos transitivos que em contextos de uso da língua oral ou escrita podem sem empregados como intransitivos, sendo que o complemento pode estar explícito no contexto de uso da língua oral ou escrita ou não.	Deve corresponder ao seu tipo de transitividade. O complemento pode ocorrer no contexto de uso da língua ou não. O complemento não precisa ser necessariamente preenchido lexicalmente no contexto de uso.	Se tiver algum complemento explícito no contexto de uso da língua oral ou escrita poderão ser: OD, OI, CR, CC, OL. Os verbos serão considerados intransitivos relativos se o complemento não for explícito lexicalmente e, ainda assim, o verbo transmitir sentido completo à oração.
Transitivos diretos	Verbos que precisam de complemento sem preposição para o seu sentido ser completo.	Objeto direto (OD).	Complemento de verbos transitivos diretos, sem preposição. Pode ser transformado em sujeito paciente na voz passiva ⁶⁴ .
Transitivos indiretos	Verbos que precisam de complemento com preposição para o seu sentido ser completo. O complemento desses verbos	Objeto indireto (OI).	Complemento de verbos transitivos indiretos, com preposição. Pode ser substituído pelo lhe/lhes . Pode representar o traço mais pessoa ,

⁶⁴ Exemplo: O menino quebrou **o copo** (voz ativa; **o copo** = objeto direto); **O copo** foi quebrado pelo menino (voz passiva; **O copo** = sujeito paciente).

	pode ser substituído pelo lhe/lhes .		ser beneficiário ou ser destinatário . Não é transformável à voz passiva.
Transitivos diretos e indiretos	Verbos que precisam de dois complementos, um com preposição e um sem preposição para o seu sentido ser completo.	Um objeto direto e um objeto indireto.	Característica do objeto direto e do objeto indireto, respectivamente.
Transitivos relativos	Verbos que precisam de complemento com preposição para o seu sentido ser completo. O complemento desses verbos não pode ser substituído pelo lhe/lhes .	Objeto relativo (CR).	Complemento preposicionado. Não pode ser substituído pelo lhe/lhes . Pode ser substituído por ele, ela, eles, elas acompanhados da preposição de: dele, delas, deles, delas . Pode apresentar tanto o traço mais pessoa como o traço menos pessoa .
Transitivos livres	Verbos transitivos que precisam de um complemento preposicionado ou não preposicionado para o seu sentido ser completo.	Objeto livre (OL).	Complemento com ou sem preposição. Pode ser preposicionado para desfazer ambiguidade entre o sujeito e o complemento de um verbo transitivo. Ou pode ser preposicionado para dar ênfase, por uma questão de estilo.
Transitivos indiretos livres		Objeto indireto livre (OIL).	Não pode ser substituído pelo lhe/lhes , mas não é relativo. Não indica uma necessidade semântica e sintática do verbo, podendo ser de interesse, posse e opinião.
Transitivos circunstanciais		Complemento circunstancial (CC).	Complemento com ou sem preposição que denotam circunstância. Acompanha verbos transitivos circunstanciais e intransitivos absolutos.

Quadro – 25 A transitividade e os complementos verbais na Gramática da Experiência - a partir da experiência de uso da língua oral ou escrita do Português Brasileiro⁶⁵

No **quadro 25** não foram incluídos os casos dos pleonásticos, porém na Gramática da Experiência quando o objeto é explícito e repetido de forma pronominal será considerado objeto pleonástico. Saliente-se, ainda, que não foram incluídos, nessa proposta, os verbos de ligação, o predicativo do sujeito, o predicativo do objeto, o agente da passiva, por delimitação de objetivo.

Após a classificação da transitividade e dos complementos verbais a partir da experiência, é interessante comparar até que ponto as Gramáticas Normativas do Português do Brasil se aproximam ou se distanciam da Gramática da Experiência (GE), a qual pode ser considerada como uma gramática da vida cotidiana. Aqui, pode-se afirmar que os autores das Gramáticas Normativas estudadas se distanciam em vários pontos dessa nova proposta, como

⁶⁵ Elaborado pela autora desta tese como contribuição para o ensino da Língua Portuguesa.

a questão da intransitividade absoluta, da intransitividade relativa, dos verbos transitivos relativos, dos verbos transitivos livres, dos verbos transitivos indiretos livres, dos objetos livres, dos objetos indiretos livres, dos objetos de redundância, porém servem como um ponto de partida e como contraponto para aulas de Língua Portuguesa. Os estudantes, por sua vez, se interessam muito pelo método que valoriza a linguagem verbal⁶⁶ cotidiana. Assim, passam a ter consciência do que são regras preestabelecidas de uma língua e do que é o uso propriamente dito; do que é uma Gramática Prescritiva, do que é uma Gramática Descritiva e o que é ciência da linguagem. Aqui se tratou especificamente da transitividade e dos complementos verbais, explicitando várias abordagens que tratam do mesmo assunto, propondo uma classificação mais adequada e descrevendo um método mais atualizado de trabalhar e de desenvolver tal assunto em sala de aula.

Vejam-se, no quadro 26, a seguir, as principais características das abordagens discutidas nessa pesquisa, inclusive a proposta, feita pela autora desta tese, de uma gramática denominada de **Gramática da Experiência da Língua Portuguesa Brasileira** ou, apenas, **Gramática da Experiência**⁶⁷.

Abordagens	Característica(s)	Transitividade verbal	Complementos verbais
Gramática da Língua Latina	Base no Latim Clássico;	Morfológica. As desinências dos complementos determinam a transitividade verbal: intransitivos, transitivos diretos; transitivos indiretos; transitivos diretos e indiretos.	As palavras possuem desinência de caso que possibilita identificar o tipo de complemento, se acusativo, duplo acusativo, dativo ou ablativo.
Gramática Normativa da Língua Portuguesa	Baseia-se na língua escrita, Literatura do Português Europeu, Literatura Brasileira (em menor proporção), carrega alguns traços característicos da Gramática da Língua Latina e da Gramática do Português Europeu.	Verbos intransitivos; transitivos: diretos, indiretos, diretos e indiretos; verbos de ligação.	Objeto direto; objeto direto preposicionado; a preposição como posvérbio; objeto direto pleonástico; objeto direto interno; objeto indireto; objeto indireto pleonástico; complemento relativo; os “dativos livres”; complemento circunstancial; agente da passiva.
Teoria Linguística Funcionalista	Uso da Língua (oral/falada). Baseia-se na função comunicativa.	Planos discursivos; escala de transitividade (contínuos): alta e baixa; relevo discursivo; Estrutura Argumental Preferida;	Parâmetros sintáticos-semânticos: participantes; cineses; aspecto; pontualidade; controle;

⁶⁶ Entenda-se linguagem verbal como língua oral ou língua escrita.

⁶⁷ Tal Gramática poderá ser sempre construída e reconstruída em cada curso ou experiência de uso da língua oral e/ou escrita em sala de aula ou em outras pesquisas com outros exemplos e/ou observando-se outros aspectos linguísticos.

		valência sintática, semântica e paradigmática. Base sintática, semântica e pragmática.	polaridade; modo; agentividade; afetamento do objeto; individuação do objeto.
Teoria <i>Theta</i> (Gerativa)	Dedução. Falante/ouvinte ideal. Baseia-se na forma, ou seja, base formalista.	Argumentos; verbo seleciona argumentos com base na Sintaxe e na Semântica.	SN, SP, SAdv.
Proposta da Gramática Descritiva do Português Perini (1196)	Crítica à Gramática Tradicional. Base descritiva.	Matrizes de transitividade verbal. Baseia-se na exigência, recusa e/ou aceitação livre dos complementos.	OD, AC, CP, Pv.
Gramática da Língua Portuguesa (PE) de Mira Mateus et alii (1989)	“Baseia-se na consideração de que qualquer língua natural é um instrumento utilizado pelos sujeitos falantes com objetivos comunicativos” (MIRA MATEUS et alii, 1989, p. 11). Português Europeu.	A estrutura interna de um sintagma verbal é constituída por um núcleo e por complementos (a ocorrência dos complementos pode ser opcional ou exigida pela subcategorização do verbo principal). Há verbos transitivos e intransitivos.	OD, OI, Argumento oblíquo.
Nova Gramática do Português Brasileiro de Castilho (2010)	Baseia-se na <i>língua falada</i> (CASTILHO, 2010). Altamente informativa, apresentando, dentre muitos outros fatores, dados históricos e linguísticos.	Estrutura funcional da sentença. Verbo seleciona argumentos.	Exercem funções centrais da sentença. Objeto direto; categoria vazia (objeto nulo) Objeto indireto; complemento oblíquo.
Gramática da Experiência (Proposta nesta pesquisa)	Baseia-se na experiência do uso da língua oral ou escrita; faz estudo das outras abordagens como contraponto; serve como subsídio didático e metodológico no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.	Baseia-se no uso da língua oral ou escrita. Verbos intransitivos, que se subdividem em: intransitivos absolutos; intransitivos relativos; verbos transitivos, que subdividem-se em: transitivos diretos; transitivos indiretos; transitivos diretos e indiretos; transitivos relativos; transitivos livres; transitivos indiretos livres; transitivos circunstanciais.	objeto direto (OD); objeto indireto (OI); complemento relativo (CR); objeto ou complemento livre (OL); objeto indireto livre (OIL); objeto ou complemento circunstancial (CC); objeto de redundância (OR).

Quadro 26 - Abordagens sobre transitividade e complementos verbais

Exceto a Gramática da Experiência, que pode ser aplicada nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, as outras abordagens não são adequadas para o ensino da Língua Portuguesa nos níveis fundamental e médio. Entretanto, o estudo de todas elas é essencial para a formação dos professores de Língua Portuguesa no curso de Letras ou em qualquer curso superior que prepare professores para o ensino de Língua Portuguesa dos níveis fundamental e médio.

CONCLUSÃO

O estudo da transitividade e complementos verbais, à luz de perspectivas teóricas diferentes, proporcionou uma visão ampla das possibilidades de caracterização de tais elementos da sintaxe.

O Latim Clássico, estudado concomitantemente com as Gramáticas Normativas da Língua Portuguesa do Brasil, favoreceu uma relação de conceitos sintáticos que, ora são semelhantes, ora divergentes, no que se refere à correspondência do Latim com o Português, elucidando, também, os pontos contraditórios dessas gramáticas.

O Funcionalismo Linguístico, ao considerar as situações comunicativas, semânticas e pragmáticas para descrever seu objeto de estudo – a língua em uso –, permite uma melhor visibilidade sobre a transitividade e os complementos verbais. Verifica-se que a Gramática Funcional oferece abordagens que se referem à dimensão sintática da Estrutura Argumental Preferida, a qual descreve a presença ou ausência de sintagmas nominais plenos, preenchidos lexicalmente nas diferentes posições argumentais, partindo das seguintes especificações: as orações com apenas um argumento preenchido por um sintagma nominal pleno são preponderantes; o sintagma nominal lexical pleno não tende a ocorrer na posição do sujeito de oração transitiva, mas tem predominância na posição de objeto de oração transitiva ou de sujeito de oração intransitiva. Outro aspecto a que se refere a Gramática Funcional é a Pragmática, que faz referência à distribuição da informação nova pelos termos da predicação, a qual apresenta duas especificidades: as orações que predominam são aquelas que contêm apenas um termo portador de informação nova, o qual não tem tendência a ocorrer na posição de sujeito de oração transitiva, mas pode ocorrer na posição de objeto de oração transitiva ou de sujeito de oração intransitiva.

Além de outros fatores, com base na teoria funcionalista, percebe-se que há interdependência entre os componentes sintático, semântico e pragmático. É possível, portanto, descrever a transitividade dos verbos considerando: a) a estrutura argumental dos verbos que são, tradicionalmente, classificados como transitivos; b) a ordenação dos argumentos em relação ao verbo; c) o papel semântico dos argumentos sujeito e objeto. As tendências de manifestação discursiva da transitividade verbal, então, são reguladas por fatores de natureza pragmático-comunicativa, os quais se correlacionam a processos de natureza cognitiva.

A valência verbal, a valência sintática, a valência lógico-semântica e a valência pragmática são elementos que também comprovam a interdependência de fatores que regulam a transitividade verbal. O verbo, então, enquanto item lexical, não tem a propriedade intrínseca da

transitividade, estando, desse modo, sujeito a fatores que estão além do âmbito do sintagma verbal.

O Gerativismo Linguístico, por sua vez, especificamente de acordo com a Teoria *Theta*, fornece elementos teóricos que caracterizam a transitividade e complementos verbais a partir da forma e estrutura da língua e intuição do falante. Sendo assim, a estrutura das sentenças se organiza em torno de um elemento núcleo, o predicado. O verbo é o centro e os argumentos completam o sentido. Os argumentos podem ser externo (sujeito) ou interno (objeto).

O Funcionalismo, portanto, difere da abordagem do Gerativismo, primeiro por conceber a linguagem como instrumento de interação social e, segundo, porque seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista, assim, procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

A transitividade e os complementos verbais, tratados nas Gramáticas Normativas Brasileiras, são classificados de modo restrito, não uniforme e, em alguns casos, até incoerentes. A partir destas constatações, verifica-se, então, que a Gramática da Língua Latina é um suporte para esclarecer definições e classificações normativas. O Funcionalismo Linguístico com suas abordagens, como já foi dito, incorpora o uso da língua, esclarecendo, dentre outras, a questão da transitividade ser variada a depender da situação e intenção comunicativa. O Gerativismo esclarece questões relativas à construção sintática e aos argumentos selecionados pelo verbo, dentre outros aspectos.

Diante de tudo que foi exposto, neste estudo, ficaram evidenciados os seguintes pontos básicos:

- a relação dos dados oferecidos pelas Gramáticas Normativas Brasileiras com os dados da Língua Latina mostra, como se sabe, que a correspondência Latim/Português, em termos de classificações normativas, não é uniforme. Contudo a classificação morfológica estabelecida na gramática da Língua Latina direciona para um esclarecimento das classificações normativas em alguns pontos da sintaxe do Português que se apresentam, muitas vezes, sem coerência nas Gramáticas Normativas, como, por exemplo, o objeto direto preposicionado.

- a relação entre o Funcionalismo Linguístico e o Gerativismo Linguístico é percebida quando se constata uma certa uniformidade de conceitos no que se refere aos argumentos representados pelos sintagmas oracionais. O Funcionalismo foca, contudo, o uso dos

argumentos dentro da situação de comunicação enquanto o Gerativismo baseia-se numa forma intuitiva de realização linguística pelo falante ideal.

Além de serem verificadas as propostas de estudo sobre a transitividade e os complementos verbais oferecidos por tais abordagens, fez-se a exposição de alguns itens da *Gramática descritiva do português* de Mário Perini (1996), em que é tecida uma crítica à classificação da Gramática Normativa Tradicional e são estabelecidas matrizes de transitividade verbal, demonstrando coerência e contribuindo para um melhor entendimento desses fatos linguísticos. Tratou-se, também, embora de modo resumido, da abordagem trazida pela *Gramática da Língua Portuguesa* de Mira Mateus et alii (1989) e da perspectiva apresentada pela *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Castilho (2010), no intuito de ilustrar a discussão.

O estudo nas Gramáticas Normativas Brasileiras representou um exaustivo trabalho de pesquisa devido ao levantamento de todos os itens referentes à transitividade e aos complementos verbais, constantes em doze exemplares, além da identificação de problemas, comparação detalhada entre os itens e discussão dos exemplos mais elucidativos. Portanto, é válido destacar que o ponto de partida e o núcleo desta tese foi, exatamente, esta pesquisa nas Gramáticas Normativas, embora a volta ao Latim e a busca constante nos fundamentos linguísticos funcionalistas e gerativistas tenham norteado, também, todo o desenvolvimento teórico.

Uma proposta de caracterização da transitividade e dos complementos verbais partindo da experiência do uso da língua oral ou escrita, baseando-se na semântica e na pragmática, levando-se em conta a sintaxe e oferecendo as possibilidades de classificação favorece, por um lado, o enquadramento dos tipos de verbos quanto à transitividade, além dos seus respectivos objetos de complementos numa classificação condizente e coerente com o uso da língua em questão e, por outro lado, um método de ensino mais atual.

Assim, propôs-se aqui a Gramática da Experiência que parte de um *corpus* (ou pequenos *corpora*) que representa a língua oral ou escrita do Português do Brasil. Organiza-se a transitividade e os complementos verbais em uma classificação mais ampla e coerente, como já dito, do que a oferecida pelas GNs. A Gramática Normativa, a Gramática da Língua Latina e algumas teorias linguísticas servem como subsídio para discussão na formação dessa Gramática.

Pode-se afirmar, entretanto, que o modo como se compreendem os fenômenos associados à gramática das línguas mudou ao longo dos anos. Com a evolução dos estudos, essas concepções foram sendo aperfeiçoadas, de forma que, em relação às teorias linguísticas,

atualmente, tanto a abordagem gerativista quanto a abordagem funcionalista podem coexistir e participar, efetivamente, da análise das línguas, complementando-se, já que tratam de diferentes fenômenos do mesmo objeto, não havendo necessidade de exclusão nem de discussão acerca da importância de uma sobre a outra. São, portanto, teorias que, apesar de se confrontarem em alguns pontos, completam-se em outros e fornecem subsídios que fundamentam conhecimentos pertinentes da sintaxe, auxiliando, desse modo, cada uma de um forma, na análise de um problema linguístico.

A transitividade e os complementos verbais são alguns dos conteúdos gramaticais que os estudantes de Língua Portuguesa, principalmente dos níveis fundamental e médio, apresentam dificuldades em entender devido à forma como a Gramática Normativa aborda-os e devido à não exploração adequada do assunto por parte dos professores de Língua Portuguesa. Em linhas gerais, as Gramáticas Normativas dizem o que dizem sem base científica – obviamente, sem se basear na Linguística – e propõem um conceito de correção desconstruído. Na verdade, as gramáticas para o ensino de Língua Portuguesa serão mais adequadas e mais úteis se forem gramáticas do uso, de base funcionalista, que apresentem e descrevam a língua como os nativos falam ou usam e como os nativos não falam ou não usam. Os conceitos de certo e errado serão substituídos pelos conceitos de mais natural e menos natural.

Os autores de base formalista são mais direcionados às pesquisas sobre a competência linguística – ou sobre a GU – e menos ao uso efetivo da língua. Os alunos, de um modo geral, não estão preparados para tais abstrações, o que não quer dizer que não se deva prepará-los para tais estudos. O ensino de gramática deve partir das circunstâncias da vida real para, então, discutir-se o modo de construir a representação linguística.

No ensino da transitividade e dos complementos verbais, principalmente nos cursos de graduação de Letras, devem-se conscientizar os futuros professores a ensinar de modo mais pragmático e menos normativista.

Finalmente, o processo de ensino-aprendizagem – especificamente no que se refere à Gramática de Língua Portuguesa – precisa ser constantemente atualizado, de modo que incorpore propostas baseadas em pesquisas e experiências que proporcionem métodos mais contemporâneos de análise, sem desprezar as abordagens tradicionais, mas buscando-se discussões teóricas, levantando-se novos questionamentos, investigando-se e comparando-se as novas abordagens que tratam dos conteúdos que se pretende estudar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rujane Mota. *Caracterização e reestruturação do conceito de complemento verbal objeto direto*. Salvador, 1999. 256 folhas. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 a.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003 b.

BENVENISTE, E. Categorias do pensamento e categorias da língua. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: EDUSP, 1976. p. 68-80.

BORGES NETO, José. O Empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93 – 129.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 19.ed. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 19. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Holanda: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. *O Conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Tradução Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, [1986] 1994. Título original: *Knowledge of language*.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. et alii. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da. et alii (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ SN& A, 2003.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da.; SOUZA, Maria Medianeira. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p.157 – 176.
- DICIONÁRIO LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p.836.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marco. *Gramática*. 19. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- FARIA, Ernesto. *Gramática de língua latina*. 2. ed. Brasília: MEC-FAE, 1995.
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Latim para o português: gramática, língua e literatura*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- GOUVEIA, Carlos A. M. Pragmática. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 383-419.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- HAUY, Amini B. *Da Necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo; Ática, 1987.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Coleção Signos, 1974.
- LEITE, Marli Quadros. *O Nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana; Humanistas, 2007.
- LOBATO, Lúcia M.P. *Sintaxe gerativa do português: da Teoria Padrão à Teoria de Regência e Ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.
- LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da Sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. In: AZEREDO, José Carlos de (org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MIRA MATEUS, Maria Helena et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Caminho, 1989.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A Vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A Gramática: história, teoria e análise e ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.
- NICOLA, José de.; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 13. ed. São Paulo: Scipione, 1994.
- OLIVEIRA, Fátima. Semântica. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p.333-379.
- OLIVEIRA, Roberta Pires. Formalismo na linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 219 – 250.
- PASCHOALIN, Maria Aparecida; SPADOTO, Neuza Terezinha. *Gramática: teoria e exercícios*. São Paulo: FTD, 1989.
- PASSOS, Claiz; PASSOS, Maria Emiliana. *Princípios de uma gramática modular*. São Paulo: Contexto, 1990.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Elia. *As Grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. São Carlos-SP:Claruz, 2006.
- PEDRO, Emília Ribeiro. Interação verbal. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org.). *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996. p. 449-475.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina. (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165 – 218.
- RAPOSO, Eduardo P. *Teoria da gramática: faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SACCONI, Luiz Antonio. *Gramática essencial da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1989.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 21. ed. Tradução de Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, [1916] 1999. Título original: *Cours de linguistique générale*.

SENNA, Luiz A. G. Questão de transitividade. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.7, n. 2, 1991. p. 463-490.

TERRA, Ernani. *Gramática*. São Paulo: Scipione, 1996.